

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 07/2022
12 a 25 de abril de 2022



Homenagem da Fiocruz e do CRIS aos trabalhadores do mundo

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
10	O motorneiro e o descobrimento da pólvora - <i>Santiago Alcázar</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
14	Informe ECOSOC: A Agenda 2030 e a urgência de pensar em novas e inéditas governanças – <i>Santiago Alcázar</i>	
17	Conselho de Direitos Humanos da ONU, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
35	As movimentações e ajustes de cooperação às vésperas da Assembleia Mundial da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
40	COP da biodiversidade é novamente adiada e o <i>business as usual</i> prevalece - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
47	Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental - <i>Maria de Fátima Ramos Moreira e Luiz Claudio Meirelles</i>	
52	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
58	O tema Saúde nas Nações Unidas: complementação e conflito - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
67	Semana Mundial de Imunização 2022 - <i>Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes</i>	
73	As dimensões cíclicas e lineares da soberania e segurança alimentar e nutricional global - <i>Denise Oliveira e Silva</i>	
77	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
80	Organização Mundial do Comércio: Visita da Diretora-geral ao Brasil - <i>Claudia Chamas</i>	
84	Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030 - <i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
93	Informes de Organizações da Sociedade Civil - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza</i>	
100	Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais de Interesse Público no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		

- 112 G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Regina Ungerer*
- 124 G7 e G20 reunidos, apesar da Rússia, enquanto OCDE contabiliza vacinas doadas - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 131 Países do BRICS esclarecem posição comum sobre a questão da Ucrânia - *Claudia Hoirisch*
- 132 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 139 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 145 Enquanto a pandemia arrefece, a guerra endurece na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 149 Oriente Médio e Ásia Pacífico revisam os ODS para o High Level Political Forum - *Lúcia Marques*
- 163 Astronautas retornam ao mundo pandêmico - *André Costa Lobato*
- 167 Notas sobre a estrutura de adaptação a mudança climática no Governo dos EUA – *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 169

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 172

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 173

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 07/2022 – 12 a 25 de abril de 2022

Apresentação

O cansaço do mundo com a Covid-19 e com as indefinições amplificadas pelo conflito na Europa é flagrante. Contudo, a flutuação de casos e o comportamento das variantes do Sars-Cov-2 não permitiram que a OMS decretasse o fim do processo pandêmico; ao contrário, alerta que diversas medidas devem ser mantidas. O doloroso é constatar – e reafirmar nestas páginas – que o esforço de vacinação global de 70% da população, que garantiria uma retomada geral mais segura, lamentavelmente fracassou: segundo o site *Our World in Data* da Oxford University, apenas 4 entre 81 países pobres conseguiram alcançar estas metas. Na África, menos de 17% da população recebeu uma simples dose de vacina.

Boa parte da situação decorre do não-cumprimento dos compromissos dos países ricos do G7 e do G20, assumidos nas reuniões da Cornualha e de Roma, em 2021. Tampouco o Banco Mundial, o FMI e a OMC cumpriram compromissos com mobilização de recursos e perdões de dívidas externas (os dois primeiros) ou licenciamento de patentes e transferências de tecnologias e know-how. As farmacêuticas forraram os bolsos dos seus acionistas cada vez mais anônimos. Ou seja, *business as usual* no mundo cada vez menos globalizado e mais nacionalista e auto-defensivo. Enquanto isso, num verdadeiro deboche, crescem geometricamente os gastos militares, em todas as frentes.

Entretanto, nossos analistas foram em frente, procurando trazer uma atualizada visão da conjuntura global em diversos campos concorrentes com o da saúde.

Alcázar examina a versão zero da Declaração de Ministros do **Foro Político de Alto Nível (HLPF, na sigla em inglês)** – que já circula entre os representantes de países no ECOSOC para receber comentários e sugestões que, como se sabe, poderão alterá-la significativamente até julho. Entretanto, os *stakeholders* creditados junto ao HLPF, vale dizer, nós, a sociedade civil, poderemos também comentá-la. Para inspirar-se, conheça os primeiros comentários críticos do nosso analista.

O informe de **De Negri Filho** sobre **direitos humanos e saúde** registra e comenta o Seminário Avançado do CRIS, realizado em 20 de abril último, dedicado a um balanço político da 49ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**. O tema, instigante, foi *“Direitos humanos, saúde e seguridade social: A promessa de um novo contrato social face às políticas de austeridade”* à luz do informe do Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, sobre *“A questão do exercício efetivo, em todos os países, dos direitos econômicos, sociais e culturais”* (A/HRC/49/28). Assista o Seminário (XXXX) e leia o informe do nosso analista, que ressalta os principais caminhos que permitiriam construir, no âmbito dos países e da cooperação internacional, as formas de garantia desses direitos e a construção de um novo contrato social e de um *new deal* global. O analista analisa também o informe adotado pela 49ª Sessão do CDH sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais, no que diz respeito aos direitos humanos, matéria que é objeto de uma proposta de Tratado. Com a mesma relevância, apresenta a última versão, traduzida ao português, do texto do Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento, que dentro em breve irá para a Plenária do CDH.

No informe quinzenal sobre a **Organização Mundial da Saúde, Galvão, Reges, e Bermudez** abordam os preparativos para a Assembleia Mundial da Saúde (23-28 de maio). Há grandes expectativas acerca do financiamento da organização, preparo para as próximas emergências em saúde pública, além das garantias para o alcance da Agenda 2030. Os analistas destacam ainda o papel de interlocução da Fiocruz com outros atores globais da saúde pública (como UNITAID e DNDi), incluindo o fomento de parcerias e os incentivos à pesquisa & desenvolvimento. O informe também contém os avanços na luta contra a malária, incluindo o combate aos vetores e implementação dos planos vacinais, sobretudo em nichos em países africanos com altas taxas de contaminação e morte pela doença, e os esforços na Ucrânia para contenção da crise em saúde, colocando em xeque, e sob foco, o trabalho da OMS/Europa e sua capacidade de articulação.

No campo da **saúde e ambiente**, diante de todas as promessas pós-pandemia de reconstruir através de uma economia dentro dos princípios da sustentabilidade, o *business as usual* parece encontrar justificativa diante da crise intensificada pela guerra na Ucrânia. Além desta conclusão, **Magalhães e Galvão** também apontam que a falta de um acordo global para a *COP-15 de biodiversidade*, que já foi adiada por dois anos, e surpreendentemente adiada mais uma vez, demonstra as incertezas futuras e a falta de comprometimento com o ambiente. Nossos vários informes apontam a luta do **PNUMA** para progredir nas questões ambientais, mas a falta de consenso entre os países prejudica os acordos multilaterais globais.

Moreira e Meirelles trazem sua primeira contribuição no campo da **saúde do trabalhador e saúde ambiental**, que passará a ser abordado a partir deste Caderno, no âmbito do cluster de saúde e ambiente. Os autores abordam a complexidade do campo e questões fundamentais no espaço global, como a OIT e suas iniciativas, e nacional da área, para as quais convidamos os leitores para uma profícua leitura do capítulo.

Ventura e grupo tratam um conjunto importante de temas no campo das **migrações, refúgio e saúde global**: as considerações de Tedros Adhanom, diretor geral da OMS sobre o racismo vigente no mundo nas questões da Covid-19 e da guerra (“o mundo não está tratando humanos da mesma forma”); a situação da fronteira México-Estados Unidos; o crescimento da emigração brasileira ao exterior; a regulamentação de visto humanitário para ucranianos no Brasil; e a nova iniciativa da OMS sobre mudanças climáticas, migrações forçadas e saúde. Vale a pena conferir!

Várias agências da ONU têm promovido iniciativas verticais relacionadas à saúde, levando à redundância ou sobreposição em alguns temas, o que sinaliza a dispersão do tema da saúde na ONU. Contudo, tal dispersão pode ser positiva, caso provoque a cooperação entre as agências e não a disputa de titularidade sobre o tema. **Martins e Paes de Sousa** analisam a presença do tema **saúde no sistema ONU**, e a estratégia escolhida foi de explorar o envolvimento das agências da ONU na implementação da proposta de saúde da Agenda 2030, que é uma agenda compartilhada no sistema.

No campo da **saúde da mulher, criança e adolescente**, a **OMS** celebra a Semana Mundial de Imunização de 2022, e apresenta plano estratégico para ampliar a cobertura vacinal em todo mundo. Além disso, lança relatório da iniciativa INSPIRE, que propõe estratégias acabar com a violência contra crianças. A **UNFPA** fará a 55ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento entre 25 e 29 de abril, com o tema “*População e desenvolvimento sustentável, principalmente crescimento econômico sustentado e inclusivo*”, que reportaremos no próximo

informe. O **UNICEF** se junta à campanha da OMS na Semana Mundial de Imunização. São as notas das nossas analistas **Massari e Gomes**.

A criação da **FAO** e do **WFP** no âmbito das Nações Unidas foi iniciativa de grande importância para o mundo, na busca da soberania e segurança alimentar e nutricional global e na atuação sobre os fatores cíclicos e lineares que interferem na disponibilidade alimentar do planeta. A criação das agências ocorre na encruzilhada social e econômica após as duas grandes guerras mundiais. **Oliveira e Silva** explica que após quase um século de existência destas agências, o aumento da fome é reconhecido como evento sísmico para a humanidade, com aproximadamente 47 milhões de pessoas em 81 países à beira da fome. O que aponta para a necessidade urgente de realizar mudanças radicais na concepção, atuação e ajuda humanitária destas agências para evitar a fome global.

Com o aumento das incertezas geradas pela guerra na Ucrânia, as previsões mais baixas do crescimento econômico global (**FMI**) e regional (**BID**) para 2022 e 2023 não foram surpreendentes. Segundo **Cazumbá**, crescimento mais lento apontado pelos dois relatórios das instituições financeiras também mostraram preocupação com a alta inflação, o aumento dos juros e o endividamento dos países. Estes problemas dificultam o equilíbrio do sistema financeiro, na direção de um caminho mais resiliente e sustentável ao longo do tempo.

A Diretora-geral da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, Ngozi Okonjo-Iweala, esteve no Brasil nos dias 18 e 19 de abril, com vista à agenda de preparação para a 12ª Reunião Ministerial da OMC (MC 12), informa e comenta **Chamas**. Em vários encontros em Brasília e São Paulo, analisou os riscos globais de segurança alimentar e destacou que o Brasil pode contribuir mais intensamente para o suprimento de alimentos no mercado internacional. Apontou as ameaças à paz mundial e ao multilateralismo, bem como os desafios da guerra devastadora na Ucrânia, da pandemia da Covid-19 e das mudanças climáticas.

Compreendendo que a cultura contribui para o desenvolvimento sustentável como um setor em si mesmo, mas também transversalmente para outros setores, a **UNESCO** sistematizou uma metodologia de indicadores para a cultura relacionados aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O informe de **Gaspar e Sanglard** fornecem uma visão geral desses indicadores, com base na publicação da UNESCO intitulada Indicadores Cultura | 2030, publicada em 2019, disponível nos idiomas inglês e francês e com traduções em árabe, chinês, espanhol e russo.

Na quinzena encerrada em 22 de abril de 2022, foram registradas manifestações públicas de 29 **organizações da sociedade civil**, sendo 23 de *interesse público* e seis de *interesse privado*, conforme sinalizam **Souza e colegas** no seu informe. Depois de um período de concentração na guerra na Ucrânia, nesta última quinzena, não houve qualquer tema que tenha sido mais destacado do que outros pelas OSC de interesse público. Além da guerra, foram mencionados: biossegurança, tratado da pandemia, doenças negligenciadas e doenças crônicas não-transmissíveis, direitos humanos, direitos de idosos e de mulheres. Curiosamente, a questão do acesso às vacinas contra a Covid-19 foi destaque apenas entre as OSC de interesse privado, que ressaltaram também as tecnologias digitais em saúde. Ademais, essas últimas mencionaram a guerra na Ucrânia, a crise climática e a resistência antimicrobiana.

Já no espaço sobre pensamentos e ações da **sociedade civil de interesse público global em saúde**, **De Negri Filho** comenta dois artigos importantes sobre caminhos diversos propostos para superar a crise social, econômica, sanitária e ambiental que vivemos e sua mais dura expressão, as desigualdades injustas. O primeiro, de Francine Mestrum, da Global Social Justice

e do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social , “*A luta contra as desigualdades*” reflete o debate realizado no Seminário do CRIS e aponta o grau de exigência sobre as políticas sociais, a seguridade social, o desenvolvimento e o contrato social que necessitamos construir para amparar políticas de saúde universalistas como parte da luta contra as desigualdades, e não contra os pobres ou a pobreza. O segundo artigo, “*Como projetar um fundo de preparação e resposta pandêmica*”, de Mariana Mazzucato e Alan Donnelly, remete o leitor à direção diferente, na qual o arranjo proposto preserva o possível, dentro de limites das políticas sociais liberais.

O analista comenta ainda o *Fórum Social Mundial* e as atividades do *Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social* (Cidade do México, 1-6 de maio de 2022); o lançamento do *Global Health Watch 6 – Informe alternativo mundial sobre a Saúde*, iniciativa do Movimento pela Saúde dos Povos, em 27 de abril; a “*Cúpula do Fim do Mundo*” (Internacional Progressista, 12-15 de maio); e as atividades do G2H2 para a Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 16-20 de maio), incluindo um texto reflexivo preliminar de Nicoletta Dentico sobre as formas de captura das representações e participações sociais e uma proposta de oficina sobre o tema. A autora é painelistas do próximo Seminário CRIS dia 4 de maio.

O informe sobre **G77, MNA e CSS** está repleto de informações. **Ungerer** informa que o UNOSSC faz chamada para submissão de iniciativas para a quarta edição da publicação “*Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável*”, desta vez com destaque para iniciativas que contribuam para os ODS e, ao mesmo tempo, ilustrando os princípios centrais de uma cooperação Sul-Sul e triangular eficaz.

O **G-77 e a China** participaram de quatro reuniões da AGNU com destaque para a declaração ministerial do HLPF, sobre a qual levantam uma série de temas importantes, como a lacuna de financiamento para os ODS. Mas uma vez opinaram sobre a Declaração Política sobre a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas de 2022, sobre a reunião de ministros e governadores do Grupo dos 24 sobre o tema “Rumo a uma recuperação sustentável e inclusiva” e, finalmente, lembraram da importância e harmonia com a Mãe Terra.

Com relação ao **MNA**, mais uma vez lembraram do Acordo de Não-proliferação de Armas Nucleares e expressaram preocupação com os desafios ainda existentes na educação para meninas em todo o mundo, enquanto o **Centro Sul** destacou a importância da resistência antimicrobiana.

Entre os ricos, informam **Burger, Esteves e colegas**, que no **G7** as discussões se voltaram para o impacto da guerra da Ucrânia sobre a recuperação pós-pandêmica, que sofrerá um grande atraso. Representantes do G7 posicionaram-se contra a participação da Rússia em fóruns de discussões multilaterais como G20, FMI e Banco Mundial – o que pode acentuar ainda mais os atritos entre os países-parte do G7 e os membros do G20, que se colocam contra essa decisão, ou se abstêm. No **G20**, seja pelos desdobramentos proporcionados pela reunião, seja pelas reações heterogêneas sobre a participação russa nas discussões, em um contexto pós-início do conflito entre Rússia e Ucrânia, o segundo encontro dos Ministros de Finanças e dos presidentes de Bancos Centrais do G20 ganhou destaque nesta quinzena. Na **OCDE**, o destaque foi a divulgação dos números preliminares da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento, seguindo as orientações do DAC-OCDE para o registro da doação de vacinas, apesar das críticas que cercam essa prática. Destaque também para a queda das taxas de desemprego a níveis pré-pandemia.

Na reunião dos Sherpas do **BRICS** os países disseram estar preocupados com a situação na Ucrânia; expressaram apoio ao multilateralismo, a adesão aos propósitos e princípios da

Carta da ONU e apoiam o diálogo contínuo entre Rússia e a Ucrânia para buscar uma solução para o conflito. Segundo **Hoirisch**, estão preocupados com os graves impactos das sanções unilaterais à recuperação econômica mundial, à estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos, à energia e à segurança alimentar e apelam para uma solução dos PEDs para garantir que suas economias e a subsistência das pessoas não sejam afetadas. A Rússia e a Índia irão cooperar em C&T, tanto bilateralmente (Plano de Coop em C&T, saúde pública e tecnologia médica), quanto no contexto dos BRICS (ciência dos materiais e nanotecnologia). Em março, foi feita seleção para concessão de bolsas de pesquisa no âmbito do PQ BRICS na área de C,T&I para resistência a medicamentos antimicrobianos e metamateriais para solução de problemas nos campos da biomedicina.

Na **América Latina**, destaca para a Primeira Reunião da Conferência das Partes do Acordo Regional de Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe – Acordo de Escazú (COP1), liderada pela CEPAL. Outro evento importante para a região foi a XXXIV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da Área Andina. No âmbito da OEA, o Conselho Permanente suspendeu a Rússia como observadora da organização e a Nicarágua se retirou da Organização de forma antecipada e sem seguir os trâmites legais estabelecidos. É o que nos trazem os analistas **Tobar, Minayo e Linger**.

Na **África**, a União Africana divulga relatório sobre “Igualdade de Género, Empoderamento da Mulher e HIV”, mostrando como gênero e outras desigualdades cruzadas afetam o risco e a vulnerabilidade ao HIV para as mulheres e moças em África. Altos funcionários da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação visitaram a União Africana para discutir a implementação do programa conjunto sobre governança da migração laboral. A União Europeia financia em 600 milhões de euros o processo de construção e consolidação da paz no continente. Reuniu-se a Cúpula Extraordinária virtual dos Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre situação no norte de Moçambique. Luanda acolheu a II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP. São as observações de **Silva, Cá e Rosenberg**, nossos analistas.

Na **Europa**, Macron derrota a extrema direita na França, mas as tensões continuam pairando sobre o continente europeu, cada vez mais ameaçado pela guerra da Rússia contra a Otan, que segue sem sinal de arrefecimento. O presidente ucraniano Volodimir Zelenski vem alertando que o país é apenas a primeira etapa de expansão da Rússia para o Leste Europeu. Sentindo a pressão, Finlândia e Suécia estudam ingressar para a Otan, enquanto a indústria bélica se fortalece, é o que reporta **Freire**, analista do CRIS para a região.

No **Oriente Médio e Ásia Pacífico**, crises econômicas e retrocesso na implementação da Agenda 2030 se somaram ao crescimento da insegurança alimentar por conta do aumento da pobreza, dos conflitos e dos eventos climáticos. Às vésperas da Covid-19, a maioria dos países não estava no caminho certo para alcançar os ODS, o que os deixou despreparados para enfrentar a crise. Ao mesmo tempo, os países olharam para as fragilidades que vieram à tona pela pandemia e viram o momento como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais, recuperação inclusiva e verde e frear o retrocesso rumo a Agenda 2030. **Marques** fala sobre esse cenário de perdas, de esforços e exemplos de abordagens inovadoras, que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro, que podem ser vistos nos relatórios finais dos dois fóruns organizados pelas Comissões Econômicas e Sociais/ONU para as duas regiões (ESCWA e ESCAP) que serão apresentados no HLPF, que acontecerá em julho. A nova onda de violência entre israelenses e palestinos e o novo governo no Paquistão e os interesses que desperta também integram a observação da analista.

Na **China**, Beijing se soma a Xangai e às dezenas de regiões do país com restrições ao movimento de pessoas para a contenção do sars-cov-2, segundo **Lobato**. O Conselho de Estado pediu que nenhuma terra arável deixe de ser cultivada. Mourão participa de reunião extraordinária do Fórum de Macau, onde foi inaugurada placa de um centro de prevenção.

Conforme **Galvão**, o Governo Biden-Harris mantém e operacionaliza o compromisso dos **Estados Unidos** com as metas de combate e adaptação às mudanças climáticas. Os novos desafios globais tem sido um desafio real aos planos dos EUA e à recuperação saudável, equitativa e sustentável da pandemia da Covid-19.

Compartilhamos com todos nossos leitores a satisfação de estar iniciando neste 2 de maio o **Curso de Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, realização do CRIS/Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública e Organização Pan-americana da Saúde, para em torno de 100 participantes, que ocupam cargos de gestão da diplomacia e da cooperação em saúde nos Ministérios da Saúde e de Relações Exteriores de países da América Latina e CPLP.

Como sempre, esperamos seus comentários e sugestões, ao tempo que ensejamos que a leitura seja agradável e produtiva.

À propósito, nossa capa é uma homenagem da Fiocruz e do CRIS aos trabalhadores do CRIS, às vésperas do Dia do Trabalhador.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 28 de abril de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

O motorneiro e o descobrimento da pólvora

Santiago Alcázar

Segundo o serviço de imprensa das Nações Unidas, o Secretário-Geral teria solicitado, em 20 de abril, encontro com os líderes da Federação Russa e da Ucrânia. O pedido teria sido formalizado por meio de cartas separadas, endereçadas às respectivas missões permanentes em Nova York.

A iniciativa do Secretário-Geral deve ser celebrada, ainda que levada a efeito dois meses depois de iniciado o conflito. É demasiado tempo, para quem tem como uma de suas principais funções zelar pela paz no mundo. É possível que o gesto seja uma forma de resgatar a sua imagem, desgastada com o silêncio comprometedor ante a destruição das pontes de diálogo no seio das Nações Unidas. De todo modo, é algo incompleto, como uma intenção pendurada no ar. Por que não foram mandadas cartas semelhantes ao Presidente Joe Biden e ao Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg? Afinal de contas, nem um nem outro é espectador ou lanterna de cinema.

A construção da paz se faz no meio da guerra, não depois, quando tudo está acabado. Nesse contexto, a eventual ida do Secretário-Geral a Moscou e a Kiev fazem parte das necessárias demonstrações de boa-vontade para definir o pós-conflito, essencial para determinar o fim do conflito. Não se entende, no entanto, como aquela definição será alcançada sem o envolvimento direto dos dois principais atores ocidentais, pois nada autoriza a concluir que foram iniciadas conversas de paz com eles.

Muito antes do final da Segunda Guerra, os fundadores prezavam a importância de Nações Unidas para combater as causas da guerra – a depressão econômica, o desemprego, a pobreza, a insegurança social e as tensões resultantes. Pensavam além da simples vitória militar, insuficiente como amplamente demonstrado pelo fracasso que seguiu à conclusão do Tratado de Versalhes. Sabiam que o ódio é mau conselheiro e que a sede de vingança alimenta a espiral da violência. Por isso criaram a Organização das Nações Unidas que hoje, lamentavelmente, não faz jus aos seus nobres propósitos.

A sabedoria dos fundadores parece ter-se perdido na defesa intransigente da insensatez. Ao invés de tratativas diplomáticas, asperezas inglórias. Monólogos de surdos, mal construídos e pior enunciados. Cancelamentos de toda ordem, como se fossem necessários para pavimentar os caminhos da paz. Não é consolo saber que a *desconstrução* em voga é obra da mediocridade que perfila com justiça os motorneiros de plantão, aparentemente impermeáveis às lições da história. Preocupa, no entanto, ser arrastado para o turbilhão de paradoxos e contradições nas marmitas, que ao invés de criarem condições para o diálogo e o entendimento, preferem pedir armas, mais armas, sempre mais armas – como se estas fossem curas para feridas abertas e mal d'alma. Afastado da confusão, apenas visível, percebe-se o sorriso do mercador, inocente porque ninguém o acusa. A culpa, como se sabe, é sempre do outro.

Duas semanas antes, no dia 5 de abril, o Secretário-Geral dirigiu-se ao Conselho de Segurança, em sessão reservada à questão da Ucrânia. Na ocasião disse estar chocado com as cenas de horror que testemunhou junto aos presentes uns dias antes. Atribuiu à Alta Comissária de Direitos Humanos a afirmação de que possivelmente se tenham cometido crimes de guerra e sérias violações do direito internacional. Estas coisas não deveriam ser ditas como se houvessem descoberto a pólvora. É evidente que crimes são cometidos nas guerras e que violações dos direitos humanos são a norma. O enorme poder de destruição das armas

modernas é conhecido de todos. A explosão de um míssil arrasa um quarteirão inteiro e rasga os tecidos internos de qualquer um que, acidentalmente, esteja perto. Os drones, *essas ferramentas de guerra desenhadas para matar com precisão a milhares de quilômetros de distância, manter os seus operadores seguros e permitir que voltem a tempo para jantar em casa, lançaram mais mísseis e mataram mais pessoas que qualquer outra operação militar na última década*, muitas delas civis.

As palavras em itálico acima foram extraídas de matéria publicada pelo *New York Times*, em 15 de abril, intitulada “*The unseen scars of those who kill via remote control*” – as feridas escondidas dos que matam por controle remoto. A matéria é tão didática que merece a pena compartilhar um trecho, a seguir, livremente vertido para o português:

Na Força Aérea, os pilotos de drones não escolhem os seus alvos. Esse trabalho é feito pelo cliente, um comandante, a CIA ou uma unidade secreta especial. Não importa. O pedido do cliente tem que ser satisfeito. O Capitão Larson descreveu uma missão em que o cliente lhe disse para rastrear e matar um suspeito. A missão teria sido cumprida com êxito. O cliente então pediu que Larson seguisse o caixão até o cemitério e matasse todos os participantes do enterro. O Capitão Larson cumpriu a tarefa¹.

Possivelmente, como se diz, cometeu-se um crime. Seria mais honesto, contudo, enunciar com precisão, como a de um drone, que se praticou um assassinato por atacado, com evidente violação do direito internacional, dos direitos humanos e de tudo o mais que for necessário para arrancar-se da torpeza moral e intelectual dos que acham que descobriam a pólvora.

Felizmente, o Secretário-Geral tinha outros anúncios a dar ao Conselho de Segurança. A guerra na Ucrânia, disse, interrompeu as cadeias de suprimentos, de novo, desta vez por conta da alta de preços de combustíveis e de fertilizantes. Para os países em desenvolvimento a situação seria de extrema gravidade. Atolados em dívidas, insolvências e problemas de liquidez, tentando recomeços tímidos, após sofrerem a parte mais custosa e dolorosa da pandemia da Covid-19, o estado de situação dos países em desenvolvimento é dramático. O Secretário-Geral aponta que 74 países em desenvolvimento, com população somada de 1.2 bilhões de pessoas, são extremamente vulneráveis a qualquer aumento de alimentos, energia e fertilizantes. As obrigações relativas ao pagamento de dívidas contraídas representam 16% dos ganhos em exportação, podendo chegar em alguns casos a 34%. O aumento dos preços de alimentos básicos, como milho e trigo, combinado com a elevação de juros por conta da inflação provocada pela guerra, tornaria a situação insustentável. A guerra deve terminar, concluiu.

A alta de preços de alimentos não é fenômeno novo, entretanto. Matéria da própria Organização, de janeiro de 2022, intitulada “Preços globais de alimentos aumentam bruscamente em 2021”², atribui a culpa ao aumento no custo dos insumos, à pandemia da Covid-19 e, sobretudo, às condições climáticas voláteis. Não há razão para esperar, diz a matéria, a estabilização do mercado em 2022.

¹ Para ver a matéria inteira clicar em https://www.nytimes.com/2022/04/15/us/drones-airstrikes-ptsd.html?campaign_id=9&emc=edit_nn_20220417&instance_id=58735&nl=the-morning®i_id=165128819&segment_id=89475&te=1&user_id=98eb49ca6d28149944ad08fa1ae97899

² <https://news.un.org/en/story/2022/01/1109212>

O aumento dos preços dos insumos deve ser em consequência das sanções aplicadas pelos EUA e a UE contra a Bielorrússia, no final de 2021, que deixou de exportar potássio para esses mercados. O grande vilão, no entanto, é a mudança climática.

No dia 4 de abril, um dia antes de sua fala no Conselho de Segurança, o Secretário-Geral divulgou vídeo-mensagem por ocasião do lançamento do terceiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês). O IPCC, sabe-se, é o órgão responsável pelo monitoramento da emissão de gases de efeito estufa, principais causantes do aquecimento global. Em sua mensagem, o Secretário-Geral indignou-se com razão e não poupou palavras duras aos governos e aos CEO de grandes corporações.

De maneira dramática disse que o *júri havia alcançado um veredito e que este era irrefutável. O relatório é uma litania de promessas quebradas. Estamos no limiar do desastre climático.*

Em ocasiões anteriores, o Secretário-Geral havia se expressado de maneira semelhante com respeito à falta de resultados na área de meio ambiente. Os dados apresentados, por exemplo, não diferem muito dos que já são de conhecimento público. Há, no entanto, algo diferente nessa mensagem do Secretário-Geral, que revela uma frustração generalizada.

Estamos no caminho para o aquecimento global duas vezes superior ao limite de 1.5º C acordado em Paris. A revelação do Secretário-Geral, extraída do relatório do IPCC, é suficientemente grave para ter provocado reunião especial de emergência das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e de toda a família das Nações Unidas para formular resposta urgente do conjunto da comunidade internacional à tão grande ameaça para a vida no Planeta.

Nada disso aconteceu. Como se disse acima, no dia seguinte, dia 5 de abril, o Conselho de Segurança voltou a reunir-se para continuar tratando a questão ucraniana. Fizeram-se acusações mútuas, ameaças com dedos em riste. Informaram que pronto estaria sendo enviado mais um carregamento de armas, certamente por razões humanitárias. Nenhuma palavra sobre a ameaça maior que paira sobre todos.

Alguns governos e CEO estão dizendo uma coisa, mas fazendo outra. De maneira simples e direta, estão mentindo. O Secretário-Geral rompeu com o silêncio constrangedor. Parecia que não era mais possível segurar a indignação presa na garganta. *Estão mentindo*, disse, de maneira clara e cristalina. Não deve haver surpresas na afirmação. A venda de gato por lebre é mais frequente do que quer admitir a imaginação, como sabe o motorneiro que passa todo dia pela feira livre.

O Secretário-Geral sabe que tem que ir além da acusação e apontar o dedo para o crime, termo muito na moda estes dias nas Nações Unidas. Por isso, continua: *governos e corporações responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa não estão somente fazendo cara de paisagem, estão jogando lenha na fogueira.* E para não deixar dúvida sobre a arma do crime, revela: *Estão sufocando o nosso planeta, com base em seus interesses privados e os seus investimentos históricos em combustíveis fósseis.* Não diz quem são os culpados, atenuando assim a acusação, que se esfuma e se mistura com partículas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e óxidos de nitrogênio.

Sentindo-se traído, como possivelmente todos os passageiros, confessa, de maneira triste e patética: *Deixamos Glasgow com um otimismo ingênuo, baseado em novas promessas e compromissos.*

De fato. E nesse instante, volta à mente o início da mensagem: *litania de promessas quebradas.* Glasgow, Carbis Bay, Roma, Genebra e Nova York – e a mesma litania. Promessas, compromissos, valores, princípios, máscaras todas que escondem a verdadeira face de horror, que Julian Assange e outros um dia quiseram revelar ao mundo pintado num quadro *naif*.

Velhos, enrugados, de peles soltas, trêmulos, de sorriso sem dentes, exalando alguma podridão, que é a única coisa que aumenta, vão-se, até o fim da linha, o motorneiro e o cobrador, conduzindo os incautos, ingênuos, que acreditam qualquer coisa com tal que lhes tire do fastio, do aborrecimento.

Bali, Elmau, Sharm el-Sheikh, Genebra e Nova York. Compre as passagens e reservem os hotéis. Diga aos rapazes que continuem perfurando, minerando, queimando. Não há como deter a litania. O motorneiro não pode desviar-se. Tem que seguir em frente. Abram o olho, mantenham-se atentos, pois várias pontes foram derrubadas e os entroncamentos não parecem seguros. Ninguém quer perder a face. A loucura instalou-se definitivamente no divã da sala e não pensa sair.

É no meio da luta que se faz a paz. Punho fechado, cotovelo dobrado, músculos flexionados e um instante depois, nada. A miséria, a dor no estomago de tanta fome, a doença, a fiel companheira, a insegurança e o medo, tão próximos como a pele, a indignidade como carteira de identidade. Essa é a realidade sobre a qual é preciso agir. Espera-se líderes que tenham a decência e a honestidade intelectual para identificar e escolher as verdadeiras prioridades de nosso tempo, de maneira unida e solidaria.

Como se diz na Agenda 2030, *nós, os povos, estamos embarcando no caminho para 2030. A nossa jornada envolverá governos, parlamentos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, comunidades autóctones, sociedade civil, empresariado e setor privado, comunidade científica e acadêmica – todos, em suma.*

Nós, os povos, diz-se, somos talvez a primeira geração a efetivamente poder acabar com a pobreza, assim como podemos ser a última a poder salvar o Planeta.

Esse é o único assunto que deve conquistar a atenção das Nações Unidas. O resto é figuração de carnaval, não do nosso que é alegre, de outro, sem méritos.

Informe ECOSOC: A Agenda 2030 e a urgência de pensar em novas e inéditas governanças

Santiago Alcázar

Este ano, o Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) deverá realizar-se de 5 a 15 de julho. O Foro Político, como se sabe, reúne-se sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e tem como principal função o acompanhamento da implementação da Agenda 2030, bem como fazer as necessárias recomendações para a sua efetivação. Os últimos três dias do Foro são reservados para a reunião de ministros, quando consideram e adotam a Declaração Final desse período de sessões.

O ECOSOC, como se sabe tem 54 membros eleitos pela Assembleia Geral, por um período de 3 anos. Em 2021, foram eleitos 18 novos membros. O Brasil não faz parte da ECOSOC desde o período de 2012 a 2014, quando foi eleito com 186 de um total de 191 votos possíveis.

O tema escolhido para a sessão deste ano intitula-se “Recuperar-se melhor da pandemia da Covid-19, enquanto se avança na plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Recorde-se que este é o segundo ano em que a Covid-19 figura no tema do Foro Político. Com efeito, em 2021, o tema escolhido foi “Recuperação sustentável e resiliente da pandemia da Covid-19, que promova as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável: construir um caminho inclusivo e efetivo para a implementação da Agenda 2030 no contexto da década de ação e o cumprimento para o desenvolvimento sustentável”.

Como de costume, o Foro Político irá concentrar sua atenção em alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na atual sessão, serão examinados os ODS 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 14 (vida submarina), 15 (vida na Terra) e 19 (parcerias para os ODS).

Na semana de 18 de abril, circulou o chamado projeto “zero” da Declaração Ministerial, submetido para a consideração e sugestões das delegações interessadas. O projeto “zero” tem 148 parágrafos divididos da seguinte maneira: i) introdução, 11 parágrafos; ii) impacto da pandemia da Covid-19 na Agenda 2030 e as ações necessárias para melhor recuperar-se e acelerar o avanço para alcançar os ODS, 22 parágrafos; iii) objetivos sob exame aprofundado e as Contribuições Nacionais Voluntárias (VNR, nas siglas em inglês), 69 parágrafos; iv) nosso caminho para a frente, 45 parágrafos.

Ressalta na parte introdutória a menção velada ao conflito na Ucrânia. Com efeito, o parágrafo terceiro reconhece que a Agenda 2030 é guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive pelo pleno respeito ao direito internacional. As declarações anteriores não têm o cuidado de fazer essa relação com o direito internacional. A redação do parágrafo tem o mérito de estabelecer aquela relação de maneira equilibrada, como condição *sine qua non* para a realização de qualquer meta de desenvolvimento, em qualquer lugar, em qualquer tempo.

O parágrafo seguinte, o quarto, segue a mesma linha, com cuidado para não perder o equilíbrio e reafirmar que não há desenvolvimento sustentável sem a paz e não pode haver paz sem o desenvolvimento sustentável. As duas ideias, como se sabe estão na origem das Nações Unidas e mantêm uma relação de reciprocidade e interconectividade essencial, juntamente com as de direitos humanos e as de independência/autodeterminação. A redação do parágrafo

continua e revela grande preocupação com os atuais conflitos no mundo, novos ou em andamento. Nesse contexto, repete o que já figura no parágrafo anterior, mas de maneira mais clara, sem, contudo, cair em esquemas de condenação: “pedimos o pleno respeito aos princípios da Carta e o direito internacional e condenamos qualquer violação desses princípios e normas”. Trata-se de um pedido, como deve ser em documento de reunião de ministros voltados à implementação da Agenda 2030, impedida por uma série de fatores, inclusive, mas não de maneira exclusiva, pelos conflitos em andamento.

O projeto zero deverá receber comentários e sugestões que poderão alterar significativamente o propósito da Declaração que venha a ser aprovada em julho. Não cabe, por essa razão, fazer neste momento, exame mais detido dessa versão do documento. Dito isso, parece importante ressaltar alguns parágrafos.

O parágrafo 27, por exemplo, refere-se ao aumento da dívida pública global nos países de menor desenvolvimento relativo. Não que a dívida seja um fenômeno novo. O novo é o aumento. A dívida já existia. O aumento torna esses países ainda mais vulneráveis. Segundo o projeto de Declaração, 60% dos países de menor desenvolvimento relativo encontram-se em situação de alto risco de sobre-endividamento, enquanto 25% dos países de renda média continuam naquela situação. Há preocupação de que a elevação global das taxas de juros venha a aumentar ainda mais a pressão sobre esses países. Nos parágrafos seguintes se fazem sugestões entre as quais caberia sublinhar a que se refere à facilitação de recursos financeiros adequados para permitir uma recuperação inclusive e sustentada.

O ponto mais importante, no entanto, é o que pede a todos os atores – governos, nacionais ou subnacionais, sociedade civil, setor privado, empresariado, academias etc. – participação efetiva e consolidada para levar adiante os ODS, inspirados no espírito da Agenda 2030, uma agenda dos povos, para os povos e pelos povos. Os ODS são talvez o maior desafio da humanidade. Cumprir-los, alcançá-los é tarefa a ser realizada com a participação de todos. Os governos não têm como implementar os Objetivos, ou o Acordo de Paris, sem a ampla participação de toda a sociedade. É possível que a ficha ainda não tenha caído, mas os ODS nunca serão alcançados de outra maneira.

Recentemente o Secretário-Geral, Antônio Guterres, manifestou a sua frustração com os últimos dados divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês). Segundo o IPCC, as emissões de gases de efeito estufa estão aumentando de maneira acentuada, por conta da recuperação das economias ou por conta do aumento da produção de petróleo a pedido dos EUA e da EU para compensar os efeitos dos últimos embargos e sanções. Ante os dados do IPCC, o Secretário-Geral disse com todas as letras: *alguns governos e CEOs dizem uma coisa e fazem outra. Mentem, em suma.*

O parágrafo 82 do projeto “zero” faz referência aos resultados positivos da COP-26. Será preciso refazer esse parágrafo à luz do comentário do SG, que disse ter saído (em verdade no plural) de Glasgow com esperanças ingênuas. É nesse contexto que o ODS 17 – parcerias para a implementação dos ODS – torna-se o mais importante. É somente por meio dessas parcerias, que estão a reclamar mecanismos específicos de governança para essa finalidade, que poderá pensar-se no cumprimento da Agenda 2030. Todos estamos envolvidos nessa aventura. Tudo nos afeta, porque fazemos parte de um todo. Talvez, a melhor maneira de encerrar esta pequena contribuição seja por meio da reprodução das famosas palavras do poeta John Donne:

Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado, todo homem é um pedaço de um continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntai: Por quem os sinos doam; eles doam por vós”

Conselho de Direitos Humanos da ONU, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Este informe registra e comenta a realização no dia 20 de abril de 2022, do Seminário Internacional do CRIS FIOCRUZ dedicado a um balanço político a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, o Seminário sobre **"Os Direitos Humanos, Saúde e Seguridade Social: a promessa de um novo Contrato Social face às Políticas de Austeridade"** [Seminário na Fiocruz aborda direitos humanos, saúde e seguridade social](#), propôs um debate sobre os desdobramentos da 49ª Sessão, particularmente em torno ao informe do Secretário Geral da ONU Antônio Guterres sobre "A questão do exercício efetivo, em todos os países, dos direitos econômicos, sociais e culturais" A/HRC/49/28. Neste informe o Secretário Geral caracterizou e defendeu o direito à seguridade social e às várias formas de proteções sociais, incluindo a saúde, e apontou os caminhos que permitiriam construir no âmbito dos países e da cooperação internacional as formas de garantia desses direitos e a construção de um novo contrato social e de um *New Deal* global. O painel de debates contou com uma primeira intervenção, por meio de vídeo, do Presidente do Conselho de Direitos Humanos, Embaixador Federico Villegas da Argentina, o qual fez um balanço da 49ª Sessão e seus desdobramentos na busca da materialização do proposto pelo SG. Villegas caracterizou o momento de tensão dos direitos humanos gerado pelo conflito russo-ucraniano, problematizou os conflitos políticos entre os membros do CDH em matéria da primazia entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, onde radicam choques entre o conceito que se atribui à democracia e as condições de vida material dos povos e defendeu a interdependência e totalidade dos direitos humanos como corpo doutrinária e de ação. Também destacou a necessidade de um *New Deal* global que permita enfrentar de forma solidária e efetiva as desigualdades entre as nações e entre os povos.

Após o vídeo do Presidente do CDH, seguiram-se 4 intervenções, as quais exploraram alternativas para alcançar o proposto, densificando o debate crítico sobre a seguridade social / proteções sociais e um novo contrato social. O primeiro a expor foi Stefano Prato, da SID – Society for International Development – Itália, desenvolvendo o tema "O Direito ao Desenvolvimento e os desafios da construção de sistemas de proteções sociais". Stefano caracterizou o momento de crises persistentes e sobrepostas que longe de se constituírem como oportunidades de transformação terminaram por fortalecer ainda mais os mais fortes, acentuando as desigualdades. Com um crescimento econômico que não se traduz em empregos de qualidade nem em aumento real do poder de compra dos salários, temos como resultado uma constante redução do espaço fiscal por conta da menor arrecadação derivada de menor consumo. O aumento assimétrico da riqueza e sua concentração na forma de capital financeiro não se traduzindo em aumento geral do bem estar. A armadilha gerada se sustentaria no comércio assimétrico, nas dívidas e nas desigualdades tecnológicas. Com governos asfixiados financeiramente, submetidos às regras da arquitetura das dívidas internacionais e nacionais, a saída proposta é aquela das parcerias público-privadas, as quais consolidam cada vez mais os interesses do Norte Global mediante suas instituições financeiras de Bretton Woods 2, capturando o espaço de decisão política dos Estados. Frente à esta situação Stefano considera que o *framework* do Direito ao Desenvolvimento poderia ser uma perspectiva que sustente uma nova ordem política e econômica global e considera que é fundamental reivindicar, recuperar o espaço das Nações Unidas para a construção de acordos, tratados vinculantes, conectando as resistências nacionais e regionais com o espaço de regulações e acordos globais, constituindo um espaço de decisões realmente transcendentais.

A segunda a expor foi Tings Chak, pesquisadora sediada em Xangai e Diretora de Arte do Tricontinental: Institute for Social Research, desenvolvendo o tema “O combate às desigualdades na China e a eliminação da extrema pobreza : Aprendizados para um novo contrato social global”. Ela liderou o estudo, *Servir ao Povo: A Erradicação da Pobreza Extrema na China* (2021), e é membro do Dongsheng, um coletivo internacional de pesquisadores interessados na política e na sociedade chinesas. Ela apresentou os processos de erradicação da pobreza e combate às desigualdades na China, enfatizando o envolvimento da sociedade e sua confiança na presença importante dos agentes públicos e do Partido Comunista Chinês em torno a compromissos do Estado como garante de “ uma renda / trabalho, duas respostas – comida e vestimenta e três garantias – saúde, educação e pensões, além de água, eletricidade e habitação” . O direito à existência estaria assim sendo construído em suas bases materiais , envolvendo a mobilização de recursos estatais e privados com um marco descentralizado de respostas mas com uma garantia de contrato universal por parte do governo central. Chak vê na experiência chinesa elementos importantes para uma cooperação sul-sul capaz de mobilizar uma outra agenda que apoie os países que se relacionam com a China para constituir suas próprias capacidades para responder às necessidades de suas populações. Em um momento que uma nova ordem internacional parece emergir, conhecer e entender os caminhos adotados pela China sem o filtro ideológico das fontes ocidentais passa a ser uma tarefa fundamental.

A terceira exposição foi de Francine Mestrum, Doutora em Sociologia pela ULB – Bélgica, fundadora de “ Global Social Justice”, tendo como tema “A universalização da seguridade social como direito humano e seus desafios frente às políticas de austeridade”. Em sua exposição Francine reconheceu o Informe do Secretário Geral da ONU como um texto que merece ser utilizado como guia do esforço pelos Direitos Humanos e a garantia da Seguridade Social no marco de um novo contrato social. Porem apontou os constrangimentos ideológicos que marcam sua aplicação em função da hegemonia neoliberal. Ilustrou sua preocupação destacando as ausências que notou no Informe: falta destacar as desigualdades como base das iniquidades; falta mencionar solidariedade como base para sustentar a seguridade social (para tornar os ricos diretamente relacionados com a redistribuição , evitando dissociar a pobreza da riqueza e desta maneira evitando deixar aos empobrecidos a responsabilidade de resolver seus “próprios problemas” - a proteção social necessita ser solidária; falta apontar a emancipação como processo de construção de poder coletivo alterno (e não do “empoderamento” individual e apolítico); falta definir o desenvolvimento como expressão livre da autodeterminação dos povos. Francine nos faz pensar sobre a “desassistência programada” ou “miséria planejada” que paralisam as políticas sociais em níveis de aspiração insuficientes para garantir o bem estar como marca de sociedade e naturalizam as políticas de austeridade. Vejam o artigo de Francine inspirado pelo painel e traduzido como parte do informe sobre a “Sociedade Civil de Interesse Publico” que compõe este mesmo volume <https://www.other-news.info/fight-against-inequalities/> .

Apesar da ausência, Riccardo Petrella, líder da “Ágora dos Habitantes da Terra”, teve sua mensagem referida sobre “Os bens públicos comuns globais, a ilegalidade da pobreza e a emergência de uma cidadania global”. Petrella sustenta que necessitamos três grandes audácias: ilegalizar a pobreza para poder denunciar seu caráter político e não natural – temos empobrecidos e não pobres e temos que enfrentar os mecanismos de empobrecimento; desfinanciar a economia, para reinserir a economia na vida social e romper a primazia do capital financeiro, especulativo e fonte de poder mediante a arquitetura das dívidas e na apropriação da produtividade humana; desarmar a guerra, rompendo os mecanismos de controle armado das sociedades e na imposição do poder militar sustentado pela indústria

bélica. Aponta os mecanismos legais e as ações políticas que podem desmontar a reprodução do poder hegemônico. Aposta na constituição de bens públicos universais e toma o exemplo da água que está agora cotada nas bolsas de valores de Chicago e nova Iorque, como marcas de um processo de controle monopólico das fontes de águas de superfície e subterrâneas frente a uma esperada escassez hídrica mundial como uma luta exemplar para constituir um controle cidadão universal.

Por último, Eric Friedman, da *Alliance for a Framework Convention on Global Health*, desenvolveu o tema “Contribuição de um tratado de saúde global para a implementação do direito à saúde”. Eric sustentou a importância de termos um instrumento juridicamente vinculante que garanta a saúde como direito humano universal e apresentou as várias dimensões deste direito ao incluir tanto elementos que garantam o bem estar imprescindível para preservar a saúde assim como para recuperá-la. Apontou o caminho a percorrer para construir um apoio suficiente para alcançar este tratado em um ambiente onde a saúde não constitui um direito aceito de forma consensuada.

O painel merece ser revisto e ter seus conteúdos analisados de forma mais profunda, buscando a densificação das propostas do Secretário Geral da ONU com os aportes dos expositores e incidindo também nos debates dos dois tratados hoje na pauta do Conselho de Direitos Humanos: sobre o Direito ao Desenvolvimento e sobre os Direitos Humanos e a atuação das transnacionais.

Cabe assim destacar os seguintes temas derivados do Conselho de Direitos Humanos, relativos aos debates sobre os Tratados acima mencionados:

1. O informe adotado pela 49ª Sessão do CDH, sobre a sétima sessão do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre **corporações transnacionais e outras empresas comerciais no que diz respeito aos direitos humanos**. Presidente-Relator: Emilio Rafael Izquierdo Miño (Equador). A/HRC/49/65. 29 de dezembro de 2021. [G2139755.pdf \(un.org\)](#)

“Introdução 1. O grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas no que diz respeito aos direitos humanos foi estabelecido pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 26/9 de 26 de junho de 2014 e determinou a elaboração de um instrumento internacional legalmente vinculativo para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas empresariais no que diz respeito aos direitos humanos. 2. A sétima sessão do grupo de trabalho, que ocorreu de 25 a 29 de outubro de 2021, foi aberta com uma declaração da Alta Comissariada das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Ela enfatizou algumas tendências importantes no espaço empresarial e de direitos humanos. Em primeiro lugar, observou a maior transformação da responsabilidade corporativa em respeitar os direitos humanos, consagrado nos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, em deveres legais. Iniciativas obrigatórias de *due diligence* de direitos humanos foram adotadas em vários Estados, e tais iniciativas estavam sendo consideradas em outros Estados e por uma organização regional. A Alta Comissária saudou tais desenvolvimentos legislativos como parte de um *mix* inteligente de medidas que os Estados devem adotar para promover o respeito empresarial pelos direitos humanos, e chamou a atenção para a submissão de seu escritório ao grupo de trabalho naquele ano, que detalhou diferentes considerações que devem entrar em regimes obrigatórios de *due diligence* de direitos humanos. Em segundo lugar, ela observou a tendência alarmante em relação à crescente ameaça aos direitos humanos representada pela tríplice crise planetária: mudanças climáticas, poluição e perda de

biodiversidade. Além de fortalecer o respeito e a proteção dos direitos humanos e ambientais, havia uma necessidade urgente de garantir o acesso à justiça e remediar as vítimas de abusos.

Diante dos desafios atuais, incluindo a pandemia global, os atores do setor privado poderiam fazer suas melhores contribuições, garantindo o respeito pelos direitos humanos e pelo planeta em suas próprias operações e relações comerciais. Por fim, a Alta Comissária reiterou sua opinião de que o processo do tratado representou uma oportunidade para aumentar o respeito empresarial pelos direitos humanos, abrindo caminho para operações comerciais mais fundamentadas, responsáveis e responsáveis. Ela instou todos a se envolverem construtivamente no processo...

... 9. Os participantes da sessão discutiram as muitas razões pelas quais era importante abordar a questão das corporações transnacionais e de outras empresas empresariais. Delegações e organizações não governamentais falaram de diferentes tipos de abusos que ocorrem no contexto das atividades empresariais, particularmente em relação ao meio ambiente e à violência contra indivíduos, comunidades e defensores dos direitos humanos. Além disso, destacaram-se os impactos diferenciais enfrentados por diferentes grupos, como indígenas, pessoas de ascendência africana, pessoas com deficiência, crianças, mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais.

Várias delegações observaram como a pandemia COVID-19 exacerbou as desigualdades existentes e afetou desproporcionalmente aqueles em situação de vulnerabilidade ou marginalização. Além disso, algumas delegações e muitas organizações não governamentais notaram o grande poder econômico de muitas corporações, que às vezes excediam a dos Estados. 10. Muitas delegações reafirmaram seu compromisso de proteger os direitos humanos no contexto das atividades empresariais e ações domésticas compartilhadas tomadas a esse respeito, por exemplo, relativas à legislação sobre a obrigatoriedade da diligência dos direitos humanos e outras questões, planos de ação nacionais sobre negócios e direitos humanos, e outros esforços para implementar os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos.

Uma organização regional também compartilhou diferentes ações que estavam sendo tomadas em nível regional, incluindo uma próxima iniciativa sobre governança corporativa sustentável. 11. Muitas delegações e organizações não governamentais observaram que, apesar de tais esforços serem realizados, um instrumento legalmente vinculativo internacional era necessário e oportuno. Em sua opinião, as normas internacionais vinculativas sobre negócios e direitos humanos poderiam preencher lacunas na proteção legal, impulsionar a cooperação internacional, construir normas não vinculativas e complementar e fortalecer a legislação interna. Um instrumento legalmente vinculativo internacional também poderia ajudar a estabelecer um campo de jogo nivelado e segurança jurídica para as empresas. Algumas delegações e muitas organizações não governamentais destacaram diferentes grupos que poderiam se beneficiar do aumento da proteção legal, incluindo mulheres, povos indígenas, crianças e defensores dos direitos humanos.

Além disso, muitas delegações e organizações não governamentais observaram que tal instrumento poderia ajudar a garantir o acesso à justiça e remediar os afetados no contexto das atividades empresariais e ajudar a acabar com a impunidade corporativa. 12. Foi ressaltado que o instrumento deve ser construído e alinhado com normas e trabalhos relevantes. A referência foi feita à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às normas da Organização Internacional do Trabalho, entre outras. No entanto, a

maioria das discussões foi focada nos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, que muitas delegações indicaram que devem ser a base para as discussões. Embora a relevância dos Princípios Orientadores não tenha sido questionada, muitas organizações não governamentais enfatizaram a importância de desenvolver normas vinculantes que iam além dos Princípios Orientadores.

13. Muitas delegações concordaram que havia a necessidade de desenvolver um instrumento legalmente vinculativo internacional, e muitos reafirmaram seu apoio à resolução 26/9 do Conselho de Direitos Humanos e ao grupo de trabalho. No entanto, algumas outras delegações expressaram preocupações sobre o processo e questionaram se havia apoio suficiente para o terceiro texto revisado. Essas delegações enfatizaram a importância de uma abordagem consensual para o desenvolvimento das normas internacionais e a necessidade de apoio de uma massa crítica de Estados em todas as regiões, a fim de garantir que o instrumento seja eficaz. Algumas delegações pediram uma participação mais ampla e ativa dos Estados para garantir que opiniões diversas pudessem ser levadas em conta durante as discussões.

14. No que diz respeito ao terceiro instrumento revisado, muitas delegações compartilharam seu apreço pelos esforços da Presidência na elaboração do projeto, observando os progressos que haviam sido feitos. Várias delegações agradeceram ao Presidente por incorporar suas recomendações da sessão anterior do grupo de trabalho. Delegações e muitas organizações não governamentais observaram favoravelmente as proteções aprimoradas de certos grupos e o aumento da perspectiva de gênero adotada ao longo do texto. 15. Outras delegações expressaram preocupações com o texto da minuta, com alguns observando que o último rascunho não incorporou sugestões importantes feitas na sexta sessão. Muitas delegações consideraram que o projeto teria desafios significativos de implementação. Em sua opinião, algumas partes do texto eram muito ambíguas e vagas, enquanto outras partes eram excessivamente prescritivas. Algumas delegações consideraram que o texto não levou em conta as diferenças nos sistemas jurídicos.

16. Houve discordância quanto ao escopo adequado das empresas a serem cobertas pelo instrumento. Várias delegações saudaram que o texto da minuta se aplicava a todas as atividades empresariais. No entanto, outras delegações consideraram o escopo das empresas cobertas como excessivamente expansivo, excedendo o mandato da resolução 26/9 do Conselho, ou pelo menos indo contra o espírito da resolução. Também houve discordância expressa sobre o escopo das questões a serem abordadas no instrumento. Por exemplo, algumas delegações consideraram que as referências ao meio ambiente e aos direitos ambientais iam além do mandato do grupo de trabalho; muitas organizações não governamentais, por outro lado, argumentaram o quão importante era reter, e até mesmo fortalecer, tais disposições.

17. Apesar de tais discordâncias, muitas delegações se comprometeram a participar construtivamente das deliberações do grupo de trabalho, e houve muitos apelos para um maior engajamento dos Estados e de outras partes interessadas relevantes, a fim de ajudar a desenvolver o texto avançado.”

2. Anúncio: 23ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento. Data: 16 a 20 de maio de 2022. Genebra. Conferência Híbrida. Nesta sessão, o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento continuará revisando os progressos feitos na implementação do direito ao desenvolvimento. Realizará um diálogo interativo com o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o direito ao desenvolvimento e o Relator

Especial sobre o direito ao desenvolvimento e considerará a proposta revisada de convenção sobre o direito ao desenvolvimento.

Documentação:

- Agenda provisória (A/HRC/WG.2/23/1) [Provisional agenda \(A/HRC/WG.2/23/1\)](#)
- Rascunho do programa de trabalho [Draft programme of work](#) (somente em inglês)
- Convenção revisada sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/WG.2/23/2](#)) (versão avançada editada em inglês)
- Proposta revisada de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, com comentários (A/HRC/WG.2/23/2/Add.1) (a ser publicada)
- Compilação de comentários e sugestões textuais ([A/HRC/WG.2/23/CRP.1](#))
- Resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/RES/48/10](#))
- Resolução da Assembleia Geral sobre o direito ao desenvolvimento ([A/RES/76/163](#))
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima primeira sessão ([A/HRC/48/64](#))
- Relatório do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos sobre a Importância de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/45/40](#))
- Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/48/26](#))
- Relatórios do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento [Reports of the Expert Mechanism on the Right to Development](#)
- Relatórios do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento [Reports of the Special Rapporteur on the right to development](#)
- Membros do grupo de redação sobre um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento [Members of the drafting group on a legally binding instrument on the right to development](#)
- Comentários e sugestões textuais recebidos após a 22ª sessão do Grupo de Trabalho [Comments and textual suggestions received after the 22nd session of the Working Group](#)

Acreditação: Podem participar do Grupo de Trabalho as Instituições de Membros e Observadores da ONU, agências especializadas e outras organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos com credenciamento de "status" e ONGs com status consultivo do ECOSOC. Todos os participantes devem se inscrever utilizando o formulário de inscrição para a 23ª sessão do Grupo de Trabalho [registration form for the 23rd session](#). As inscrições permanecerão abertas até as 17:00 horas de Genebra, sexta-feira, 13 de maio de 2022. Um link para participar da reunião remotamente será enviado para aqueles que se cadastraram através do sistema, juntamente com informações sobre como participar da plataforma de reunião e como se cadastrar para a lista de palestrantes. Observe que o link é exclusivo de cada participante cadastrado e não pode ser compartilhado. O link será enviado poucas horas antes do início da sessão.

3. Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos sobre o Direito ao Desenvolvimento Vigésima terceira sessão 16-20 maio 2022. Item 4 da agenda provisória. Revisão dos avanços

feitos na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento. Projeto de convenção revisado sobre o direito ao desenvolvimento. Presidente-Relator: Zamir Akram (Paquistão). Resumo: O anexo ao presente relatório do Presidente-Relator do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento contém o texto revisado da minuta da convenção sobre o direito ao desenvolvimento, apresentado nos termos da resolução 48/10 do Conselho de Direitos Humanos. Os comentários do texto revisado estão contidos no documento A/HRC/WG.2/23/2/Add.1 . O texto original da convenção sobre o direito ao desenvolvimento e os comentários correspondentes estão contidos nos documentos A/HRC/WG.2/21/2 e A/HRC/WG.2/21/2/Add.1, respectivamente.

"... Reconhecendo que a boa governança, a responsabilização e o Estado de Direito em todos os níveis, incluindo os níveis nacional e internacional, e a realização do direito ao desenvolvimento são mutuamente reforçados, reconhecendo também que a pessoa humana e os povos são os temas centrais do processo de desenvolvimento, e que a política de desenvolvimento deve, portanto, torná-los os principais participantes e beneficiários do desenvolvimento, Reconhecendo ainda que todas as pessoas e povos humanos têm direito a um ambiente nacional e global propício ao desenvolvimento justo, equitativo e participativo, centrado em pessoas e povos humanos, respeitando todos os direitos humanos, reconhecendo que os Estados têm a responsabilidade primária, por meio da cooperação, incluindo o engajamento com a sociedade civil, pela criação de condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento, Reconhecendo que todos os órgãos da sociedade a nível nacional ou internacional têm o dever de respeitar os direitos humanos de todos, incluindo o direito ao desenvolvimento, preocupados que, apesar da adoção de inúmeras resoluções, declarações e agendas, o direito ao desenvolvimento ainda não tenha sido efetivamente operacionalizado, convencido de que uma convenção internacional abrangente e integral para promover e garantir a realização do direito ao desenvolvimento, através de ações apropriadas e internacionais, é essencial, concordaram com a seguinte forma:

(c) "Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento" significa a entidade instituída pela Comissão dos Direitos Humanos em sua resolução 1998/72 de 22 de Abril de 1998, aprovada pelo Conselho Econômico e Social em sua decisão 1998/269 de 30 de Julho de 1998; d "Fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável" significa que a entidade estabelecida nos termos do documento de resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, conforme aprovado pela Assembleia Geral em sua resolução 66/288 de 27 de Julho de 2012 e complementada pela Resolução da Assembleia 67/290 de 9 de Julho de 2013.

Parte I. Artigo 1º. Objeto e propósito. O objetivo e objetivo da presente Convenção é promover e garantir o pleno, igual e significativo gozo do direito ao desenvolvimento por cada pessoa humana e todos os povos em todos os lugares, e garantir sua efetiva operacionalização e plena implementação nos níveis nacional e internacional. 2º Do artigo 2º Definições Para efeitos da presente Convenção: (a) "Pessoa jurídica" significa qualquer entidade que possua personalidade jurídica própria sob o direito interno ou internacional e não seja uma pessoa humana, um povo ou um Estado; (b) "Organização internacional" significa uma organização estabelecida por um tratado ou outro instrumento regido pelo direito internacional e possuir sua própria personalidade jurídica internacional; organizações internacionais podem incluir, além dos Estados, outras entidades como membros; (c) "Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento" significa a entidade instituída pela Comissão dos Direitos Humanos em sua resolução 1998/72 de 22 de Abril de 1998, aprovada pelo Conselho Econômico e Social em sua

decisão 1998/269 de 30 de Julho de 1998; (d) "Fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável" significa que a entidade estabelecida nos termos do documento de resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, conforme aprovado pela Assembleia Geral em sua resolução 66/288 de 27 de Julho de 2012 e complementada pela Resolução da Assembleia 67/290 de 9 de Julho de 2013.

Artigo 3º. Princípios gerais. Para alcançar o objeto e o propósito da presente Convenção e implementar suas disposições, as Partes serão orientadas, entre outras coisas, pelos princípios estabelecidos abaixo: (a) Desenvolvimento centrado na pessoa humana e nos povos: a pessoa humana e os povos são os temas centrais do desenvolvimento e devem ser os participantes ativos e beneficiários do direito ao desenvolvimento; (b) Princípios universais comuns a todos os direitos humanos: o direito ao desenvolvimento deve ser realizado de forma a integrar os princípios da igualdade, não discriminação, empoderamento, participação, transparência, prestação de contas, equidade, subsidiariedade, universalidade, inalienabilidade, interdependência e indivisibilidade;

(c) Desenvolvimento baseado em direitos humanos: como o desenvolvimento é um direito humano indivisível e inter-relacionado e interdependente com todos os outros direitos humanos, as leis, políticas e práticas de desenvolvimento, incluindo a cooperação para o desenvolvimento, devem ser normativamente ancoradas em um sistema de direitos e obrigações correspondentes estabelecidas pelo direito internacional; d Contribuição de desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos: o desenvolvimento, conforme descrito na presente Convenção, é essencial para a melhoria dos padrões de vida e do bem-estar das pessoas e dos povos humanos e contribui para o gozo de todos os direitos humanos;

(e) Princípios do direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados: A realização do direito ao desenvolvimento exige pleno respeito aos princípios do direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas; (f) Desenvolvimento autodeterminado: o desenvolvimento é determinado por indivíduos e povos como detentores de direitos. O direito ao desenvolvimento e o direito à autodeterminação dos povos são fundamentais uns aos outros e reforçam mutuamente; (g) Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento deve ser alcançado em suas três dimensões: econômico, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada e em harmonia com a natureza. O direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de forma equitativa para atender equitativamente às necessidades de desenvolvimento e meio ambiente das gerações presentes e futuras; e o direito ao desenvolvimento não pode ser realizado se o desenvolvimento for insustentável; (h) O direito de regulamentar: a realização do direito ao desenvolvimento implica o direito das Partes dos Estados, em nome dos titulares dos direitos, de tomar medidas regulatórias ou outras relacionadas para alcançar o desenvolvimento sustentável em seu território, de acordo com o direito internacional, e coerente com as disposições da presente Convenção; (i) Solidariedade nacional e internacional: a realização do direito ao desenvolvimento requer um ambiente nacionais e internacionais propício, criado por meio de um espírito de cooperação e unidade entre indivíduos, povos, Estados e organizações internacionais, abrangendo a união de interesses, propósitos e ações e o reconhecimento A/HRC/WG.2/23/27 de diferentes necessidades e direitos para alcançar objetivos comuns em todos os lugares. Este princípio inclui o dever de cooperar com total respeito aos princípios do direito internacional; j A cooperação Sul-Sul como complemento à cooperação Norte-Sul: a cooperação Sul-Sul não substitui, mas sim um complemento à cooperação Norte-Sul e, portanto, não deve resultar na redução da cooperação Norte-Sul ou dificultar o progresso no

cumprimento dos compromissos oficiais de assistência ao desenvolvimento existentes; (k) Dever universal de respeitar os direitos humanos: todos têm o dever de respeitar todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, de acordo com o direito internacional; (l) Direito e responsabilidade de indivíduos, povos, grupos e órgãos da sociedade para promover e proteger os direitos humanos: de acordo com o direito internacional, todos têm o direito, individual e em associação com os outros, de promover e lutar pela proteção e realização do direito ao desenvolvimento a nível nacional e internacional. Indivíduos, povos, grupos, instituições e organizações não governamentais também têm um papel importante e uma responsabilidade em contribuir, conforme apropriado, para a promoção do direito de todos a uma ordem social e internacional na qual o direito ao desenvolvimento possa ser plenamente realizado.

Parte II. Artigo 4º. Direito ao desenvolvimento. 1. Toda pessoa humana e todos os povos têm o direito inalienável ao desenvolvimento, em virtude do qual têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento civil, cultural, econômico, político e social que seja indivisível e interdependente e inter-relacionado com todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais. 2. Toda pessoa humana e todos os povos têm direito à participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios resultantes. Artigo 5º. Relação com o direito dos povos à autodeterminação. 1. O direito ao desenvolvimento implica a plena realização do direito de todos os povos à autodeterminação. 2. Todos os povos têm direito à autodeterminação, em virtude da qual determinam livremente seu status político e buscam livremente a realização de seu direito ao desenvolvimento. 3. Todos os povos podem, na busca da realização de seu direito ao desenvolvimento, eliminar livremente suas riquezas e recursos naturais com base no princípio do benefício mútuo, do desenvolvimento sustentável e do direito internacional. Em nenhum caso um povo pode ser privado de seus próprios meios de subsistência. Nada na presente Convenção deve ser interpretado como prejudicando o direito inerente de todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente sua riqueza e recursos naturais. 3. As Partes dos Estados na presente Convenção, incluindo aqueles que são responsáveis pela administração de Territórios Não Auto-Governantes, promoverão a realização do direito à autodeterminação, e respeitarão esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. 5. Os Estados tomarão medidas resolutas para prevenir e eliminar violações maciças e flagrantes dos direitos humanos das pessoas e dos povos afetados por situações como as decorrentes do apartheid, todas as formas de racismo e discriminação, colonialismo, dominação e ocupação, agressão, interferência e ameaças contra a soberania nacional, unidade nacional e integridade territorial, ameaças de guerra e a recusa em reconhecer o direito fundamental dos povos à autodeterminação.

6. Nada contido na presente Convenção será interpretado como autorizar ou encorajar qualquer ação que desmembrar ou prejudicar, total ou em parte, a integridade territorial ou unidade política dos Estados soberanos e independentes que se conduzem em conformidade com o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos e, portanto, possuídos de um governo representando todo o povo pertencente ao território, sem distinção de qualquer tipo. Artigo 6º. Relação com outros direitos humanos. 1. Os Estados Partes reafirmam que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais, inalienáveis, interrelacionados, interdependentes, indivisíveis e igualmente importantes. 2. Os Estados Partes concordam que o direito ao desenvolvimento é parte integrante dos direitos humanos e deve ser realizado em conformidade com toda a gama de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.

Artigo 7º. Relação com a responsabilidade de todos de respeitar os direitos humanos sob o direito internacional. Nada na presente Convenção pode ser interpretado como implicando para qualquer pessoa humana ou jurídica, pessoas, grupo ou Estado qualquer direito de se envolver em qualquer atividade ou realizar qualquer ato destinado à destruição, anulação ou prejuízo de qualquer direito e liberdade aqui estabelecido ou em sua limitação em maior grau do que está previsto na Convenção. Para isso, as Partes dos Estados concordam que todas as pessoas humanas e jurídicas, povos, grupos e Estados têm o dever geral, segundo o direito internacional, de se absterem de participar na violação do direito ao desenvolvimento.

Parte III. Artigo 8º. Obrigações gerais das Partes dos Estados. 1. Os Estados Partes respeitarão, protegerão e cumprirão o direito ao desenvolvimento para todos, sem discriminação de qualquer tipo com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, nacionalidade, apátrida, origem nacional, étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento, idade ou outro status, de acordo com as obrigações estabelecidas na presente Convenção. 2. Os Estados Partes cooperarão entre si na garantia do desenvolvimento e na eliminação de obstáculos ao desenvolvimento, incentivando a plena observância e a realização de todos os direitos humanos. 3. Os Estados Partes assegurarão que as autoridades públicas e as instituições de todos os níveis atuem em conformidade com a presente Convenção. 4. Os Estados Partes reconhecem que cada Estado tem o direito, em nome de seus povos, e também o dever de formular, adotar e implementar leis, políticas e práticas nacionais adequadas em conformidade com o direito ao desenvolvimento e visando a sua plena realização. Para isso, as Partes dos Estados comprometem-se a abster-se de anular ou prejudicar, inclusive em questões relativas à cooperação, auxílio, assistência, comércio ou investimento, ao exercício do direito e à quitação do dever de cada Partido do Estado de determinar suas próprias prioridades de desenvolvimento nacional e implementá-las de forma coerente com as disposições da presente Convenção e do direito internacional.

Artigo 9º. Obrigações gerais de organizações internacionais. Sem prejuízo do dever geral contido no artigo 7º, as Partes dos Estados concordam que as organizações internacionais também têm a obrigação de se absterem de condutas que auxiliam, auxiliam, dirigem, controlam ou coerem, com conhecimento das circunstâncias do ato, de um Estado ou de outra organização internacional para violar qualquer obrigação que o Estado ou a última organização possam ter no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento. Artigo 10º. Obrigação de respeitar os Estados. As partes devem abster-se de condutas, expressas por lei, política ou prática, que: (a) Anular ou prejudicar o gozo e o exercício do direito ao desenvolvimento; (b) Prejudica a capacidade de outro Estado ou de uma organização internacional de cumprir as obrigações desse Estado ou daquela organização internacional no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento; (c) Ajudas, assistências, direcionamentos, controles ou coerções, com conhecimento das circunstâncias do ato, de outro Estado ou de uma organização internacional para violar as obrigações desse Estado ou daquela organização internacional no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento; (d) Faz com que uma organização internacional da qual é membro cometa um ato que, se cometido pela parte do Estado, constituiria uma violação de sua obrigação nos termos da presente Convenção, e o faz para contornar essa obrigação, aproveitando-se do fato de que a organização internacional tem competência em relação ao seu tema. Artigo 11º. Obrigação de proteger os Estados Partes adotará e aplicará todas as medidas necessárias, apropriadas e razoáveis, incluindo administrativas, legislativas, investigativas, judiciais, diplomáticas ou outras, para garantir que pessoas humanas ou jurídicas, povos, grupos ou qualquer outro Estado ou agentes que o Estado esteja em posição de regular não anulam ou prejudicam o gozo e o exercício do direito ao desenvolvimento dentro ou fora de seus territórios

quando: (a) Tal conduta tem origem ou ocorre no território da parte Estatal; (b) A pessoa humana ou jurídica tem a nacionalidade da parte Estatal; (c) A parte Estatal tem o dever legal necessário, de acordo com o direito nacional ou internacional, de supervisionar, regular ou exercer a fiscalização da conduta da pessoa jurídica que se envolva em atividades empresariais, incluindo as de caráter transnacional.

Artigo 12º. Obrigação de cumprir. 1. Cada Parte do Estado tomará medidas, individualmente e por meio da assistência e cooperação internacionais, com vistas a aumentar progressivamente o direito ao desenvolvimento, sem prejuízo de suas obrigações de respeitar e proteger o direito ao desenvolvimento contido nos artigos 10 e 11 da presente Convenção ou às obrigações contidas na presente Convenção que são de efeito imediato. Os Estados Partes podem tomar tais medidas através de quaisquer meios apropriados, em particular através da adoção de medidas legislativas. 2. Para este fim, cada Partido do Estado tomará todas as medidas necessárias a nível nacional e garantirá, entre outras coisas, igualdade de oportunidades para todas as pessoas e povos humanos em seu acesso a recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, moradia e emprego, e na distribuição justa de renda, e realizará reformas econômicas e sociais adequadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais.

Artigo 13º. Dever de cooperar. 1. Os Estados Partes reafirmam e devem implementar o seu dever de cooperar uns com os outros, por meio de ações conjuntas e separadas, a fim de: (a) Resolver problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural, político, ambiental, relacionado à saúde, educacional, tecnológico ou humanitário; (b) Acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive erradicando a pobreza extrema; (c) Promover padrões mais elevados de vida, emprego pleno e produtivo, trabalho decente, condições de dignidade humana e progresso e desenvolvimento econômico e social; (d) Promover e incentivar o respeito universal pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de qualquer tipo. 2. Com esta finalidade, os Estados têm a responsabilidade primária, de acordo com o princípio geral da solidariedade internacional descrito na presente Convenção, pela criação de condições internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento para todos, e tomarão medidas deliberadas, concretas e direcionadas, individual e conjuntamente, inclusive por meio da cooperação dentro de organizações internacionais e do engajamento com a sociedade civil: (a) Garantir que pessoas humanas e jurídicas, grupos e Estados não prejudiquem o gozo do direito ao desenvolvimento; (b) Eliminar obstáculos à plena realização do direito ao desenvolvimento, inclusive por meio da revisão das políticas e práticas de instrumentos jurídicos internacionais; (c) Assegurar-se de que a formulação, adoção e a implementação dos instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais das Partes dos Estados sejam consistentes com o objetivo de plena realização do direito ao desenvolvimento para todos; (d) Formular, adotar e implementar instrumentos jurídicos internacionais adequados, políticas e práticas voltadas para o aprimoramento progressivo e a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos; (e) Mobilizar recursos técnicos, tecnológicos, financeiros, infra-estruturais adequados e outros recursos necessários para permitir que as Partes dos Estados, particularmente em países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, cumpram suas obrigações nos termos da presente Convenção. 3. As Partes dos Estados assegurarão que o financiamento para o desenvolvimento e todas as outras formas de ajuda e assistência dadas ou recebidas por eles, sejam bilaterais, ou sob qualquer quadro institucional ou internacional, estejam em conformidade com os princípios de cooperação de desenvolvimento reconhecidos internacionalmente e coerentes com as disposições da presente Convenção. 4. Os Estados Partes reconhecem o seu dever de cooperar

para criar uma ordem social e internacional propícia à realização do direito ao desenvolvimento, entre outros: (a) Promover um sistema comercial multilateral universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório, equitativo, transparente e inclusivo; (b) Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, conforme definido nos acordos comerciais e de investimento aplicáveis; (c) Melhorar a regulação e o monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação dessas regulamentações; (d) Garantir maior representação e voz para os países em desenvolvimento, incluindo países menos desenvolvidos, na tomada de decisões em todas as instituições econômicas e financeiras internacionais, a fim de entregar instituições mais eficazes, confiáveis, responsáveis e legítimas; (e) Aumentar o apoio à capacitação aos países em desenvolvimento, incluindo para países menos desenvolvidos e estados em desenvolvimento de pequenas ilhas, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, oportunas e confiáveis desagregados por renda, sexo, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais; (f) Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento, os fluxos financeiros e o investimento estrangeiro, inclusive através, mas não se limitando à implementação de quaisquer compromissos existentes, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular países menos desenvolvidos, países africanos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países em desenvolvimento, de acordo com seus planos e programas nacionais; (g) Melhorar o Norte-Sul, Sul-Sul, triangular e outras formas de cooperação regional e internacional em todas as esferas, particularmente no acesso à ciência, tecnologia e inovação, e também melhorar o compartilhamento de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, em particular no nível das Nações Unidas e através de mecanismos existentes e novos para a facilitação da tecnologia global; (h) Melhorar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, abordar os impactos econômicos, sociais e ambientais das mudanças climáticas e melhorar o acesso às finanças climáticas internacionais para apoiar os esforços de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, especialmente aqueles particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas; (i) Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente sólidas e compatíveis com os direitos humanos aos países em desenvolvimento em condições favoráveis, inclusive em termos concessionários e preferenciais, conforme acordado mutuamente; (j) Eliminar fluxos financeiros ilícitos, combatendo a evasão fiscal e a corrupção, reduzindo as oportunidades de evasão fiscal, aumentando a divulgação e a transparência nas transações financeiras nos países de origem e destino e fortalecendo a recuperação e devolução de ativos roubados; (k) Auxiliar os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento da dívida, a redução da dívida e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e abordar a dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir a angústia da dívida; (l) Facilitar a migração e a mobilidade seguras, ordenadas e regulares das pessoas, inclusive através da implementação de políticas de migração planejadas e bem gerenciadas baseadas em direitos.

Artigo 14. Medidas coercitivas. 1. O uso ou incentivo do uso de medidas econômicas ou políticas, ou qualquer outro tipo de medida, para coagir um Estado a fim de obter a sua subordinação do exercício de seus direitos soberanos em violação aos princípios da igualdade soberana dos Estados, da liberdade de consentimento dos Estados ou do direito internacional

aplicável constitui uma violação do direito ao desenvolvimento. 2. Os Estados Partes devem abster-se de adotar, manter ou implementar as medidas referidas no nº 1.

Artigo 15. Medidas específicas e corretivas. 1. Estados Partes reconhecem que certas pessoas humanas, grupos e povos, devido à sua marginalização ou vulnerabilidade por causa de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, nacionalidade, apátrida, origem nacional, étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento, idade ou outro status, inclusive como defensores dos direitos humanos, podem precisar de medidas específicas e corretivas para acelerar ou alcançar a igualdade de fato em seu gozo do direito ao desenvolvimento. Medidas específicas e corretivas podem incluir, entre outras, a total, efetiva, adequada e digna participação dessas pessoas humanas, grupos e povos em processos de tomada de decisão, programas e formulação de políticas que afetam seu pleno e igual prazer do direito ao desenvolvimento, sem sujeitá-los a restrições ou barreiras estruturais, ambientais ou institucionais. 2. Os Estados Partes reconhecem que os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, devido a injustiças históricas, conflitos, riscos ambientais, mudanças climáticas ou outras desvantagens, incluindo de natureza econômica, técnica ou infra-estrutural, podem exigir medidas específicas e corretivas por meio de instrumentos, políticas e práticas internacionais mutuamente acordados para garantir a igualdade de realização do direito ao desenvolvimento por todas as pessoas e povos humanos. Tais medidas podem, conforme apropriado, incluir: (a) O reconhecimento de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, levando em conta diferentes circunstâncias nacionais; (b) A oferta de tratamento especial e diferenciado; (c) Termos preferenciais sobre comércio, investimento e finanças; (d) A criação de fundos especiais ou mecanismos de facilitação; (e) A facilitação e mobilização de assistência financeira, técnica, tecnológica, infraestrutural, capacitação ou outros serviços; (f) Outras medidas mutuamente acordadas condizente com as disposições da presente Convenção. Artigo 16. Igualdade entre homens e mulheres. 1. As Partes dos Estados, de acordo com suas obrigações previstas no direito internacional, assegurarão a igualdade total para todas as mulheres e homens, e adotarão medidas, inclusive por meio de medidas especiais temporárias, como e quando apropriado, para acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares, a fim de garantir o seu pleno e igual prazer do direito ao desenvolvimento.

2. Para isso, as Partes dos Estados adotarão as medidas adequadas, individual e conjuntamente, entre outras: (a) Prevenir e eliminar todas as formas de violência e práticas nocivas contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada on-line e off-line, incluindo tráfico e sexual e outros tipos de exploração; (b) Garantir a participação plena, igualitária, efetiva e significativa das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis na conceituação, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas na vida política, econômica, cultural e pública e dentro de pessoas jurídicas; (c) Adotar e fortalecer políticas e legislações impositivas para a promoção da igualdade de oportunidades e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis; (d) Incorporar e integrar as principais perspectivas de gênero na formulação, adoção e implementação de todas as leis, políticas e práticas nacionais e instrumentos, políticas e práticas legais internacionais; (e) Garantir acesso igual e equitativo e controle sobre os recursos necessários para a plena realização do direito ao desenvolvimento por mulheres e meninas em todos os lugares; (f) Garantir um acesso igualitário e equitativo à educação e serviços de qualidade necessários à plena realização do direito ao desenvolvimento por mulheres e meninas em todos os lugares; (g) Realizar a agenda de mulheres, paz e segurança e garantir a participação

plena, efetiva e significativa das mulheres na prevenção e resolução de conflitos armados e na construção da paz para a manutenção e promoção da paz e da segurança em todos os níveis.

Artigo 17. Povos Indígenas. 1. Os povos indígenas têm o direito de buscar livremente seu desenvolvimento em todas as esferas, de acordo com suas próprias necessidades e interesses. Eles têm o direito de determinar e desenvolver prioridades e estratégias para exercer seu direito ao desenvolvimento. 2. De acordo com o direito internacional, os Estados Parte devem consultar e cooperar de boa fé com os povos indígenas e tribais envolvidos através de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e implementar medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. 3. Os Estados Partes devem consultar e cooperar de boa fé com os povos indígenas interessados por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes da aprovação de qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente no desenvolvimento, utilização ou exploração de recursos minerais, hídricos ou outros.

Artigo 18º. Prevenção e supressão da corrupção. Estados Partes reconhecem que a corrupção representa um sério obstáculo para a realização do direito ao desenvolvimento. Para isso, as Partes dos Estados devem, individual e conjuntamente: (a) Promover e fortalecer medidas de prevenção e combate à corrupção; (b) Promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e combate à corrupção, inclusive na recuperação de ativos; (c) Promover a integridade, a prestação de contas e a gestão adequada dos assuntos públicos e do patrimônio público; (d) Garantir integridade financeira e transparência na arquitetura financeira internacional, tributação e transações.

Artigo 19º. Proibição de limitações sobre o gozo do direito ao desenvolvimento. Estados Partes reconhecem que o gozo do direito ao desenvolvimento não pode estar sujeito a quaisquer limitações, exceto na medida em que possam resultar diretamente do exercício de limitações sobre outros direitos humanos aplicadas de acordo com o direito internacional.

Artigo 20º. Avaliações de impacto. 1. Os Estados Partes comprometem-se a tomar as medidas adequadas, individual e conjuntamente, inclusive dentro de organizações internacionais, para estabelecer marcos legais para a realização de avaliações prévias e contínuas de riscos e impactos reais e potenciais de suas leis, políticas e práticas nacionais e instrumentos jurídicos internacionais, políticas e práticas, e da conduta de pessoas jurídicas que estejam em posição de regular para garantir o cumprimento das disposições da presente Convenção. 2. Os Estados Partes levarão em conta quaisquer outras diretrizes, melhores práticas ou recomendações que a Conferência dos Estados Partes possa fornecer em relação às avaliações de impacto.

Artigo 21º. Estatísticas e coleta de dados. 1. Estados Partes comprometem-se a coletar informações apropriadas, incluindo dados estatísticos e de pesquisa de fontes oficiais e outras, para permitir que eles formulem e implementem políticas para dar efeito à presente Convenção. O processo de coleta e manutenção dessas informações deve: (a) Cumprir as salvaguardas legalmente estabelecidas, incluindo a legislação sobre proteção de dados, para garantir a confidencialidade e o respeito à privacidade on-line e off-line; (b) Cumprir normas internacionalmente aceitas para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais e os princípios éticos na coleta e utilização das estatísticas. 2. As informações coletadas de acordo com o presente artigo serão desagregadas, conforme apropriado, e utilizadas pelo Estado Parte para avaliar a execução de suas obrigações nos termos da presente Convenção e identificar e

abordar os obstáculos à plena realização do direito ao desenvolvimento. 3. Os Estados Partes assumirão a responsabilidade pela disseminação dessas estatísticas de forma consistente com o objetivo de plenamente concretizar o direito ao desenvolvimento de todos.

Artigo 22. Paz e segurança internacionais. 1. Os Estados Partes reafirmam suas obrigações existentes sob o direito internacional de promover o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais em consonância com os princípios e obrigações contidos na Carta das Nações Unidas, incluindo a solução pacífica das disputas. 2. Para isso, de acordo com o direito internacional, as Partes dos Estados comprometem-se a buscar medidas coletivas com o objetivo de alcançar o desarmamento geral e completo sob rígido e eficaz controle internacional para que os recursos humanos, ecológicos, econômicos e tecnológicos do mundo possam ser utilizados para a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos. Estados Partes comprometem-se a promover a paz e as sociedades inclusivas dentro de seus territórios para a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos.

Artigo 23º. Desenvolvimento sustentável. Estados Partes, individual e conjuntamente, comprometem-se a garantir que: (a) Leis, políticas e práticas relativas ao desenvolvimento nos níveis nacional e internacional sejam destinadas e contribuam para a realização do desenvolvimento sustentável, coerente com as obrigações das Partes dos Estados sob o direito ambiental internacional, a legislação sobre mudanças climáticas e o direito dos direitos humanos; (b) Suas decisões e ações não comprometem a capacidade das gerações presentes e futuras de realizar seu direito ao desenvolvimento; (c) A formulação, adoção e a implementação de todas essas leis, políticas e práticas destinadas a realizar o desenvolvimento sustentável são plenamente coerentes com as disposições da presente Convenção e outras obrigações para a realização do desenvolvimento sustentável no direito internacional.

Artigo 24. Interpretação harmoniosa. 1. Nada na presente Convenção será interpretado como prejudicando as disposições da Carta das Nações Unidas e das constituições das agências especializadas que definem as respectivas responsabilidades dos diversos órgãos das Nações Unidas e das agências especializadas em relação às questões tratadas na presente Convenção. Para isso, as Nações Unidas e suas agências especializadas têm a obrigação de promover o direito ao desenvolvimento. 2. As disposições da presente Convenção não afetarão os direitos e obrigações de qualquer Parte do Estado decorrente de qualquer direito internacional existente, exceto quando o exercício desses direitos e o exercício dessas obrigações violarem o objeto e o propósito da presente Convenção. O presente parágrafo não se destina a criar uma hierarquia entre a presente Convenção e outras leis internacionais.

Parte IV. Artigo 25. Conferência dos Estados Partes. 1. Uma Conferência dos Estados Partes está estabelecida. 2. A Conferência dos Estados Partes manterá sob revisão regular a efetiva implementação da Convenção e quaisquer instrumentos legais relacionados que a Conferência dos Estados Partes possa, no futuro, adotar, e tomará, dentro do seu mandato, as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da Convenção. Para isso, a Conferência dos Estados Partes deve: (a) Examinar periodicamente os relatórios das Partes dos Estados sobre a execução de suas obrigações nos termos da Convenção e os obstáculos que enfrentam na realização do direito ao desenvolvimento, à luz do objeto e do propósito da Convenção. A este respeito, (b) Conferência dos Estados Partes pode encaminhar tais relatórios ao mecanismo de implementação contemplado nos termos do artigo 26.o da presente Convenção; (b) Promover e facilitar a troca aberta de informações sobre as medidas adotadas pelas Partes dos Estados para abordar a realização do direito ao desenvolvimento, tendo em

conta as diferentes circunstâncias, responsabilidades e capacidades dos Estados Partes e suas respectivas obrigações nos termos da Convenção; (c) Promover, desenvolver e refinar periodicamente, de acordo com as disposições da presente Convenção, as metodologias e as melhores práticas para os Estados Partes avaliarem o status de realização do direito ao desenvolvimento; (d) Buscar e utilizar, se for caso disso, os serviços e a cooperação e as informações fornecidas por organizações internacionais competentes e órgãos governamentais e não governamentais; (e) Considere e adote relatórios regulares sobre o status de implementação da Convenção e garanta sua publicação; (f) Recomendações sobre quaisquer assuntos relevantes para a implementação da Convenção, incluindo, entre outros, a adoção de protocolos ou alterações; (g) Exercer tais outras funções como são necessárias para a realização do objeto e propósito, bem como os objetivos, da Convenção. 3. A primeira sessão da Conferência dos Estados Partes será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no máximo seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção. Em sua primeira sessão, a Conferência dos Estados Partes adotará suas próprias regras de procedimento, que incluirão a tomada de decisões para assuntos ainda não declarados na Convenção.

4. A Conferência dos Estados Partes reunir-se-á em sessões públicas, exceto conforme determinado por ela, de acordo com o seu regimento. 5. Todos os Estados que não fazem parte da presente Convenção, agências especializadas, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, outras organizações internacionais, mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, organismos regionais de direitos humanos, instituições nacionais de direitos humanos e organizações não governamentais com status consultivo com o Conselho Econômico e Social podem participar como observadores nas sessões públicas da Conferência dos Estados Partes. A Conferência dos Estados Partes pode, de acordo com o seu regimento, considerar pedidos ou podem convidar outras partes interessadas a participar como observadores. 6. A Conferência dos Estados Partes será realizada anualmente como parte das sessões do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento. 7. As sessões especiais da Conferência dos Estados Partes serão realizadas em outras ocasiões, pois podem julgar necessárias, ou mediante solicitação de qualquer parte do Estado, de acordo com o seu regimento. 8. A Conferência dos Estados Partes transmitirá seus relatórios à Assembleia Geral, ao Conselho Econômico e Social, ao Conselho de Direitos Humanos, ao Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e ao fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável.

Artigo 26º . Protocolos para a Convenção. 1. A Conferência dos Estados Partes pode adotar protocolos para a presente Convenção. 2. O texto de qualquer protocolo proposto deve ser comunicado às Partes dos Estados pelo menos seis meses antes da apreciação. 3. Os requisitos para a entrada em vigor de qualquer protocolo serão estabelecidos por esse instrumento. 4. As decisões sob qualquer protocolo serão tomadas apenas pelas Partes dos Estados ao protocolo em causa.

Artigo 27º . Criação de um mecanismo de implementação. 1. Em sua primeira sessão, a Conferência dos Estados Partes estabelecerá um mecanismo de implementação para facilitar, coordenar e auxiliar, de forma não contraditória e não punitiva, a implementação e a promoção do cumprimento das disposições da presente Convenção. 2. O mecanismo de implementação consistirá de especialistas independentes, considerando-se, entre outros, o equilíbrio de gênero e a representação geográfica equitativa, bem como a uma representação adequada de diferentes sistemas jurídicos. 3. O mecanismo de implementação deve: (a) Adotar comentários gerais ou recomendações para auxiliar na interpretação ou implementação das disposições da Convenção; (b) Rever os obstáculos à implementação da Convenção a pedido da Conferência

dos Estados Partes; (c) Revisar os pedidos dos detentores de direitos para comentar situações em que seu direito ao desenvolvimento foi prejudicado pela incapacidade dos Estados de cumprirem seu dever de cooperar, conforme reafirmado e reconhecido nos termos da presente Convenção, dentro do mandato estabelecido para este fim pela Conferência dos Estados Partes; (d) Realizar quaisquer outras funções que possam ser investidas pela Conferência dos Estados Partes. 3. A Conferência dos Estados Partes adotará regras de procedimento para o funcionamento do mecanismo de implementação.

Parte V. Artigo 28º. Assinatura. A presente Convenção estará aberta para assinatura por todos os Estados e organizações internacionais na sede das Nações Unidas em Nova York a partir de ____ Artigo 29º Consentimento para estar vinculado 1. A presente Convenção estará sujeita à ratificação, aprovação ou aceitação pelos Estados signatários. 2. Não obstante as obrigações das organizações internacionais existentes no direito internacional e na presente Convenção, o consentimento das organizações internacionais signatárias a serem vinculadas pela presente Convenção será expresso através de um ato de confirmação formal. 3. A presente Convenção estará aberta para adesão por qualquer Estado ou organização internacional que não tenha assinado a Convenção.

Artigo 30. Organizações internacionais. 1. As organizações internacionais declararão, em seus instrumentos de confirmação ou adesão formal, a extensão de sua competência em relação às questões regidas pela presente Convenção. Posteriormente, informarão o depositário de qualquer modificação substancial na extensão de sua competência. 2. As referências às "Partes dos Estados" na presente Convenção aplicam-se a tais organizações dentro dos limites de sua competência. 3. Para efeitos do artigo 30 (1) e do artigo 31 (2) e (3), não serão contados qualquer instrumento depositado por uma organização internacional. 4. As organizações internacionais, em matéria de sua competência, podem exercer o seu direito de voto na Conferência dos Estados Partes, com uma série de votos iguais ao número de seus Estados-membros que são partes da presente Convenção. Tal organização não pode exercer o seu direito de voto se algum dos seus Estados-membros exercer o seu direito, e vice-versa.

Artigo 31. Entrada em vigor. 1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão. 2. Para cada Estado ou organização internacional ratificando, confirmando formalmente ou aderindo à Convenção após o depósito do vigésimo instrumento, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito de seu próprio instrumento.

Artigo 32º. Reservas. 1. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e a finalidade da presente Convenção. 2. As reservas podem ser retiradas a qualquer momento. Artigo 33º. Alterações. 1. Qualquer Partido do Estado pode propor uma alteração na presente Convenção e submetê-la ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará quaisquer alterações propostas aos Estados Partes, com um pedido para ser notificado se eles são favoráveis a uma conferência de Estados Partes com o propósito de considerar e decidir sobre as propostas. Caso, no prazo de quatro meses a partir da data de tal comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes favoreçam tal conferência, o Secretário-Geral convocará a conferência sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer alteração aprovada pela maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votações será submetida pelo Secretário-Geral à Assembleia Geral para aprovação e posteriormente a todos os Estados Partes para aceitação. 2. Uma alteração aprovada e aprovada de acordo com o parágrafo 1º do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após o número de instrumentos de aceitação depositados atingir dois terços do número de Estados Partes na data da aprovação da emenda. Posteriormente, a

alteração entrará em vigor para qualquer Estado Parte no trigésimo dia seguinte ao depósito de seu próprio instrumento de aceitação. Uma alteração será obrigatória apenas para os Estados Partes que a aceitaram. 3. Se assim for decidido pela Conferência dos Estados Partes por consenso, uma alteração aprovada e aprovada de acordo com o parágrafo 1º do presente artigo que se relaciona exclusivamente com os artigos 24, 25 e 26 dos Estados entrará em vigor para todos os Estados Partes no trigésimo dia após o número de instrumentos de aceitação depositados atingir dois terços do número de Estados Partes na data da aprovação da emenda.

Artigo 34º. Denúncia. Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção por notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia entrará em vigor um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 35º. A resolução de controvérsias entre os Estados Partes. Qualquer disputa entre dois ou mais Estados Partes no que diz respeito à interpretação ou aplicação da presente Convenção que não tenha sido resolvida pela negociação poderá, mediante acordo entre as partes da disputa, ser encaminhada ao Tribunal Internacional de Justiça para uma decisão.

Artigo 36º. Formato acessível. O texto da presente Convenção será disponibilizado em formatos acessíveis.

Artigo 37º. Depositário. O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário da presente Convenção.

Artigo 38º. Textos autênticos 1. Os textos árabes, chineses, ingleses, franceses, russos e espanhóis da presente Convenção serão igualmente autênticos. 2. Em testemunha, os plenipotentes sub-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.”

As movimentações e ajustes de cooperação às vésperas da Assembleia Mundial da Saúde

Paula Reges, Guto Galvão e Luana Bermudez

Os preparativos para a 75ª Assembleia Mundial da Saúde

O mês de maio significa para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o momento para as maiores definições da agenda em saúde global. A última semana do dado mês é sempre destinada à Assembleia Mundial da Saúde (AMS), órgão decisório da OMS. Conta com a participação de delegações de todos os Estados Membros da OMS, além das organizações da sociedade civil (*civil society organizations - CSOs*), e se concentra em um circuito de saúde específico preparado pelo Conselho Executivo. As principais funções da AMS são determinar as políticas da Organização, nomear o Diretor-Geral, supervisionar as políticas financeiras e revisar e aprovar o orçamento-programa proposto. Este ano a [septuagésima quinta WHA](#) acontecerá de 22 a 28 de maio em Genebra, Suíça.

Como proposta inclusiva de discussão e preparação para o evento, a OMS tem realizado sessões informais com a participação de *non-state actors*. São quatro reuniões previstas, que estão sendo bem mais interativas que o esperado, com destrinchamento de pontos-chave da agenda. À altura de muitas incertezas em relação à participação presencial das CSOs na AMS e à limitação dos espaços de intervenção assertivas das mesmas, as exposições estão funcionando como palco para questionamentos, cobranças e contribuições.

Em 11 de abril aconteceu o primeiro momento para discussão do *Pilar 1: Mais um bilhão de pessoas se beneficiando da cobertura universal de saúde*, lema central de trabalho do Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus (Diretor geral da OMS) e força motriz do trabalho atual relacionado às doenças não-transmissíveis.

Seguiram-se as exposições sobre o acompanhamento da declaração política da terceira reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis, expondo-se três tópicos centrais: (1) Projeto de roteiro de implementação 2023–2030 para o plano de ação global para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis 2013–2030; (2) Elaboração das recomendações sobre como fortalecer o desenho e a implementação de políticas, incluindo aquelas para sistemas de saúde resilientes e serviços e infraestrutura de saúde, para tratar pessoas que vivem com doenças não transmissíveis e para prevenir e controlar seus fatores de risco em emergências humanitárias; (3) Projeto de plano de ação (2022–2030) para implementar efetivamente a estratégia global para reduzir o uso nocivo do álcool como uma prioridade de saúde pública.

Os processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional, a urbanização e o crescimento econômico e social contribuem para o maior risco de desenvolvimento de doenças crônicas na população. As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são, globalmente, as principais causas de mortalidade. As que mais acometem a população são as doenças do aparelho circulatório, neoplasias malignas, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas. Essas doenças caracterizam-se por ter uma etiologia múltipla, muitos fatores de risco (sendo os principais o uso de tabaco, consumo nocivo de álcool, alimentação não saudável e atividade física insuficiente), longos períodos de latência, curso prolongado, origem não infecciosa e também por associa-rem-se a deficiências e incapacidades funcionais.

Ao longo das exposições, a OMS abordou que apesar de as DCNT serem das principais causas de morte do mundo, a alocação de fundos não reflete a carga de doença. Menos de um terço dos países implementaram políticas para reduzir a ingestão de alimentos não saudáveis, como a estratégia de tributação do açúcar e o fortalecimento da capacidade de detecção e seguimento da Atenção Primária em Saúde. Além disso, as unidades de saúde em quase metade de todos os países não estão equipadas para detectar e tratar suficientemente as DCNTs. Durante a pandemia de Covid-19, 136 países relataram à OMS que seus serviços neste setor foram interrompidos.

O segundo encontro preparatório da AMS aconteceu na última quinta-feira 21 de abril. Continuaram a abordagem do Pilar 1, com a pauta de Recursos Humanos para Saúde, apresentada por Jim Campbell, diretor adjunto WHO for health workforce department. Foi apresentado o Plano de Ação Trabalhando pela Saúde (2022 - 2030) - [Working for Health Action Plan](#), no qual se menciona a escassez de força de trabalho em todas as regiões da OMS, com observação a maior carência na região AFRO, e o reforço da tríade motora: proteger - salvar - investir. Ademais, foram ainda apresentados o Pilar 3: Mais um bilhão de pessoas desfrutando de melhor saúde e bem-estar, sob o tópico de nutrição materna infantil.

As próximas reuniões acontecerão em 28 de abril, interpellando o Pilar 2: Emergências de saúde pública: preparação e resposta, com discussão sobre o fortalecimento da preparação e resposta da OMS para emergências de saúde, incluindo o trabalho da OMS em emergências de saúde; e o Pilar 4: construção de uma OMS mais eficaz e eficiente, fornecendo melhor apoio aos países, aderindo ao Financiamento Sustentável.

A interlocução da Fiocruz na engrenagem da Saúde Global

Destacamos o papel da Fiocruz como ator relevante no ecossistema da saúde global. Nas últimas semanas houve algumas reuniões que merecem destaque, como com a DNDi (*Drugs for Neglected Diseases Initiative*), a Unitaid (agência em saúde global dedicada à soluções para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de maneira rápida, barata e efetiva, em LMICs) e a OMS.

A presidente da Fiocruz recebeu o diretor de relações exteriores e comunicação da Unitaid, Mauricio Cysne, e a gerente de estratégias, Carmen Pérez, em um [seminário](#) onde foram discutidos os projetos conjuntos em andamento e as perspectivas futuras para a parceria entre as duas instituições. Neste sentido, cabe destacar o anúncio de extensão e financiamento para a implementação da Profilaxia Pré-exposição (PrEp) Injetável no Brasil. O tratamento injetável é considerado mais eficaz na redução do risco de infecção pelo HIV, além de facilitar a adesão por parte do público-alvo, já que são apenas algumas injeções por ano, diferente do tratamento oral diário. Esta evolução do projeto é vista como uma estratégia que realmente poderá fazer diferença e será coordenado pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) em parceria com o Ministério da Saúde.

Outro projeto em andamento com a Unitaid é o CUIDA Chagas, que também é coordenado pelo INI e tem como objetivo acelerar o diagnóstico de pacientes com Doença de Chagas, para assim agilizar o início do tratamento. Além desses dois projetos, cabe ressaltar que a parceria com a instituição vem evoluindo ao longo dos anos e poderão surgir novas propostas no futuro, principalmente a partir do hub de RNA mensageiro, que poderá ser utilizado para outras doenças.

Em relação à DNDi, estiveram [presentes na Fiocruz](#) o diretor global de Pesquisa e Desenvolvimento da DNDi, Laurent Fraisse; o presidente da iniciativa na América Latina, Michel Lotrowska; e o diretor executivo regional da DNDi na América Latina, Sergio Sosa Estani e outros representantes da equipe técnica da instituição. Na ocasião foi assinado um Memorando de Entendimento para Colaboração e Condução de P&D para o tratamento da dengue, acordo que ocorre no âmbito de uma parceria global de pesquisa coordenada pela DNDi. A estratégia tem como objetivo avaliar oportunidades com vacinas, medicamentos, diagnósticos, entre outros, porém não centradas em um único produto e contando com diversos parceiros ao redor do mundo, tendo a Fiocruz como um ator central nesta rede.

Cabe destacar ainda que a DNDi submeteu, em colaboração com a Fiocruz, um projeto para a seleção pública de projetos para fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em doenças negligenciadas, tropicais e transmitidas por vetores e outras doenças com populações desassistidas por descontinuidade da produção de medicamentos (FINEP/MCTI/MS). O projeto é denominado “Acelerando o desenvolvimento pré-clínico e clínico de tratamentos para a dengue através do reposicionamento de medicamentos” e tem como objetivo construir as bases pré-clínicas e translacionais necessárias para o início da avaliação clínica de medicamentos reposicionados de uso precoce, que previnam o surgimento e/ou reduzam a duração dos sintomas, e evitem a progressão para a forma grave da doença.

Considerando as lições aprendidas no reposicionamento de medicamentos para a Covid-19 e as informações disponíveis acerca de um portfólio de 23 candidatos pré-selecionados, espera-se validar e selecionar ao menos um candidato clínico (idealmente uma combinação de um agente antiviral e um antiinflamatório ou antiplaquetário) e preparar as etapas regulatórias necessárias para submissão de estudo clínico de fase II no Brasil visando o desenvolvimento clínico e aprovação de um novo tratamento para dengue.

A DNDi e a Fiocruz também formalizaram a parceria de longa data através do lançamento de uma Aliança Estratégica e do estabelecimento de um Comitê Estratégico Conjunto para supervisionar todas as colaborações presentes e futuras. As instituições têm um longo histórico de colaboração desde a fundação da DNDi e estão cada vez mais ativas em diferentes áreas de P&D, advocacy e programas de acesso a múltiplas doenças infecciosas negligenciadas. Por meio desta Aliança Estratégica, a DNDi e a Fiocruz reforçam seu compromisso de implementar iniciativas até 2028 que contribuam para fortalecer as capacidades na região e garantir que medicamentos novos, eficazes, seguros e acessíveis sejam desenvolvidos e entregues a pacientes negligenciados na América Latina.

Por fim, a presidente da Fiocruz também recebeu [o diretor-geral assistente](#) de Inteligência para Emergências da Saúde da OMS e Diretor no novo Hub de Pandemias, Chikwe Ihekweazu, que esteve acompanhado da representante da OPAS no Brasil, Socorro Gross, além de uma equipe do Ministério da Saúde. Considerando os diversos campos de atuação da Fiocruz, principalmente na área de vigilância sanitária e genômica, Chikwe considera a instituição como um parceiro fundamental para avançar o trabalho do Hub, que pretende reforçar o sistema de vigilância em saúde internacional através de parcerias com instituições ao redor do mundo. Neste sentido, novas reuniões entre a Fiocruz e a OMS serão realizadas para aprofundar o tema, inclusive com a visita da líder técnica de resposta ao COVID-19 e chefe das unidades emergentes de doenças e zoonoses da OMS, Maria Van Kerkhove, na primeira semana de maio.

Dia Mundial da Luta contra a Malária

O Dia Mundial da Luta contra a Malária celebrado em 25 de abril é uma ocasião para destacar a necessidade de investimento contínuo e compromisso político sustentado para a prevenção e controle da malária.

Mais de 1 milhão de crianças em Gana, Quênia e Malawi já receberam uma ou mais doses da primeira vacina contra a malária do mundo, graças a um programa piloto coordenado pela OMS. Os pilotos da vacina contra a malária, lançados pela primeira vez pelo governo do Malawi em abril de 2019, mostraram que a vacina RTS,S/AS01 é segura e viável de ser aplicada e que reduz substancialmente a malária grave mortal.

Essas descobertas abriram o caminho para a recomendação histórica da OMS de outubro de 2021 para o uso expandido do imunobiológico em crianças que vivem em ambientes com transmissão moderada a alta da malária. Se amplamente implantada, a OMS estima que a vacina poderia salvar a vida de mais 40.000 a 80.000 crianças africanas a cada ano.

Cerca de [US\\$ 155 milhões foram garantidos pela Gavi](#) para apoiar a introdução, aquisição e distribuição da vacina contra a malária para os países elegíveis da Gavi na África Subsaariana. A orientação da OMS está disponível para os países que consideram a adoção das vacinas como uma ferramenta adicional para reduzir doenças infantis e mortes por malária.

Foi pontuado por Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS que esta vacina não é apenas um avanço científico, como também uma mudança de vida para famílias em toda a África. Demonstra o poder da ciência e inovação para a saúde, com necessidade urgente de desenvolver mais e melhores ferramentas para salvar vidas e impulsionar o progresso em direção a um mundo livre da malária.

No campo do controle de vetores, uma série de novas ferramentas e tecnologias foram submetidas à avaliação da OMS, incluindo novos tipos de redes tratadas com inseticida, repelentes espaciais de mosquitos, abordagens genéticas e iscas de açúcar projetadas para atrair e matar mosquitos Anopheles. E há ainda novos medicamentos em andamento, sendo a tafenoquina (dose única em comprimidos dispersíveis) uma das mais promissoras para prevenção da infecção pelo *Plasmodium vivax*. Como dose única, espera-se que a tafenoquina apoie a adesão do paciente ao tratamento, visto que o padrão atual de atendimento requer um curso de medicação de 7 ou 14 dias.

Outrossim, a resistência aos medicamentos existentes compila um novo agravo, assim como a resistência do mosquito a inseticidas, novos vetores invasores da malária que prospera em áreas urbanas e rurais e o surgimento e disseminação de parasitas *P. falciparum* mutantes que prejudicam a eficácia dos testes de diagnóstico.

Alcançar as metas globais de malária também exigirá inovações na maneira como as ferramentas atualmente disponíveis são implantadas. Por meio da abordagem “Alta carga para alto impacto”, os países mais atingidos pela malária vêm coletando e analisando dados sobre a doença para entender com mais qualidade a disseminação geográfica da doença. Em vez de aplicar a mesma abordagem ao controle da malária em todos os lugares, deve ser considerado o impacto potencial de pacotes personalizados de intervenções informados por dados locais e o cenário local da doença. Essas análises permitirão que os países usem os fundos disponíveis de maneira mais eficaz, eficiente e equitativa.

Emergência sanitária na Ucrânia

Na marca de 2 meses da guerra na Ucrânia, uma nova pesquisa da OMS ilustra o impacto devastador da emergência humanitária na saúde e bem-estar de milhões de civis e os graves desafios enfrentados pelo sistema de saúde ucraniano.

Os resultados preliminares de uma avaliação nacional das necessidades de saúde em andamento, realizada em parceria com a Premise, indicam que, dos 1.000 domicílios que responderam até agora (22 de abril 2022), 1 em cada 3 (30%) que tem pelo menos 1 pessoa com doença crônica relatou dificuldades no acesso aos cuidados para essas condições. A pesquisa também mostra que 2 em cada 5 domicílios (39%) têm pelo menos 1 membro com uma doença crônica, como doenças cardiovasculares, diabetes ou câncer.

O sistema de saúde da Ucrânia está enfrentando vários desafios, com a situação se tornando mais terrível a cada dia. O risco de doenças infecciosas se amplia, incluindo taxas elevadas nos números de enfermidades transmitidas por meio de água contaminada e de doenças preveníveis através de imunização de rotina.

O acesso aos cuidados reprodutivos, maternos e pré-natais, bem como aos cuidados de saúde mental, é severamente impactado devido a preocupações de segurança, mobilidade restrita, cadeias de suprimentos quebradas e deslocamento em massa.

Até 21 de abril, a OMS havia recebido US\$ 26,3 milhões de seu apelo de US\$ 45 milhões (58%) para cobrir sua resposta de emergência de março a maio. Outros US\$ 18 milhões foram prometidos. Esses fundos permitirão que a OMS alcance 6 milhões de pessoas com assistência médica. O financiamento flexível continua sendo fundamental para permitir que a Organização forneça assistência urgente e salvadora de vidas onde é mais necessário.

Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, o qual visitou a Ucrânia no último Dia Mundial da Saúde, reforçou que a OMS/Europa está empenhada em apoiar o país agora e no futuro. À medida que se respondem às necessidades humanitárias imediatas, também se deve planejar a reconstrução e a reabilitação em paralelo. Os desafios são enormes, mas a OMS enrijece que trabalhará com as autoridades e parceiros nacionais em cada passo do caminho, lutando para alcançar saúde, proteção e bem-estar para todos.

COP da biodiversidade é novamente adiada e o *business as usual* prevalece

Danielly P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão

A COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi adiada novamente. São 2 anos de atraso, dessa vez devido à falta de consenso e finalização do documento base discutido na 3ª. rodada de negociações preparatórias em Genebra em abril deste ano. Com nova data ainda por ser confirmada, provavelmente em outubro deste ano na cidade chinesa de Kunming, o objetivo da COP15 é criar uma Estrutura Global de Biodiversidade (*Global Biodiversity Framework - GBF*) que delinearía um roteiro e metas para ação global para manter e proteger a biodiversidade.

A 3ª. rodada de negociações preparatórias foi a mais longa e indiscutivelmente a mais cansativa para os delegados do que qualquer COP, com muitos pontos de conflitos ainda por serem resolvidos, como os indicadores propostos, a estrutura de monitoramento e, principalmente, o financiamento. Apesar da maratona, há um longo trecho do caminho pela frente antes da COP, e por isso decidiu-se que o grupo de trabalho se reunirá para uma quarta rodada de negociações em Nairóbi, de 21 a 29 de junho de 2022.

Atualmente, a história da CBD é conflitante, cheia de promessas esperançosas que ainda não deram frutos. As Metas de Aichi e o Protocolo de Nagoya, acordos anteriores com duração até 2020, também contaram com negociações extremamente difíceis e, ainda sim, a grande maioria das Metas de Aichi não foi alcançada. A GBF pós-2020 foi apresentada como a “última e melhor esperança” para enfrentar a crise da biodiversidade. Apesar de seus muitos problemas, o atual esboço do GBF abrange quase todos os aspectos do desenvolvimento sustentável, garantindo que será capaz de apoiar outros aspectos da governança ambiental. Por enquanto, o texto possui 4 objetivos e 12 metas, e ainda com muita redação entre colchetes. Alguns trechos interessantes sem acordo [os colchetes] do GBF:

Alt 1. Zero perda [líquida] da natureza a partir de 2020, [líquida] positiva até 2030 e recuperação total até 2050 – para o benefício de todas as pessoas e da vida na Terra.

Alt 2. Até [2030][2050] deter e reverter a perda de biodiversidade e colocar a natureza em um caminho [justo e equitativo] de recuperação para o benefício de [gerações presentes e futuras][todas as pessoas e o planeta].

Alt 3. Agir agora para [conservar][proteger], restaurar, usar de forma sustentável e financiar para [reverter a perda de biodiversidade][obter um ganho [líquido] para a biodiversidade e] para benefício do planeta e das pessoas.

Em uma declaração conjunta, a WWF, o RSPB (*Royal Society for the Protection of Birds*) e outras organizações de conservação reportaram que “nenhum progresso está sendo feito o suficiente”, e que há uma “lacuna enorme” entre o rascunho do acordo e o quadro preocupante descrito pela ciência. A maioria dos cientistas concorda que a humanidade está conduzindo a sexta extinção em massa da vida na Terra, a pior perda de vida no planeta desde a época dos dinossauros. E ainda assim, falta energia política nas negociações sobre biodiversidade, que também vem sendo ofuscada pelas negociações sobre o clima. A perda da biodiversidade é uma ameaça tão séria quanto as mudanças climáticas. 55% do PIB global é moderada ou altamente dependente da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Além de desacordos com relação às metas e como monitorá-las, há desacordo em relação ao financiamento, devido à falta de compromisso na alocação de recursos por parte dos países ricos, apesar da retórica sobre a necessidade de ambição para deter a perda de biodiversidade:

“Não há vacina para um planeta doente”, afirma Emmanuel Macron, presidente da França, no Congresso Mundial da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN World Conservation Congress), em Marselha.

“Precisamos de um acordo como o Acordo de Paris para a biodiversidade”, enunciou Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, na cúpula de Davos do ano passado.

Na sessão plenária final, em Genebra, na última terça-feira, o Gabão – falando em nome do grupo África, Brasil, Índia e outros países em desenvolvimento, também apoiados pela China – cobrou aos países desenvolvidos que se comprometam a fornecer 100 bilhões de dólares por ano para financiar a biodiversidade, valor muito aquém dos 700 bilhões de dólares por ano necessários para reverter a crise da biodiversidade.

Agora aguardamos, sempre esperançosos, o desfecho do capítulo que a GBF alcançará. As novas metas deveriam ter sido acordadas há dois anos, mas devido a pandemia o acordo vem sendo adiado. A falta de entendimento na redação e a demora em se aprovar o novo plano pode também ser reflexo do momento de instabilidade geopolítica devido a Guerra na Ucrânia. Mas a geopolítica atual pode explicar em parte a falta de compromisso com o futuro, mas não justifica o descompromisso do passado. Confiamos que a espera seja necessária para que o acordo tenha sucesso e não repita o fim decepcionante do anterior.

Comissão Europeia adia pacote de proteção à natureza

Em meio a guerra na Ucrânia, a Comissão Europeia adiou a apresentação do seu "pacote de proteção da natureza", que incluía a proposta de reduzir o uso e o risco de pesticidas químicos pela metade até 2030 e metas de restauração da natureza que visam deter a perda de biodiversidade na Europa.

Em maio de 2020, a UE lançou sua estratégia *Farm to Fork*, com o objetivo de tornar a produção de alimentos menos dependente de insumos químicos. Em números, isso significa usar 50% menos pesticidas e antimicrobianos, 20% menos fertilizantes e ter 25% das terras agrícolas sob práticas orgânicas até 2030. Essa estratégia também tem como objetivo promover hábitos alimentares mais saudáveis e reduzir o número de doenças metabólicas, como diabetes e hipertensão.

Com a guerra entre Ucrânia e Rússia, a UE vem sofrendo com os preços altos de petróleo, ração animal e grãos. Por isso, durante reunião ministerial em 21 de março deste ano, vários Estados-membros defenderam a suspensão da diretiva:

“Todos apoiamos grandes ambições ambientais, mas, ao mesmo tempo, precisamos levar em conta os desafios atuais, causados pelos altos preços da energia, gás e insumos agrícolas, e a necessidade de garantir a segurança alimentar diante da guerra. na Ucrânia”, disse o ministro romeno Adrian-Ionut Chesnoiu.

O polonês Henryk Kowalczyk afirmou que as ambiciosas metas de redução de pesticidas da diretiva colocariam um fardo adicional na produção doméstica, quando é particularmente importante “desligar o setor agrícola europeu da necessidade de importações”.

A Alemanha foi contra a decisão do adiamento, bem como a ativista de alimentos e agricultura da Friends of the Earth Europe, Clara Bourgin, que chamou a decisão de adiar a publicação da diretiva um “erro grave”, acrescentando que “precisamos urgentemente acelerar a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis”.

Em outro momento, no *Green Deal* da UE, o presidente francês propôs mudanças na estratégia *Farm to Fork* da UE, e declarou que o setor agrícola da França visará a “independência agrícola”, priorizando a produtividade sobre os objetivos agrícolas sustentáveis no mundo pós-guerra na Ucrânia. Reorientar a produção parece ser a prioridade de Macron, principalmente porque a segurança alimentar se tornou um desafio significativo devido às sucessivas crises globais e às “profundas crises alimentares” que se esperam. Segundo estudos, adotar a estratégia *Farm to Fork* poderia causar “redução de 13% na produção”, mas esses estudos foram feitos antes da guerra e não consideraram a alta nos preços de combustíveis, energia e fertilizantes. A agricultura orgânica tem uma economia de energia 20% maior do que a agricultura convencional. A maior eficiência deve-se ao método da agricultura orgânica aproveitar e depender da energia solar para cultivar e não depender de fertilizantes nitrogenados e pesticidas caros para a produção. Confiar em técnicas naturais e biológicas para a produção de culturas dá à agricultura orgânica a vantagem de economizar energia, reduzindo a quantidade de insumos necessários na fazenda.

Também há a intensão de intensificar o plano de proteínas, dobrando a área de superfície de plantas ricas em proteínas, como a soja em 10 anos, para reduzir a dependência do bloco de outros continentes. Os ministros da Agricultura da UE já sugeriram à Comissão uma proposta de reserva de terras agrícolas para a produção de proteaginosas e a questão será discutida no próximo Conselho da UE *Agrifish* em Bruxelas, em 21 de março – o que pode interferir na compra de soja do Brasil. Seus objetivos estão alinhados com a ideia de “autonomia estratégica” da UE, que vê a política comercial como uma ferramenta para alcançar “objetivos de política interna e externa e promover maior sustentabilidade”. Para alimentos, isso significa produzir mais produtos agrícolas dentro da UE, especialmente fontes de proteína.

Até o momento, não há nenhuma previsão de insegurança alimentar para a Europa e América do Norte (como análise do documento que será relatado abaixo). Também é importante destacar que existe enorme pressão das empresas que vendem produtos agrícolas e dos EUA (por motivos diversos: venda de energia, de pesticida e escoamento do excedente de alimentos para UE) para que a estratégia *Farm to Fork* não vá adiante.

Segundo a ONU, a intoxicação por agrotóxico mata 200 mil pessoas por ano, afetando principalmente trabalhadores rurais, além de impactar a biodiversidade, contaminar a água que bebemos, o ar, interferir no desenvolvimento infantil e atingir populações distantes. É uma lástima que em pleno ano de 2022 os governantes ainda pensem que servir veneno para a população é a melhor solução, mas com certeza é a mais fácil e a mais perversa. Em celebração ao dia da Terra, comemorado em 22 de abril, o ilustrador inglês, Steve Cutts, desenvolveu essa charge que expressa muito bem o momento atual. A terra envenenada, servida no prato às pessoas.



O impacto global da guerra na Ucrânia nos sistemas de alimentação, energia e finanças

Em 14 de março de 2022, o secretário-geral das Nações Unidas anunciou a criação do Grupo de Resposta à Crise Global (GCRG) sobre Alimentos, Energia e Finanças, composto por 32 membros, que inclui Inger Andersen, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e outros chefes de agências da ONU, bancos de desenvolvimento e outras organizações internacionais, em resposta ao potencial alcance e magnitude das consequências da guerra, bem como os impactos contínuos da pandemia de Covid-19. Inexplicavelmente não há membro da OMS compondo o grupo.

Em 13 de abril de 2022, o GCRG publicou primeiro o relatório [Global Impact of War in Ukraine on food, energy and finance systems](#). O tema de um dos capítulos é *“Países em desenvolvimento sob a espada de Dâmocles - A [espada](#) de Dâmocles é uma alusão frequentemente usada para remeter ao conto de Cícero sobre a espada de Dâmocles, representando a insegurança daqueles com grande poder (devido à possibilidade deste poder lhes ser tomado de repente) ou, mais genericamente, a qualquer sentimento de dano iminente – uma crítica velada!*

O relatório aponta que 69 economias no mundo serão impactadas pelos três riscos (alimento, energia e financeiro), incluindo 25 na África, 25 na Ásia e Pacífico e 19 na América Latina e Caribe, totalizando 1.2 bilhões de pessoas afetadas, das quais 362 milhões já se encontram em condições de pobreza e 142 milhões sob insegurança alimentar. A análise preliminar ainda sugere que até 1,7 bilhão de pessoas em 107 economias estão expostas a pelo menos um dos três riscos.

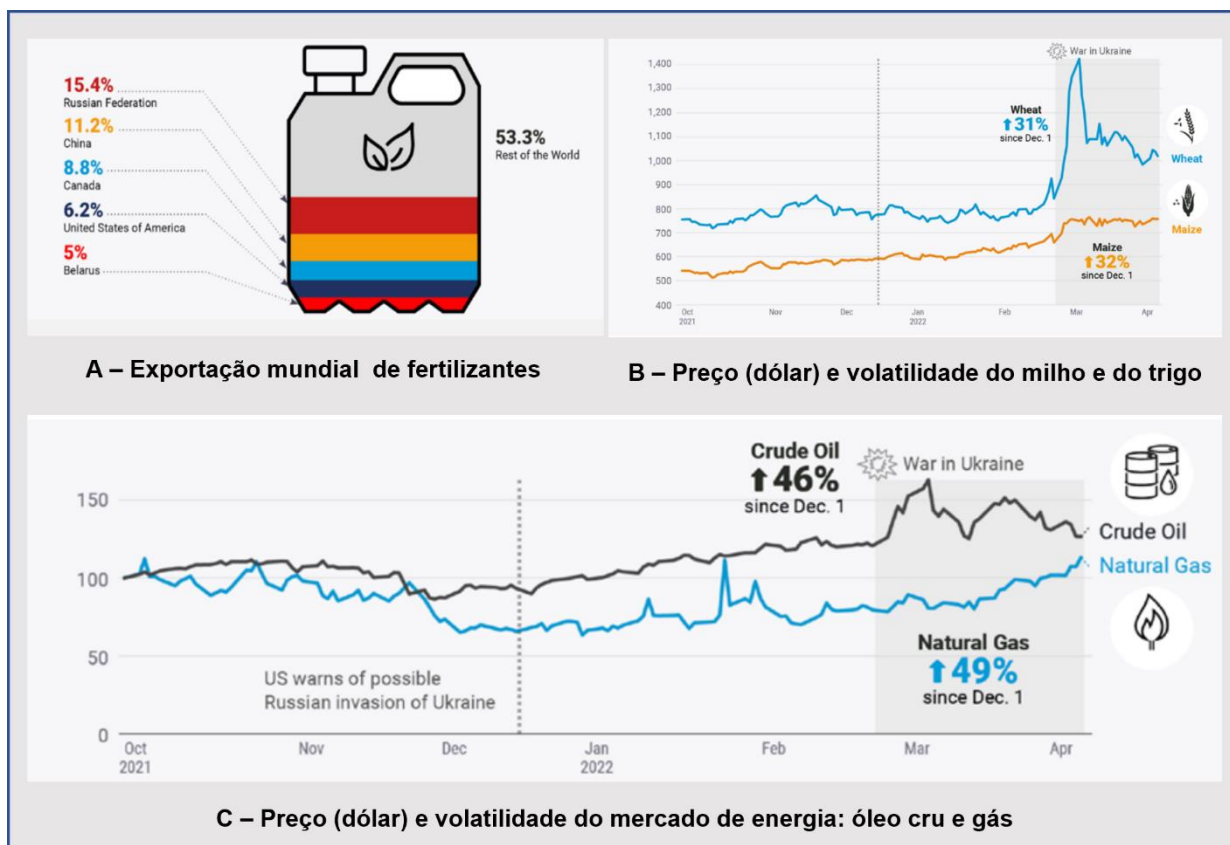


Figura 1: Impacto da Guerra na Ucrânia no comércio de fertilizantes e nos preços de alimentos e energia. Fonte: [Global Impact of war in Ukraine on food, energy and finance systems](#)

O GCRG ajudará os tomadores de decisão a mobilizar soluções e desenvolver estratégias e recomendações para ajudar todos os países, incluindo os mais vulneráveis, a enfrentar as crises interligadas. O relatório propõe uma série de recomendações à curto e médio prazo.

Em relação à questão alimentar, reforça a importância do multilateralismo e a busca de soluções globalmente coletivas. Países com maior estoque de alimentos devem ajudar os países com necessidade. Convoca o setor privado, as sociedades civis e filantrópicas para ajudar as populações mais vulneráveis. Que as pessoas possam ter acesso à alimentos através de assistência solidárias e programas de governo direcionados, além de retirar taxas e restrições de comércio ou promover subsídios aos alimentos comprados por essas agências. Recomenda que os países e os tomadores de decisão procurem aumentar a disponibilidade de alimentos através da redução da perda e desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva, além de dar maior suporte aos pequenos e médios produtores e locais.

Para o setor energético, algumas medidas de eficiência de curto prazo são possíveis, como evitar desperdício, utilizar melhor a energia do sol e substituir energias que sejam conflitantes com a questão alimentar, como substituir o uso do trigo em biocombustíveis, mas a maioria das recomendações exigem ações imediatas para reduzir a vulnerabilidade de exposição a esses choques de energia no futuro, como infraestrutura de transporte público e infraestrutura resiliente de baixo carbono – como energia solar e hidrogênio e amônia verdes.

O GCRG vai permitir que os governos que precisam urgentemente de apoio financeiro via fundo criado para tal, *Crisis Response Window Emergency Response Financing (CRW ERF)*, através do financiamento IDA19 e IDA20 do Banco Mundial. O grau de prioridade entre os países

aplicantes será avaliado visando identificar e ajudar os mais críticos. Para isso, será usado dados do sistema da ONU (por exemplo, vulnerabilidade do WFP, análise e mapeamento).

O dia da Terra

A EARTHDAY.ORG, juntamente com vários outros parceiros, apresentou em seu canal de You Tube uma série de apresentações sobre soluções sustentáveis para diversos impactos ambientais, mas principalmente para o clima. Com o tema Cúpula de Ação Climática do Dia da Terra, chamou a atenção de que precisamos zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até meados do século XXI para manter a temperatura global abaixo de 1,5°C. O evento contou com a participação do PNUMA e de várias outras instituições, e até mesmo com a Iryna Stavchuk, Vice-Ministra da Proteção Ambiental e Recursos Naturais da Ucrânia para a Integração Europeia. A Iryna participou de um broadcast especial sobre o impacto da guerra no ambiente, ouvindo a experiência de várias instituições sobre efeito e restauração em áreas de conflito.

O conflito armado não deixa espaço para adaptação às mudanças climáticas e proteção ambiental. De acordo com o IRCC, o Parque Nacional da Gorongosa perdeu mais de 90% da sua vida selvagem ao longo dos 15 anos de guerra civil em Moçambique. Somando-se aos graves danos à biodiversidade, os recursos hídricos já estão ameaçados pelas mudanças climáticas, mas em situação de conflito são objeto de disputa ou vítima de poluição.

A vice-ministra pediu a colaboração das instituições presentes para elaborar um plano de reconstrução ambiental na Ucrânia após a guerra.

Na página web do EARTHDAY.ORG é possível encontrar os diversos eventos ao redor do mundo (Figura 2, no final). Quando damos um zoom para a área do Brasil, somente 5 eventos são encontrados, 3 deles visando o plantio de árvores em Manaus, Recife e no Mato Grosso do Sul; e dois no formato de palestras e seminários, ocorrendo em Florianópolis e Pradópolis (SP). Obviamente, o site não deve ter acesso e conhecimento de todos os eventos, mas de qualquer forma em um país de dimensões como o Brasil e com suas riquezas naturais e toda a política de desmonte das leis ambientais, ter apenas 5 eventos divulgado internacionalmente é preocupante, demonstrando que ainda há muito a ser feito para o engajamento nacional.

Considerações finais

O adiamento da COP da Biodiversidade não está claramente atribuído à guerra, mas, por exemplo, o posicionamento da União Europeia em relação às medidas mais sustentáveis revela que, em meio ao caos financeiro, sanitário e todas as inseguranças, os países não consideram prioridade a conservação do ambiente e muito menos o comprometimento de seus recursos para tal. Dessa forma, o seu adiamento para o fim do ano pode encontrar um ambiente geopolítico mais bem organizado e assim as negociações possam ser mais tangíveis.

Outro fator, é o protagonismo que as mudanças climáticas vêm tomando nas questões ambientais; com isso, erroneamente, os governos acabam enxergando as demais questões, como menores e sem urgência, quando na verdade clima, biodiversidade e poluição são indissociáveis. As ações para mitigação desses problemas têm efeito sinérgico sobre as outras. O próprio relatório do IPCC AR-6 mostra que reduzir as emissões por si só não é suficiente, que a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera é tamanha e que manter a biodiversidade viva e restaurá-la é fundamental, e a única solução existente, para sequestrar esses gases da atmosfera. Por mais que a humanidade tente desenvolver tecnologias para tudo, nunca conseguiu produzir algo tão perfeito quanto às árvores e sua essencial fotossíntese, que nos

provém oxigênio e alimento a partir da energia solar e do gás carbônico. Mas árvore não nasce sozinha, precisa de todo um ecossistema que a sustente.

Biodiversidade é a fundação da saúde humana. É dever de todos, e principalmente dos governantes, assegurar os bens e serviços que sustentam a vida - providos pela biodiversidade. A conservação e o uso sustentável da biodiversidade poderão fornecer mais benefícios à saúde do que seu uso descuidado e manobrado por contaminantes químicos. A perda contínua da biodiversidade em escala global representa uma ameaça direta à saúde e ao bem-estar humano. Sem um ambiente global saudável e capaz de suportar a diversidade de vida, a população humana perecerá.



Figura 2 - Eventos em comemoração ao dia da Terra. Fonte: earthday.org

Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental

Maria de Fátima Ramos Moreira e Luiz Claudio Meirelles

O trabalho está associado com a produção de danos à saúde há muito tempo. Pode causar doenças, reduzir a vida profissional e levar à morte do trabalhador quando realizado em condições inadequadas. Todos os processos de trabalho envolvem situações de risco, que atuam direta ou indiretamente de diferentes formas, como fisiológicas, psicológicas e emocionais, sobre o trabalhador. A ação direta ocorre quando produtos químicos entram em contato com o trabalhador por inalação, por exemplo ¹.

Os produtos químicos fazem parte da vida de todos, são necessários para o desenvolvimento do mundo e oferecem inúmeros benefícios ². Entretanto, diversos riscos também estão associados à exposição a essas substâncias, visto que podem causar diferentes efeitos adversos à saúde humana e o meio ambiente. Embora questões relacionadas à regulamentação e gestão dos químicos tenham progredido nos últimos tempos e os órgãos governamentais, instituições e trabalhadores venham tentando minimizar riscos da utilização desses produtos, os efeitos danosos para a saúde das populações e meio ambiente continuam a ocorrer ³.

Não existem informações de toxicidade para a maioria dos químicos produzidos. Os trabalhadores têm o maior potencial de exposição a essas substâncias no ambiente de trabalho. No entanto, muitas vezes, exercem suas atividades sem qualquer proteção, usando produtos químicos reconhecidamente perigosos para a saúde humana ².

A industrialização e os processos produtivos, especialmente aqueles decorrentes da extração e produção de substâncias químicas, proporcionaram o surgimento de novos químicos com riscos cada vez mais significativos à saúde dos trabalhadores. Os efeitos da exposição crônica aos tóxicos nos ambientes de trabalho têm sido uma preocupação crescente, visto que o trabalhador, ao executar atividades perigosas, desconhece o potencial nocivo desses agentes. Mesmo em baixos níveis, as exposições prolongadas podem ser de elevado risco à saúde. Entretanto, a determinação da relação entre a exposição e o diagnóstico para estabelecimento denexo causal é muito difícil, bem como essa percepção pelo trabalhador ⁴.

As relações entre os processos produtivos e as localidades de que fazem parte normalmente resultam em consequências à saúde para aqueles diretamente envolvidos como os trabalhadores, o ambiente e as comunidades circunvizinhas ou mais distantes, gerando novas necessidades de saúde ⁵.

As indústrias que emitem substâncias químicas em seus processos produtivos, como as refinarias, fundições, siderúrgicas, metalúrgicas, fábricas de vidros, ligas, agrotóxicos, cimentos, tintas, plásticos, baterias, e indústrias de couro e cloro-soda, entre outras, são potenciais fontes de contaminação ambiental. Os trabalhadores destes setores ou que realizem atividades envolvendo químicos apresentam níveis de exposição mais elevados a estes elementos em comparação à população em geral ⁶.

Além da exposição ocupacional, os indivíduos residentes em áreas próximas às plantas industriais ou áreas contaminadas também apresentam níveis mais elevados de contaminação por substâncias químicas. Esses tóxicos podem contaminar o ar, o solo, as plantas e os animais. Desta forma, entram na cadeia alimentar e são encontrados no organismo da população em

geral. Normalmente, essas concentrações são relativamente baixas, porém com meia-vida de vários anos, podendo ser associadas a efeitos futuros sobre a saúde humana ⁷.

As substâncias químicas podem impactar o meio ambiente de maneira relevante, a partir das mudanças climáticas, passando pela destruição da fauna e flora, até a contaminação da água potável. Assim, o uso comedido desses químicos, o controle de suas emissões e a eliminação adequada dos seus resíduos são fundamentais para garantir a saúde dos trabalhadores e do meio ambiente ³.

No Brasil, as convenções internacionais voltadas a implantação estratégias multilaterais para proteção da saúde e do meio ambiente têm resultado na necessidade concreta de organização interna do governo, de cada um dos seus ministérios e destes, entre si, para enfrentar as questões acima destacadas. Este trabalho interministerial, em que grupos são formados para tratar do desenvolvimento de instrumentos de gestão para sua aplicação, em consonância com as demais convenções da área de ambiental, contribuem com a criação, em âmbito nacional, de massa crítica e infraestrutura para sua consolidação.

As convenções têm por finalidade a promoção de princípios essenciais no processo de construção do desenvolvimento sustentável, como o compartilhamento de responsabilidades e o fortalecimento da cooperação internacional. Esses princípios possibilitam o desenvolvimento de sistemas nacionais na gestão de produtos químicos perigosos, contribuindo para mudanças nos processos produtivos, utilização ambientalmente segura de produtos e promoção de uma maior conscientização acerca dos riscos à saúde humana. Também, estimulam a implementação de ações e medidas com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente contra danos potenciais, contribuindo assim para a redução de agravos à saúde dos trabalhadores, da população geral e contaminação do meio ambiente⁸.

O Governo Brasileiro tem participado de missões técnicas e daquelas voltadas para subsidiar as negociações na Reunião das Partes das Convenções de Roterdã, Basileia e Estocolmo, que tratam respectivamente do controle do comércio internacional das substâncias químicas perigosas, do transporte transfronteiriço de resíduos perigosos e da redução e mitigação dos danos causados pelos poluentes orgânicos persistentes, com o objetivo de promover a responsabilidade compartilhada e cooperação entre as Partes em questões técnicas específicas de interesse do Brasil e da região que ele integra⁹.

Enquanto signatário das convenções, outra perspectiva importante refere-se ao aprimoramento da legislação nacional de segurança química, com base nas informações recebidas dos outros países sobre decisões adotadas para o controle e banimento de determinados produtos. Todo o processo, como conhecimento e avaliação de medidas adotadas internacionalmente, desenvolvimento de um sistema nacional de controle, fiscalização e acompanhamento das substâncias químicas e divulgação das informações nacionais, contribuem para o aperfeiçoamento e a capacitação de técnicos brasileiros no processo de gestão de produtos químicos perigosos⁹.

A participação do governo brasileiro junto as Convenções têm resultado em compromissos assumidos pelo governo e seus ministérios conforme podemos constatar nos tópicos a seguir:

✓ Organização e elaboração de estratégias para preparação das informações e regularização na apresentação das notificações do Brasil em conformidade com o requerimento de informações para notificação da Convenção de Roterdã;

✓ Desenvolvimento de atividades específicas para apresentação das notificações da ação regulatória para os produtos químicos que já são sujeitos ao procedimento de consentimento prévio informado através de levantamento detalhado na legislação sanitária e ambiental vigente;

✓ Elaboração de uma codificação aduaneira específica para a região do MERCOSUL para estabelecer o gerenciamento compartilhado dos produtos que circulam na região em conformidade com a Convenção;

✓ Intercâmbio de conhecimento técnico, administrativo e jurídico relacionado aos procedimentos internacionais para restrição e banimento de produtos químicos e consequente estímulo às ações do Governo Brasileiro no trabalho desenvolvido internamente para redução de riscos das substâncias químicas, tais como:

✓ A Convenção também têm sido importantes para em nível nacional procedermos à reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos, constantes da lista PIC ou banidos como POP, a saber:

- Banimento nacional de todos os ingredientes ativos do grupo químico dos organoclorados utilizados na agricultura e outros ingredientes ativos de interesse toxicológico, para os quais indicamos a proibição de uso no Brasil;

- Reavaliação toxicológica de diferentes pesticidas do grupo químico dos organofosforados, as quais resultaram em severas restrições ao uso destes produtos, objetivando a proteção da saúde de pequenos e médios produtores agrícolas.

- Avaliação toxicológica do Polivinilas-PVA e Polipropileno-PP e recomendação do uso destas fibras como substitutas ao amianto na produção de fibrocimento, devido seu menor risco a saúde resultando em maiores restrições ao uso do amianto crisotila.

- O Brasil ratificou a Convenção de Minamata em 2013, cujo objetivo é proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões e liberações antropogênicas de mercúrio e seus compostos. Para tal, entre outras medidas, não deveria ser permitida a fabricação, importação ou exportação de produtos, assim como processos de produção contendo mercúrio entre 2018 e 2025, ano do banimento total. Entretanto, nenhuma medida foi implementada até os dias de hoje¹⁰.

- Elaboração do Perfil Nacional da Gestão das Substâncias Químicas do Brasil

✓ A constituição da Comissão Nacional de Ações em Segurança Química-CONASQ no âmbito das relações governamentais, reforçando as relações interinstitucionais nas áreas de Ambiente, Saúde e Agricultura, Indústria e Comércio, em busca de soluções conjuntas para os problemas de risco humano e ambiental ocasionado pelas substâncias químicas, indicando a necessidade de se estabelecer competência e capacidades nacionais no manejo de substâncias químicas, viabilização da transferência de tecnologia, assistência financeira e técnica e promoção da cooperação entre as Partes da Convenção

Ainda outras organizações multilaterais, que se relacionam com as questões de avaliação, regulação, controle relacionados aos químicos, contam com a participação

permanente ou eventual representação do governo e instituições brasileiras. Podemos destacar: Codex Alimentar, criado em 1961 e vinculado a Food and Agriculture Organization (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem encorajado pesquisas científicas e tecnológicas e discussões sobre alimentos e segurança alimentar. O Programa Internacional de Segurança Química (IPCS), a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Plano de Avaliação de Pesticidas para Saúde Pública-WHOPES contribuem com medidas preventivas e/ou corretivas para o gerenciamento dos riscos da exposição às substâncias químicas.

O Programa Internacional de Segurança Química, estabelecido em 1980, é uma realização conjunta entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a OIT e a OMS. Seus objetivos gerais são estabelecer a base científica para a avaliação do risco para a saúde humana e o meio ambiente da exposição a produtos químicos, por meio de processos internacionais de revisão por pares, como pré-requisito para a promoção da segurança química, e fornecer assistência técnica no fortalecimento das capacidades nacionais para a boa gestão de produtos químicos. Dessa forma, o IPCS visa assegurar a proteção da saúde, ambiente e vida, diante dos riscos decorrentes de produção, comercialização, uso, armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos químicos¹¹.

Em 1995, foi criado o Programa Interorganizações para a Boa Gestão de Produtos Químicos (IOMC) pelo PNUMA, OIT, FAO, OMS, entre outras, seguindo recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, para fortalecer a cooperação e aumentar a coordenação no campo da segurança química. O objetivo do IOMC é promover a coordenação das políticas e atividades desenvolvidas pelas Organizações Participantes, em conjunto ou separadamente, para alcançar a boa gestão de produtos químicos em relação à saúde humana e ao meio ambiente¹¹.

A Organização Internacional do Trabalho é uma agência da ONU, cujo objetivo é promover o trabalho digno em todo mundo. Fundada em 1919, possui 185 países membros e 40 escritórios espalhados pelos cinco continentes e congrega tratados multilaterais abertos, de caráter normativo, que podem ser ratificadas sem limitação de prazo por qualquer dos Estados-Membros. A OIT se baseia no princípio de que o trabalho deve estar aliado à justiça social a fim de poder ser uma garantia da paz. No século XXI suas metas são: abolição do trabalho escravo; eliminação da discriminação de gênero, raça, cor e religião no trabalho; erradicação do trabalho infantil e liberdade de associação, sindicalização e negociação coletiva¹².

Com vistas a atingir um dos objetivos da Agenda 2030, proposta pela ONU, a Organização Internacional do Trabalho promove o "trabalho decente", o qual é o que garante à pessoa dignidade, igualdade, salário justo e condições seguras para a realização do mesmo.

Segurança e Saúde no Trabalho (SST) sempre foi um aspecto central da missão da OIT e do Trabalho Digno. As convenções da OIT, a saber, a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1981 (N.º 155), a Convenção sobre os Serviços de Saúde no Trabalho, 1985 (N.º 161) e a Convenção sobre o Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2006 (N.º 187), assim como as respectivas recomendações, preveem uma política nacional e empresarial, bem como o sistema nacional. Assim, as recomendações são postas em prática e os correspondentes serviços de saúde no trabalho responsáveis pela implementação das medidas de prevenção e proteção nacionais e locais de trabalho.

A Convenção sobre Produtos Químicos, 1990 (N.º 170), a Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Graves, 1993 (N.º 174) e a Convenção sobre a Segurança e Saúde na

Agricultura, 2001 (N.º 184), contribuíram para o desenvolvimento de uma abordagem coerente na gestão racional dos produtos químicos, respeitando os interesses dos trabalhadores, das comunidades e do meio ambiente. Estes instrumentos, a par da Convenção sobre a Inspeção do Trabalho, 1947 (N.º 81) e o seu Protocolo, 1995 (N.º 81), a Convenção sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969 (N.º 129) e as suas recomendações, preveem um enquadramento nacional para a gestão racional dos produtos químicos pelos governos, empregadores, trabalhadores e respectivas organizações. Um método relevante, coerente e efetivo consiste na utilização de sistemas de gestão baseados nos princípios gerais dessas normas de SST, nas diretrizes da OIT relativas aos sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, (ILO-OSH 2001) e no diálogo social para a promoção da gestão racional dos produtos químicos durante todo o seu ciclo de vida. O esforço conjunto dos empregadores e dos trabalhadores e respectivas organizações é essencial para alcançar satisfatoriamente as metas da gestão racional dos produtos químicos a nível nacional e mundial³.

A OIT realiza anualmente uma conferência internacional para discutir e avaliar os rumos do mundo do trabalho nos diferentes países do globo, propondo convenções, normas e tratados que podem ser ratificados ou não pelos países-membros. Nos últimos anos, o Brasil adotou uma série de convenções que provocaram polémica na sociedade brasileira e tem resultado em dificuldades concretas para que sejam implementadas. Com a participação do Brasil junto as Convenções e Tratados, a área de segurança química passa a desempenhar um importante papel no processo de decisão relacionado ao gerenciamento de produtos e substâncias químicas potencialmente perigosas, já que estas aportam estratégias e informações fundamentais para o controle em nível internacional para proteção da saúde humana e preservação de qualidade ambiental¹².

REFERÊNCIAS

1. Agostini M. Saúde do Trabalhador. In: Andrade A, Pinto SC, Oliveira RS, organizadores. Animais de Laboratório: criação e experimentação [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2002. p. 375-379. [Acessado 2021 Out 20]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sfwti/pdf/andrade-9788575413869-46.pdf>.
2. Organização Internacional do Trabalho. Your Health and Safety at Work – CHEMICALS IN THE WORKPLACE. 2006. [Acessado 2022 Mar 07]. Disponível em: https://training.ilo.org/actrav_cdrom2/en/osh/kemi/ciwmain.htm.
3. Organização Internacional do Trabalho. A Segurança e a Saúde na utilização de produtos químicos no trabalho. 2014. [Acessado 2022 Mar 07]. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/--ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714590.pdf.
4. D'Alascio RG, Menegali M, Bornelli AS, Magajewski F. Sintomas relacionados à exposição ocupacional ao benzeno e hábitos ocupacionais em trabalhadores de postos de revenda de combustíveis a varejo na região sul de Santa Catarina. *Rev Bras Med Trab*. 2014; 12 (1): 21-29.
5. Pontes AGV, Rigotto RM. Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: potencialidades e desafios da articulação entre universidade, SUS e movimentos sociais. *Rev Bras Saúde Ocup*. 2014; 39 (130): 161-174.
6. Campos EA, Moura M, Moreira MFR. Metais. In: Sarpa M, Otero UB, organizadores. Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); 2021. p. 217-239.
7. Ancona C, Bauleo L, Biscotti G, Bocca B, Caimi S, Cruciani F, Lorenzo S, Petrolati M, Pino A, Piras G, Pizzabocca A, Rabbiosi S, Ruggieri F, Salatino C, Alimonti A, Forastiere F. A survey on lifestyle and level of biomarkers of environmental exposure in residents in Civitavecchia (Italy). *Ann Ist Super Sanità*. 2016; 52(4): 488-494.
8. UN Environment Programme. Secretariats and conventions. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment/why-does-un-environment-matter/secretariats-and-conventions>
9. Ministério do Meio Ambiente. Segurança Química. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/seguranca-quimica.html>
10. Minamata Convention on Mercury. Disponível em: <https://www.mercuryconvention.org/en>
11. International Programme on Chemical Safety. Disponível em: <https://inchem.org/documents/ehc/ehc/ehc214.htm#SubSectionNumber:2.3.2>
12. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/organizacao-internacional-do-trabalho/>

Migrações, refúgio e saúde global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy Ventura

Dr. Tedros Adhanom: “O mundo não está tratando humanos da mesma forma”

Nos últimos informes, o grupo *Migrações, Refúgio e Saúde Global* discutiu a diferença da cobertura midiática e da atenção internacional dada à emergência na Ucrânia e às crises ocorridas em países em desenvolvimento, principalmente da Ásia e da África, de iguais proporções e consequências. Enquanto a crise migratória na Ucrânia gera manchetes há semanas, outras crises caem no esquecimento, como o Afeganistão, a Síria, a Etiópia, a Venezuela, entre outras.

Essa situação foi abordada também pelo Dr. Tedros Adhanom³, atual diretor da Organização Mundial da Saúde. Para ele, o apagamento de crises que ocorrem fora da Europa/América do Norte, como a que ocorre na região de Tigray na Etiópia, seu país de origem, é movido pelo racismo. Ele questiona se o mundo realmente dá a mesma atenção a vidas brancas e negras, e ressalta que “o mundo não está tratando humanos da mesma forma”. Enquanto as mortes se acumulam ao redor do mundo, apenas uma parte delas parece ser digna de atenção e mobilização.

A seguir, destacamos neste informe o recorde de detenções de migrantes na fronteira entre México e Estados Unidos no último mês de março, além do incremento da emigração brasileira por todo mundo, e em particular dos brasileiros que também tentam chegar aos EUA pela fronteira com o México. Por fim, sublinhamos a regulamentação do visto humanitário a cidadãos ucranianos no Brasil e a crescente relação entre a crise climática global e os deslocamentos forçados.

Situação da fronteira México-Estados Unidos

Em março de 2022, as autoridades de fronteira dos Estados Unidos chegaram a reter cerca de 210.000 imigrantes, que vinham tentando cruzar a fronteira a partir do México. Este número foi o maior total mensal já registrado em duas décadas. Nota-se também um aumento de 24% em relação a março de 2021, quando cerca de 169.000 migrantes foram retidos na fronteira. Este fluxo expressivo agrava um problema já existente, a superlotação dos abrigos administrados pelo governo americano.⁴

Joe Biden, ao assumir o cargo em janeiro de 2021, declarou que sua administração se esforçaria para reverter uma série de políticas de imigração rígidas implementadas na gestão de Donald Trump. Porém, autoridades do governo alertam que o número de migrantes poderia aumentar, principalmente após o governo anunciar o fim da “Title 42”. Essa medida faz parte da Lei de Saúde Pública utilizada pelo governo Trump para, sob a justificativa de conter a propagação da covid-19, deportar sumariamente imigrantes de algumas nacionalidades, ignorando os procedimentos jurídicos de costume.⁵ Ainda que agora os imigrantes latinos - México, Guatemala, Honduras, El Salvador - estejam se encontrando, na fronteira, com

³ <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/13/who-chief-tedros-ukraine-ethiopia-tigray>

⁴ <https://www.reuters.com/world/us/us-arrests-210000-migrants-mexico-border-march-rivaling-record-highs-2022-04-16/>

⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58851799>

imigrantes de locais mais distantes, como Rússia e Ucrânia, mais da metade dos migrantes foram expulsos do país com base no Title 42.⁶

A cidade de Del Rio ficou em evidência em 2021 por conta da chegada volumosa de imigrantes que cruzaram a fronteira do rio Grande, e pela repressão violenta deste fluxo por parte das autoridades americanas. Na segunda semana do mês de setembro, de acordo com dados oficiais, cerca de 14 mil pessoas estavam vivendo em acampamentos na ponte internacional entre os EUA e México, em sua maioria haitianos. Tal contingente equivale a 40% da população de Del Rio, que tem em média 35 mil habitantes, dos quais 85% são de origem hispânica, de acordo com o Censo de 2020. A quantidade de haitianos chegando a Del Rio atingiu seu ápice entre 16 e 18 de setembro de 2021, quando cerca de 12 mil imigrantes entraram na cidade. O Centro da Coalizão Humanitária de Fronteira de Val Verde é um abrigo para imigrantes que oferecia atendimento para 100 pessoas por mês em média. Porém, desde setembro passou a atender cerca de 300 pessoas por dia. Após chegarem ao abrigo, os imigrantes devem entrar em contato com seus familiares nos EUA, para pedir que eles comprem uma passagem até o destino desejado. É importante ressaltar que o abrigo acolhe e tenta ajudar os imigrantes, porém eles podem ficar somente por algumas horas no abrigo, sem a permissão para a pernoite⁷.

Um acidente envolvendo um caminhão superlotado de migrantes acabou matando 55 pessoas em dezembro de 2021, no estado de Chiapas, no Sul do México. De acordo com a Organização Internacional para Migrações, OIM, outras 100 pessoas acabaram se ferindo no acidente. Este incidente foi o que mais levou pessoas a óbito desde 2014, quando a agência iniciou seu processo de documentação de mortes. Somente no ano de 2021, a OIM afirma que 651 pessoas morreram na tentativa de atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos, o maior número desde 2014. O diretor do Centro de Análise de Dados de Migração Global da OIM afirmou que apesar da redução da mobilidade provocada pela pandemia de Covid-19, as mortes seguiram sendo registradas de forma praticamente diária. Ele ainda acrescentou que o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular prevê ações para ajudar a salvar mais vidas e combater o desaparecimento de migrantes. Ele acrescenta que ainda são poucos Estados-membros que acabam implementando essas medidas ou têm políticas eficazes para diminuir os riscos enfrentados pelos migrantes.⁸

Vale lembrar que após a construção do muro na fronteira dos EUA, os migrantes recorreram a outras rotas extremamente perigosas, através do deserto.⁹ Trata-se de um dos efeitos mais perversos do endurecimento das restrições à mobilidade humana: uma vez que os fluxos refletem motivações e realidades complexas nos países de origem ou trânsito dos migrantes, a elevação de barreiras físicas ou administrativas para conter a migração resulta em um número elevado de mortes e acidentes ao longo das rotas e fronteiras. As graves violações de direitos humanos são incapazes de dissuadir os migrantes quanto à decisão de migrar.

Em fevereiro de 2022, o número de menores desacompanhados que cruzaram a fronteira México-Estados Unidos aumentou cerca de 37%, de acordo com a CBP. As autoridades americanas informaram que 12.011 crianças desacompanhadas chegaram à fronteira no Sul

⁶<https://www.reuters.com/world/us/us-arrests-210000-migrants-mexico-border-march-rivaling-record-highs-2022-04-16/>

⁷<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58718659>

⁸<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1773362>

⁹<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58851799>

durante o mês de fevereiro. Já no mês de janeiro, foi informado que 8.760 crianças desacompanhadas já haviam cruzado a fronteira. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC), decidiram que a norma sanitária “Title 42” de forma alguma pode ser aplicada a menores desacompanhados, ainda que seja aplicável a adultos e famílias inteiras. As autoridades americanas acabaram retendo 164.973 mil imigrantes na fronteira, somente em fevereiro de 2022; deste número, 55% podem ser expulsos sob a “Title 42”, enquanto 73.460 estavam dentro da “Title 8”, que se aplica às pessoas que querem entrar legalmente no país, por conta do status de refugiado ou por outros motivos, mas não possuem a documentação necessária ou acabaram não sendo beneficiadas por cotas.¹⁰

Emigração brasileira ao exterior cresce

Segundo recente levantamento do Ministério das Relações Exteriores, o número de brasileiros residentes no exterior ultrapassou os 4,2 milhões em 2021, o que representa um incremento de 600 mil pessoas desde 2018¹¹. O agravamento da crise econômica e social no Brasil tem aumentado o fluxo de emigração da população, principalmente com destino à América do Norte e à Europa, levando à mais alta taxa de não retorno em 11 anos.

Os dados levantados por uma reportagem da Valor Econômico¹² demonstram que, em 2021, após a reabertura das fronteiras para pessoas vacinadas contra a COVID-19, 17% dos brasileiros que deixaram o país não retornaram, um aumento de 10% com relação a 2010, que a taxa de não retorno era de 7%. Assim, a emigração e o desbalanço entre brasileiros que saem do país e aqueles que entram parece ter se consolidado como uma situação estrutural ao longo da última década.

Apesar de grande parcela dos emigrantes ter baixa escolaridade e renda, o que é demonstrado pelo alto número de detenções e deportações de brasileiros na fronteira dos EUA, por exemplo, esse perfil tem se tornado mais diverso. Hoje, são também famílias inteiras e trabalhadores qualificados que buscam novas oportunidades fora do país, motivados principalmente pelas profundas crises econômica, política e institucional que se agravam a cada ano.

Em 15 de setembro de 2021, a brasileira Lenilda dos Santos, 49 anos, foi encontrada sem vida no deserto do Novo México, próximo a fronteira México-EUA, tendo sido provavelmente abandonada por um grupo conduzido por atravessadores. Sua família teve que despendar cerca de 100 mil reais para realizar o traslado do corpo ao Brasil. De acordo com informações divulgadas pela CBP (Agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA), cerca de 47 mil imigrantes brasileiros tentaram cruzar a fronteira do país entre outubro de 2020 e agosto de 2021.¹³ Cesar Rossatto, professor da Universidade de Texas de El Paso e cônsul honorário do Brasil, estima que para cada brasileiro retido na fronteira, outros três entraram sem serem identificados. Logo, 200 mil brasileiros conseguiram entrar nos EUA de forma irregular e 2 mil estão retidos esperando a decisão judicial que poderá dar-lhes a oportunidade de ficar no país regularmente. Porém, a maioria tende a ser deportada. Os brasileiros estão em sexto lugar no

¹⁰<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/03/15/cresce-em-37-numero-de-menores-que-cruzaram-desacompanhados-fronteira-mexico-eua.htm?cmpid=copiaecola>

¹¹<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-externo-2013-estatisticas-2020>

¹²https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/04/08/brasileiro-volta-a-buscar-no-externo-uma-vida-melhor.ghtml?utm_source=headtopics&utm_medium=news&utm_campaign=2022-04-08

¹³<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58851799>

ranking das nacionalidades que mais são encontradas na fronteira, de acordo com dados da CBP, atrás somente de México, Honduras, Guatemala, Equador e El Salvador.

Os estudos sobre a saúde de brasileiros no exterior ainda são muito escassos, o que não permite apontar necessidades específicas dessa população, distribuída em inúmeros países. A revisão de literatura realizada por Oliveira et al (2016)¹⁴ identificou a ausência de dados sistemáticos por parte das autoridades brasileiras no exterior, embora tenha destacado temas candentes, como a atenção à saúde mental dos migrantes em determinados países, como a Austrália. Duarte, Escrivão Jr e Siqueira (2013) indicaram que havia mais de 20 milhões de residentes estrangeiros sem cobertura de saúde nos EUA. Em uma pequena amostra de brasileiros, especificamente valadarenses, nos estados de Massachusetts e Connecticut, os pesquisadores não identificaram problemas em relação ao acesso dos entrevistados aos serviços de saúde¹⁵. O estudo, no entanto, não pode refletir as circunstâncias de todos os brasileiros residentes nos EUA, ainda menos daqueles em situação migratória irregular, em um país com baixíssima cobertura de saúde pública e custos elevados para a assistência privada¹⁶. O aumento do fluxo de brasileiros ao exterior reforça a necessidade de mais dados em relação aos cidadãos brasileiros emigrantes, bem como dos esforços de cooperação internacional entre o Estado brasileiro e os países de destino. A retirada do Brasil do Pacto Global das Migrações, já no início de 2019, foi uma medida na contramão dessa demanda¹⁷.

O fluxo maior de brasileiros ao exterior também é acompanhado da intensificação de ataques racistas e xenófobos. Em Portugal, um dos principais destinos de brasileiros, as denúncias de casos de xenofobia aumentaram 433% desde 2017¹⁸ - ano em que a comunidade brasileira voltou a crescer no país. Além da discriminação com base na nacionalidade, somam-se ataques racistas principalmente contra migrantes negros.

Regulamentação de visto humanitário para ucranianos no Brasil

No dia 3 de março de 2022, o Brasil oficializou a regulamentação de vistos humanitários para ucranianos através de uma portaria publicada no Diário Oficial da União. O formato do visto é similar àquele dos vistos para afegãos, que junto de sírios e haitianos compõem as nacionalidades com esse direito no território brasileiro.

O documento, válido até 31 de agosto de 2022, dá direito a ucranianos e apátridas afetados pelo conflito. O visto é expedido em embaixadas brasileiras de países que fazem fronteira com a Ucrânia, ou pela polícia federal caso o requerente se encontre no Brasil. Com esse visto em mãos, o portador tem um prazo de 90 dias para se registrar na polícia federal e pedir a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRMN), quando pode solicitar autorização de

¹⁴ Oliveira et al. Saúde de Imigrantes: estudos com brasileiros baseados em evidências. *Sanare*, v. 15, n. 1, Sobral, Ceará, 2016.

¹⁵ Duarte, Escrivão Jr., Siqueira. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, São Paulo, 2013.

¹⁶<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2020/08/brasil-nos-estados-unidos-tem-medo-de-procurar-atendimento-medico>

¹⁷<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/#:~:text=Em%20dezembro%20de%202018%2C%20o,Nunes%20Ferreira%2C%20assinou%20o%20documento.>

¹⁸<https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/denuncias-de-xenofobia-contra-brasileiros-em-portugal-aumentaram-433.html>

residência por dois anos, para poder trabalhar legalmente em solo brasileiro, entre outros direitos. Há ainda a possibilidade, ao final do período, de se ingressar com pedido de residência permanente, desde que o imigrante prove que não se ausentou do Brasil por período superior a 90 dias a cada ano, que entrou e saiu do país sempre passando por controles fronteiriços, que segue sem antecedentes criminais em país algum e que possui meios de subsistência.¹⁹

No entanto, a portaria conta com limitações, segundo especialistas em migrações. Uma delas é não garantir o visto para outras nacionalidades afetadas pelo conflito. Há diversos cidadãos de outras nacionalidades na Ucrânia, devido ao favorecimento da circulação de pessoas entre países da antiga União Soviética, além da presença de migrantes de outros países. Essa é uma imposição relevante que não foi colocada em vistos para sírios e afegãos. Além disso, há previsão de entrevistas presenciais, também não vistas em regulamentações anteriores.²⁰

Ademais, é frequente que os migrantes encontrem barreiras adicionais quando se direcionam às embaixadas brasileiras. No Afeganistão, as embaixadas mais próximas começaram a exigir documentos não previstos nem por portarias de regulação de visto humanitário e nem no direito migratório brasileiro. No Haiti, a OIM afirmou que o número de funcionários para esse atendimento é baixo, além dos solicitantes terem apontado irregularidades no processo.

“Quando uma pessoa está fugindo de uma crise humanitária ou de um cenário de sistemática violação de direitos humanos, ela não pode esperar ou ser barrada por burocracias adicionais. As embaixadas precisam encontrar caminhos eficientes e dinâmicos para acolher, seguindo a legislação. Isso salva vidas”, diz Raissa Belintani, coordenadora do programa de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas.²¹

Apesar de toda essa situação, o governo concedeu 74 vistos e 27 autorizações de residência humanitária para ucranianos e apátridas durante o mês de março²². Estes se somam aos mais de 3,3 mil Ucranianos que registraram residência no Brasil entre 2010 e 2021.

Mudanças climáticas, migrações forçadas e saúde: uma nova iniciativa da OMS

Os novos relatórios²³ do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), lançados no início desse ano, alertam novamente sobre as consequências catastróficas das mudanças climáticas em curso no mundo, sendo uma delas o aumento dos deslocamentos humanos forçados por desastres ambientais, como abordado numa reportagem do MigraMundo²⁴.

Sabe-se que as mudanças climáticas já têm e terão ainda mais impacto sobre a saúde humana nos próximos anos, devido a fatores como a conexão com o surgimento de epidemias/pandemias, a redução da qualidade do ar e da água, as mortes por ondas de calor e por “empurrar” populações para viver em ambientes insalubres. Mas, para além desses pontos,

¹⁹ <https://www.conjur.com.br/2022-abr-19/michele-hastreiter-visto-humanitario-ucranianos>

²⁰ <https://migramundo.com/brasil-regulamenta-visto-humanitario-para-ucranianos-mas-portaria-traz-limitacoes-em-relacao-a-medidas-anteriores/>

²¹ <https://www.conectas.org/noticias/portaria-federal-cita- apenas-ucranianos-e-apatridas-como-beneficiarios-de-visto-humanitario/>

²² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/brasil-concede-74-vistos-para-ucranianos-em-marco>

²³ <https://www.ipcc.ch/reports/>

²⁴ <https://migramundo.com/as-interacoes-entre-migracoes-forçadas-e-mudancas-climaticas/>

é importante considerar a crise climática como grande geradora de fluxos migratórios forçados ao redor do mundo.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, já são mais de quatro bilhões de pessoas em situação vulnerável devido a essas mudanças, e de acordo com a ONU, são 30 milhões de deslocamentos registrados devido a ocorrências climáticas. Além de desastres climáticos, o aumento da temperatura média da Terra também está relacionado ao início de conflitos, como, por exemplo, a disputa pela água escassa em regiões do Burkina Faso, que tem impactado negativamente a vida e o bem-estar da população local.

Em 2022, a OMS celebrou o Dia Mundial da Saúde chamando atenção para a intersecção entre crise climática, conflitos e saúde, e a urgência do mundo em endereçar essas questões. Nas palavras do Dr. Tedros Adhanom, Diretor-Geral da OMS, o mundo estaria próximo de um “apocalipse”, enfrentando uma espiral de mortes por conflitos armados, pandemias e desastres ambientais. Por isso, no dia 7 de abril, lançou a iniciativa global “Paz pela saúde e saúde pela paz” para fomentar discussões e ações para a promoção da paz e o acesso integral à saúde ao redor do mundo, mitigando as mudanças climáticas e fortalecendo os sistemas de saúde²⁵.

²⁵<https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/conflict--climate-crisis-and-covid--world-needs--peace-for-health-and-health-for-peace>

PNUD - O tema Saúde nas Nações Unidas: complementação e conflito

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O sistema ONU é composto por um conjunto de 30 programas, fundos e agências especializadas, que possuem suas próprias lideranças, orçamentos e focos de trabalho²⁶, além de também integrar outras organizações consideradas parceiras que atuam conjuntamente com as agências multilaterais globais. Para efeito deste documento, iremos chamar todas as organizações do sistema ONU que possuem autonomia administrativa como agência, ainda que reconheçamos seus diferentes formatos.

Contemporaneamente, a saúde tem sido debatida internacionalmente a partir de conceituações mais abrangentes, de modo que o tópico esteja sendo tratado com maior amplitude temática, mas também com maior dispersão de intervenções. Concomitantemente, várias agências da ONU têm promovido iniciativas verticais relacionadas à saúde, porém, tais iniciativas possibilitam redundância ou sobreposição em alguns temas relacionados à saúde. Esta sobreposição de iniciativas pode sinalizar a própria dispersão do tema da saúde na ONU. Contudo, tal dispersão pode ser positiva, caso provoque a cooperação entre as agências e não a disputa de titularidade sobre o tema.

O objetivo deste documento é de investigar a presença do tema saúde no sistema ONU, e a estratégia escolhida é de explorar o envolvimento das agências da ONU na implementação da proposta de saúde da Agenda 2030, que é uma agenda compartilhada no sistema. Isto nos possibilita observar como as competências das agências estão dispostas em um acordo em comum. Este caminho de investigação nos parece apropriado na medida em que a própria premissa holística da Agenda 2030 implica uma distribuição dos temas relacionados à saúde ao longo dos seus objetivos. Consequentemente, também possibilita a identificação do sombreamento das ações das agências nas ações ligadas a saúde.

Entre os aspectos que diferenciam a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de outros acordos internacionais se destacam a amplitude temática dos compromissos e o reconhecimento da integralidade dos seus objetivos, com a interdependência das dimensões econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável²⁷.

A estrutura oficial dos indicadores ODS contou originalmente com 231 indicadores de monitoramento que visam comparações globais. O mandato oficial para estabelecer e revisar periodicamente a estrutura oficial de indicadores para os ODS, além de monitorar a cobertura global desses indicadores, é de responsabilidade do Grupo Interagencial de Peritos para os Indicadores dos ODS (*Inter-Agency and Expert Group on SDG Indicators - IAEG-SDGs*), composto por representantes dos órgãos estatísticos de alguns países-membros²⁸.

²⁶ United Nations. UN System. Disponível em: [UN System | United Nations <acesso 22 de abril de 2022>](#).

²⁷ MARTINS et al. Potencialidades e desafios do monitoramento da saúde na Agenda 2030 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 0351, 2021.

²⁸ SILVEIRA et al. Quantifying convergence on health-related indicators of the 2030 Agenda for sustainable development. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 99, n. 3, p. 228–235, 2021. DOI: 10.2471/BLT.19.245811.

A Agenda 2030 e indicadores relacionados à saúde

Para o tema da saúde, a premissa da Agenda 2030 implica considerar uma conceituação mais expandida de saúde para além dos indicadores tradicionais, enquanto uma intersecção de bem-estar e desenvolvimento sustentável, destacando o marco conceitual da promoção da saúde como um paradigma transformador para ações de melhoria das condições de vida². Isto demanda que o próprio objetivo específico de saúde (ODS 3), denominado “Boa Saúde e Bem-Estar”, seja implementado através de uma abordagem interdependente e sinérgica com outros tópicos relacionados à saúde da Agenda. Em termos práticos, significa compreender quais outros ODS e seus respectivos indicadores são interdependentes e indispensáveis para o alcance das metas de saúde².

Porém, apesar do documento ratificado admitir a necessidade de novas metodologias que englobem a proposta integradora dos vínculos entre os ODS, este ponto não é estendido ou oficialmente explicitado. Esta abertura de interpretações leva a uma série de questionamentos posteriores sobre os meios de implementação desta caracterização holística da Agenda. Um dos principais questionamentos é relativo à sua operacionalização, os quais se estendem à questão de definir quais indicadores devem ser monitorados e avaliados de modo interdependente para o cumprimento das metas para as diversas áreas da Agenda 2030 nos territórios.

Buscando superar esta indefinição sobre quais indicadores são interdependentes à saúde, escolhemos a metodologia definida por Silveira *et al.* (2021), e também trabalhado por Martins *et al.* (2021), que explora as possibilidades de monitoramento dos indicadores relacionadas à saúde a partir da identificação das diferentes operacionalizações de saúde que emergem das escolhas de indicadores feitas por um conjunto de cinco instituições-chave para a Agenda 2030: a Organização Mundial da Saúde (OMS); a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial, o Global Burden of Disease (GBD-IHME) e a Sustainable Development Solutions Network (SDSN)³.

Além dos 27 indicadores incluídos no ODS 3, as cinco instituições também consideram outros 33 indicadores relacionados à saúde incluídos nos ODS 1 (pobreza), 2 (fome), 4 (educação), 5 (igualdade de gênero), 6 (saneamento), 7 (energia), 10 (desigualdades), 11 (sustentabilidade), 16 (instituições fortes) e 17 (parcerias). Ao todo, as cinco instituições analisadas elencaram, entre aqueles diretamente relacionados à saúde, 60 dos 231 indicadores oficiais dos ODS. Estes perfazem oito objetivos e 37 metas, o que em termos percentuais indica uma associação da saúde a 46% dos objetivos, 22% das metas e 25% dos indicadores do compromisso global².

A divisão temática de indicadores segue a proposta realizada pela OMS no relatório 'World Health Statistics 2019' que inclui: (i) 'Saúde materna e reprodutiva'; (ii) 'Saúde infantil e do recém-nascido'; (iii) 'Doenças infecciosas'; (iv) 'Doenças não transmissíveis'; (v) 'Lesões e violência'; (vi) 'Riscos ambientais'; (vii) 'Cobertura universal de saúde e sistemas de saúde'. Uma categoria adicional (viii) 'Outros' foi incluída para permitir a inclusão de indicadores que não se encaixam em nenhum dos temas acima. O Quadro 1 apresenta abaixo os indicadores categorizados a estes grupos temáticos²:

Quadro 1: Categorização dos 60 indicadores relacionados à saúde em grupos temáticos

Grupos temáticos	Indicadores relacionados à saúde
(i) Saúde materna e reprodutiva	3.1.1; 3.1.2; 3.7.1; 3.7.2; 5.6.1; 5.6.2.
(ii) Saúde infantil e do recém-nascido	2.2.1; 2.2.2; 3.2.1; 3.2.2; 3.b.1.
(iii) Doenças infecciosas	3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.3.4; 3.3.5.
(iv) Doenças não transmissíveis	3.4.1; 3.4.2; 3.5.1; 3.5.2; 3.a.1.
(v) Lesões e violência	1.5.1/11.5.1/13.1.1; 3.6.1; 5.2.1; 5.2.2; 5.3.1; 5.3.2; 8.8.1; 16.1.1; 16.1.2; 16.1.3; 16.1.4; 16.2.3.
(vi) Riscos ambientais	3.9.1; 3.9.2; 3.9.3; 4.a.1; 6.1.1; 6.2.1; 6.3.1; 6.a.1; 7.1.2; 11.6.2.
(vii) Cobertura universal de saúde e sistemas de saúde	1.a.2; 3.8.1; 3.8.2; 3.b.2; 3.b.3; 3.c.1; 3.d.1; 17.19.2.
(viii) Outros	1.1.1; 1.3.1; 2.1.1; 7.1.1; 10.7.1; 10.7.2; 16.9.1; 17.18.1; 17.18.2.

Custódia dos indicadores ODS relacionados à saúde

Durante a discussão inicial sobre os indicadores foi percebida a necessidade da participação das agências do sistema ONU para apoiar o desenvolvimento dos indicadores e prover assistência técnica e capacitação para os órgãos estatísticos nacionais. A solução encontrada pelo IAEG-SDGs foi a criação de um sistema de custódia, no qual agências específicas da ONU seriam responsáveis pela tutela de determinados indicadores. Por meio da colaboração técnica com o IAEG-SDGs, essas agências contribuiriam para a definição das métricas do indicador, provisão de assistência técnica à países e monitoramento dos dados relativos ao indicador.²⁹

O Quadro 2 apresenta as agências do sistema ONU que possuem custódia dos indicadores relacionados à saúde, excluindo aqueles que possuem custódia exclusiva da WHO:

Quadro 2: Indicadores relacionados à saúde por agência de custódia e parceiros (excluindo os indicadores com custódia exclusiva da WHO)

No	Indicators	Custodian Agency(ies)	Partner Agency(ies)
1.1.1	Proportion of the population living below the international poverty line by sex, age, employment status and geographic location (urban/rural)	World Bank	ILO
1.3.1	Proportion of population covered by social protection floors/systems, by sex, distinguishing children, unemployed persons, older persons, persons with disabilities, pregnant women, newborns, work-injury victims and the poor and the vulnerable	ILO	World Bank

²⁹ KAPTO, Serge. Layers of Politics and Power Struggles in the SDG Indicators Process. *Global Policy*, v. 10, n. S1, p. 134–136, 2019. DOI: 10.1111/1758-5899.12630.

1.5.1	Number of deaths, missing persons and directly affected persons attributed to disasters per 100,000 population	UNDRR	UN-Habitat, UNEP, DESA Population Division
1.a.2	Proportion of total government spending on essential services (education, health and social protection)	UNESCO	
2.1.1	Prevalence of undernourishment	FAO	
2.2.1	Prevalence of stunting (height for age <-2 standard deviation from the median of the World Health Organization (WHO) Child Growth Standards) among children under 5 years of age	UNICEF, WHO	
2.2.2	Prevalence of malnutrition (weight for height >+2 or <-2 standard deviation from the median of the WHO Child Growth Standards) among children under 5 years of age, by type (wasting and overweight)	UNICEF, WHO	
3.1.2	Proportion of births attended by skilled health personnel	UNICEF, WHO	UNFPA
3.2.1	Under-5 mortality rate	UNICEF	DESA Population Division, World Bank, WHO
3.2.2	Neonatal mortality rate	UNICEF	DESA Population Division, World Bank, WHO
3.3.1	Number of new HIV infections per 1,000 uninfected population, by sex, age and key populations	UNAIDS	WHO, UNFPA
3.5.1	Coverage of treatment interventions (pharmacological, psychosocial and rehabilitation and aftercare services) for substance use disorders	WHO, UNODC	
3.7.1	Proportion of women of reproductive age (aged 15–49 years) who have their need for family planning satisfied with modern methods	DESA Population Division	UNFPA, WHO
3.7.2	Adolescent birth rate (aged 10–14 years; aged 15–19 years) per 1,000 women in that age group	DESA Population Division	UNFPA, WHO
3.8.2	Proportion of population with large household expenditures on health as a share of total household expenditure or income	WHO, World Bank	
3.b.1	Proportion of the target population covered by all vaccines included in their national programme	WHO, UNICEF	
4.a.1	Proportion of schools offering basic services, by type of service	UNESCO	UNICEF, OECD, UNEP
5.2.1	Proportion of ever-partnered women and girls aged 15 years and older subjected to physical, sexual or psychological violence by a current or former intimate partner in the previous 12 months, by form of violence and by age	UNICEF, UN Women, UNFPA, WHO, UNODC	UNSD, UNDP
5.2.2	Proportion of women and girls aged 15 years and older subjected to sexual violence by persons other than an intimate partner in the previous 12 months, by age and place of occurrence	UNICEF, UN Women, UNFPA, WHO, UNODC	UNSD, UNDP

5.3.1	Proportion of women aged 20–24 years who were married or in a union before age 15 and before age 18	UNICEF	WHO, UNFPA, UN Women, DESA Population Division
5.3.2	Proportion of girls and women aged 15–49 years who have undergone female genital mutilation/cutting, by age	UNICEF	UNFPA, WHO
5.6.1	Proportion of women aged 15–49 years who make their own informed decisions regarding sexual relations, contraceptive use and reproductive health care	UNFPA	UN Women
5.6.2	Number of countries with laws and regulations that guarantee full and equal access to women and men aged 15 years and older to sexual and reproductive health care, information and education	UNFPA	UN Women, DESA Population Division, WHO
6.1.1	Proportion of population using safely managed drinking water services	WHO, UNICEF	UNEP, UN-Habitat
6.2.1	Proportion of population using (a) safely managed sanitation services and (b) a hand-washing facility with soap and water	WHO, UNICEF	UNEP
6.3.1	Proportion of domestic and industrial wastewater flows safely treated	WHO, UN-Habitat, UNSD	UNEP, OECD, Eurostat
6.a.1	Amount of water- and sanitation-related official development assistance that is part of a government-coordinated spending plan	WHO, OECD	UNEP, UN-Water
7.1.1	Proportion of population with access to electricity	World Bank	IEA, UN-Energy
8.8.1	Fatal and non-fatal occupational injuries per 100,000 workers, by sex and migrant status	ILO	
10.7.1	Recruitment cost borne by employee as a proportion of monthly income earned in country of destination	ILO, World Bank	
10.7.2	Number of countries with migration policies that facilitate orderly, safe, regular and responsible migration and mobility of people	DESA Population Division, IOM	World Bank, Global Migration Group, UNHCR, UNODC, OECD
16.1.1	Number of victims of intentional homicide per 100,000 population, by sex and age	UNODC, WHO	DESA Population Division, UNICEF
16.1.2	Conflict-related deaths per 100,000 population, by sex, age and cause	OHCHR	UNMAS, DESA Population Division
16.1.3	Proportion of population subjected to (a) physical violence, (b) psychological violence and (c) sexual violence in the previous 12 months	UNODC	UN Women, UNFPA, WHO, UNICEF
16.1.4	Proportion of population that feel safe walking alone around the area they live	UNODC	
16.2.3	Proportion of young women and men aged 18–29 years who experienced sexual violence by age 18	UNICEF	UNSD, UNODC
16.9.1	Proportion of children under 5 years of age whose births have been registered with a civil authority, by age	UNSD, UNICEF	UNFPA, DESA Population Division
17.18.2	Number of countries that have national statistical legislation that complies with the Fundamental Principles of Official Statistics	PARIS21	

17.19.2	Proportion of countries that (a) have conducted at least one population and housing census in the last 10 years; and (b) have achieved 100 per cent birth registration and 80 per cent death registration	UNSD	UNFPA, DESA Population Division
---------	---	------	------------------------------------

Fonte: IAEГ-SDGs. Tier Classification for Global SDG Indicators (26 Oct 2020). Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators, 2020.

O Quadro 2 apresenta ainda uma outra categoria prevista pelo IAEГ-SDGs em relação à estrutura oficial dos indicadores ODS, que se refere às agências parceiras. Esta categoria de parceria não possui a responsabilidade oficial de coleta de dados e monitoramento diretamente com os órgãos governamentais dos países, mas também contribui para o monitoramento, apoio de implementação do indicador, etc. Nesta categoria ainda existem outras 9 agências do sistema ONU que se apresentam como parceiras, mas que não possuem custódia oficial de nenhum dos 60 indicadores.

Dentre os 60 indicadores relacionados à saúde, a WHO possui a custódia exclusiva de 21 indicadores, e compartilha a custódia de outros 13 indicadores com outras agências do sistema. Em relação aos indicadores do ODS 3, específico da saúde, a WHO não possui custódia de apenas 5 indicadores, sendo eles: mortalidade de menores de 5 anos (3.2.1), mortalidade neonatal (3.2.2), infecção de HIV (3.3.1), planejamento familiar (3.7.1), e natalidade de adolescentes (3.7.2). Ainda assim, a WHO participa enquanto uma agência parceira em todos os indicadores citados previamente, além de ser também parceira de mais 4 indicadores relacionados à saúde (5.3.1, 5.3.2, 5.6.2, 16.1.3)

Para além da já esperada prevalência da OMS no tema, é possível notar um certo grau de dispersão nas custódias dos indicadores relacionados à saúde entre as agências do sistema ONU. Como pode ser observado no Quadro 2, existem 16 outras agências do sistema ONU que possuem custódia de 39 indicadores relacionados à saúde. É importante notar também que alguns indicadores se encontram repetidos no quadro por possuírem a custódia compartilhada. A agência do sistema ONU que mais se destacou pelo número de indicadores relacionados à saúde em custódia oficial é o UNICEF, com 14 indicadores relacionados à saúde, enquanto o UNODC se encontra em segundo lugar, com 6 indicadores, e o Banco Mundial e o UNFPA empatam em terceiro lugar, com 4 indicadores cada.

Destacaremos as ações de apenas algumas agências específicas, a UNICEF, UNFPA e PNUD, à título de ilustração desta dispersão de ações no sistema ONU. A primeira agência a ser destacada é o UNICEF, que possui a custódia de 23,3% dos indicadores relacionados à saúde. Ele possui a exclusividade da custódia de 5 indicadores, a saber: mortalidade de menores de 5 anos (3.2.1), mortalidade neonatal (3.2.2), mulheres menores de idade casadas (5.3.1), mutilação genital feminina (5.3.2), e violência sexual de menores (16.2.3). Apesar da exclusividade de custódia, nestes indicadores há pelos menos duas agências parceiras em cada.

O UNICEF possui custódia compartilhada de 9 indicadores com diferentes organizações, que são: a OMS, que compartilha com ele os indicadores de atraso no crescimento (2.2.1), desnutrição (2.2.2), nascimentos assistidos (3.1.2), vacinação (3.b.1), acesso à água segura (6.1.1) e serviços sanitários (6.2.1); o UNSD, que compartilha com ele o indicador de registro de nascimentos; e por fim, um compartilhamento amplo da custódia dos indicadores de violência de gênero (5.2.1 e 5.2.2) com as agências do UN-Women, UNFPA, WHO e UNODC. É interessante notar que a maioria dos temas em que o UNICEF é responsável se referem à temas diretamente ligados à saúde infantil, como nutrição infantil, vacinação e violência a menores de idade, o que

condiz com o foco da agência ser sobre direitos da infância. A exceção do seu foco se apresenta na custódia dos indicadores de acesso a água e serviços sanitários.

O UNFPA, além de compartilhar a custódia dos 2 indicadores mencionados anteriormente (5.2.1 e 5.2.2), possui a custódia exclusiva dos indicadores de saúde sexual e reprodutiva (5.6.1 e 5.6.2). As agências parceiras destes indicadores de custódia exclusivos são o UN-Women, DESA Population Division e WHO. Observa-se que dentro dos temas relacionados à saúde, o UNFPA focalizou sua custódia nos temas de violência contra mulheres e direitos sexuais e reprodutivos. Este foco se justifica dentro do sistema ONU pelo fato da UNFPA ser a agência oficial das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva, tendo como foco de trabalho também o fim da violência de gênero³⁰.

No entanto, o PNUD é um exemplo claro que existem outras formas de participação de outras agências do sistema ONU no campo da saúde, apesar de não ser mencionado como agência de custódia nesta seleção de indicadores relacionados à saúde da Agenda 2030. Além de contribuir diretamente enquanto agência parceira nos indicadores de violência de gênero (5.2.1 e 5.2.2), o PNUD também possui outras iniciativas relacionadas à saúde. As contribuições do PNUD com a saúde advêm da perspectiva defendida pela agência da forte conexão entre desenvolvimento e saúde, tendo assinado em 2018 um Memorando de Entendimento de cinco anos com a WHO para ajudar os países a alcançar as metas relacionadas à saúde na Agenda 2030³¹. Porém, seus investimentos relacionados à saúde aparecem de forma mais periférica do que outras agências mais fortemente direcionadas à saúde.

Ainda assim, os quatro grandes temas de sua janela de financiamento de projetos internacionais contêm elementos considerados pela WHO como relacionados à saúde. Entre os anos de 2016 e 2021 foram financiados, considerando apenas esta modalidade de financiamento, cerca de: US\$ 23 milhões em desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; US\$ 34 milhões em resposta emergencial a crises e recuperação; US\$ 28 milhões em prevenção de conflitos; US\$700 mil no tema de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; e US\$ 460 mil no tema de pobreza e desigualdade³².

Além disso, durante a pandemia do COVID-19, o PNUD investiu fortemente seus recursos em financiamento e assistência aos países com maior carência imediata, e tem trabalhado com a criação de resiliência para aqueles países que ainda sentem os seus efeitos socioeconômicos³³. Há ainda outras iniciativas pontuais realizadas pelo PNUD que concernem a ampliação do acesso à saúde para países menos desenvolvidos, como por exemplo na publicação de relatórios como o “Using Competition Law to Promote Access to Health Technologies: A Supplement to the Guidebook for Low- and Middle-Income Countries”³⁴.

³⁰ UNFPA. About us. United Nations Population Fund Website. Disponível em: [UNFPA](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

³¹ UN’s Health and Development Agencies Join Forces for Good Health for All. UNDP News Centre, London, 4 May 2018. Disponível em: [Press release:UN’s Health and Development Agencies Join Forces](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

³² UNDP. Funding Windows 2016-2021. [Funding Windows | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

³³ UNDP. Core Resources April 2022. [Core Brochure-April-1-small.pdf \(undp.org\)](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

³⁴ UNDP Report. [Using Competition Law to Promote Access to Health Technologies: A Supplement to the Guidebook for Low- and Middle-Income Countries | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

Adicionalmente, no início do ano de 2022 o PNUD apresentou o seu próprio plano estratégico contra o HIV, denominado “UNDP HIV and Health Strategy 2022-2025”³⁵, se comprometendo a complementar as estratégias de parceiros-chave da saúde, como a WHO, the Global Fund to Fight AIDS, TB, and Malaria, UNICEF, UN Women, UNAIDS, e o Global Action Plan for Healthy Lives and Well-Being. Esta iniciativa parece ser um exemplo de uma tentativa de contraposição às sobreposições e competições existentes dentro do sistema ONU no que se refere aos temas relacionados à saúde. Ela também sinaliza para o fato de agências que não possuem relevância na custódia dos indicadores relacionados à saúde não é necessariamente um sinal de que as agências não exerçam também seu papel nos temas relacionados à saúde.

Desafios na operacionalização dos indicadores

Por fim, é preciso ressaltar que possuir a custódia do indicador e o seu monitoramento oficial não implica necessariamente que este órgão possui a disponibilização completa destes dados internacionalmente. Isto pois há uma série de desafios que necessitam ser superados na relação entre o órgão internacional responsável pela custódia e os dados disponibilizados pelos países. O primeiro desafio se refere ao acesso que o país provê para as agências internacionais responsáveis pela custódia do monitoramento global dos ODS. Apesar do fornecimento de dados dos Estados fazer parte do mecanismo institucional de *accountability*, parte dos Estados não fornece tais dados para a visualização destas agências, ainda que haja a possibilidade destes dados existirem e estarem disponíveis no nível interno dos Estados. Um exemplo deste impasse foi divulgado pela OMS em 2019, quando afirmou que apenas 40% dos Estados disponibilizaram dados primários ou subjacentes recentes apenas para três quartos dos indicadores que a OMS considera como relacionados à saúde³⁶.

Outro desafio é a não inclusão destes dados nos diagnósticos internacionais das agências devido ao não seguimento das metodologias oficiais do IAEG-SDGs pelos Estados, o que resulta em problemas de comparabilidade dos indicadores globalmente⁷. Parte deste problema advém dos desafios metodológicos trazidos pelos indicadores recém-desenvolvidos e a falta de dados oficiais e/ou comparáveis para muitos países.

Desde a Revisão Abrangente de 2020, não há indicadores atualmente classificados como Tier 3, para os quais “ainda não há metodologia ou padrões estabelecidos internacionalmente para o indicador, mas metodologia/padrões estão sendo (ou estarão) desenvolvido ou testado”. Porém, apenas 53,7% dos indicadores são classificados como Tier 1, ou seja, “conceitualmente claro, possui uma metodologia estabelecida internacionalmente e os padrões estão disponíveis, e os dados são produzidos regularmente pelos países para pelo menos 50% dos países e da população em todas as regiões onde o indicador é relevante”³.

Este desafio metodológico fomentou o desenvolvimento paralelo de indicadores alternativos e simultâneos. Além do uso de definições e metodologias diferentes, os principais motivos da não-comparabilidade dos dados se encontra nos elementos de viés de informação, erros no processamento ou na notificação dos dados, e atrasos na sua disponibilização. Nestas

³⁵ UNDP Report. [Connecting the Dots: Towards a More Equitable, Healthier and Sustainable Future: UNDP HIV and Health Strategy 2022-2025 | United Nations Development Programme](#) <acesso em 24 de abril de 2022>.

³⁶ WHO. World health statistics 2019: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: World Health Organization, 2019.

situações os indicadores se apresentam de forma desatualizada, incompleta ou imprecisa, o que prejudica o monitoramento de informações relacionadas à saúde³⁷.

Desta maneira, assim como mencionamos que a ausência de custódia dos indicadores não significa a ausência de iniciativas das agências, é necessário ressaltar que o papel de custódia e monitoramento pelas agências custodiantes é também constrangido pelos próprios desafios da Agenda 2030 e dos países. Assim, não podem ser considerados como o maior indicativo da importância e do impacto das agências para a saúde global.

³⁷ WHO. World health statistics 2020: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: World Health Organization, 2020.

Semana Mundial de Imunização 2022

*Maria Teresa Rossetti Massari e
Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes*

Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)

Semana Mundial de Imunização 2022 ocorre de 24 a 30 de abril

Embora a imunização seja uma das intervenções de saúde pública mais bem-sucedidas, sua cobertura se estabilizou na última década. A pandemia de COVID-19 e as interrupções associadas sobrecarregaram os sistemas de saúde.

Alguns fatos importantes sobre a vacinação:

- A cobertura global caiu de 86% em 2019 para 83% em 2020.
- Estima-se que 23 milhões de crianças menores de 1 ano não receberam as vacinas básicas (maior número desde 2009).
- Em 2020, o número de crianças completamente não vacinadas aumentou em 3,4 milhões.
- Apenas 19 introduções de vacinas foram relatadas em 2020, menos da metade de qualquer ano nas últimas duas décadas.
- 1,6 milhão de meninas a mais não estavam totalmente protegidas contra o papilomavírus humano (HPV) em 2020, em comparação com o ano anterior.

Resumo da cobertura global de imunização (2020):

- Haemophilus influenzae tipo b (Hib): causa meningite e pneumonia. A vacina Hib foi introduzida em 192 Estados Membros até o final de 2020. A cobertura global com 3 doses da vacina Hib é estimada em 70%. Há uma grande variação entre as regiões. Estima-se que a região do Sudeste Asiático da OMS tenha 83% de cobertura, enquanto na região do Pacífico Ocidental da OMS é de apenas 25%.
- Hepatite B: infecção viral que ataca o fígado. A vacina contra hepatite B para bebês foi introduzida em todo o país em 190 Estados Membros até o final de 2020. A cobertura global com 3 doses da vacina contra hepatite B é estimada em 83%. Além disso, 113 Estados Membros introduziram 1 dose de vacina contra hepatite B em recém-nascidos nas primeiras 24 horas de vida. A cobertura global é de 42% e chega a 84% na Região do Pacífico Ocidental da OMS, enquanto se estima que seja de apenas 6% na Região Africana da OMS.
- Papilomavírus humano (HPV): infecção viral mais comum do trato reprodutivo e pode causar câncer cervical em mulheres, outros tipos de câncer e verrugas genitais em homens e mulheres. A vacina contra o HPV foi introduzida em 111 Estados Membros até o final de 2020. Como muitos países grandes ainda não introduziram a vacina e a cobertura vacinal diminuiu em 2020, a cobertura global com a dose final de HPV é agora estimada em 13%. Esta é uma redução proporcionalmente grande de 15% em 2019.
- Meningite A: infecção muitas vezes mortal e deixa 1 em cada 5 indivíduos afetados com sequelas devastadoras a longo prazo. Antes da introdução do MenAfriVac em 2010 – uma vacina revolucionária – o sorogrupo A de meningite era responsável por 80–85%

das epidemias de meningite no cinturão de meningite africano. Até o final de 2020, quase 350 milhões de pessoas em 24 dos 26 países do cinturão de meningite haviam sido vacinadas com MenAfriVac por meio de campanhas. Onze países incluíram MenAfriVac em seu calendário de vacinação de rotina até 2020.

- Sarampo: doença altamente contagiosa causada por um vírus, que geralmente resulta em febre alta e erupção cutânea, podendo levar à cegueira, encefalite ou morte. Até o final de 2020, 84% das crianças receberam 1 dose de vacina contendo sarampo até seu segundo aniversário e 179 Estados Membros incluíram uma segunda dose como parte da imunização de rotina e 70% das crianças receberam 2 doses de vacina contra sarampo de acordo com os calendários nacionais de vacinação.
- Caxumba: vírus altamente contagioso que causa inchaço doloroso no lado do rosto sob as orelhas (glândulas parótidas), febre, dor de cabeça e dores musculares. Pode levar à meningite viral. A vacina contra a caxumba foi introduzida em todo o país em 123 Estados-Membros até o final de 2020.
- Doenças pneumocócicas incluem pneumonia, meningite e bacteremia febril, bem como otite média, sinusite e bronquite. A vacina pneumocócica havia sido introduzida em 151 Estados Membros até o final de 2020, incluindo 3 em algumas partes do país, e a cobertura global da terceira dose foi estimada em 49%.
- Poliomielite: doença viral altamente infecciosa que pode causar paralisia irreversível. Em 2020, 83% das crianças em todo o mundo receberam 3 doses da vacina contra a poliomielite. Em 2020, a cobertura de lactentes recebendo sua primeira dose de vacina inativada contra a poliomielite (IPV) em países que ainda estão usando a vacina oral contra a poliomielite (OPV) é estimada em 80%. Visando a erradicação global, a pólio foi interrompida em todos os países, exceto no Afeganistão e no Paquistão. Até que a transmissão do poliovírus seja interrompida nesses países, todos os países permanecem em risco de importação de pólio, especialmente países vulneráveis com serviços de saúde pública e imunização fracos e ligações de viagens ou comércio com países endêmicos.
- Rotavírus: causa mais comum de doença diarreica grave em crianças pequenas em todo o mundo. A vacina contra rotavírus foi introduzida em 114 países até o final de 2020, incluindo 3 em algumas partes do país. A cobertura global foi estimada em 46%.
- Rubéola: doença viral que geralmente é leve em crianças, mas a infecção durante o início da gravidez pode causar morte fetal ou síndrome da rubéola congênita, que pode levar a defeitos no cérebro, coração, olhos e ouvidos. A vacina contra a rubéola foi introduzida em todo o país em 173 Estados Membros até o final de 2020, e a cobertura global foi estimada em 70%.
- Tétano: causado por uma bactéria que cresce na ausência de oxigênio, por exemplo, em feridas sujas ou no cordão umbilical se não for mantido limpo. Os esporos de *C. tetani* estão presentes no ambiente independente da localização geográfica. Produz uma toxina que pode causar complicações graves ou morte. O tétano materno e neonatal persiste como problema de saúde pública em 12 países, principalmente na África e Ásia.
- Febre amarela: doença hemorrágica viral aguda transmitida por mosquitos infectados. A partir de 2019, a vacina contra a febre amarela havia sido introduzida nos programas

de imunização infantil de rotina em 36 dos 40 países e territórios em risco de febre amarela na África e nas Américas. Nesses 40 países e territórios, a cobertura é estimada em 45%.

Principais desafios

Em 2020, 17,1 milhões de bebês não receberam uma dose inicial da vacina DTP, apontando para a falta de acesso à imunização e outros serviços de saúde, e outros 5,6 milhões estão parcialmente vacinados. Dos 23 milhões, mais de 60% dessas crianças vivem em 10 países: Angola, **Brasil**, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão e Filipinas.

O monitoramento de dados em níveis nacionais é fundamental para ajudar os países a priorizar e adaptar estratégias de vacinação e planos operacionais para abordar as lacunas de imunização e alcançar todas as pessoas com vacinas que salvam vidas.

No Brasil, uma das estratégias em curso é o movimento Reconquista das Altas Coberturas Vacinais que tem a liderança do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) e a participação da Sociedade Brasileira de Imunização - SBIIm. Mesmo sendo um dos mais efetivos programas de imunização do mundo e dos esforços permanentes para garantir o abastecimento das vacinas dos Calendários de Vacinação do país, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) vem enfrentando um cenário adverso para alcançar as taxas de cobertura vacinal necessárias à imunidade coletiva das vacinas que disponibiliza. Bio-Manguinhos/Fiocruz coordena o projeto, ao lado da SVS/MS, devido à sua trajetória não apenas no fornecimento de produtos para o SUS, mas na busca de soluções para o presente e o futuro da saúde pública.

Para acessar a página, [clique aqui](#).

Agenda de Imunização 2030

A agenda estabelece uma visão e estratégia global ambiciosa e abrangente para vacinas e imunização para a década de 2021-2030. Foi organizado com milhares de contribuições de países e organizações de todo o mundo. Baseia-se nas lições da última década e reconhece novos e contínuos desafios colocados por doenças infecciosas (por exemplo, Ebola, COVID-19).

A estratégia foi concebida para responder aos interesses de todos os países e pretende inspirar e alinhar as atividades das partes interessadas comunitárias, nacionais, regionais e globais para alcançar um mundo onde todos, em todos os lugares, se beneficiem plenamente das vacinas para uma boa saúde e bem-estar.

Materiais complementares:

- [Agenda de imunização 2030: uma estratégia global para não deixar ninguém para trás](#)
- [Implementando a Agenda de Imunização 2030: Um Quadro de Ação](#)
- [Materiais da campanha](#)

Estratégia global para a eliminação do câncer do colo do útero como problema de saúde pública

Em 2020, a Assembleia Mundial da Saúde adotou a estratégia global para eliminar o câncer do colo do útero. Nesta estratégia, o primeiro dos 3 pilares exige a introdução da vacina contra o HPV em todos os países e tem como meta atingir 90% de cobertura. Com a introdução

atualmente em 57% dos Estados Membros, serão necessários grandes investimentos para a introdução em países de baixa e média renda nos próximos 10 anos, bem como melhorias no programa para atingir as metas de cobertura de 90% em ambientes de baixa e alta renda.

INSPIRE – relatório sobre a aceitação das sete estratégias para acabar com a violência contra crianças (2016 a 2021)

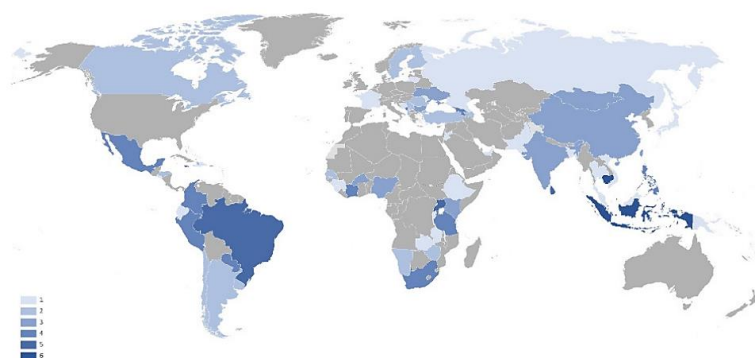
A estratégia INSPIRE foi lançada em 2016 com o objetivo de apresentar estratégias baseadas nas melhores evidências disponíveis para ajudar os países e as comunidades a concentrar esforços em programas e serviços de prevenção que sejam dotados de um maior potencial para redução da violência contra crianças. As sete estratégias são:

- Implementação e vigilância do cumprimento das leis;
- Normas e valores;
- Segurança do ambiente;
- Pais, mães e cuidadores recebem apoio;
- Incremento de renda e fortalecimento econômico;
- Resposta de serviços de atenção e apoio; e
- Educação e habilidades para a vida.

Para acessar o programa INSPIRE, [clique aqui](#).

O relatório foi organizado a partir da revisão documental, pesquisa de literatura global e entrevistas com as principais partes interessadas, documentando a aceitação, adoção e implementação do INSPIRE nos últimos 5 anos e identificando os desafios e oportunidades que surgiram ao longo do caminho. Ele aponta que 67 países aderiram ao programa, com maior ou menor ênfase nas ações.

Figure 3: Heatmap of countries with a commitment to INSPIRE



A conclusão é que tanto o número de acessos aos materiais publicados como o envolvimento dos países aumentaram ao longo do período analisado. Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Nações Unidas (UNFPA)

O tema da 55ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento, que ocorrerá entre 25 e 29 de abril de 2022, é “População e desenvolvimento sustentável, em particular crescimento econômico sustentado e inclusivo”, que proporcionará uma oportunidade para

explorar o desenvolvimento do capital humano, o empoderamento econômico das mulheres, as desigualdades e o investimento em saúde e sistemas de proteção social.

A Comissão é o único fórum das Nações Unidas dedicado a revisar a implementação do Programa de Ação da ICPD (International Conference on Population and Development), e as negociações sobre seu principal resultado podem servir como meio de acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Cúpula de Nairóbi reafirmou que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, mas sofreram reveses em todo o mundo, não ajudados pelo impacto socioeconômico do COVID-19. O planejamento familiar leva a melhores resultados de saúde, mas também pode aliviar a pobreza ao permitir que mulheres e meninas busquem uma educação que melhore suas perspectivas econômicas e as de suas comunidades. A saúde materna também contribui para o crescimento econômico, pois as crianças saudáveis nascidas como resultado se tornam adultos saudáveis.

A igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres é outro motor da economia, portanto, as mulheres devem ter acesso a oportunidades, igualdade de remuneração e proteção social, e políticas voltadas para a família devem ser implementadas. A violência de gênero e as práticas nocivas, que restringem o desenvolvimento social e econômico das mulheres, devem acabar. E para um crescimento econômico verdadeiramente inclusivo, o valor do trabalho não remunerado, incluindo o trabalho doméstico e o cuidado, suportado em grande parte pelas mulheres, deve ser reconhecido.

Na sessão, a UNFPA apresentará relatórios e discutirá temas como o acesso universal à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, empoderamento econômico das mulheres, desenvolvimento do capital humano, educação secundária universal com foco nas meninas, abordando o trabalho não remunerado e dados para informar a formulação de políticas.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#).

Para acessar a agenda de eventos paralelos, [clique aqui](#).

UN WOMEN

Sem publicações relevantes no período.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

A Semana Mundial de Imunização é celebrada todos os anos na última semana de abril. Liderada pela Organização Mundial da Saúde, reúne parceiros globais para promover o uso de vacinas para proteger pessoas de todas as idades contra doenças. O tema deste ano é #LongLifeForAll, com 'longa vida' refletindo a importância das vacinas ao longo da vida.

Liam Neesom, embaixador da UNICEF, está liderando a iniciativa global de imunização com uma mensagem global agradecendo aos cientistas, pais e profissionais de saúde que têm sido tão importantes em ajudar a imunizar crianças nas últimas duas décadas.

Em um vídeo, Liam Neesom fala sobre como os esforços de cientistas como Jonas Salk, que desenvolveu a primeira vacina contra a poliomielite, e trabalhadores, desde os que enchem frascos em fábricas até os que administram as vacinas, tornaram possível salvar dois a três milhões de crianças a cada ano. "As vacinas são uma notável história de sucesso humano. Nos últimos 75 anos, bilhões de crianças foram vacinadas, graças a cientistas, profissionais de saúde,

voluntários. Se você já foi vacinado ou vacinou seus filhos, então você faz parte da corrente de braço a braço que mantém toda a humanidade segura. A conversa sobre vacinas nos últimos anos perdeu de vista o bem que elas fizeram para cada um de nós. Precisamos comemorar isso. É talvez uma das maiores conquistas coletivas da história da humanidade”.

Apesar dos sucessos, um número alarmante de 23 milhões de crianças não foram vacinadas em 2020. Esse número só pode ser reduzido com um maior compromisso e investimento nos serviços de imunização. O UNICEF é o principal fornecedor mundial de vacinas para crianças em mais de 100 países, atingindo 45% das crianças menores de cinco anos do mundo.

“Os últimos dois anos nos ensinaram que um sistema de saúde que deixa algumas crianças expostas é um sistema de saúde que deixa todas as crianças expostas”, disse a diretora executiva do UNICEF, Catherine Russell. “A melhor maneira de o mundo se recuperar dessa pandemia e se preparar para futuras emergências de saúde, é investir em sistemas de saúde mais fortes, imunização e serviços essenciais de saúde para todas as crianças”.

Campanha: cada curtida, compartilhamento ou comentário em postagens mencionando uma conta de mídia social do UNICEF e usando a hashtag #longlifeforall até 10 de maio desbloqueará US\$ 1 para o UNICEF, da campanha Shot@Life da Fundação das Nações Unidas e da Fundação Bill & Melinda Gates (até um total de US\$ 10 milhões).

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

As dimensões cíclicas e lineares da soberania e segurança alimentar e nutricional global

Denise Oliveira e Silva

A criação da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) na cidade de Quebec, Canadá em 1945 e do Programa Mundial de Alimentos (WFP) em 1961 em Roma, foram ações consideradas de grande importância para o mundo para a busca da soberania e segurança alimentar e nutricional global

O processo de criação da FAO foi influenciado por David Lubin³⁸ mentor da criação do Instituto Internacional de Agricultura (IIA), fundado em Roma em 1905 pelo Rei da Itália, Victor Emmanuel III³⁹. Esta agência foi criada pelo reconhecimento da importância de uma instância de referência para dados de estatísticas agrícolas mundiais. Mas teve suas atividades encerradas após a Segunda Guerra Mundial para ter suas ações assumidas pela criação da FAO em 16 de outubro de 1945⁴⁰.

O processo de criação da FAO foi influenciado por diversos eventos orientados pelas teses demográficas de Malthus⁴¹ e da geografia social que apontavam ameaças do crescimento populacional para a promoção da escassez de alimentos para a humanidade.

Em 1943 o presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt⁴², realizou conferência nas Nações Unidas em Homestead Resort em Hot Springs, Virgínia com quarenta e quatro representantes de governos do mundo em 16 de outubro de 1945, onde é criada a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A FAO assumiu como missão combater a fome e garantir o acesso à alimentos de alta qualidade e em quantidades o suficiente para o mundo que se constitui como órgão internacional com a participação de mais de 194 Estados-membros e atua em mais de 130 países.

Em sua concepção está o reconhecimento de fatores cíclicos e lineares da rede de determinação de causa e efeito dos problemas de abastecimento de alimentos no mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Estes aspectos podem ser considerados nos limites históricos de criação da FAO na ONU, como a primeira iniciativa de criação de estratégias mundial para combate a fome.

Neste momento o brasileiro Josué de Castro⁴³ terá uma atuação de grande destaque na FAO, a partir de 1946 em função de seu prestigioso trabalho na publicação do livro “*Geografia da Fome*” que alcança expressão de referência internacional por sua análise das características

³⁸ Foi um comerciante e agricultor norte-americano considerado fundamental na fundação do Instituto Internacional de Agricultura em 1908, em Roma que depois se constitui na FAO.

³⁹ Foi o Rei da Itália de 1900 até sua abdicação em 1946.

⁴⁰ <https://relacoesexteriores.com.br/este-dia-na-historia-a-criacao-da-fao/>

⁴¹ Os demográficos do século XVIII e XIX, apontavam que sociedades que crescem em população e prósperas porque seriam bem alimentadas, do qual Malthus, foi um estatístico que apontou por modelos matemáticos a relação entre população e desenvolvimento econômico e social.

⁴² Foi um advogado e político norte-americano que serviu como o 32º presidente dos Estados Unidos de 1933 até sua morte em 1945.

⁴³ Foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais.

físico-naturais e sociais da disponibilidade alimentar como matriz de causa e efeito do subdesenvolvimento econômico, o que determina que ele seja indicado para assumir a presidência do Conselho Executivo da FAO sediada em Roma. Sob sua gestão diversas estratégias de combate a fome foram implementadas com destaque para a criação do fundo de reserva internacional contra a fome e campanhas mundiais contra a fome.

O Programa Mundial de Alimentos(WFP) foi criado no âmbito da FAO em 1961 por incentivo do diretor dos programas de alimentação para a paz dos Estados Unidos, George McGovern⁴⁴ do governo de Dwight Eisenhower⁴⁵ , como programa de ajuda alimentar multilateral para fornecer ajuda e assistência alimentar emergencial principalmente para populações afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Sendo fundado em 1961 tinha como expectativa atuar por um período de três anos, mas permanece até este momento com assistência a cerca de 97 milhões de pessoas em 88 países, segundo dados da entidade ⁴⁶.

Os aspectos da disponibilidade alimentar segundo as conjunturas históricas globais que determinaram a criação da FAO e do WFP apontam para atuação na disponibilidade alimentar global determinados por conflitos armados, catástrofes sociais e ambientais.

No advento das sociedades industriais que emergem no século XX o aumento exponencial da produção agrícola pela opção pela implementação de sistemas alimentares determinará a alienação do território e problemas de sustentabilidade do meio ambiente e a qualidade dos alimentos no planeta.

Neste sentido, a busca de sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis tem ocupado a agenda de atuação da FAO e do WFP com forte prioridade para atender seus propósitos pela criação de bancos de dados, informações e promoção de eventos de apoio a criação de programas e políticas públicas regionais e globais.

Desde o começo deste ano temos destacado nos informes relativos as ações da FAO e do WFP que fatores cíclicos e lineares têm interferido na disponibilidade alimentar do planeta. Estas agências têm investido em ações que promovem conhecimento sobre os fatores determinantes das ameaças alimentares globais para orientar a ajuda alimentar a populações vulneráveis.

As ações sobre as consequências de pandemias e atualmente das zoonoses globais têm sido apontadas como decorrentes da implementação de sistemas alimentares predatórios que contribuem para a promoção de inequidades sociais e principalmente na saúde humana.

Na leitura de narrativas históricas de construção destas agencias internacionais, as guerras ocupam as agendas de promoção de disponibilidade de alimentos, sejam restritas a espaços territoriais específicos como também de consequências globais. Como recentemente a Guerra da Ucrânia e da Rússia como ameaça a segurança alimentar e nutricional global.

⁴⁴ Foi um historiador norte-americano e político da Dakota do Sul, representante dos Estados Unidos e senador por três mandatos, e indicado à presidência do Partido Democrata na eleição presidencial de 1972.

⁴⁵ Foi presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961 e Comandante Supremo das Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial e Comandante Supremo das Forças da OTAN.

⁴⁶ <https://www.wfp.org/countries>

Podemos observar na agenda de atuação destas agências internacionais avanços na constituição de matrizes de compreensão dos fatores determinantes para a insegurança alimentar e nutricional, mas ainda desafios para a superação destes problemas em nível global.

As dimensões cíclicas e lineares dos fatores que promovem a fome no planeta estão na matriz histórica da criação destas duas agências e se constituem dos desafios discutidos em vários fóruns que ocorreram por meio de conferências em várias regiões continentais.

Como referido em informes anteriores, a América Latina e Caribe priorizaram ações de desenvolvimento de sistemas alimentares inclusivos, sustentáveis e resilientes. Mas identificaram pouco sucesso em reverter os problemas emergenciais e estruturais determinados pelas consequências da Pandemia COVID-19 e da Guerra entre a Ucrânia e a Rússia apontados como potencializadores da crise alimentar.

As narrativas obtidas dos sites e documentos destas agências apontam a falta de tempo da humanidade para promover clima e ambiente sustentável no planeta para a segurança alimentar mundial⁴⁷.

Neste mês ocorreu entre 11 e 14 de abril em Malabo, na Guiné Equatorial, a 32ª Sessão da Conferência Regional para África em busca de implementar ações de: Melhor Produção, Melhor Nutrição, Melhor Ambiente e Melhor Vida para todos, sem deixar ninguém para trás.

Mas os alertas de catástrofe de fome foram a pauta de divulgação e informes destas agências, pela estimativa de 800 milhões de pessoas famintas no mundo, apontado como fome sísmica que combina quatro fatores: (1) o conflito da Guerra Ucrânia e Rússia como maior impulsionador da fome na atualidade;(2) os choques climáticos que descolam cerca de 30 milhões de pessoas;(3) as consequências da COVID-19;(4) e os custos aumentados para a ajuda humanitária necessária a atender as pessoas neste momento ⁴⁸.

A calamidade alimentar é tão significativa segundo a FAO e o WFP que neste mês o discurso do Diretor da FAO, Qu Dongyu discursou em reunião no G20 para Ministros das Finanças, sobre o impacto da guerra na segurança alimentar e nos mercados agrícolas globais. Ele destacou as incertezas temporais deste conflito e seus efeitos que promoverão limitações da produção agrícola e conseqüentemente a insegurança alimentar local e global.

Para o WFP o conflito na Ucrânia, traz o *“repasso de aumentos de preços nos mercados globais de grãos e energia dos mercados internacionais para os domésticos, e a conseqüente perda de acesso a alimentos por aqueles que mal podiam pagar uma dieta mínima antes dos aumentos de preços impulsionados pelo conflito”*, sendo apresentado no documento *“Aumento previsto da insegurança alimentar aguda devido à guerra na Ucrânia”*⁴⁹.

Depois de mais de quase meio século de existência da FAO e do WFP para contribuir com ações de prevenção a fome e de ajuda humanitária aos famintos no mundo, estas agências reconhecem a catástrofe do aumento da fome como evento sísmico para a humanidade em que

⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=ZH7dWqtHZIY&feature=youtu.be>

⁴⁸ <https://www.wfp.org/hunger-catastrophe>

⁴⁹ https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000138289/download/?_ga=2.1318001.1915674146.1650887737-387570010.1650887737&_gac=1.120210042.1650887749.CjwKCAjwZmTBhB4EiwAynRmD-YRNLkuvhM1WCmNzuhJ9l7EbS7g8eRFct-MTS_XfgKkrCEE0jnPxOC4d0QAvD_BwE

aproximadamente 47 milhões em 81 países estarão a beira da fome. Para o WFP “é necessária uma mudança radical no apoio para ajudar a entregar milhões do desastre”⁵⁰.

Embora a encruzilhada social e econômica após a duas grandes guerras mundiais tenha determinado a criação destas agencias, baseadas no desenvolvimento de ações para evitar os fatores cíclicos e lineares da fome. Após quase um século de existência destas agencias, o aumento da fome é reconhecido como evento sísmico para a humanidade. Em que a projeção da catástrofe está prevista para aproximadamente 47 milhões em 81 países que estarão à beira da fome. O que aponta para a necessidade urgente de realizar mudanças radicais na concepção, na atuação e na ajuda humanitária destas agencias para evitar a fome global.

⁵⁰ <https://www.wfp.org/publications/unprecedented-needs-threaten-hunger-catastrophe-april-2022>

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

As Reuniões de Primavera entre Banco Mundial e FMI, e o anúncio de uma resposta de crise no valor de US \$ 170 bilhões aos países mais vulneráveis. FMI e BID lançam relatórios com as perspectivas econômicas para o ano de 2022 -23.

Banco Mundial

As Reuniões de Primavera (*Spring Meetings*, em inglês) do **BM** e do **FMI**, destacaram a realidade financeira na recuperação da pandemia associada à perturbação gerada nos mercados pela guerra na Ucrânia. O conflito poderá reduzir o crescimento global em 2022 para 3,2% dos 4,1% iniciais.

O presidente do **BM**, David Malpass, disse que uma das esperanças é o aumento da oferta de recursos. Desta forma, se isso se concretizar, os preços começarão a cair imediatamente e a medida aliviará alguns dos encargos criados pela crise em termos globais.

Ainda durante a reunião, o presidente Malpass mencionou que o **BM** está trabalhando em uma resposta de crise de cerca de US \$ 170 bilhões em capacidade de financiamento para atender as diversas necessidades dos países entre abril de 2022 e junho de 2023.

Com estes recursos, o **BM** espera ajudar os países a enfrentar O Grupo afirma que está trabalhando para fornecer uma resposta inicial à crise de cerca de **US\$ 50 bilhões** até 30 de junho de 2022. A resposta também inclui trabalho analítico e aconselhamento político nos níveis nacional, regional e global para informar crises bem direcionadas e intervenções de médio prazo.

Para maiores informações: <https://news.un.org/pt/story/2022/04/1786292>

<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/04/20/spring-meetings-2022-opening-press-conference-with-world-bank-group-president-david-malpass>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/19/-world-bank-group-ramps-up-financing-to-help-countries-amid-multiple-crises>

Fundo Monetário Internacional – FMI:

O relatório com as perspectivas econômicas globais (*World Economic Outlook*, em inglês) finalmente foi lançado em abril. Neste relatório, estão contidas as perspectivas do crescimento global para o ano de 2022 e para 2023 e algumas dicas para conter a inflação que recrudesce dia após dia.

Segundo o relatório, os danos econômicos causados pelo conflito na **Ucrânia** contribuirão para uma desaceleração significativa do crescimento global em 2022 e aumentarão a inflação. Os preços dos combustíveis e alimentos aumentaram rapidamente, atingindo as populações vulneráveis em países de baixa renda com mais força.

O crescimento global deve desacelerar de 6,1% em 2021 para 3,6% em 2022 e 2023. Isso é 0,8 e 0,2 pontos percentuais menores para 2022 e 2023 do que o projetado em janeiro.

A previsão para o ano de 2023 é de que o crescimento global diminua para cerca de 3,3% no médio prazo. Os aumentos dos preços das commodities induzidos pela guerra e a ampliação das pressões de preços levaram às projeções de inflação de 2022 de 5,7% nas economias

avançadas e 8,7% nas economias emergentes e em desenvolvimento — 1,8 e 2,8 pontos percentuais acima do projetado em janeiro passado.

Previsão para o Brasil

A estimativa da instituição é de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresça 0,8% em 2022. A expectativa era de uma alta de 0,3% no começo do ano. De acordo com o relatório, o país está no grupo seleto dos poucos que teve o indicador revisado para cima. A previsão para 2023 é de um crescimento de 1,4% da economia brasileira frente a uma expectativa de 1,6% apresentada no relatório anterior.

Diretrizes

O relatório indica que os esforços multilaterais para responder à crise humanitária devem continuar. Evitar uma maior fragmentação econômica, manter a liquidez global, gerenciar a angústia da dívida, combater as mudanças climáticas e acabar com a pandemia são essenciais para combater a crise.

Para maiores informações:

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/fmi-eleva-projecao-de-crescimento-do-pib-do-brasil-para-08-em-2022/?ref=veja-tambem>

Segurança alimentar

O FMI e as organizações do BM, do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PAM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) endossaram uma ação urgente sobre segurança alimentar. Kristalina Georgieva e os demais líderes pediram à comunidade internacional que apoie os países vulneráveis por meio de doações para cobrir necessidades urgentes de financiamento.

Na declaração conjunta emitida, os líderes defenderam ações para ajudar os países vulneráveis, que incluem o fornecimento de alimentos de emergência e a distribuição de apoio financeiro às famílias e países; facilitar o comércio sem entraves; investir na produção sustentável de alimentos e na segurança nutricional.

Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/04/13/pr22117-joint-statement-wbg-imf-wfp-and-wto-call-for-urgent-coordinated-action-on-food-security>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O novo relatório do BID analisa os impactos da guerra e fornece uma estrutura política para melhorar a arquitetura trabalhista e fiscal da região para complementar outros esforços para fortalecer as instituições econômicas e sociais da região.

O relatório constata que a guerra diminui as perspectivas de crescimento na América Latina e no Caribe. Os cenários de crescimento para países individuais dependem de vários fatores, desde ligações comerciais com a Rússia até níveis de dívida. No geral, porém, o efeito combinado de agregar crescimento global, commodities e choques financeiros é reduzir o crescimento na América Latina e no Caribe em comparação com um cenário pré-guerra.

Diretrizes

O relatório faz a recomendação de fortalecer as redes de exportação por meio de uma melhor infraestrutura e logística, fortalecer as instituições que podem promover o comércio e fornecer informações úteis aos exportadores. Além disso, os formuladores de políticas precisam garantir que os muitos acordos comerciais já assinados sejam consistentes entre si e concluir a construção da rede de acordos comerciais em toda a região e com o resto do mundo onde há elos perdidos.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-report-outlines-steps-region-respond-russian-war-ukraine-covid>

O BID e o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinaram um novo acordo que lhes permite apoiar melhor projetos de resiliência climática em toda a [América Latina e Caribe](#). O Acordo de Confiança Mútua melhorará a implementação e o monitoramento do projeto, capacitando o BEI e o BID a financiar o investimento focado no clima de forma mais eficiente.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/eib-idb-agreement-accelerates-financing-projects-latin-america-caribbean>

Organização Mundial do Comércio: Visita da Diretora-geral ao Brasil

Claudia Chamas

A Diretora-geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, esteve no Brasil nos dias 18 e 19 de abril, com vista à agenda de preparação para a 12ª Reunião Ministerial da OMC (MC 12), que tratará de diversos eixos: comércio e saúde, agricultura, subsídios à pesca, comércio e desenvolvimento, propriedade intelectual, acesso a mercados, serviços, meio ambiente e reforma da OMC. No primeiro dia, a Sra. Okonjo-Iweala esteve com o presidente Jair Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores Carlos França e outros funcionários do governo em Brasília. Houve também reuniões com parlamentares e representantes do setor do agronegócio. Ademais, proferiu palestra no Instituto Rio Branco (fotos 1 e 2⁵¹) (OMC, 2022).

Fotos 1 e 2



Segundo nota da Organização, a diretora ressaltou o papel do Brasil na construção da OMC, o compromisso contínuo com a organização e as posições pragmáticas nas negociações para novos acordos e no trabalho diário dos órgãos da OMC. Destacou o potencial do país para desempenhar papel ativo no aumento do suprimento global de alimentos para aliviar os riscos de crise de segurança alimentar em função da guerra, uma vez que as exportações agrícolas da Rússia e da Ucrânia foram afetadas. Ademais, reconheceu as preocupações do governo com as dificuldades em garantir a compra de fertilizantes – insumos estratégicos para assegurar os rendimentos das plantações visando às exportações de alimentos. Houve pedido do governo brasileiro para que a Sra. Okonjo-Iweala lidere iniciativa para que o Brasil possa manter a importação de fertilizantes de países que estão sob sanções econômicas. Por outro lado, o chanceler Marcio França afirmou que a diretora deseja que o Brasil considere exportar eventuais estoques reguladores de alimentos mitigando a escassez mundial de alimentos (OMC, 2022, Garcia, 2022).

Nas palavras da Sra Okonjo-Iweala: “Precisamos que nossos membros que são potências agrícolas intensifiquem e coloquem mais alimentos no mercado internacional. O presidente e o ministro nos pediram para levantar essa questão de fertilizantes para ver o que pode ser feito”.⁵²

Em reunião com o chanceler Carlos França e outros funcionários do Itamaraty (Fotos 3 e 4)⁵³, ela enfatizou a importância do apoio para o multilateralismo e da agenda de negociações

⁵¹ Fontes: Organização Mundial do Comércio e Itamaraty. Os nomes dos fotógrafos não estavam disponíveis.

⁵² Do original em inglês: “We need those of our members who are agricultural powerhouses to step up and put more food in the international market. The President and the Minister have asked us to raise this fertilizer issue to see what can be done,”

⁵³ Fonte: Itamaraty.

para a 12ª Conferência Ministerial (MC12). Encorajou o Brasil a participar ativamente das discussões sobre a reforma da OMC, incluindo um sistema de solução de controvérsias que funcione plenamente. Lembrou que o Brasil é usuário frequente desse mecanismo, tendo sido vitorioso em vários contenciosos. O País participa de diversas outras iniciativas e temas tais como, regras de comércio eletrônico, facilitação de investimentos, melhoria da participação de pequenas empresas no comércio internacional, regulação doméstica de serviços e meio ambiente. A conversa igualmente abordou o desejo do Brasil de aderir ao [Acordo de Compras Governamentais](#), que permite maior abertura dos mercados do setor público (OMC, 2022).

Fotos 3 e 4



Em [palestra](#) no Instituto Rio Branco (Fotos 5 e 6), a Sra Okonjo-Iweala mencionou o trabalho do Embaixador Alexandre Parola, que a acompanhou durante a viagem, de sua equipe e a excelência da diplomacia brasileira, e destacou os seguintes pontos (OMCb, 2022):

- As ameaças à paz mundial e ao multilateralismo;
- Os desafios da guerra devastadora na Ucrânia, da pandemia da COVID-19 e das mudanças climáticas;
- O multilateralismo continua a ser importante para o comércio global;
- A dissociação da economia mundial em até três esferas comerciais independentes sob o peso das tensões atuais imporia custos imensos ao mundo em termos de perda de eficiência, crescimento da produção, empregos, renda e bem-estar humano;
- O multilateralismo precisa ser renovado e o sistema multilateral de comércio necessita ser reformado e revitalizado;
- Instituições multilaterais, como a OMC, precisam evoluir para responder às novas realidades;
- Embora a integração e a solidariedade globais tenham levado a décadas de relativa paz e prosperidade, e tirado mais de 1 bilhão de pessoas da pobreza, muitas foram deixadas para trás: países pobres e pessoas pobres e de classe média baixa em países ricos.
- Devido à sua concentração excessiva em alguns países e outras razões, há vulnerabilidade de cadeias de suprimentos críticas - produtos médicos, semicondutores automotivos, alimentos, energia, metais raros como o paládio.
- Os preços dos alimentos e da energia aumentaram afetando os orçamentos das famílias e ameaçando a fome em partes da África e do Oriente Médio.

Fotos 5 e 6



Em outro evento, membros da [Frente Parlamentar Agropecuária](#) e representantes de associações do agronegócio (Instituto Pensar Agropecuária, Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, etc) pediram avanços nas negociações agrícolas no MC12 e externaram preocupações sobre o protecionismo nos mercados de alimentos e os riscos do acesso a fertilizantes relacionados à crise (Fotos 7, 8 e 9⁵⁴) (OMC, 2022).

Fotos 7, 8 e 9



⁵⁴ Fonte: Agência da Frente Parlamentar da Agropecuária.

No segundo dia, os encontros foram em São Paulo. Houve conversas organizadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). As associações defenderam que deve haver “avanço normativo no controle de subsídios, por meio da ampliação da lista de subsídios proibidos e do aumento da transparência dos incentivos concedidos pelos membros da OMC (...) Outro ponto de preocupação é a subnotificação dos membros da OMC em relação aos seus programas de subsídios. Menos da metade dos integrantes da organização compartilham essas informações de forma assídua”. A Sra. Okonjo-Iweala defendeu que melhor integração das cadeias de suprimentos globais pode ser benéfica para o Brasil (Portela, 2022).

Referências

Garcia, N. Bolsonaro pede ajuda à diretora da OMC por fertilizantes, diz ministro. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/bolsonaro-pede-ajuda-a-diretora-da-omc-por-fertilizantes-diz-ministro.shtml> Acesso em: 25 de abril de 2022.

OMC. DG calls on Brazil’s support in preventing food crisis, seeks leadership towards MC12. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/dgno_19apr22_e.htm Acesso em: 25 de abril de 2022.

OMCb. Multilateralism “must be reimagined and fit for purpose,” DG tells Brazilian diplomats. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/spno_e/spno24_e.htm Acesso em: 25 de abril de 2022.

Portela, M. Diretora da OMC receberá prioridades da indústria nacional. Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/04/5001376-diretora-da-omc-recebera-prioridades-da-industria-nacional.html> Acesso em: 25 de abril de 2022.

Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

A partir da inclusão oficial da cultura na agenda internacional da ONU para os objetivos do desenvolvimento sustentável, em 2015, a UNESCO iniciou um trabalho de aprimoramento de indicadores para a cultura relacionados ao desenvolvimento sustentável. Apesar da cultura não ter um objetivo específico, ela está inserida no objetivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, diretamente ligada à meta 11.4: “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”, cabendo ao Instituto de Estatísticas da UNESCO (em inglês, UNESCO Institute of Statistics – UIS), a elaboração de indicador para essa meta.



Compreendendo que a cultura contribui para o desenvolvimento sustentável como um setor em si mesmo, mas também transversalmente para outros setores, a partir de 2017, a UNESCO iniciou a elaboração e sistematização de metodologia de indicadores para a cultura relacionados aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Este informe tem por objetivo fornecer uma visão geral desses indicadores, com base na publicação da UNESCO intitulada [Indicadores Cultura | 2030](#), publicada em 2019, disponível nos idiomas inglês e francês e com traduções em árabe, chinês, [espanhol](#) e russo⁵⁵.

Segundo a UNESCO, o marco referencial dos indicadores temáticos para a cultura na Agenda 2030 foi elaborado levando em conta as seguintes abordagens e conceitos-chave (página 12):

- **Visão renovada do desenvolvimento sustentável** que abrange uma visão holística e ampliada que a proposta da Agenda 2030 traz para além da visão linear e setorial típica comumente encontrada em diversos programas.

- **Abordagem ampla da cultura e desenvolvimento** ao reconhecer a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável através do patrimônio cultural, as indústrias criativas, produtos e cultura locais, inovação e criatividade, comunidades locais, materiais locais e diversidade cultural. E reforça a importância do conhecimento local e a participação da comunidade para alcançar o desenvolvimento sustentável, desde a saúde até a educação.

- Uma **contribuição transversal e entremeada da cultura aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** em que serve tanto para a geração direta de benefícios sociais e econômicos assim como um facilitador para um resultado eficaz presente transversalmente em outros ODS, como acontece nas cidades sustentáveis, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero, inovação e sociedades pacíficas e inclusivas.

⁵⁵ Há um site eletrônico com informações, vídeos, gravações de workshops e documentos atualizados disponíveis em: <http://whc.unesco.org/en/culture2030indicators/>

O objetivo geral dos Indicadores Cultura|2030 é medir e monitorar o progresso da cultura contribuindo para a implementação dos objetivos e metas da Agenda 2030 em nível nacional e local. E como objetivos específicos, visa (páginas 16 e 17):

- **Tornar visível a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável**, direta ou indiretamente, ao fornecer evidências do papel transformador da cultura, ao consolidar dados quantitativos e qualitativos destacando as ligações e áreas de interseção entre a cultura e as áreas sociais, políticas e ambientais. E em casos que a contribuição não pode ser quantificável prontamente, o framework Indicadores Cultura|2030 busca quantificar tendências e ações geradas pela cultura onde estão presentes em políticas, programas e ações.

- **Fornecer uma visão temática e transversal do papel da cultura nos ODS** ao agregar dados em diferentes Objetivos e Metas da Agenda 2030 em torno de temas transversais alinhados com as atividades da UNESCO tais como questão de gênero, educação e meio ambiente. As dimensões temáticas têm como estrutura conceitual os '5 Ps' dos ODS (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias).

- **Fortalecer a promoção da cultura** (*advocacy*) a partir da sua transversalidade para o desenvolvimento sustentável, apoiada na construção de base de dados que fornecem subsídios para tomada de decisão com base em evidências, buscando convencer gestores e tomadores de decisão a incluir a pauta da cultura em seus programas e políticas e direcionar aplicação de recursos público e privado para o setor cultural.

- **Fornecer resultados baseados em evidências para incrementar políticas e ações** tendo em vista que os Indicadores Cultura|2030 fornecem uma estrutura conceitual e instrumentos metodológicos para avaliar a contribuição da cultura para os ODS em nível nacional ou local/municipal. Dessa forma, acumulando os dados e pela aplicação contínua, é possível monitorar o progresso e eficácia em relação a políticas, programas e ações.

- **Construir uma base de conhecimento para ação** a partir da implementação do framework Indicadores Cultura|2030 possibilitando que uma cidade ou país possua um conjunto de dados como fonte de alto valor agregado que podem servir para criação de perfis locais, nacionais e regionais, identificação de tendências, boas práticas e uma base de conhecimento analítico fundamental para a compreensão e visão da transversalidade da cultura e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

- **Monitorar o progresso da contribuição da cultura para a Agenda 2030** através das informações coletadas como parte da implementação dos Indicadores Cultura|2030 em cidades e países piloto voluntários. Além de formar uma visão global do progresso da contribuição da cultura para a Agenda 2030, os dados e materiais analisados servem de base para os relatórios globais da ONU relacionadas com a Agenda 2030, bem como com as Resoluções da Assembleia Geral relativas à Cultura e desenvolvimento.

Figura 1. Fundamento de los Indicadores Cultura|2030



O marco conceitual, a metodologia e a implementação da ferramenta tiveram como princípios-chave (páginas 18 e 19):

- **Confie o máximo possível em fontes de dados existentes** levando em conta que produzir e atualizar dados é um processo exigente e caro, principalmente para países com baixa capacidade de produção de dados estatísticos. Nesse sentido, os Indicadores Cultura|2030 devem levar em conta, tanto quanto possível, fontes de dados nacionais e locais, bem como dados já agregados por organizações multilaterais. Em vez de realizar novas pesquisas para coletar informações adicionais, os dados existentes devem ser identificados e combinados para medir o desempenho ou o progresso em relação aos indicadores.

- **Use dados qualitativos e quantitativos para avaliar a contribuição da cultura** tendo em vista que ambos são necessários para captar as especificidades do âmbito da cultura. Dados quantitativos podem ser usados para caracterizar ou descrever uma situação ou avaliar o desempenho em relação às metas estabelecidas. Os dados qualitativos são igualmente importantes para ampliar a compreensão e contextualização dos dados quantitativos.

- **Integre dados de relatórios sobre convenções e programas de cultura da UNESCO** considerando que o escopo dos Indicadores Cultura|2030 visam políticas, programas e atividades sob responsabilidade de gestores em nível nacional ou local, que correspondem à missão da UNESCO, prioridades temáticas e ferramentas normativas no campo da cultura. Dessa forma, o marco conceitual também levou em conta as seis principais Convenções de Cultura da UNESCO (e as três Recomendações), seus conceitos e mecanismos de monitoramento.

- **Desenvolva instrumentos para medir a cultura nos níveis nacional e urbano** (local/municipal) tendo em vista que a implementação é feita em nível nacional e local/cidade, os indicadores devem servir para os países, em âmbito nacional, mas devem se adaptar às questões urbanas (locais/municipais), permitindo uma avaliação independente em áreas urbanas e em áreas de desenvolvimento urbano sustentável. Os indicadores em nível local também incentivarão mais sinergias com os programas e redes da UNESCO relacionadas às cidades, em particular à Rede de Cidades Criativas da UNESCO e ao Programa de Cidades do Patrimônio Mundial.

- **Priorize a capacitação de organismos interessados**, nacionais, regionais e locais, para usar dados globais, nacionais e locais existentes para construir indicadores relevantes para a cultura, tanto quantitativos quanto qualitativos. O objetivo é apoiar sua compreensão das especificidades da cultura e sua capacidade para identificar e combinar dados relevantes. Nessa perspectiva, o envolvimento desde o início e contínuo compromisso das instituições de estatística será essencial para a implementação bem sucedida do projeto.

- **Facilite a cooperação entre as instituições** pois que os dados relacionados à cultura são fragmentados e produzidos por diferentes instituições em todas as áreas de políticas públicas. Assim, é necessário fomentar a cooperação entre as instituições produtoras de dados e coordenar uma diversidade de informações provenientes de instituições nacionais e locais em diferentes setores (como cultura, trabalho, comércio, infância e juventude, meio ambiente e educação) e organizações (incluindo os institutos nacionais e locais de estatística, associações profissionais, fundações artísticas e patrimoniais).

- **Proponha um marco referencial adaptável a diferentes capacidades de dados estatísticos**, níveis de capacidade e de dados disponíveis. Nessa perspectiva, a metodologia desenvolvida para cada indicador prevê alternativas possíveis quando as fontes de dados primários ou métodos de cálculo não podem ser totalmente realizados, com vistas a atingir um objetivo comum. Os Indicadores Cultura|2030 são assim uma forma mais flexível de avaliação da cultura do que outras metodologias mais sofisticadas tecnicamente, mas rígidas (como a Conta Satélite da Cultura) e estão mais adaptadas à ampla gama de capacidades estatísticas para a cultura que os Estados Membros da UNESCO representam.

- **Forneça uma ferramenta motivacional em vez de uma avaliação normativa**, para ajudar na avaliação do progresso e mensuração dos resultados das políticas em seu próprio país ou cidade, fornecendo evidências de mudança ao longo do tempo no mesmo lugar, em vez de comparar em nível global ou realizar uma classificação entre diferentes países ou cidades. Nesse sentido, o propósito dos Indicadores Cultura|2030 é mais motivacional do que julgamento, reconhecendo oportunidades de progresso e melhoria, em vez de tentar avaliar o sucesso ou o fracasso em relação a um conjunto de padrões. Com o tempo, esses indicadores poderão ser assimilados pelas instituições nacionais ou locais envolvidas e passar a fazer parte dos elementos de monitoramento das políticas, programas e atividades culturais.

- **Refleta o marco conceitual da Gestão Baseada em Resultados** como principal mecanismo conceitual fundamental para execução dos programas da UNESCO. Embora o impacto da cultura raramente possa ser medido diretamente, os insumos, resultados e processos são elementos-chave para o monitoramento dos impactos a longo prazo. Cada dimensão temática combina esses diferentes tipos de indicadores para medir insumos (por exemplo, desenvolvimento de infraestrutura cultural), processos (por exemplo, mecanismos de governança) ou resultados (por exemplo, participação na vida cultural), com o objetivo de produzir um panorama geral da contribuição da cultura.

O enfoque metodológico considerou os objetivos e princípios acima descritos e pode ser resumido na análise de marcos, metodologias e experiências existentes e utilizados nos programas e ações da UNESCO, tendo em consideração o arcabouço acumulado previamente de dados e experiência na área cultural que facilitou a elaboração do marco referencial dos indicadores temáticos para a cultura na Agenda 2030 (páginas 20 e 21):

- **Marco Referencial para Estatísticas Culturais** (em inglês, Framework for Cultural Statistics - FCS), desenvolvida em 2009 e implementado pela UIS, usa padrões internacionais utilizados por instituições nacionais de estatísticas⁵⁶ para coletar dados culturais sobre

⁵⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) que utiliza esta metodologia. A 5ª edição foi publicada com dados do período de 2009 a 2020 e está disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=publicacoes> Acesso em 20 Abr 2022.

atividades, bens e serviços culturais. Outros marcos referenciais estatísticos, nacionais ou regionais também podem fornecer dados ou marcos conceituais adicionais.

- **Indicador Global ODS 11.4.1** sobre gastos com patrimônio como o principal indicador na dimensão Ambiente e Resiliência (ver Figura 2 - Marco referencial de indicadores). Desenvolvido e implementado pela UIS para monitorar a Meta 11.4, compara internacionalmente e reflete o valor total per capita que cada país gasta para proteger seu patrimônio cultural e natural.

- O **mecanismo de relatórios periódicos e monitoramento das Convenções Culturais da UNESCO** é usado para avaliar sua implementação em nível nacional. Nesse caso, a análise de como os Estados Partes estão implementando cada uma das Convenções Culturais não permite ter uma visão geral da relação da contribuição do setor cultural nacional com a Agenda 2030. Entretanto, a revisão do mecanismo permitiu aprimorar os dados coletados e aproveitar conceitos e ferramentas de trabalho, além de incrementar uma consistência mais geral, de forma a qualificar melhor as informações coletadas enviadas pelos pontos focais dos Estados Membros.

- O **Conjunto de Indicadores de Cultura para o Desenvolvimento** (em inglês, Culture for Development Indicators Suite - CDIS), iniciado em 2009, implementado em 17 Estados Membros, foi desenvolvido para avaliar contribuição da cultura para o desenvolvimento no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), com base em marco conceitual derivado da publicação “Relatório Nossa Diversidade Cultural” (UNESCO, 1996). O CDIS propôs um conjunto de indicadores, distribuídos em sete dimensões temáticas com ênfase nas indústrias culturais e criativas. O CDIS foi o primeiro passo para lidar com falta de dados e estatísticas culturais em países de baixa e média renda, com base em fontes secundárias os quais os dados brutos foram extraídos, analisados e usados para construir novos indicadores, que por sua vez, eram difíceis de medir os impactos da cultura. Os Indicadores Cultura|2030 tem como início o material conceitual e metodológico do CDIS e alguns indicadores derivaram desse conjunto de indicadores.

Segundo a UNESCO, o marco referencial dos Indicadores Cultura|2030 enriqueceu e ampliou a metodologia e o escopo inicial do CDIS ao usar o marco referencial de estatísticas culturais (UNESCO-UIS, 2009) bem como os indicadores culturais globais da UIS e ampliou os âmbitos temáticos previstos no CDIS ao incorporar o meio ambiente e o planejamento urbano, além de estimular a implementação em nível local, diferente das anteriores que visam possuem escopo em nível nacional. Por fim, estimulou de forma sistemática maior sinergia com os mecanismos de coleta de dados das convenções e recomendações culturais sob o mandato da UNESCO.

A construção dos Indicadores Cultura|2030 contou com (página 22):

- A **análise das metodologias existentes**, primeiro com a análise dos relatórios periódicos das Convenções Culturais, a revisão do CDIS implementado em 17 países, e a revisão de outras metodologias;

- A **elaboração dos conceitos** a partir da identificação das metas dos ODS onde há contribuição da cultura, identificação de 60 indicadores para avaliar as metas selecionadas e a criação de marco referencial provisório;

- A **organização de primeira oficina** com 43 especialistas e mais representantes das Convenções Culturais e apresentação de marco referencial provisório de indicadores. Além dos representantes de diferentes Convenções de Cultura, participaram representantes de escritórios da UNESCO com experiência anterior na implementação do CDIS, representantes da UIS, ONU-Habitat, Eurostat, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia e algumas instituições estatísticas nacionais e locais com experiência em estatísticas culturais e representantes da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), bem como especialistas internacionais de diferentes regiões;

- A **organização de segunda oficina** com 27 especialistas e mais representante das convenções culturais, descrição da metodologia e atualização do marco referencial provisório de indicadores;

- A **elaboração da metodologia detalhada**, incluindo a elaboração de projeto com orientações técnicas, consulta aos representantes das convenções culturais, UIS e aos especialistas, e análise complementar a questões específicas;

- O **planejamento da implementação** com refinamento das orientações técnicas, incluindo listas de verificação (checklists), atualização do marco referencial provisório dos indicadores e identificação dos potenciais países e cidades piloto;

- A **consulta aos Estados Membros** por meio de questionário disponível nos idiomas [inglês](#) e [francês](#) (foram 46 respostas, o que equivale a menos de 23% do total dos Estados Membros⁵⁷⁵⁸, síntese da consulta apresentada na 207 sessão do comitê executivo da UNESCO⁵⁹ e marco referencial provisório;

- A **fase piloto de implementação** prevista para início do ano de 2020.

Ao final das etapas, foi construído um marco referencial de 22 indicadores agrupados em 4 dimensões, com orientações técnicas que incluem descrição da finalidade, fontes de dados e métodos de cálculo de cada indicador (p. 26 e 27).

- A dimensão temática **Meio Ambiente & resiliência** propõe um marco que avalia o papel e a contribuição da cultura para a sustentabilidade dos assentamentos humanos, enfatizando o patrimônio cultural e natural e o ambiente urbano, sob o título “Planeta” dos ODS. Aborda o valor intrínseco do patrimônio material, imaterial e natural e examina sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Os cinco indicadores propostos avaliam a participação dos países na salvaguarda do patrimônio cultural e natural e fornecem dados tangíveis sobre a gestão sustentável do patrimônio e a integração dos conhecimentos tradicionais no planejamento estratégico dos aspectos culturais. Essa dimensão também avalia os aspectos

⁵⁷ Os Estados Membros que responderam ao questionário a respeito dos Indicadores Cultura | 2030 foram a África do Sul, Alemanha, Áustria, Benin, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Burkina Faso, Canadá, Catar, Colômbia, Costa Rica, Egito, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, Estônia, Gana, Geórgia, Guiné Equatorial, Haiti, Honduras, Ilhas Maurício, Letônia, Lituânia, Mali, México, Myanmar, Nepal, Omã, Países Baixos, Palestina, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Sérvia, Seychelles, Sudão do Sul, Suécia, Tanzânia, Turquia, Uruguai, Zimbábue.

⁵⁸ Relatório analítico das respostas está disponível nos idiomas [inglês](#) e [francês](#).

⁵⁹ Síntese disponível nos idiomas [inglês](#) e [francês](#).

físicos/espaciais da qualidade do ambiente urbano, bem como o espaço público e a infraestrutura cultural.

Os indicadores da dimensão 1 são: (1) gasto em patrimônio, (2) gestão sustentável em patrimônio, (3) adaptação climática & resiliência, (4) infraestrutura cultural e (5) espaço aberto para a cultura.

- A dimensão temática **Prosperidade & meios de sustento** propõe quadro que avalia em que medida a cultura contribui para promover e fomentar economias mais inclusivas e sustentáveis através da geração de rendimento, criação de emprego e desenvolvimento, bens e empresas culturais. O objetivo dos sete indicadores propostos na Dimensão 2 é avaliar a contribuição da cultura para os principais aspectos da economia (PIB, comércio, meio ambiente, negócios, gastos das famílias). Dado que as estruturas e quadros institucionais que regem as atividades do setor cultural são diferentes em cada país e afetam a contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico inclusivo, esta dimensão também inclui um indicador sobre a governança da cultura. Este indicador documenta as estruturas de governança em vigor para que a cultura desempenhe um papel ativo no desenvolvimento econômico local e nacional e na geração de meios de subsistência.

Os indicadores da dimensão 2 são: (6) cultura no PIB, (7) empregabilidade na cultura, (8) negócios culturais, (9) despesas domésticas, (10) comércio de bens e serviços culturais, (11) financiamento público para a cultura e (12) governança da cultura.

- A dimensão temática **Conhecimentos & competências** propõe um marco que permite avaliar a contribuição da cultura para a transmissão de valores, conhecimentos e competências culturais locais e o fomento da emancipação individual através da educação, processos, políticas e materiais educativos. Enfatiza o papel da diversidade cultural na educação infantil, fundamental e superior, como na formação profissional, e é o centro na elaboração de currículos para integrar os conhecimentos culturais. Os indicadores propostos permitirão avaliar o grau de compromisso das autoridades e instituições públicas na hora de integrar e usar os conhecimentos culturais para fomentar o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural, compreensão do desenvolvimento sustentável e transmissão de valores culturais, assim como na priorização de formação cultural (incluindo capacitação avançada em conservação do patrimônio) e promoção do reconhecimento e as competências em campos criativos.

Os indicadores da dimensão 3 são: (13) educação para o desenvolvimento sustentável, (14) conhecimento cultural, (15) educação multi-idioma, (16) educação artística e cultural, (17) formação cultural.

- A dimensão temática **Inclusão & participação** fornece um marco para avaliar a contribuição da cultura em construir coesão social, a inclusão e a participação. Centra -se na capacidade das pessoas para acessar cultura, o direito de todas as pessoas de participar da vida cultural, e sua liberdade de expressão cultural, incluindo a artística e criativa. Esta dimensão também explora as maneiras pelas quais as práticas, sítios, elementos e expressões culturais transmitem valores e habilidades que favorecem a inclusão social. Por fim, os indicadores propostos avaliam a capacidade da cultura para estimular o engajamento efetivo das comunidades locais na vida pública.

Os indicadores da dimensão 4 são: (18) cultura para coesão social, (19) liberdade artística, (20) acesso à cultura, (21) participação cultural e (22) processo participativo.

Além dos indicadores relacionados acima, houve a inclusão de indicadores transversais relativos à questão de gênero (ODS 5) (p.31).

Cuadro 1. Desglose por género

DIMENSIÓN	REF.	INDICADOR	POSIBLE DIMENSIÓN DE GÉNERO
Medio ambiente y resiliencia	1	Gastos en patrimonio	
	2	Gestión sostenible del patrimonio	Consideraciones de género en las políticas públicas
	3	Adaptación al cambio climático y resiliencia	Consideraciones de género en las políticas públicas
	4	Equipamientos culturales	Género de los dueños de las empresas Proporción de hombres y mujeres en los consejos de administración y entre los directivos
	5	Espacio público para la cultura	Género de los usuarios y operadores (por ejemplo, puestos de mercado)
Prosperidad y medios de vida	6	Cultura en el PIB	
	7	Empleo cultural	Desglose por sexo, edad y otras características
	8	Empresas culturales	Género de los dueños de las empresas Proporción de hombres y mujeres en los consejos de administración y entre los directivos
	9	Gastos de los hogares	
	10	Comercio de bienes y servicios culturales	
	11	Financiación pública de la cultura	Contabilidad basada en el género
Conocimientos y competencias	12	Gobernanza de la cultura	Consideraciones de género en las políticas públicas
	13	Educación para el desarrollo sostenible	Consideraciones de género en las políticas públicas
	14	Conocimientos culturales	Consideraciones de género en las políticas públicas
	15	Educación multilingüe	
	16	Educación cultural y artística	Índice de paridad entre los géneros
Inclusión y participación	17	Formación cultural	Índice de paridad entre los géneros
	18	Cultura para la cohesión social	Desglose por sexo, edad y otras características
	19	Libertad artística	Consideraciones de género en las políticas públicas
	20	Acceso a la cultura	Desglose por sexo, edad y otras características
	21	Participación cultural	Desglose por sexo, edad y otras características
	22	Procesos participativos	Desglose por sexo, edad y otras características

INDICADORES TEMÁTICOS PARA LA CULTURA EN LA AGENDA 2030

31

CUATRO DIMENSIONES TEMÁTICAS

No quadro seguinte sintetiza graficamente as quatro dimensões temáticas e seus respectivos indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável. A partir das páginas 35 até a página 93 há o detalhamento de cada indicador, incluindo tabela contendo descrição, objetivo, fonte de dados e método, além de listas de verificação, questionários, quando pertinentes e, a dimensão de gênero.

O detalhamento específico dos indicadores associados a cada uma das dimensões temáticas será abordado em futuras edições do informe, incluindo as conclusões e recomendações da UNESCO (p. 94 a 98).

Quadro 2. Marco Referencial de Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030



Informes de Organizações da Sociedade Civil

Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza

Introdução

Na quinzena encerrada em 22 de abril de 2022, foram registradas manifestações públicas de 29 organizações da sociedade civil, sendo 23 de interesse público e seis de interesse privado. Depois de um período de concentração na guerra na Ucrânia, nesta última quinzena, não houve um único tema que tenha sido mais destacado do que os outros pelas OSC de interesse público.

As manifestações sobre a guerra da Ucrânia salientaram, da parte das OCS de interesse público, as ações de ajuda humanitária, enquanto as de interesse privado (no caso, o Centro para Estratégias e Estudos Internacionais) destacaram o aumento da ajuda militar da OTAN à Ucrânia e a perspectiva de prolongamento da guerra.

A questão da biossegurança e dos ataques terroristas foi trazida por duas organizações (WADEN e IAP) que denunciaram o aumento vertiginoso desses ataques nas últimas duas décadas.

Tendo sido discutido pelo Grupo de Negociação Intergovernamental (INB), o tratado da pandemia foi objeto de manifestação de algumas organizações, destacando-se a declaração da Aliança para o Tratado Pandêmico, formada por quatro OSC com relações oficiais com a OMS.

As manifestações relativas às doenças negligenciadas registraram a passagem do Dia Mundial da Doença de Chagas e também uma pesquisa sobre drogas para tratamento da tuberculose resistente. Sobre as doenças crônicas, foi mencionada a necessidade de aumentar os investimentos na prevenção e no tratamento, destacando-se a reunião internacional, em Gana, que criou o Conselho Presidencial sobre Doenças Não Transmissíveis (CND) e aprovou um Pacto Global sobre DCNT a ser discutido em evento paralelo na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Os direitos humanos, incluindo os direitos de idosos e de mulheres, foram objetos das manifestações de três entidades (PHM, IFA e FCGH Alliance). A igualdade de gênero foi lembrada pela Women in Global Health. A WMA se manifestou, junto à OMS, pela participação de Taiwan no RSI-2005. A DNDi anunciou uma colaboração com uma empresa especializada em inteligência artificial para identificar alvos biológicos para tecnologias de prevenção e tratamento da dengue. Por fim, a WFPHA celebrou o Dia da Terra.

Curiosamente, a questão do acesso às vacinas contra a Covid-19 foi destaque apenas dentre as OSC de interesse privado, que ressaltaram também as tecnologias digitais em saúde. Ademais, essas últimas mencionaram a guerra na Ucrânia, a crise climática e a resistência antimicrobiana

As OSC continuam bastantes ativas na promoção de eventos. Ao final do informe, são listados os eventos ocorridos ou anunciados nesta quinzena.

As manifestações da sociedade civil de interesse público

Guerra na Ucrânia

A CARE International divulgou as [ações de Saúde Mental](#), desenvolvidas na Ucrânia. Trata-se de um trabalho de “primeiros socorros psicológicos”, com o treinamento de socorristas de saúde mental para atuarem e intervirem na crise de refugiados na Ucrânia, em parceria com o Instituto Headington e a Federação de ONGs de Proteção à Criança (FONPC).

O International Council of Nurses divulgou a [posição de apoio aos enfermeiros ucranianos](#), emitida por sua filiada na Polônia, solicitando ao governo que tome medidas para apoiar os profissionais que fogem da guerra na Ucrânia, com a oferta de condições de trabalho para aqueles que decidem se estabelecer temporária ou permanentemente na Polônia.

A ActionAid segue mobilizada pelo conflito na Ucrânia. Publicou em 13 de abril artigo sobre as ações da organização na Romênia, Moldávia e Polônia, focadas em prestar [ajuda humanitária](#), especialmente às meninas e mulheres e à população LGBTQIA+.

Ataques terroristas e biossegurança

A World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) publicou o artigo [A crescente ameaça de ataques terroristas contra hospitais](#), onde ressalta que a frequência de ataques terroristas contra hospitais tem aumentado nas últimas duas décadas e é desproporcional ao aumento geral de ataques terroristas contra todos os tipos de alvos. Os ataques foram realizados contra hospitais em 61 países diferentes sendo o método usado o bombardeio/explosão.

A InterAcademy Partnership (IAP) se manifestou sobre a [questão da biossegurança](#), destacando o papel dos cientistas no estabelecimento de um marco ético em um evento paralelo à reunião do Comitê Preparatório para a Convenção sobre as Armas Químicas e Biológicas (BWC).

Tratado da pandemia

A “Aliança para o Tratado Pandêmico”, formada por quatro organizações em relações oficiais com a OMS – a saber, International Federation of Social Workers (IFSW), International Hospital Federation (IHF), World Federation of Public Health Associations (WFPHA) and World Organization of Family Doctors (WONCA) –, submeteu uma declaração conjunta, requerendo que o tratado contemplasse uma abordagem holística e integrada do cuidado à saúde, com ações intersetoriais, investimento em educação e mobilização de profissionais e engajamento proativo das comunidades.

A *Drugs for Neglected Diseases initiative* (DNDi) publicou [declaração](#) sobre a sua intervenção na primeira rodada de audiências públicas do Grupo de Negociação Intergovernamental (INB), criado em 2021 pela Assembleia Mundial da Saúde para negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. Tendo a equidade como um pilar estratégico, a DNDi concentrou seus comentários em torno de financiamento, governança e normas de pesquisa e desenvolvimento.

Também nas audiências públicas do INB/OMS, o Global Health Council [se manifestou sobre os elementos necessários para um novo instrumento internacional](#) sobre vigilância e resposta a pandemias. Na declaração, a organização identifica a equidade, governança, prestação de contas e financiamento como essenciais para a negociação de um instrumento internacional. Destacou, ainda, que tais concertações devem ser inclusivas, transparentes e

eficientes, e engajar um amplo espectro de partes interessadas para que traga resultados exitosos.

Doenças negligenciadas

O [Dia Mundial das Doença de Chagas](#), celebrado em 14 de abril, foi lembrado pelo DNDi que se uniu a parceiros em um esforço global para aumentar a conscientização sobre a doença.

A World Heart Federation também se lembrou do Dia Mundial da Doença de Chagas e reforçou a chamada da Federação Internacional de Associações de Pessoas Afetadas pela Doença de Chagas para melhorar o registro de casos em todos os países.

Os Médicos Sem Fronteiras publicaram o artigo [Medicamentos recentemente desenvolvidos para o tratamento da tuberculose resistente a medicamentos: um estudo de caso de pesquisa e desenvolvimento](#), no qual analisam possibilidades e desafios de acesso que acompanham o processo regulatório de dois medicamentos, bedaquilina e delamanida, usados para tratar tuberculose resistente a medicamentos.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

[The new normal: too much like the old one?](#) Esse é o título do artigo assinado por Katie Dain, CEO da NCD Alliance, e David Watkins, da Universidade de Washington, para chamar a atenção para o investimento em prevenção e tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Os autores informam que 60 a 90% das mortes por Covid-19 atingiram pessoas vivendo com doenças crônicas e denunciam a [redução dos investimentos](#) globais.

A Aliança de DCNT de Gana lançou em 11 de abril o [Plano Estratégico e a Política para a Prevenção e Controle de DANTs \(2022-2026\)](#), que contaram com contribuições da sociedade civil organizada. O país também sediou uma reunião internacional, convocada pelos governos da Noruega e de Gana e pela OMS que criou o Conselho Presidencial sobre Doenças Não Transmissíveis (CND) e aprovou um Pacto Global sobre DCNT. A primeira reunião do Conselho ocorrerá durante a 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de acordo com o [informe da NCD Alliance](#).

Neste contexto, vale mencionar que a World Heart Federation publicou um *tweet* sobre o aumento das mortes por DCNT no continente Africano de acordo com a [WHO Afro](#).

Direitos humanos e saúde

O People's Health Movement publicou, em 15 de abril, seu [relatório anual](#) de atividades. O documento traz principalmente as ações realizadas pelos ativistas do movimento, redes afiliadas e parceiros em nível nacional, regional e global para garantir o direito à ampla atenção à saúde no contexto da pandemia.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) compartilhou sua [declaração](#) apresentada na 12ª sessão do Open-Ended Working Group on Ageing (OEWG), realizada em Nova York, entre 11 e 14 de abril pp. A declaração destaca que os direitos dos idosos à segurança econômica e social devem ser respeitados e protegidos, e requerem um reconhecimento formal através de um instrumento juridicamente vinculativo.

A Framework Convention on Global Health Alliance divulgou a realização do 51º seminário do CRIS sobre [Direitos humanos, saúde e seguridade social](#).

Igualdade de gênero

O trabalho não remunerado das mulheres nos sistemas de saúde foi tema de destaque do Women in Global Health, agora com o [relatório de pré-lançamento](#) disponível para leitura. Conforme o documento, a desigualdade de gênero está diretamente ligada à força de trabalho global de saúde, com as mulheres agrupadas em setores e empregos de status mais baixo, marginalizadas na liderança, frequentemente sujeitas a violência e assédio e, em média, recebendo remuneração com valores mais baixos do que seus colegas do sexo masculino.

Taiwan

Em 19 de abril, a World Medical Association publicou [manifestação](#) em que insta à OMS a abrir as portas a Taiwan como observador e como parte do Regulamento Sanitário Internacional, permitindo-se, assim, sua “contribuição essencial para a rede de proteção da saúde global”.

Tecnologias digitais

A pesquisa sobre medicamentos contra a dengue foi objeto de comunicado da DNDi sobre a [colaboração com BenevolentAI](#), empresa que atua habilitada para aplicação da inteligência artificial (IA) em estágio clínico. A colaboração usará a IA para identificar potenciais alvos biológicos e terapias que podem ser reaproveitados para a dengue para prevenir a progressão da doença.

Dia Internacional da Mãe Terra

No dia 22 de abril, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública registrou a passagem do Dia da Terra ou [Dia Internacional da Mãe Terra](#), que coincide com o equinócio da primavera no hemisfério norte. O Dia da Terra foi celebrado pela primeira vez em 1970, quando cerca de 20 milhões de pessoas foram às ruas para protestar contra o derramamento de óleo, poluição e contaminação dos rios. Em 2009, as Nações Unidas declararam que o Dia Internacional da Mãe Terra será comemorado no dia 22 de abril de cada ano.

Instituições da Sociedade Civil de Interesse Privado

Guerra na Ucrânia

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS), dos EUA, estimou que “o mais recente pacote de ajuda à Ucrânia é uma grande escalada de apoio”, alcançando US\$ 800 milhões. Esse pacote inclui fornecimento de armas que requerem o treinamento dos ucranianos por tropas americanas. O CSIS avalia que inclusão de itens que levarão semanas para serem entregues indica que os Estados Unidos agora esperam uma longa guerra. <https://www.csis.org/analysis/latest-aid-package-ukraine-major-escalation-support>

Crise climática e energética

A [Wellcome Trust](#) expressou a preocupação com o câmbio climático, destacando que provavelmente será a maior ameaça à saúde humana neste século, levando a: aumento de doenças infecciosas, insegurança alimentar e hídrica, calor e frio extremos, má qualidade do ar, além de riscos sociais, como deslocamento e conflito. Nesse sentido, lançou editais de fomento à pesquisa sobre os efeitos do calor na saúde e sobre ansiedade, depressão e psicose.

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS) alerta que os mercados globais de energia estão enfrentando desafios crescentes após a invasão da Ucrânia pela Rússia. A demanda está mudando, as cadeias de suprimentos são vulneráveis e os preços mais altos da

energia são cada vez mais problemáticos para os líderes e o clima. Para discutir esse tema, realizou o seminário “Respostas dos EUA à crise energética global: aumentando a segurança energética, diminuindo as emissões”, no dia 26 de abril de 2022. <https://www.csis.org/events/us-responses-global-energy-crisis>

Vacinação contra a Covid-19 e outras doenças

A [Fundação Rockefeller](#) publicou nota sobre a importância de manter estratégias de [rastreamento de casos](#) sintomáticos respiratórios na comunidade e manter o uso de máscara e a testagem. Publicou também um [relatório](#) juntamente com a Universidade de Duke e a Covid Collab sobre a transição de uma resposta de emergência contra a Covid-19 para programas de controle sustentável. Ressaltou ainda a importância de vacinar, ao menos, [vacinar 90% das pessoas](#) em maior risco em todo o mundo.

A Fundação divulgou a realização de um [treinamento online](#) gratuito sobre ferramentas digitais para campanhas de vacinação contra Covid-19, envolvendo a GAVI e o CDC dos EUA. Por fim, divulgou a realização do [Covid-19 Summit](#), com o intuito de arrecadar US\$ 10 bilhões para combater o vírus.

A [Wellcome Trust](#) lembrou o aprendizado, oportunizado pela Covid-19, sobre como lidar com futuras ameaças infecciosas, considerando que, antes, se levava 10 anos para desenvolver uma vacina. Destacou ainda [quatro lições](#) que poderiam ajudar a que a Covid-19 seja a última pandemia global: (a) construir a confiança do público e informar corretamente, (b) fortalecer uma resposta global coordenada, (c) considerar que uma medida de prevenção não serve para todos e (d) que ferramentas que salvam vidas podem vir de lugares inesperados.

A [Fundação Gates](#) mencionou o evento COVAX AMC Summit, da GAVI, com o apoio de Alemanha, Indonésia, Senegal e Gana. Lembrou que o tempo e o acesso geográfico são duas das principais barreiras à equidade da vacina Covid-19, mencionando a campanha de [vacinação em massa em Bangladesh](#) que resultou em 12 milhões de vacinas Covid-19 em três dias.

Após a realização da cúpula global para mobilizar fundos em apoio ao mecanismo COVAX e ações de resposta à pandemia por COVID-19, a GAVI anuncia que o evento resultou no compromisso de [4.8 bilhões de dólares para apoiar países de renda média](#) e baixa. Os recursos vieram principalmente de doações de Banco de Investimentos Europeu (EIB), United States Development Financial Corporation (DFC), Banco Mundial e Banco Asiático de Desenvolvimento.

A Fundação Gates divulgou a informação de que um ensaio clínico randomizado, realizado no Quênia, demonstrou que [as vacinas de dose única contra o HPV são 98% eficazes](#).

Doenças negligenciadas

The Global Fund reforçou a informação de que a tuberculose (TB) é ainda uma das principais causas de morte no mundo e registrou o evento [March4TB](#).

A Fundação Gates ressaltou a importância do papel dos [agentes comunitários de saúde](#), que desempenharam um papel fundamental na identificação e tratamento de casos durante o surto de Ebola na Libéria.

Registrou também ações de combate à malária na Gâmbia, em colaboração com os trabalhadores de saúde das comunidades e o apoio a comunidades do Malawi, onde 78% das pessoas que vivem com HIV estão em terapia antirretroviral.

Resistência antimicrobiana

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS) destacou que resistência antimicrobiana (RAM) desestabiliza os meios de subsistência, diminui a segurança alimentar e enfraquece os sistemas de saúde em países de baixa e média renda, representando uma ameaça à segurança global. Esse tema foi discutido no dia 25 de abril de 2022. <https://www.csis.org/events/amr-global-security-threat-destabilizing-food-systems-and-healthy-communities>

A Welcome Trust publicou [informativo sobre tecnologias](#) de vacinas, antibióticos e medicamentos, destacando que o Reino Unido lançou um modelo de [subscrição mundial](#) para o fornecimento de antibióticos, que poderia encorajar o desenvolvimento de novos antibióticos e ajudar a combater infecções resistentes a medicamentos.

Tecnologias digitais e saúde

A Fundação Gates, o Banco Mundial, o FMI e o Centro para o Desenvolvimento Global organizaram um [evento virtual](#) sobre o uso de dados de saúde, em que se enfatizou a importância de justiça e acessibilidade para proteger a humanidade de futuras pandemias.

Também The Global Fund divulgou que, juntamente com a Fundação Rockefeller, está alavancando ferramentas digitais para [transformar os sistemas de saúde comunitários](#).

The Global Fund registrou o apoio dado a dois milhões de profissionais de saúde em mais de 100 países ao redor do mundo, em especial ao [Departamento de Saúde de Mali](#), no uso de ferramentas digitais para encontrar pacientes e encaminhá-los para testes e tratamento.

Eventos

A WFPHA divulgou a realização do webinar [Vaccines for Older Adults: Going beyond COVID-19 to Continue Protecting our Communities](#), realizado em 19 de abril.

A WONCA anunciou sua campanha anual, neste ano, com o tema [Médicos de família, sempre lá para cuidar!](#) O lançamento da campanha será realizado no dia 19 de maio, Dia Mundial do Médico de Família. Também divulgou a realização da sua [27ª Conferência Europeia](#), a ser realizada de 28 de junho a 01 de julho de 2022, em Londres, tendo como tema geral “Inovando a medicina de família juntos para um futuro sustentável”.

A IFMSA divulgou a realização de uma [oficina de trabalho](#) para garantir que 50 jovens tenham a chance de falar durante a 76ª Assembleia Mundial da Saúde.

O *International Council of Nurses* iniciou a mobilização do [Dia Internacional do Enfermeiro](#), comemorado no dia 12 de maio, aniversário do nascimento de Florence Nightingale. Neste ano, o tema será “Enfermeiros: uma voz para liderar - invista em enfermagem e respeite os direitos para garantir a saúde global”.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) e a Associação Canadense de Enfermeiros (CNA) vão sediar o [29º Congresso do ICN](#) de 1 a 5 de julho de 2023 em Montreal, Canadá, com o tema “Enfermeiros juntos: uma força para a saúde global”.

A 24ª Conferência Mundial da International Union for Health Promotion and Education (IUHPE) será realizada de 15 a 19 de maio de 2022, em Montreal, Canadá, com participação virtual dos inscritos. <https://iuhpe2022.com/registration>

A International Alliance of Patients' Organizations realizará no dia 23/04/2022 o 2º webinar na série "Medicação sem danos".

A International Federation of Social Workers divulgou o evento "The People's Global Summit" que este ano tem como tema Co-construindo um Novo Mundo Eco-Social: Não deixando ninguém para trás. O evento será online e acontecerá de 29 de junho a 2 de julho.

Considerações finais

Depois de dominar as manifestações das organizações da sociedade civil por cerca de dois meses, a guerra na Ucrânia passou a dividir a atenção com outros temas. Ademais, o foco das manifestações passou dos pedidos de cessar fogo e de negociações de paz para as iniciativas de ajuda humanitária. O aumento do apoio militar dos EUA à Ucrânia, de acordo com o Centro para Estratégias e Estudos Internacionais, é um sinal de que o governo americano prevê uma guerra prolongada.

Chama a atenção também a redução de manifestações relativas à Covid-19, por parte das OSC de interesse público. No que tange às vacinas, esse silêncio é incompreensível, visto que a iniquidade do acesso continua sendo um problema grave. No que tange ao tratado pandêmico, apenas seis organizações se posicionaram, o que causa espécie pelo fato da primeira rodada de audições (*hearings*) do Grupo de Negociação Intergovernamental (INB) ter ocorrido nos dias 12 e 13 de abril.

Também é de se estranhar o pequeno número de manifestações relacionadas à crise climática, considerando-se, principalmente, a passagem do Dia Internacional da Mãe Terra.

Da parte das OSC de interesse privado, a questão das vacinas continua no topo da agenda, assim como as tecnologias digitais continuam objetos de atenção.

Por fim, os eventos se multiplicam, a maioria com temas de interesse específico da entidade promotora.

Em suma, as manifestações divulgadas na última quinzena mostram uma dispersão de temas e uma divergência clara entre as OSC de interesse público e as de interesse privado, ambas difíceis de compreender.

Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais de Interesse Público no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Armando De Negri Filho

Este informe sobre pensamentos e ações da Sociedade Civil de Interesse Público Global - SC IP em Saúde, traz dois artigos importantes para uma reflexão para a ação. O primeiro de Francine Mestrum, da Global Social Justice e do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, e que foi painelistas no Seminário do CRIS de 20 de abril de 2022, tendo como título “ A Luta contra as Desigualdades ” reflete o debate realizado e nos aponta o grau de exigência sobre as políticas sociais, a seguridade social, o desenvolvimento e o contrato social que necessitamos construir para amparar políticas de saúde universalistas como parte da luta contra as desigualdades e não contra os pobres ou a pobreza. O segundo artigo “Como projetar um Fundo de Preparação e Resposta Pandêmica” de Mariana Mazzucato e Alan Donnelly, nos remete em uma direção diferente onde o arranjo proposto preserva o possível dentro de limites das políticas sociais liberais. A análise comparativa dos dois trabalhos pode nos dar uma ideia dos caminhos diversos que podem superar ou não a crise social, econômica, sanitária e ambiental que vivemos e sua mais dura expressão na forma de desigualdades injustas.

Na sequência tratamos de identificar iniciativas e eventos que marcam a mobilização da SC de IP no mês de maio em torno aos temas de políticas sociais e de saúde. O Fórum Social Mundial e as atividades do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, na Cidade do México de 01 a 06 de maio de 2022, na modalidade híbrida. O lançamento do Global Health Watch 6 – Informe alternativo mundial sobre a Saúde, iniciativa do Movimento pela Saúde dos Povos no dia 27 de abril. O convite para a “Cúpula do Fim do Mundo” da Internacional Progressista entre os dias 12 a 15 de maio. As atividades do G2H2 preparatórias e no transcurso da Assembleia Mundial da Saúde – OMS entre os dias 16 a 20 de maio de 2022 em Genebra, incluindo um texto reflexivo preliminar de Nicoletta Dentico sobre as formas de captura das representações e participações sociais e uma proposta de oficina sobre o tema.

Na sequência encontrarão os detalhes sobre as atividades relacionadas e seus links, assim como os artigos traduzidos ao português.

1. A Luta contra as Desigualdades. Por Francine Mestrum – Meer <https://www.other-news.info/fight-against-inequalities/> 25 de abril de 2022.

“Pobreza, desigualdade e uma mudança para um novo contrato eco-social.

No alívio da pobreza, as pessoas pobres só adquirem o direito de sobreviver. Se quisermos combater a desigualdade e promover mudanças sociais, teremos que relançar a brilhante ideia dos estados de bem-estar ou, melhor ainda, promover um novo contrato eco-social. É surpreendente notar que muitos acadêmicos ainda acreditam que todas as políticas de combate à pobreza são necessariamente positivas e, no final, se não erradicarem a pobreza, pelo menos ajudarão as pessoas pobres a sobreviver. Trata-se de um erro triste e leva a avaliações erradas de políticas sociais promovidas pelo Banco Mundial e outras organizações financeiras internacionais.

Quando o Banco Mundial colocou a redução da pobreza na agenda internacional em 1990, isso não tinha nada a ver com justiça social ou seu medo de tumultos e rebeliões contra suas políticas de ajuste estrutural. Nada poderia estar mais longe da verdade, como mostrei há mais de vinte anos. Esse ajuste estrutural fez parte da solução proposta para a pobreza e a

mensagem por trás dela, manifestada com ainda mais clareza pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foi contra os estados de bem-estar social existentes e outros sistemas de proteção social. A redução da pobreza, então, foi uma política abertamente neoliberal que se tornou parte e parcela do consenso ampliado de Washington. Não foi uma melhoria das políticas de proteção social, mas uma alternativa a elas.

A mudança para a redução da pobreza também confirmou uma mudança completa da economia do desenvolvimento que alegou que os países pobres precisavam de políticas específicas para fechar a "lacuna" com os países ricos. Pôs fim ao pensamento de desenvolvimento do pós-guerra. No neoliberalismo só pode haver um tipo de política econômica, dando o máximo de liberdade possível aos mercados, protegendo esses mercados e promovendo a concorrência e os direitos de propriedade. Os direitos de consumo tomaram o lugar dos direitos trabalhistas. Os Estados tinham que ser fortes, mas magros. As políticas econômicas foram retiradas do debate democrático.

De fato, todos os pensadores liberais e neoliberais enfatizaram a importância da redução da pobreza, uma vez que suas teorias nunca teriam sobrevivido se as pessoas fossem deixadas para morrer nas ruas por fome e frio. De John Stuart Mill a Friedrich Hayek e Thomas Friedman, todos eles promoveram rendas mínimas e se opuseram a programas mais amplos de proteção social. Para Hayek, a justiça social era uma miragem e um caminho para a servidão. Nunca devemos esquecer.

Se, em 1990, a realidade ainda não se conformava com esse novo discurso, os trinta anos desde então apresentaram amplamente evidências dessa análise. Em todos os países, tanto no Sul como no Norte, a pobreza está agora em alta na agenda. Chama-se principalmente de "proteção social" agora, uma vez que a palavra realmente adquiriu um novo significado para esconder a mudança ideológica dos estados de bem-estar social.

Essa "proteção social" está sendo introduzida em bits e peças; alguns pequenos subsídios familiares, cuidados de saúde "universais" (para os pobres), pensões sociais e assim por diante, não como um "sistema", mas como programas parciais e direcionados. Todo o resto não está na agenda, e na medida em que existia nos países ricos, está sendo desmontado; serviços públicos, incluindo o setor assistencial, o serviço postal e o transporte público, estão todos sendo privatizados. Os subsídios de desemprego estão sendo drasticamente cortados.

A assistência e outras formas de "crédito universal" são cada vez mais condicionais. Cada vez mais pessoas trabalham meio período, sem contratos, com contratos de zero hora ou fazendo mini-trabalhos. As pensões também foram privatizadas em grande parte. Os alunos precisam de empréstimos para ter acesso à universidade... É evidente que, especialmente nos países onde os sindicatos são fracos, os danos à previdência social são consideráveis. Não há, é claro, uma única razão pela qual a redução da pobreza deve fazer parte de uma estratégia neoliberal. A pobreza é um drama real e contínuo e as políticas de erradicação da pobreza podem perfeitamente se encaixar em um sistema de estado de bem-estar social e ser orientadas para a cidadania plena, mas como fazer a diferença? Pode ser útil mencionar alguns pontos que devem ser mantidos em mente.

Uma política neoliberal de pobreza considera a redução da pobreza um ponto de interesse comum. É fácil construir um consenso em torno dele, de fato, quem pode se opor a ele? Como o Banco Mundial e o PNUD mencionaram repetidamente na década de 1990, as pessoas pobres participarão rapidamente na produção de crescimento, manterão a coesão social, o crescimento populacional e a migração serão interrompidos, etc. Resumindo, com

menos pobreza, o mundo inteiro será um lugar melhor. Nessa perspectiva neoliberal, a pobreza não é uma questão de renda. As pessoas pobres raramente falam de renda, assim afirma o Banco Mundial. A redistribuição, então, não está na ordem do dia. Para os neoliberais, a pobreza é o resultado de políticas governamentais equivocadas com ideias equivocadas de estados de bem-estar que excluem as pessoas pobres do mercado. Os estados de bem-estar social, afirmam, são para trabalhadores privilegiados. Ao abrir mercados e dar acesso a pessoas pobres, o problema pode ser facilmente resolvido. Significa que os mercados de trabalho devem ser desregulamentados e abolidos os salários mínimos. A redução da pobreza, então, não custa dinheiro. Não toca na riqueza dos ricos, na verdade muito pelo contrário.

De fato, os estados de bem-estar social e a redução da pobreza seguem duas lógicas opostas. Considerando que, no passado, a proteção social era destinada a proteger as pessoas dos caprichos do mercado, em caso de desemprego, por exemplo, e de outros problemas que possam surgir – uma doença ou um acidente etc. – a redução da pobreza neoliberal tem como objetivo incentivar as pessoas a participar em mercados. Os Estados de bem-estar implicam a “decomoditização” dos serviços que levam à emancipação dos mercados, enquanto a redução da pobreza neoliberal permite a introdução de mais mercados.

Há lógicas mais opostas. Os estados de bem-estar social são um elemento importante da cidadania social, como explicou T.H. Marshall. Significa que eles são baseados em direitos e solidariedade legalmente regulamentada. Dar às pessoas direitos econômicos e sociais é uma questão de empoderamento coletivo que lhes permitirá defender e aprimorar esses direitos. Na redução neoliberal da pobreza, no entanto, as pessoas pobres só adquirem o direito... para sobreviver. Esses direitos para os pobres são direitos civis – o direito à vida – e não direitos sociais. Nas economias neoliberais, as pessoas pobres têm o direito de receber, contrariando a reciprocidade dos Estados de bem-estar social.

É por isso que a caridade e a filantropia estão tão em voga hoje em dia. E é por isso que os Estados de bem-estar agora são considerados "solidariedade fria"; que é a solidariedade de todos com todos, mesmo de ou com pessoas que não se conhece. Os Estados de bem-estar podem ser universais, mesmo que a realidade nem sempre faça jus a ela, enquanto as políticas de redução da pobreza são necessariamente visadas, com todos os grandes problemas que isso implica, mesmo que no melhor das hipóteses. O programa "bolsa família" brasileiro ainda tinha uma margem de erro de cerca de 50 % [error margin of around 50 %](#). A assistência aos pobres será sempre condicional, permitindo práticas clientelistas e arbitrárias.

Se a "proteção social", como é definida hoje pelas organizações internacionais, limita-se a um mínimo de sobrevivência, liberta os governos de qualquer responsabilidade de fazer mais do que alcançar a linha de pobreza, e, ao contrário dos Estados de bem-estar social, torna impossível qualquer transformação social. A redução da pobreza não altera as relações de poder existentes. O que está acontecendo hoje é aparentemente "progresso" a nível global e europeu, porque, de fato, são dados pequenos passos em setores que foram previamente excluídos da tomada de decisões supranacionais. No entanto, se, ao mesmo tempo, passos para trás são tomados a nível nacional, isso é o que é chamado de "procissão de Echternach" – um passo em frente, dois passos para trás. Significa que a desigualdade está crescendo enquanto, em muitos casos, a pobreza nem está diminuindo. Leva à lenta erosão das classes médias e a uma polarização insustentável das sociedades.

Claro, não precisa ser assim. É uma lógica perversa que coloca a redução da pobreza e um interesse comum contra os cidadãos "privilegiados" com direitos econômicos e sociais. Os

estados de bem-estar podem prevenir e (no final) erradicar a pobreza. As políticas de redução da pobreza são apenas soluções de "fim do tubo" e podem, na melhor das hipóteses, reduzir a pobreza, enquanto, enquanto isso, permitem que a desigualdade cresça. "Na melhor das hipóteses", porque, na realidade, a pobreza permanece tanto no Norte quanto no Sul. Esta é uma realidade muito amarga e, além disso, ainda não há um plano político sério para combater a desigualdade.

Gostaria, portanto, de mencionar alguns pontos que me parecem justificar um exame muito urgente: primeiro, uma redefinição dos nossos sistemas de proteção social, porque as economias e as sociedades mudaram drasticamente nas últimas décadas. Os "estados de bem-estar" provavelmente não são o melhor conceito para defender, uma vez que nossas necessidades urgentes agora vão muito além da ajuda social direta e tocam políticas ambientais como ar limpo, água potável, eliminação de alimentos não saudáveis, etc. Um novo contrato eco-social é o que realmente precisamos; os direitos devem tornar-se individuais e não depender de situações familiares específicas e em mudança; serviços públicos, direitos trabalhistas e assistência à pobreza devem ser totalmente integrados em sistemas jurídicos baseados em direitos; re-confirmação da implantação tripartite de sistemas de proteção social, dando aos trabalhadores e cidadãos uma voz na conceituação, implementação e monitoramento de políticas sociais; as contribuições dos empregadores e dos trabalhadores devem constituir a maior parte do financiamento, de modo a tornar o sistema plenamente seu, propriedade do povo e não dos governos; mapeando as interseccionalidades com outros setores, políticas ambientais em primeiro lugar, mas também as políticas econômicas e os impostos sobre renda e riqueza; finalmente, temos que olhar para sistemas para a criação de riqueza. É socialmente injustificável que em tempos de crise e austeridade, como nesta crise DO COVID-19, os mais ricos ficam ainda mais ricos e que, no caso de aumentos de preços no setor de energia, as corporações fazem enormes lucros enquanto as famílias têm que escolher entre aquecer a casa e ter três refeições.

O Fórum Popular da Ásia Europa adotou uma Carta Global para os Direitos Sociais que lista todos os pontos que podem ser tomados, do ponto de vista aspiracional, quando discutidos a nível nacional e internacional, o desenvolvimento de sistemas de proteção amplos e coerentes. Os estados de bem-estar foram, em primeira instância, mecanismos de seguro destinados a preservar o padrão de vida dos trabalhadores em caso de calamidades. Até certo nível, podem contribuir para a redistribuição de renda e, dessa forma, também para a redução das desigualdades. Mas esse nunca foi o objetivo deles. Para a redistribuição temos impostos, para combater a desigualdade temos que olhar tanto para a criação de riqueza quanto para a redistribuição através de impostos. Os Estados de bem-estar foram destinados a corrigir a desigualdade criada pelos mercados, em oposição à igualdade política inerente à democracia plena. Daí a ideia de "cidadania social".

Há vários anos, um forte discurso vem se desenvolvendo para um novo contrato eco-social. Isso deve, de fato, ser desenvolvido, longe da austeridade e da "proteção social" focada na pobreza. Se estiver de fato nas mãos das pessoas, como deveria ser um contrato real, podemos falar de comuns sociais. A pobreza, como Riccardo Petrella uma vez alegou, deve ser tornada ilegal. Precisamos urgentemente de políticas que o erradiquem totalmente e temos recursos para fazê-lo. Neste período pós-COVID, onde tantas "verdades" estão sendo discutidas e avaliadas, a verdade de nossa única humanidade com direitos humanos básicos deve estar no topo de nossas agendas. Isso inclui, obviamente, a preservação do nosso planeta.

O que deve acontecer agora em todos os países que estão preparando o período Pós-COVID, é a criação de um diálogo social com trabalhadores e cidadãos, empregadores e movimentos ambientais, para discutir a possibilidade de tal contrato eco-social, redefinir a proteção social e ecológica e reforçar a assistência preventiva. Esta é uma agenda altamente política. Uma nova mudança política é necessária, longe da pobreza, voltada para o desenvolvimento social, a solidariedade e uma transição justa.”

*Francine Mestrum é doutora em Ciências Sociais pela Université Libre de Bruxelles, Bélgica. Trabalhou em instituições europeias e em várias universidades belgas.

Acesse o original: <https://www.meer.com/en/68824-fight-against-inequalities>

2. Como projetar um Fundo de Preparação e Resposta Pandêmica. Mariana Mazzucato, Alan Donnelly. 20 de abril de 2022. https://www.project-syndicate.org/commentary/pandemic-financial-intermediary-fund-how-to-design-by-mariana-mazzucato-and-alan-donnely-2022-04?utm_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm_campaign=8ca7314165-sunday_newsletter_04_24_2022&utm_medium=email&utm_term=0_73bad5b7d8-8ca7314165-107414358&mc_cid=8ca7314165&mc_eid=a1aa96faca

Este mês, ministros das finanças do G20 e governadores do Banco Central discutirão um novo veículo de financiamento para ajudar todos os países a desenvolver a capacidade de parar futuras emergências em saúde antes que eles saiam do controle. Mas o sucesso, em última análise, dependerá se eles podem adotar novos princípios e métodos de governança.

Com mais de dois terços do continente africano ainda não vacinados contra o COVID-19 [two-thirds](#), é evidente que o regime global de preparação e resposta pandêmica (PPR) permanece seriamente subfinanciado e carente de sistemas de entrega resilientes e eficazes. Embora o Access to COVID-19 Tools Accelerator [Access to COVID-19 Tools Accelerator](#) (ACT-A) da Organização Mundial da Saúde tenha ajudado a lidar com a iniquidade bruta no acesso a testes, tratamentos e vacinas, ele não tem o apoio financeiro necessário para apoiar os países de baixa renda de forma abrangente.

Pesquisas científicas e econômicas mostraram que uma futura pandemia transmitida pelo ar poderia matar milhões de pessoas e causar caos econômico, especialmente no contexto de maior urbanização e intensificação das mudanças climáticas. O surgimento de outro novo patógeno é inevitável, e quando ele vem, poderia muito bem representar uma ameaça existencial à humanidade. Assim como na batalha contra o aquecimento global, os custos da inação são muito maiores do que os custos de ação [costs of inaction](#). Em outubro passado, a Presidência italiana do G20 [issued](#) emitiu um roteiro de PPR para garantir que o mundo esteja melhor preparado para o próximo desafio global à saúde. Nos próximos dias, ministros das finanças do G20 e governadores do Banco Central receberão um relatório de progresso da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20, órgão criado para monitorar o desempenho.

Um próximo passo crucial é criar um Fundo Intermediário Financeiro (FIF) eficaz e devidamente financiado. A OMS e o Banco Mundial estimam que haja pelo menos uma lacuna de financiamento anual de US\$ 10,5 bilhões para a PPR [\\$10.5 billion](#). Devemos considerar que, como a quantidade mínima de financiamento adicional necessária a cada ano para apoiar o acesso equitativo a vacinas [equitable access to vaccines](#), testes e terapias, vigilância de patógenos, pesquisa e desenvolvimento, fabricação e infraestrutura de saúde. Não há uma boa razão para que o G20 não seja capaz de reunir outros US\$ 10,5 bilhões por ano. É uma pequena

fração dos trilhões de dólares [tiny fraction](#) implantados para mitigar a pandemia atual, sem mencionar os trilhões que seriam perdidos no caso de outra crise global de saúde.

Ainda assim, para ter sucesso, o FIF também deve atender a quatro condições específicas. Em primeiro lugar, não deve ser financiado através de iniciativas ocasionais de compromisso ou reposição, uma vez que estas são muito pouco confiáveis. Em vez disso, os governos devem concordar em fornecer os primeiros cinco anos de financiamento antes, ao mesmo tempo em que tomam medidas para construir compromissos financeiros com a FIF em seus orçamentos anuais. Este fundo inicial deve promover mecanismos financeiros inovadores e combinados para alavancar os investimentos da FIF. Não há necessidade de reinventar a roda aqui. Governos, bancos de desenvolvimento, filantropos e corporações já estão criando novas parcerias para atingir metas de emissões líquidas zero [partnerships](#). Os líderes do G20 devem criar um grupo de especialistas para identificar as melhores práticas a partir de modelos de financiamento verde que poderiam ser implantados para investimentos em PPR.

Além disso, como os países de baixa e média renda enfrentam restrições fiscais rigorosas, quaisquer investimentos adicionais que façam em seus sistemas de saúde pública e PPR devem ser reconhecidos como contribuições em espécie para a FIF (desde que sejam compatíveis com os objetivos gerais do fundo). Em segundo lugar, a FIF deve ter um mecanismo de avaliação, baseado em métricas acordadas do impacto socioeconômico de um investimento, para garantir o uso eficiente desses novos recursos. Qualquer mecanismo desse tipo deve dar aos doadores confiança de que há um retorno mensurável sobre seu compromisso de longo prazo com a FIF.

Em terceiro lugar, o financiamento da FIF não deve prejudicar programas que estejam atendendo a outras necessidades urgentes de saúde pública. As contribuições dos países de alta renda devem ser feitas, além da assistência oficial de desenvolvimento existente, para garantir que a FIF não seja um apoio à caça ilegal. Por fim, como reconheceu a Declaração de Líderes de Roma do G20 [G20 Rome Leaders' Declaration](#), a FIF deve visar o acesso universal e a governança inclusiva para garantir que tenha legitimidade aos olhos dos países de baixa e média renda. Por exemplo, a inovação e a produção farmacêutica devem ser regidas de acordo com o princípio da inteligência coletiva, que exige o maior compartilhamento possível do conhecimento subjacente.

A FIF deve se afastar de uma estrutura desatualizada e injusta de doadores-beneficiários. A representação dentro da estrutura formal de governança da FIF deve ser distribuída igualmente entre países de alta, média e baixa renda. Deve haver também um núcleo de instituições de implementação globais e regionais, como os Centros de Controle de Doenças da OMS e da África, bem como a representação por especialistas independentes de toda a sociedade. Para evitar disputas burocráticas entre os órgãos de governança globais, a FIF deve ser hospedada pelo Banco Mundial, com a OMS desempenhando um papel de liderança no desenvolvimento e execução de estratégias. Ao mesmo tempo, ambas as organizações devem reconhecer que a melhor maneira de construir conhecimento e capacidade é incentivar o maior envolvimento de todas as partes interessadas em parcerias totalmente transparentes.

A Presidência do G20 da Indonésia deste ano deve garantir que a FIF se concretize. Mas, em primeiro lugar, aqueles que se reúnem este mês para as reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional devem concordar com o financiamento e a arquitetura, garantindo que o FIF atenda às quatro condições acima descritas. Se a pandemia COVID-19 nos mostrou alguma coisa, é que precisamos de uma mudança radical de direção. Um fundo de PPR

bem desenhado e totalmente financiado é um passo crucial no caminho para alcançar a missão da OMS de Saúde para Todos.

3. FSM e FSMSSS – Cidade do México, 01 a 06 de maio de 2022

[Foro Social Mundial 2022 México – Otro mundo es posible \(wsf2022.org\)](https://www.wsf2022.org/)

[Início | Fórum Social Mundial da Saúde e Seguridade Social \(fsmsss.org\)](https://www.fsmsss.org/)

[Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social - Início | Facebook](#)

Nos sites acima poderão fazer suas inscrições e ter acesso à programação geral do FSM e em particular do FSMSSS, a qual está preliminarmente disposta baixo.

Proposta preliminar geral de atividades do WSFSSS para a semana de 02 a 05 de maio de 2022, no âmbito do WSF México. Buscamos dar sentido aos debates para as agendas de lutas: 1. no México – para movimentar a presença de organizações nacionais; 2. Na América Latina e no Caribe – articular as questões de forma híbrida (presencial e virtual), com a intenção de buscar alianças para os processos de transformação presentes na agenda de movimentos e governos da Região; 3. Que eles projetem o debate virtual com outras realidades nos outros continentes.

Dois eixos de debates serão organizados em torno: Saúde/ Seguridade Social – Proteções Sociais O Direito ao Desenvolvimento e suas consequências para o âmbito da justiça social e da justiça ambiental. Apontamos as seguintes possibilidades de atividades:

Eixo 1 Saúde / Seguridade Social – Proteções Sociais 1.1. Painéis e Oficinas sobre as formas de participação e apropriação da sociedade civil dos processos de transformação dos sistemas de saúde e proteções sociais – sistemas integrados de atenção, baseados em direitos humanos e ambientais: DIA 3 DE MAIO.

Atividade 1.1.1 no México

Atividade 1.1.2. nos países que têm processos de transformação manifesta: Chile, Bolívia, Peru, Venezuela (debate sobre a Lei do Sistema Nacional de Saúde e Seguridade Social), Honduras... países onde há processos políticos de oportunidade para maior impacto político... procurando formas de colaborar entre movimentos e advocacia sobre governos. Os países que têm em seu horizonte transformações no quadro dos processos eleitorais em 2022 – Brasil e Colômbia. (Materialidades de direitos e sua transparência para a cidadania – tempos de acesso e qualidade dos desfechos em saúde).

Atividade 1.1.3. apresentação e convite para participar do Observatório de Conflitos Socioambientais como ferramenta para informar e gerar agendas nacionais e internacionais comuns.

Atividade 1.2. Painel e Workshop sobre uma proposta de arquitetura de participação social no novo sistema nacional de saúde mexicano, a partir de um intercâmbio com a experiência do Brasil (aproveitando a presença física do Presidente do Conselho Nacional de Saúde do Brasil no Fórum).

1.3. Possíveis tópicos geradores identificados e sujeitos ao diálogo neste momento:

DIAS 4 E 5 DE MAIO

Atividade 1.3.1 A saúde dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho, como parte essencial das garantias do direito ao trabalho e ao emprego e sua inserção nos sistemas integrais de saúde

e seguridade social – da atenção, no contexto da transformação do sistema de saúde e trabalho no México e depois na região latino-americana e caribenha.

Atividade 1.3.2 Equidade de gênero como elemento articulador dos sistemas integrais de saúde e seguridade social – do cuidado, no contexto da transformação desses sistemas no México e depois na região latino-americana e caribenha.

Atividade 1.3.3 Água e Saneamento como direitos humanos e bens públicos fundamentais para a concretização o direito à saúde e proteções sociais. Bloqueie privatizações e água na Bolsa de Valores.

Atividade 1.3.4 Alimentos, sementes como direitos humanos e bens públicos fundamentais para materializar o direito à saúde e proteções sociais. Alternativas ecológicas como forma de combater a insegurança alimentar e nutricional.

Atividade 1.3.5 O fortalecimento da Medicina Forense como parte dos sistemas públicos de saúde e como garantias de investigação independente no contexto de desaparecimentos forçados e identificação e punição dos responsáveis pela violência.

Atividade 1.3.6. Sobre a Economia Política dos Sistemas Universais de Saúde – Produção e Distribuição de Riqueza, Justiça Tributária e Fiscal, Saúde como Uma Frente de Expansão Econômica.

Eixo 2. O Direito ao Desenvolvimento e suas consequências para a conquista da justiça social e da justiça ambiental.

2 de maio. 2.1 Painel e workshop para a promoção do conhecimento sobre o Direito ao Desenvolvimento como um motor de todos os direitos humanos e como um exercício de soberania e autodeterminação de nações e povos, inclusive para definir qual desenvolvimento é desejável. Promover a participação das sociedades na adoção de um Tratado de Direito ao Desenvolvimento agora em debate quase final no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Contaremos com a presença do membro do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento, Bonny Ibhawoh.

2.2 Oficina sobre formas de incorporar o Direito ao Desenvolvimento como marco para uma economia política de direitos e o escopo da materialidade dos sistemas de saúde, proteções sociais e cuidado. Para uma nova ordem política e econômica internacional. Os diálogos de Bonny com movimentos sociais, agências nacionais unidas, governo do México e parlamentares serão desenvolvidos como insumos para o estudo sobre "A sinergia política do Direito ao Desenvolvimento, proteções sociais na luta contra as desigualdades", quando também promoverá o conhecimento sobre os dois primeiros estudos do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento, que tratava do "Direito ao Desenvolvimento e ao escopo dos ODS" e "Racismo como barreira ao Direito ao Desenvolvimento".

4. Movimento de Saúde dos Povos (MSP) lança sexta edição do Global Health Watch (GHW6)

Como um relatório definitivo para um discurso alternativo sobre saúde, a GHW tornou-se referência para ativistas da saúde, sociedade civil e sistemas universitários.

Entramos no terceiro ano da pior pandemia em um século. A miséria e a devastação causadas nos últimos dois anos abalaram a maioria de nós, embora o vírus não seja o único culpado. A ganância das empresas farmacêuticas, a privatização dos sistemas de saúde, o enfraquecimento da governança global, a guerra e os conflitos e as deficiências dos sistemas

públicos de saúde têm contribuído para o sofrimento da população. GhW6 examina essas questões através de uma lente político-econômica, mostrando as conexões entre os determinantes sociais, econômicos, políticos, comerciais e ambientais da saúde e a estrutura das relações globais de poder. As narrativas de resistência e ativismo dos movimentos sociais estão espalhadas por todo o livro e distinguem-no de outros escritos neste campo.

O livro foi coproduzido pela PHM, Medact, Third World Network, Health Poverty Action, Medico International, ALAMES, Viva Salud e Sama. Juntamente com Medicus Mundi e Médicos do Mundo, convidamos você para a apresentação do livro e da mesa redonda que contará com palestrantes que participaram da formação desse esforço.

Lançamento do Livro - Global Health Watch 6: In the shadow of the pandemic. Data: 27 de abril de 2022. Hora: 6.30 PM CEST / 4.30 PM UTC. Zoom ID: 810 3071 5128; Código de acesso: 494687 Tradução em Inglês, Espanhol, Árabe e Francês. **Painelistas:** Román Vega, Coordenador Global de PHM, Colômbia; Manuel Espinel, Professor de Sociologia, Universidad Complutense de Madrid, Espanha; Ronald Labonte, Professor da Escola de Epidemiologia e Saúde de Pública da Universidade de Ottawa e coeditor do GHW6, Canadá; Sulakshana Nandi, Pesquisadora Sanitária e Coordenadora do Círculo de Sistemas de Saúde do PHM, Índia; Susana Barria, Movimiento por la Salud de los Pueblos (PHM); Amulya Nidhi, Coorganizador nacional do PHM Índia; Anne-Emanuelle Birn, Professora de Estudos de Desenvolvimento Global, Universidade de Toronto e PHM Canadá

[Global Health watch 6: In the Shadow of the Pandemic](#)

5. A Internacional Progressista apresenta... A Cúpula do Fim do Mundo! 12 a 15 de maio de 2022. <https://mailchi.mp/progressive.international/invitation-5853420?e=502b2f5ac5>

“O fim do mundo já está aqui, só que é distribuído de forma desigual. A imagem do apocalipse – bombas e ataques, derramamentos de petróleo e incêndios florestais, doenças e contágios – já é uma realidade para as pessoas ao redor do planeta. A periferia é o futuro, não o passado. Foi-nos dito que os países mais desenvolvidos dão aos menos desenvolvidos uma imagem do seu futuro. Mas a periferia está na vanguarda da história, onde as crises do capital atingem mais forte, as consequências do colapso climático vêm mais rápido, e o chamado para resistir a eles soa mais alto.

A Cúpula é um local de construção. Convocamos a segunda Cúpula da Internacional Progressista para fazer um balanço deste mundo moribundo, e construir o novo que irá substituí-lo, repleto de vida, unidos pelo amor, impulsionados pela soberania popular.

Então junte-se a nós na Cúpula do Fim do Mundo!! “

Em solidariedade, **Secretariado da Internacional Progressista.**

6. 16 a 20 de maio de 2022 - Realidades das pessoas, determinantes da saúde, governança democrática: Conectar pontos fora das portas da Assembleia Mundial da Saúde. Série de debates públicos organizados pelo G2H2 na semana anterior à abertura da 75ª Assembleia Mundial da Saúde. 16 a 20 de maio de 2022 <https://g2h2.org/posts/may2022/>

Convidamos os membros do Geneva Global Health Hub – G2H2 para apresentar propostas para um debate sobre políticas públicas como parte de uma série de webinars do G2H2 na semana anterior à próxima 75ª Assembleia Mundial de Saúde. De acordo com os regulamentos ainda não confirmados para o WHA75, o tamanho das delegações dos Estados-

membros e entidades em relações oficiais com a OMS que poderão comparecer à Assembleia Mundial de Saúde no Palais des Nations em Genebra será estritamente limitado. Todos os que não puderem entrar no Palas des Nations serão solicitados a comparecer à WHA e contribuir para suas deliberações via plataforma online (Zoom). Essa configuração embaraçosa da WHA é explicada pela Secretária da OMS com questões de capacitação no local da WHA (reforma atrasada do Palais), e encontrou seu caminho para o título de nossa série de debates políticos: "Realidades das pessoas, determinantes da saúde, governança democrática: Conectar pontos dentro e fora das portas da Assembleia Mundial da Saúde". É aqui que a maioria de nós estará... A configuração "híbrida" da Assembleia Mundial da Saúde também implica que apenas alguns de nós viajarão para Genebra para atividades relacionadas à WHA (lado). Portanto, a série de debates políticos do G2H2 à frente da Assembleia Mundial da Saúde ocorrerá novamente apenas online, como webinars do Zoom. Tempos melhores ainda por vir...

Um primeiro anúncio da série de debates políticos será publicado aqui no início de maio. O anúncio também será compartilhado através da lista de discussão "G2H2-members", do [G2H2 Mailchimp feed](#), and [Twitter](#)

Contato para perguntas: Thomas Schwarz, secretariado do G2H2, info@g2h2.org

7. Afastando-se da nossa síndrome de Estocolmo? Sociedade civil no limite de sua sagacidade em um "estado de exceção". Rascunho de nota conceitual para o workshop do G2H2 em Genebra, verão de 2022. **Nicoletta Dentico.**

O espaço teatral da sociedade civil em governança global e nacional. As Nações Unidas, a maioria de suas agências especializadas, e alguns Estados-membros reconhecem explicitamente o papel crítico que a sociedade civil desempenha no fornecimento de informações para o desenvolvimento de políticas em todos os níveis de governança, incluindo o intergovernamental. Então, por que as agências multilaterais estão sistematicamente exilando organizações da sociedade civil, especialmente aquelas que trabalham em questões de saúde pública, enquanto a retórica oficial exige processos inclusivos? Quem, ou que cabala lançou organizações da sociedade civil no papel do coro pseudo-grego enquanto os protagonistas em cena reencenam tragédias ainda mais evitáveis?

O enigma da representação. A pandemia COVID19 sobrecarregou e securitizou o arrepio em direção ao *multistakeholderismo* na governança global orquestrada pelo setor privado em suas expressões corporativas e filantrópicas. Este movimento mudou significativamente o já precário equilíbrio de poder dentro dos Estados-membros e, por extensão, a interação diplomática a nível intergovernamental, levantando questões de representação e legitimidade das próprias agências das Nações Unidas.

Representação é uma função da composição do grupo que vai decidir. "Definição de composição, de constituição do espaço de decisão [...] está entre as mais fundamentais porque estabelece o quadro — as inclusões e exclusões — dentro das quais as questões são decididas" . As relações de poder dentro e entre os círculos eleitorais determinam a legitimidade das decisões – elas devem ser autorizadas, comandando o respeito e a obediência das populações afetadas. Teoricamente, as populações afetadas que os Estados-membros das organizações intergovernamentais representam são seus cidadãos, enquanto os direitos corporativos e filantrópicos orientados à acumulação de riqueza representam seus conselhos e acionistas. É papel da sociedade civil representar as populações excluídas e marginalizadas que são existencialmente frágeis e geralmente não incorporadas nos processos de decisão. Idealmente, deve haver polifonia e igualdade de voz entre os três grupos mencionados.

Instituições como a ONU e suas agências derivam sua autoridade legítima de processos genuinamente inclusivos de consulta de todas as populações afetadas para garantir que suas decisões sejam baseadas nas melhores informações e evidências possíveis. Uma vez que não se pode supor que todas as delegações dos Estados-membros representem suas populações excluídas, os regulamentos da ONU preveem a participação significativa de organizações da sociedade civil global devidamente constituídas e movimentos sociais para complementar os déficits de informação. Privar sistematicamente as organizações da sociedade civil - CSOs da capacidade de voz e de engajamento significativo degrada a qualidade das informações necessárias para a formulação de políticas e enfraquece a própria legitimidade das organizações das Nações Unidas. Essa tendência, como vimos nos últimos anos, representa uma séria ameaça ao multilateralismo e cria condições para a desconfiança e a formulação de políticas tendenciosas.

A captura regulatória pelo setor privado mantém agora os Estados-membros e por extensão organizações intergovernamentais, reféns de atores transnacionais que ocupam os espaços de decisão uma vez concedidos aos membros das organizações da sociedade civil - CSOs que representam populações excluídas. Aparentemente indiferentes à sua legitimidade comprometida, os Estados-membros e as secretarias ignoram regularmente as petições de CSOs devidamente estruturados e preferem compartilhar a governança com representantes de interesses privados que entram e existem através do mecanismo de "portas giratórias" lubrificadas, como se por direito e não captura. Tais portas giratórias comprometem e reduzem o acesso dos Estados-Membros às informações necessárias para uma tomada de decisão eficaz e legítima. Essa mesma abordagem, instalada no nível nacional de tomada de decisão, com poucas exceções, determinou uma dinâmica asfixiante entre as instituições formais e as expressões organizadas da sociedade que trabalham para o interesse público.

Nesta encarnação mutante da ONU, as redes de cidadãos transnacionais que defendem os direitos das populações excluídas, a justiça econômica e o meio ambiente natural estão ou seguindo a agenda financiada pelo mesmo setor privado, e, em última análise, cooptaram a ilusão de governança legítima, ou conseguindo o financiamento, apenas para serem ignorados e excluídos se seu espírito crítico insistir na responsabilidade do governo e na responsabilização das elites corporativas que os governos e as agências multilaterais devem regular no interesse de suas populações.

Essa relação de poder assimétrico chegou ao beco sem saída do que o filósofo político Giorgio Agamben, seguindo Carl Schmidt, chamou de "estado de exceção". Isso significa que os representantes da sociedade civil desses círculos eleitorais enfraquecidos estão nos chifres de um dilema. Eles podem sair do estágio de governança e recusar-se a cooperar como reféns ou tokens obedientes, arriscando a irrelevância naquela arena e abandonando-a para captura regulatória; ou Fique ao lado do palco para desempenhar o papel de um refrão grego cuja voz presciente drones como facilmente ignorados narrativa de fundo legitimando a diplomacia recitativa sem saída.

As CSOs representam populações sem fundos para comprar um assento na mesa dos oficialmente constituídos eleitores ou decisores (como estados-membros e conselhos de acionistas). Por definição, esse déficit de representatividade exclui-os do regime multistakeholder reinante da ONU e suas organizações. Como Urbinati e Warren observam, "o oposto da representação não é a participação. O oposto da representação é a exclusão". Sua exclusão enfraquece e deslegitima a "esfera pública", o espaço dinâmico das sinapses entre o indivíduo, o mercado, o Estado - incluindo organizações multilaterais como a ONU a nível global.

A questão é, nesta fase crítica: como desafiar essa esfera de governança cada vez mais ilegítima? Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil devem insistir nos espaços limitados disponíveis por meio da participação ou devem elaborar estratégias de não cooperação?

Proposta para um workshop de CSOs em maio de 2022. Na esteira dos webinars temáticos organizados por seus membros durante a pandemia, o G2H2 pretende preparar o cenário para o enfrentamento desse dilema, no que chamamos de exercício de verdade: uma oportunidade a portas fechadas para uma reflexão contínua das CSO sobre a crescente privação de voz política, o encolhimento do espaço da CSO, e déficits de legitimidade caracterizando o sistema das Nações Unidas, e as CSOs também. Além do domínio global da saúde, as discussões sobre o engajamento da CSO devem abordar o espectro dos direitos humanos e planetários, e os cenários para a mudança que queremos produzir. As conversas devem tentar capturar as restrições na área global da saúde em termos de suas semelhanças, diferenças e desafios específicos. Os tópicos incluirão saúde global, alimentos, meio ambiente, finanças, comércio e desenvolvimento, área de criação de tratados. As discussões também devem abordar as relações das CSOs com seus próprios círculos constituintes /eleitores.

Os palestrantes especialistas começarão compartilhando diagnósticos experiential e teoricamente informados do status de participação global da CSO em agências da ONU, através dos conceitos de agência, legitimidade e representação, para descrever o impacto e a falta nos diversos cenários de governança. As apresentações definirão o cenário para uma discussão mais ampla com as populações afetadas que estabelecerá um quadro para estratégias mais eficazes daqui para frente. Os participantes do workshop devem estar preparados para discutir e definir os elementos de táticas mais ousadas no contexto atual, onde o silenciamento da voz política tornou-se a norma.

Usaremos uma lente histórica/teórica para diagnosticar os déficits para aumentar as possibilidades de participação da CSO na governança global da saúde e estabelecer um novo curso de resistência construtiva às narrativas de emergência e segurança que representam um exemplo do estado de exceção. Os participantes do workshop considerarão as implicações do "direito de resistência" ao estado sequestrado — e, por extensão, as coleções intergovernamentais dos Estados — um direito que Agamben afirma estar operando dentro de um estado de exceção - e que deve assumir a forma de ações coesas na esfera pública, em vez de cooptação agressiva passiva de CSOs pela esfera privada ou silêncio mal-humorado em face da marginalização das agências da ONU.

O workshop envolverá no máximo 25 a 30 pessoas, incluindo especialistas que podem ser convidados a se alimentar da discussão, e deve se estender por dois dias.”

G-77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC



Ao longo dos últimos anos, o UNOSSC, juntamente com os Estados Membros, agências da ONU e outros parceiros de desenvolvimento, produziram, em conjunto, a publicação “Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável”, destacando iniciativas que contribuem para o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, ao mesmo tempo, ilustrando os princípios centrais de uma cooperação Sul-Sul e

triangular eficaz.

Esta série de publicações têm sido muito bem recebida pelos Estados Membros como um exercício que poderia ser usado para apoiar os países em desenvolvimento a compartilhar conhecimentos e se conectar uns com os outros para enfrentar desafios de desenvolvimento semelhantes. O primeiro volume foi lançado em 2016, o segundo em 2018 e o terceiro em 2020.

Com base neste feedback e em resposta ao Documento Final BAPA+40 de 2019, o UNOSSC em colaboração com seus parceiros desenvolverá o quarto volume desta publicação.

O Documento Final do BAPA+40 reconheceu a importância do compartilhamento de conhecimento, experiências e boas práticas, particularmente soluções internas de cooperação Sul-Sul e triangular na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e convidou o UNOSSC a apoiar os Estados Membros no mapeamento e compartilhamento de boas práticas e experiências do Sul para abordar a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o próximo volume deverá, mais uma vez, ressaltar as boas práticas do Sul que sejam relevantes para a implementação dos ODS. O objetivo é demonstrar como a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular podem apoiar os países a superar desafios compartilhados e acelerar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é beneficiar os países em desenvolvimento que buscam ampliar as iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular.

Este quarto volume será lançado no Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, em 12 de setembro de 2022, durante o *Global South-South Development Expo* (GSSD Expo) 2022, cujo tema será: “Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”.

Submissões abertas até 23 de maio de 2022. [Para saber mais.](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁶⁰, Nairóbi (UNEP)⁶¹, Paris (UNESCO)⁶², Roma (FAO/IFAD)⁶³, Viena (UNIDO)⁶⁴ e Washington ((G-24)⁶⁵.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 28 de março e 08 de abril de 2022, o G-77 e a China participaram de três reuniões da Assembleia Geral da ONU.

New York – 04 de abril de 2022

Declaração feita pela terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, Sra. Aleena Majid, em nome do G-77 e da China durante as consultas informais para o rascunho da declaração ministerial do HLPF do ECOSOC.

Vale lembrar que a criação do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) foi decidida em 2012 pelo documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), "O Futuro que Queremos". O formato e os aspectos organizacionais do Fórum estão descritos na [resolução 67/290](#) da Assembleia Geral da ONU.

O Fórum se reúne anualmente sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) durante oito dias, incluindo um segmento ministerial de três dias e de quatro em

⁶⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁶¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

quatro anos os Chefes de Estado e de Governo sob os auspícios da UNGA, reúnem-se por dois dias.

O HLPF é a principal plataforma da ONU sobre desenvolvimento sustentável e tem um papel central no acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS em nível global. As resoluções [70/299](#) e [75/290 B](#) da AGNU fornecem mais orientações sobre o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 e dos ODS.

Sendo esta, uma reunião de alto nível, a AGNU reúne-se previamente com os representantes dos Estados Membros para discutir pontos importantes que devam ser reforçados na Declaração Ministerial final.

Neste sentido, esta reunião do dia 04 de abril serviu a este propósito, discutir o rascunho zero da futura declaração e assim o G-77 e a China organizaram suas observações em duas partes, a primeira sobre a estrutura do documento e a segunda sobre o conteúdo, mas enviaram também propostas detalhadas para o rascunho zero que serão compartilhadas posteriormente.

E primeiro lugar, o G-77 e a China gostariam de ver a inclusão de uma seção separada para "Outras questões prioritárias", para destacar questões que não são abordadas em outros lugares.

Em relação ao conteúdo do documento, o primeiro comentário foi em relação a linguagem, que deve ser a mesma das Declarações Ministeriais do HLPF anteriores e que devem ser usadas como base para a Declaração Ministerial do HLPF de 2022, assim como as terminologias de documentos da ONU acordados multilateralmente, como a Agenda 2030, o Acordo de Paris sob a UNFCCC e a Agenda de Ação de Adis Abeba. E lembraram da natureza integrada, indivisível e universal da Agenda 2030 que torna essencial que estejam todos atentos a todas as metas.

Na Seção I, destacaram os seguintes elementos adicionais a serem incluídos:

- 1) A erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, está no centro da Agenda 2030.
- 2) Medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais que sejam incompatíveis com os princípios do direito internacional e a carta das Nações Unidas são contrárias ao cumprimento do espírito da agenda 2030 de não deixar "ninguém para trás".
- 3) A reiteração e reafirmação de que a implementação e o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 devem incluir e abordar as graves dificuldades enfrentadas pelos países e povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira e esforçar-se para remover os obstáculos à plena realização do seu direito à autodeterminação e ao direito ao desenvolvimento, que prejudicam seu desenvolvimento econômico e social.
- 4) A reafirmação, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados.
- 5) Reiterar a necessidade de continuar a respeitar os princípios básicos do sistema multilateral de comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), que é universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo.

Na Seção II, o Grupo nota com apreço a referência ao atendimento das necessidades dos países em situações especiais, como os países menos desenvolvidos, países em

desenvolvimento sem litoral e pequenos estados insulares em desenvolvimento, países africanos e os desafios específicos dos países de renda média e aguarda com expectativa propostas concretas a este respeito.

Importante também enfatizar, a necessidade de considerar os desafios enfrentados por países em conflito e pós-conflito, além de países e pessoas sob ocupação estrangeira. Desta forma, é necessário incluir os seguintes elementos na Seção-II:

- 1) A necessidade de acesso oportuno e equitativo a vacinas, medicamentos e diagnósticos para a Covid-19 que sejam seguros, de qualidade e eficazes para todos, incluindo o fortalecimento das capacidades produtivas globais, locais e regionais por meio da promoção da transferência de tecnologia e conhecimento.
- 2) Fortalecimento dos sistemas de saúde e infraestrutura de saúde pública para salvar vidas, meios de subsistência e reforçar a recuperação econômica global.
- 3) Garantir a estabilidade das cadeias globais de fornecimento de matérias-primas e fluxo de comércio irrestrito.
- 4) Acesso universal à cobertura de saúde e proteção social.

Também enfatizaram a necessidade de simplificar ainda mais a seção II para evitar repetições e sobreposições de alguns problemas entre a Seção II e a Seção III.

Com relação à Seção III, reiteraram que o foco deve estar na identificação de lacunas, desafios e soluções em um parágrafo para cada ODS em análise.

Com relação à Seção IV no caminho a seguir, enfatizaram a necessidade de ações concretas para abordar a lacuna de financiamento dos ODS, incluindo:

- 1) Cumprimento da meta de 0,7% ODA.
- 2) Cumprimento do compromisso dos países desenvolvidos de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para financiamento climático.
- 3) Melhorar os compromissos para financiamento climático anual a partir da meta de US\$ 100 bilhões no novo Objetivo Quantificado Coletivo sobre Financiamento Climático até 2024, levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.
- 4) Redirecionamento das reservas especiais (SDRs) do FMI⁶⁶ não utilizados de pelo menos US\$ 250 bilhões por países com fortes posições externas para os países em desenvolvimento que necessitem.
- 5) Fortalecimento da arquitetura financeira internacional para a sustentabilidade da dívida de longo prazo.
- 6) Ampliação do financiamento público e privado, bem como da cooperação internacional, para catalisar investimentos em infraestrutura de qualidade e resiliente que ajudarão a alcançar a Agenda 2030.

⁶⁶ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

Por fim, destacaram outras questões prioritárias que acreditam devam ser incluídas na Declaração Ministerial:

- 1) Combate às Mudanças Climáticas alinhadas com os princípios de equidade e CBDR-RC⁶⁷ e responsabilidades históricas.
- 2) A relevância de garantir inclusão, dignidade e segurança para migrantes e refugiados, particularmente durante crises como a pandemia de Covid-19.
- 3) Eliminar a lacuna digital ao mesmo tempo que aborda questões estruturais.
- 4) Redução do risco de desastres.
- 5) Promover investimentos em infraestrutura sustentável, resiliente e de qualidade.
- 6) Garantir o acesso à energia acessível, confiável e sustentável para todos.
- 7) Combate a fluxos financeiros ilícitos e recuperação e devolução de bens roubados.
- 8) Promover a diversificação econômica em países em desenvolvimento dependentes de commodities de acordo com suas prioridades e circunstâncias nacionais.
- 9) Turismo sustentável e reforço das medidas de resposta e recuperação do setor do turismo no contexto Covid-19.
- 10) Disponibilidade e Gestão Sustentável de água e Saneamento para todos.

Muitos destes pontos, já foram abordados em outras declarações do grupo.

New York – 19 de abril de 2022

Declaração feita pelo Sr. Umer Younis, terceiro secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante as consultas intergovernamentais sobre o projeto de Declaração Política sobre a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas de 2022

Agradecemos o projeto revisado de declaração política sobre a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas de 2022 que será realizada em Lisboa de 27 de junho a 1 de julho de 2022, no entanto verificamos que várias propostas importantes que foram anteriormente compartilhadas não foram incorporadas, e alguns elementos-chave ainda permanecem ausentes.

Destacamos aqui, sumariamente nossas propostas:

- 1) Sugerimos acrescentar um parágrafo factual e conciso sobre as "Convenções do Rio" para demonstrar uma interligação entre as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade em terra e oceano.
- 2) Apoiamos fortemente a inclusão das metas 14.2, 14.4 e 14.5 (ODS – 14). Acreditamos que esta declaração política, uma vez adotada, será lida e compreendida fora dos limites do sistema das Nações Unidas. Portanto, a clareza sobre questões tão importantes não pode ser dada como certa durante a redação do texto.

⁶⁷ Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas e Respectivas Capacidades (CBDR-RC)

3) Sobre as alterações climáticas, entendemos que se deve referir claramente ao “princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respetivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais”, que é de fundamental importância.

Sugerimos também que o tema possa ser dividido em dois parágrafos separados. A primeira parte deve observar as preocupações e desafios. A segunda parte, poderia formar um novo parágrafo que falasse das ações que precisam ser tomadas. Sugerimos incluir a redação do Parágrafo 15 do Pacto de Glasgow. Os meios de implementação são os principais facilitadores para lidar com o efeito adverso das mudanças climáticas, inclusive no oceano, especialmente para os países em desenvolvimento vulneráveis ao clima, desta forma o G-77 e a China propõem uma linguagem dedicada sobre os meios de implementação e perdas e danos no Pacto de Glasgow a ser incluído no projeto.

O Grupo gostaria de propor a inclusão de "plásticos de uso único", o que exacerbou o problema do lixo plástico marinho e dos micro plásticos no oceano e reitera que a terminologia "mais verde e mais azul" não é uma linguagem acordada multilateralmente e várias delegações dentro de nosso Grupo não têm o mesmo entendimento desses termos. Portanto, sugerimos, mais uma vez, usar a linguagem "uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente".

O Grupo reitera o apoio ao avanço do importante processo das áreas fora da jurisdição nacional (Acordo BBNJ) com vista à adoção deste instrumento o mais rapidamente possível em conformidade com o mandato da Conferência intergovernamental (IGC) na [resolução 72/249](#) da AGNU.

Além disso, o Grupo acredita que se deve fazer referência às contribuições potenciais do resultado do acordo BBNJ para apoiar o ODS 14, que atualmente não é mencionado.

Washington – 19 de abril de 2022

Declaração feita pelo Sr Munir Akram, Embaixador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na 107ª Reunião de Ministros e Governadores do grupo dos 24 sobre o tema “Rumo a uma recuperação sustentável e inclusiva”

O Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro sobre Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) coordena a posição dos países em desenvolvimento sobre questões monetárias e de desenvolvimento nas deliberações e decisões das Instituições de Bretton Woods (BWI). Em particular, o G-24 concentra-se em questões das agendas do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento (DC), bem como em outros fóruns internacionais relevantes.

Assim, esta declaração do G-77 e a China destacaram:

É oportuno que as instituições financeiras internacionais se concentrem na recuperação sustentável e inclusiva: da Pandemia do Covid-19; da biodiversidade; da poluição e das crises climáticas e dos retrocessos sofridos no cumprimento da agenda 2030.

É universalmente reconhecido que os países em desenvolvimento sofreram desproporcionalmente com cada uma dessas crises e que necessitam de apoio internacional, em particular apoio financeiro, para enfrentar este triplo desafio.

Os países desenvolvidos injetaram cerca de US\$ 17 trilhões para estimular suas economias. Os países em desenvolvimento estão lutando para mobilizar os estimados US\$ 4,3 trilhões que seriam necessários para a recuperação da pandemia do Covid-19. O financiamento

adicional mobilizado para os países em desenvolvimento, é de cerca de US\$ 100 bilhões até agora. A assistência oficial ao desenvolvimento (ODA)⁶⁸ não autorizou este financiamento e o alívio da dívida foi limitado, os compromissos de financiamento climático de US\$ 100 bilhões não foram cumpridos e os US\$ 650 bilhões em reservas especiais (SDRs) do FMI proporcionaram alívio limitado.

A recuperação econômica global sustentável não será possível se a maioria da população mundial for deixada para trás e um primeiro passo para a recuperação sustentável é garantir a vacinação universal e a distribuição de medicamentos emergentes para recuperação do Covid-19. A desigualdade deve acabar.

Em segundo lugar, a mobilização de financiamento adequado será fundamental para uma recuperação global sustentável e inclusiva. Para isso, o Grupo propõe:

- (i) Mobilização de maior assistência concessional aos países em desenvolvimento, especialmente aqueles que requerem espaço fiscal e liquidez para salvar vidas e meios de subsistência e estabilizar economias;
- (ii) Avaliar a suspensão da dívida e considerar a sua extensão, bem como ações antecipadas para aliviar os encargos insustentáveis da dívida;
- (iii) A realocação voluntária de pelo menos US\$ 250 bilhões das reservas especiais (SDRs) recém-criadas pelos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento;
- (iv) Empréstimos maiores dos Bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB)⁶⁹, se necessário por meio de sua recapitalização;
- (v) Redução dos custos de empréstimos no mercado como os propostos pela Comissão Econômica da África para o Mecanismo de Liquidez e Sustentabilidade (LSF);
- (vi) Primeiro cumprimento pelos países desenvolvidos de seu compromisso de fornecer US\$ 100 bilhões em financiamento climático anual até 2025 e a continuação das negociações para acordar com uma nova meta quantificada de financiamento climático coletivo a partir de um piso de US\$ 100 bilhões por ano, visando um melhor equilíbrio entre mitigação e adaptação;
- (vii) Acesso dos países em desenvolvimento ao capital privado para projetos de desenvolvimento sustentável.

Terceiro, é vital que a recuperação promova uma economia global sustentável, em particular por meio do investimento em infraestrutura sustentável, de qualidade e resiliente, que também criará empregos decentes e reduzirá a pobreza.

Para tanto, os Bancos multilaterais de desenvolvimento, a ONU e suas agências e outros atores relevantes do desenvolvimento devem permitir que os países em desenvolvimento

⁶⁸ A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) é definida como a ajuda governamental que promove e visa especificamente o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) adotou a ODA como o “padrão ouro” da ajuda externa em 1969 e continua sendo a principal fonte de financiamento da ajuda ao desenvolvimento. Os dados da ODA são coletados, verificados e disponibilizados publicamente pela OCDE.

⁶⁹ O banco multilateral de desenvolvimento (MDB) é uma instituição financeira internacional organizada por dois ou mais países com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico de países mais pobres. Os bancos multilaterais de desenvolvimento consistem de membros de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

preparem projetos viáveis e sustentáveis, que possam ter acesso a financiamento público e privado.

New York – 22 de abril de março de 2022

Declaração feita pelo Sr. Umer Younis, terceiro secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o diálogo interativo da Assembleia Geral sobre harmonia com a natureza em comemoração do Dia Internacional da Mãe Terra

O grupo lembrou que temos apenas um planeta que é a casa de todos, conhecida como "Mãe Terra". Se a tendência atual de perda de biodiversidade e degradação ambiental continuar, colocaremos seriamente em risco nossa existência neste planeta.

A pandemia do Covid-19 ressaltou a importância da relação entre as pessoas e o resto da natureza e nos lembra das profundas consequências da degradação do ecossistema em nosso bem-estar e sobrevivência. Está cientificamente comprovado que a perda da diversidade biológica representaria uma séria ameaça à nossa sociedade, nossa cultura, nossa prosperidade e nosso planeta. Devemos, portanto, tomar ações transformadoras para combater as causas profundas da perda de biodiversidade e das mudanças climáticas para salvar a nós mesmos e aos sistemas vivos dos quais todos dependemos.

As políticas e medidas de recuperação da pandemia e seus impactos devem incluir ações de restauração de ecossistemas. Só assim podemos construir um mundo pós-Covid-19 mais sustentável e resiliente.

Ao longo da última década, surgiram várias ações de desenvolvimento na economia ecológica e no direito centrado na terra ligando a saúde do planeta ao bem-estar humano. Essas ações ganharam visibilidade e impulso por causa da pandemia do Covid-19.

Para isso, o Grupo destaca os seguintes princípios e elementos que devem ser levados em consideração para viver em harmonia com a natureza:

Em primeiro lugar, o Grupo enfatiza a importância de ter novas métricas holísticas para complementar o produto interno bruto como medida do progresso do desenvolvimento. Isso pode ser feito com base em iniciativas existentes, como o trabalho em andamento na criação do MVI⁷⁰, para incorporar as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento na tomada de decisões financeiras, incluindo planejamento, política e finanças.

Em segundo lugar, o Grupo também acredita que é necessária uma transformação do sistema financeiro para atingir as metas de desenvolvimento sustentável até 2030.

Em terceiro lugar, também enfatizamos que, devido às suas responsabilidades históricas, os países desenvolvidos devem assumir a liderança por meio de ações ambiciosas e compromisso para garantir uma rápida recuperação global, progresso e prosperidade, sem deixar ninguém para trás.

Quarto, o apoio aos países em desenvolvimento deve ser reforçado por meio de cooperação adequada, provisão de recursos financeiros e não financeiros, fortalecimento do

⁷⁰ [Índice de Vulnerabilidade Multidimensional do PNUD](#)

conhecimento científico, transferência de tecnologia, capacitação e promoção de um sistema multilateral baseado em regras e não discriminatório. sistema de negociação.

E finalmente, insistimos que a comunidade internacional fortaleça seus esforços para combater a perda de biodiversidade, mudança climática e proteja os ecossistemas da Terra, com base nos "princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades"; e promova um estilo de vida ambientalmente consciente e sustentável.

O G-77 e a China reiteram seu apoio ao diálogo sobre harmonia com a natureza no futuro, reconhecendo a necessidade de mobilizar recursos financeiros, inclusive para o Fundo Voluntário, criado para esse fim e apelamos à implementação de abordagens holísticas e integradas para o desenvolvimento sustentável, a fim de alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, que guiem a humanidade a viver em harmonia com a natureza e restaurará a saúde e a integridade dos ecossistemas da Terra.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do MNA

Viena, março de 2022

Implementação do [Acordo de Não Proliferação de Armas Nucleares na República Árabe da Síria](#) durante o Conselho de Governadores. Capítulo de Viena do MNA

Depois de ouviu atentamente a Declaração de Abertura do Diretor-Geral, na qual ele, entre outros, informou os Estados Membros sobre a situação da Implementação do Acordo de não proliferação de armas nucleares na República Árabe da Síria, o MNA deseja recordar a posição adotada nas reuniões anteriores de Chefes de Estado e de Governo dos membros do MNA e reafirmada pela na última Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Baku, Azerbaijão, em outubro de 2019, que expressamente diz:

“Os Chefes de Estado e de Governo reafirmam sua posição quanto ao uso ou ameaça de uso da força contra a integridade territorial de qualquer Estado. Nesse sentido, condenam o ataque israelense contra uma instalação síria em 6 de setembro de 2007, que constitui uma

violação flagrante da Carta da ONU e aclamam a cooperação da Síria com a Agência Internacional de Energia Atômica” (IAEA).

Como já reconhecido no Relatório do Diretor-Geral ao Conselho em novembro de 2008, a IAEA foi severamente prejudicada no cumprimento de suas responsabilidades sob o acordo de não proliferação de armas nucleares na Síria pelo uso unilateral da força por Israel e por informações tardias sobre a situação de Dair Alzour.

O MNA congratula a determinação da Síria de continuar a cooperar com a IAEA, em particular, com a sua disponibilidade para cooperar plenamente com a Agência para resolver todas as questões pendentes relacionadas com Dair Alzour, em conformidade com os seus compromissos do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

O MNA salienta que, o acesso às informações, atividades e locais devem ser providenciados conforme o Acordo entre a Agência e a Síria.

Continuamos a incentivar a Síria e o Secretariado a continuar cooperando com o objetivo de resolver quaisquer questões remanescentes relacionadas a informações, atividades e locais que estejam de acordo com as disposições do acordo entre a Síria e a Agência Internacional de Energia Atômica.

O MNA reafirma que deve ser feita uma distinção clara entre as obrigações legais dos Estados-Membros e os seus compromissos voluntários, a fim de garantir que esses compromissos voluntários não se transformem em obrigações com garantias jurídicas

Enfatizamos que todos os Estados Membros devem evitar qualquer pressão ou interferência indevida nas atividades da Agência, especialmente em seu processo de verificação, o que colocaria em risco a eficiência e a credibilidade da IAEA. A esse respeito, o MNA apoia o apelo do Diretor-Geral a outros Estados, incluindo Israel, que possuam informações relevantes para a verificação da IAEA, para disponibilizar essas informações à Agência e autorizar a Agência a compartilhá-las com a Síria.

O MNA também pede a Israel que coopere totalmente com a Agência para o compartilhamento de informações abrangentes sobre a natureza dos materiais usados por Israel em seu ataque ao site Dair Alzour.

Paris, 5 de abril de 2022

Declaração feita pela Delegação permanente da República do Azerbaijão durante a 214ª Sessão da Diretoria Executiva da UNESCO. Capítulo UNESCO-Paris.

O MNA é um exemplo genuíno de cooperação multilateral e atua como iniciador de eventos de importância global, incluindo a resolução “Garantir o acesso equitativo, acessível, oportuno e universal de todos os países às vacinas em resposta à pandemia de doença de coronavírus (Covid-19)” adotada na 76ª sessão da Assembleia Geral da ONU, por iniciativa do Azerbaijão em nome do NAM e com o apoio de 179 países.

A NAM aprecia esforços da UNESCO para eliminar os impactos negativos do COVID-19 e as atividades da UNESCO e dos seus parceiros da Coalisção Global de Educação e congratula também a atenção dada à igualdade de gênero, através da Coalisção Global de Educação, em particular a campanha que foi implementada em vários países de África e Sudeste Asiático.

O MNA apela à UNESCO a continuar com suas prioridades globais na África e igualdade de gênero incluindo uma abordagem prioritária aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

O MNA condena todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia, medidas coercivas unilaterais e qualquer tipo de intolerância conexa, que constituem graves violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Os Estados Membros do MNA expressam sua mais profunda preocupação com o problema da não implementação das disposições da Convenção de 1970 sobre os meios de proibir e prevenir a importação, exportação e transferência ilícita de propriedade de bens culturais pelos Estados Membros da ONU e insistem junto ao Secretariado da UNESCO a juntar-se às vozes que denunciam vigorosamente esses crimes ilegais contra o patrimônio nacional e identidades dos Estados de acordo com as convenções, principalmente a Convenção da UNESCO de 1970 e as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

O MNA expressa sua preocupação com os desafios ainda existentes na educação para meninas em todo o mundo e lembra o compromisso da UNESCO com a educação de meninas e a conquista da igualdade de gênero por meio da educação.

O MNA pede à comunidade internacional que lembre Israel de suas obrigações sob o direito internacional, incluindo as convenções da UNESCO e reitera seu apelo para a realização da justiça e dos direitos inalienáveis, incluindo direitos educacionais e culturais, nos Territórios Árabes Ocupados, bem como as aspirações nacionais legítimas do povo palestino em seu Estado soberano e independente da Palestina, com Jerusalém Oriental como sua capital.

O MNA fortalecerá sua coordenação dentro da UNESCO e expandirá suas atividades em diferentes áreas de acordo com o mandato da Organização.

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaque do Centro Sul

O Centro Sul apoia esforços em defesa da sociedade civil sobre resistência antimicrobiana

A carga de resistência antimicrobiana (AMR) e da mortalidade associada a ela foi de 4,95 milhões de mortes em 2019 de acordo com um [estudo recente](#) publicado no The Lancet em 19 de janeiro de 2022. Assim sendo, as ações que visem aumentar o conhecimento sobre o impacto da AMR, particularmente no contexto local, são fundamentais.

As organizações da sociedade civil são atores críticos na mobilização de ações para enfrentar a AMR. O Centro Sul está empenhado em apoiar estes esforços nos países em desenvolvimento na concepção e lançamento de campanhas que antecedam a Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana (WAAW), um evento global lançado pela Organização Mundial da Saúde em 2015.

A WAAW visa aumentar a conscientização sobre a AMR e evitar a crescente disseminação de infecções resistentes a medicamentos. Em 2021, a Semana Mundial de

Conscientização Antimicrobiana foi realizada entre 18 a 24 de novembro, cujo tema foi “Espalhe a consciência, pare a resistência”.

O Centro Sul, com o apoio do Fundo Fleming, ofereceu pequenas doações a quatro organizações da sociedade civil. São elas: Roll Back Antimicrobial Resistance Initiative (RBA-Initiative), Tanzânia; Fundação Ducit Blue, Nigéria; IFARMA, Colômbia; e Jageswari Jubak Sangha (JJS), Índia.

Vale a pena [ler mais](#).

G7 e G20 reunidos, apesar da Rússia, enquanto OCDE contabiliza vacinas doadas

**Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar**

O G7 – Em busca do aumento do custo da guerra para a Rússia

Na última quinzena, o destaque vai para a declaração do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que a Guerra na Ucrânia retardará uma recuperação econômica global para todos. O Reino Unido terá o menor crescimento econômico dentre os países do G7 em 2023⁷¹. Segundo o FMI, a inflação de até 9% no final de 2022 somada às pressões sobre os preços dos alimentos e combustíveis trarão impacto no consumo das famílias inglesas, levando-as a cortarem gastos à medida que sua renda real diminui. Além disso, o aumento das taxas de juros e a redução de políticas governamentais de incentivos pode afastar também os investimentos empresariais.

De acordo com o diretor de pesquisa da organização, Pierre-Olivier Gourinchas, a guerra caracteriza que “o mundo sofreu mais uma vez um grande choque transformador”. Choque que, segundo Gourinchas, apaga os ganhos recentes de uma possível recuperação duradoura. A previsão do crescimento global diminui 1 ponto percentual da previsão antes da guerra, para o momento atual, se estabelecendo em 3,6% para esse ano. Previsão compartilhada com o Banco Mundial, que diminuiu a porcentagem do crescimento global de 4,1% para 3,2%. A Ucrânia enfrenta uma contração econômica de cerca de 35% este ano, enquanto a Rússia 8,5%.

A esteira da recuperação econômica, a invasão de um país grande produtor de alimentos por um dos maiores fornecedores de energia elevou os preços a um patamar que desestabiliza principalmente países mais pobres e dependentes da importação de trigo e milho. Ainda, os países que não dependem diretamente da Rússia e Ucrânia também estão sendo afetados pelo aumento da taxa de juros, resposta dos bancos centrais à inflação. Essa atingirá, segundo o FMI, as economias mais ricas numa taxa de 5,7% e os países em desenvolvimento numa taxa de 8,7%, este ano. No entanto. Há quem se beneficie, como os grandes exportadores de petróleo dentre os quais, a Arábia Saudita.

De forma mais profunda, a fragmentação econômica em blocos geopolíticos com padrões tecnológicos distintos, sistemas de pagamento transfronteiriços e moedas de reserva, de acordo com o FMI será um desafio persistente a um *framework* que tem regido as relações internacionais e econômicas nos últimos 75 anos.

No dia 20 de abril, uma declaração conjunta⁷² dos Ministros das Finanças do G7 reiterou a declaração do dia 7 de abril⁷³ de condenação à Rússia pela guerra que já se estende nesses dois meses. Os ministros, que se reuniram em Washington (ver imagem abaixo), paralelamente à reunião do FMI, lamentaram a participação da Rússia em fóruns multilaterais, como as reuniões do G20, do FMI e do Banco Mundial que ocorreram na mesma semana. Além disso, foi

71 UK set for slowest growth in G7 as Ukraine war hits global economy. *BBC News*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-61142906>>. Acesso em: 19/04/2022.

72 G7 Declaration. Disponível em: <https://www.g7germany.de/g7-en> e diretamente: https://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/Downloads/G7-G20/2022-04-20-g7-statement-on-ukraine.pdf?__blob=publicationFile&v=8. Acesso em: 22/04/2022.

73 Ver último informe número 06/2022. Disponível em: <[Cadernos Cris Fiocruz - Informe 06 - 2022 - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)>. Acesso em: 22/04/2022.

garantido o apoio financeiro e material de USD 24 bilhões à Ucrânia, para além dos USD 60 bilhões já disponibilizados de 2014 a 2021⁷⁴. Por fim, o G7 apelou para que a Rússia cumpra a ordem da Corte Internacional de Justiça e ponha imediatamente fim ao ataque militar contra a Ucrânia.

A estratégia do G7 é a de continuar aumentando o custo da Guerra para a Rússia, por meio do seu isolamento da economia global. Como resultado o grupo aponta que a economia russa deve contrair-se significativamente esse ano (8,5% como visto acima na previsão do FMI e BM), indicando o fechamento do mercado de ações russos por quase um mês, com perdas de um quarto do seu valor. O Grupo também segue monitorando os resultados das ações e procura minimizar impactos contra terceiros países. Os ministros reconhecem, no entanto, que os resultados econômicos da guerra, como o aumento de preços e insegurança alimentar, serão sentidos desproporcionalmente pelos países mais pobres.



Fonte: G7 Germany.⁷⁵

Finalmente, acontecerá um importante evento no âmbito da saúde no dia 27 de abril. Nesta data, como preparação para a reunião dos ministros da saúde do G7 que ocorrerá nos dias 19 e 20 de maio, em Berlim, o Ministro da Saúde alemão, Dr. Karl Lauterbach, convida grupos de engajamento do G7 para compartilharem seus pontos de vista sobre o programa da presidência alemã para saúde. Para se registrar no evento, basta acessar o seguinte link: [Registration | G7 Health Dialogue with Engagement Groups \(invitatio.com\)](https://www.g7.de/Health-Dialogue)

O Ministro da Saúde, Karl Lauterbach, liderará o processo de trabalho dos ministros da Saúde do G7 até 31 de dezembro de 2022, com essa reunião presencial marcada para os dias 19 e 20 de maio. A Alemanha está seguindo as seguintes prioridades de trabalho sob o chamado "G7 Health Track": Trabalhando juntos para superar a pandemia de coronavírus; Fortalecimento das capacidades para responder a novas pandemias; Combate à resistência a antibióticos; e Riscos à saúde devido às mudanças climáticas. Além dessas prioridades, os ministros também

⁷⁴ G7 finance ministers pledge more than \$24 bln to Ukraine. *Reuters*. <https://www.reuters.com/world/g7-finance-ministers-pledge-more-than-24-bln-ukraine-2022-04-20/>. Acesso em: 22/04/2022.

⁷⁵ <https://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/Standardartikel/Topics/world/G7-G20/G7-Presidency/2022-04-20-meeting-washington.html>

continuarão a perseguir itens da agenda anterior do G7. Isso inclui melhorar a gestão internacional de crises e o papel de coordenação da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁷⁶.

G20 – Reunião do G20 ocorreu, em meio a protestos dos membros contrários à participação russa.

No dia 20 de abril de 2022 ocorreu o segundo encontro oficial dos Ministros das Finanças e dos presidentes de Bancos Centrais do G20 sob a presidência da Indonésia, em Washington, Estados Unidos da América⁷⁷. Participaram do evento os membros do próprio G20, países convidados (incluído a presença da Ucrânia) e organizações internacionais e regionais. Além de dar continuidade às discussões feitas no primeiro encontro da presidência asiática, ocorrido em 17 e 18 de fevereiro em Jakarta⁷⁸, a reunião teve como enfoque discutir os desafios econômicos globais em busca de soluções. Os seguintes eixos temáticos foram abordados: 1) a economia global e os seus riscos; 2) questões globais de saúde; 3) arquitetura financeira internacional; e 4) finanças sustentáveis.

Figura 1: Imagem do Encontro com Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em Washington, EUA



Fonte: REUTERS, 2022⁷⁹.

A questão da guerra na Ucrânia, no entanto, recebeu destaque na agenda e expôs as cisões presentes no bloco em relação à presença da Rússia no G20. Muita expectativa foi criada para essa reunião, por ser a primeira a ocorrer após o início do conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado ainda em 24 de fevereiro⁸⁰ deste ano. E países como os Estados Unidos já ameaçavam um boicote aos encontros como forma de protesto⁸¹.

Figura 2: Imagem dos protestantes contrários à participação russa no evento

⁷⁶ <https://www.g7germany.de/g7-en/current-information/g7-meetings-health-ministers-2014872>

⁷⁷ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁷⁸ <https://g20.org/events/1st-finance-ministers-and-central-bank-governor-meeting/>

⁷⁹ <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/g20-agrees-set-up-global-pandemic-preparedness-fund-2022-04-21/>

⁸⁰ <https://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-invade-a-ucr%C3%A2nia/a-60893985>

⁸¹ <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/20/g20-delegates-to-stage-protests-against-russia-over-ukraine-war>



Fonte: Twitter, 2022⁸².

Apesar de todos os membros terem comparecido à reunião e do site oficial do G20 não ter noticiado a indisposição, houve uma mobilização por parte dos delegados do Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, que se retiraram quando a Rússia assumiu a palavra. Tal atitude segue de acordo com o posicionamento que esses países têm adotado em suas últimas declarações em prol de uma exclusão da Rússia no G20⁸³. Em contrapartida, o posicionamento brasileiro continua em apoio à permanência da Rússia no bloco, em consonância com China e Índia. Como ressaltado nesta semana pelo chanceler Carlos França durante coletiva de imprensa no Itamaraty: “é necessário manter os canais de comunicação abertos com a Rússia, uma vez que sua exclusão não ataca o verdadeiro problema, que é o conflito”⁸⁴.

Apesar das divergências, a Indonésia, como atual presidente do G20, manteve diálogos abertos para chegar a um consenso, ainda que referente a tais questões críticas. Dessa forma, os membros expressaram grande preocupação e compartilharam do entendimento de que o conflito tem prejudicado a recuperação econômica global e dificultado a superação de problemas já existentes como o endividamento público e altas taxas de inflação, sobretudo para os países de baixa renda⁸⁵.

Com destaque para o eixo de saúde global, foi reconhecida a necessidade de uma ação coletiva e coordenada para o controle de pandemias futuras em razão do potencial de gravidade que elas têm de afetar diversos eixos da economia - como o presenciado na Covid-19. Dessa forma, os membros do grupo entraram em consenso e, com base em uma avaliação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Banco Mundial que identifica uma lacuna de financiamento na área, comprometeram-se com a criação de um Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para a preparação, prevenção e enfrentamento de pandemias⁸⁶. É esperado que o desenvolvimento desse novo mecanismo financeiro global ocorra até o encontro dos

⁸² <https://twitter.com/cafreeland/status/1516821378288308225?s=20&t=6GaeHpE1fyf7wseliATDbQ>

⁸³ <https://www.aljazeera.com/news/2022/4/20/officials-walk-out-of-g20-meeting-over-russia-participation>

⁸⁴ <https://www.infomoney.com.br/mercados/brasil-defende-permanencia-da-russia-no-g20-pais-e-interferencia-da-omc-a-sancoes-a-fertilizantes-russos/>

⁸⁵ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁸⁶ <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/g20-agrees-set-up-global-pandemic-preparedness-fund-2022-04-21/>

Ministros da Saúde do G20, que acontecerá em junho⁸⁷. Outros detalhes, como o tamanho do capital ou o papel que o Banco Mundial desempenhará, são desconhecidos até o momento.

Já em relação às temáticas econômicas e financeiras, na agenda de economia global predominou a preocupação com pressões inflacionárias mais amplas e persistentes e uma subsequente redução da liquidez, decorrentes de políticas de aumento de juros. Para tanto, o G20 observou, então, a importância de cumprir com os compromissos discutidos no encontro de fevereiro sobre uma estratégia de saída bem calibrada, planejada e comunicada para apoiar a recuperação e reduzir potenciais repercussões negativas⁸⁸.

Sobre a arquitetura internacional financeira, os membros reafirmaram o compromisso de assistir países de baixa renda, especialmente os que se encontram sob o risco de sobreendividamento, para cumprir com a meta global de US \$100 bilhões de contribuições voluntárias para países necessitados. Algumas das iniciativas discutidas foram o estabelecimento do *Resilience and Sustainability Trust* (RST), o reconhecimento crucial do papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), assim como a reforma da governança do FMI por meio da 16ª Revisão Geral de Cotas até 15 de dezembro de 2023 e o progresso na implementação do Quadro Comum do G20 para o Tratamento de Dívidas⁸⁹.

Ademais, na agenda de finanças sustentáveis, os membros do G20 frisaram a relevância do financiamento sustentável para uma recuperação econômica verde, resiliente e inclusiva em concordância com o cumprimento da Agenda 2030. A implementação do Roteiro de Finanças Sustentáveis, que aparece como um dos principais objetivos da Presidência da Indonésia no G20, também ganhou centralidade. Tal roteiro inclui o desenvolvimento de uma estrutura voluntária e não vinculativa para o financiamento de uma transição energética justa e acessível⁹⁰.

Para além da reunião de finanças, outros acontecimentos que podemos ressaltar durante o período analisado são: o primeiro encontro de Seniors Officials Meeting (SOM) sobre cultura, educação e tecnologia⁹¹; o evento Pre Summit II do grupo de engajamento Y20⁹²; e os eventos paralelos pertinentes à área de economia criativa⁹³ e turismo⁹⁴.

Outro destaque é a reação negativa à decisão de eleger a cantora e pop star Maudy Ayunda como porta voz do G20 sob a presidência da Indonésia⁹⁵, diante do fato de ela não possuir experiência na área diplomática ou econômica

⁸⁷ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁸⁸ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁸⁹ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁹⁰ <https://g20.org/ministers-of-finance-and-governors-of-central-banks-of-g20-countries-work-together-on-solutions-on-the-current-global-economic-challenges/>

⁹¹ <https://g20.org/the-1st-senior-officials-meeting-g20-culture-minister-of-education-culture-research-and-technology-aims-for-sustainable-recovery-of-the-cultural-sector/>

⁹² <https://twitter.com/g20org/status/1517468556644200449?cxt=HHwWgsDRyZjnkI8qAAAA>

⁹³ <https://g20.org/motce-promotes-creative-economy-products-at-g20-side-events-launching/>

⁹⁴ Mais informações disponíveis em: <https://g20.org/side-events-calendar/>

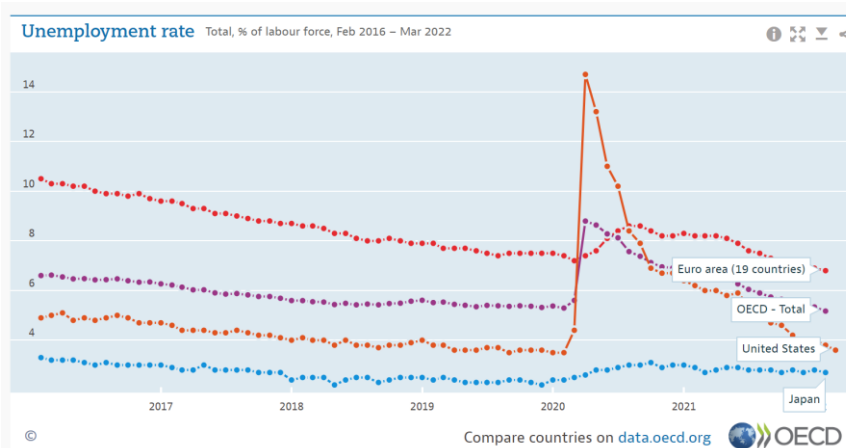
⁹⁵ https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-18/jokowi-criticized-for-naming-pop-star-to-g-20-role-in-youth-bid?cmpid=socialflow-twitter-business&utm_medium=social&utm_campaign=socialflow-organic&utm_source=twitter&utm_content=business

Por fim, destacamos a declaração de apoio da Índia à presidência indonésia do G20 e às prioridades definidas: "Gostaríamos de parabenizar a Indonésia por assumir a Presidência do G20. A Índia apoia plenamente as três prioridades gerais definidas da arquitetura global de saúde, transformação digital e transições energéticas sustentáveis sob o tema geral de Recuperar juntos, recuperar mais fortes", disse o embaixador indiano na Indonésia Manoj Kumar Bharti em entrevista especial à ANTARA na terça-feira (19/04)⁹⁶.

OCDE – Contabiliza doações de vacinas inflando dados da AOD

Após dois anos do início da pandemia de Covid-19, as taxas de desemprego entre países membros da OCDE caíram 5,2% em fevereiro de 2022. Essa taxa de desemprego é menor que aquela registrada em fevereiro de 2020 e, de acordo com o boletim da OCDE, é a menor taxa de desemprego registrada pela Organização, desde o início das séries em 2001.⁹⁷

Na zona do Euro, a queda mostrou-se ainda maior, de 6,8%, mostrando uma recuperação mais avançada. Esses números ainda não registram eventuais impactos da Guerra da Ucrânia, mas demonstram a recuperação dos países frente à Pandemia. As exceções a estas taxas de desemprego são países da América Latina, como Colômbia e México, apontando as dificuldades de países que recentemente ingressaram na Organização.⁹⁸



Em 12 abril também foi publicado um relatório parcial anunciando o aumento na concessão da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) em 2021, chegando a 179 bilhões de dólares, (aumento de 4,4% em comparação com 2020). O aumento inclui a contabilização de doação de vacinas excedentes de países desenvolvidos, que correspondem a 1,3% dos valores de Ajuda Oficial para o desenvolvimento. Mais que isso, o aumento dos valores absolutos mascara o fato de que o total da AOD representa 0,33% do PNB dos membros do DAC (contra 0,32% em 2020), muito aquém da meta de 0,7%⁹⁹.

A doação de excedentes de vacinas é bastante polêmica, conforme relatado em informe anterior. Em primeiro lugar, deve ser destacado o atraso em relação à doação de vacinas de

⁹⁶ Trad. nossa <https://g20.org/india-supports-indonesias-3-priority-issues-for-g20-presidency/>

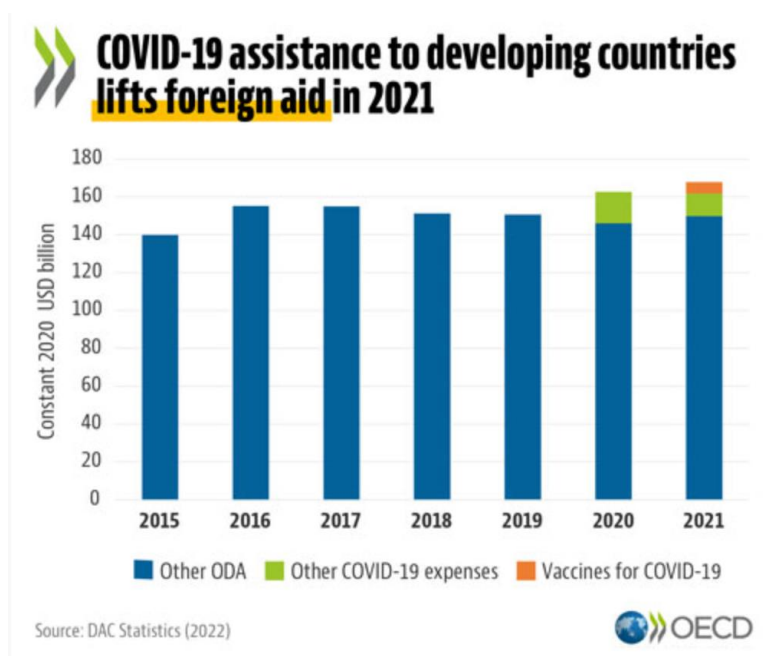
⁹⁷ <https://www.oecd.org/sdd/labour-stats/unemployment-rates-oecd-04-2022.pdf> , <acesso em 23 de abril de 2022>.

⁹⁸ <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-update-april-2022.htm> <acesso em 23 de abril de 2022>

⁹⁹ <https://www.theguardian.com/global-development/2022/apr/13/global-overseas-aid-climbs-to-all-time-high-oecd> <acesso em 23 de abril de 2022>

países desenvolvidos para países em desenvolvimento. Em segundo, muitas das vacinas doadas já se encontravam perto do fim de seu prazo de validade, de forma que muitas doses não chegaram a ser aplicadas por estarem expiradas até a chegada no país ou até a data da possível aplicação. Finalmente, em muitos países em desenvolvimento a falta de insumos básicos e infraestrutura, inclusive agulhas, foi um obstáculo para a vacinação ¹⁰⁰.

Ademais, há a acentuada desigualdade vacinal entre países ricos e em desenvolvimento, já que enquanto aqueles aplicam sua quarta dose, países com menos recursos ainda não conseguiram vacinar sequer metade de sua população com a primeira dose. Esta desigualdade foi reforçada pela corrida por vacinas. O nacionalismo sanitário vem sendo altamente criticado, de forma que os *guidelines* do DAC-OCDE para o registro da doação de vacinas como AOD foram recebidos com surpresa, gerando fortes críticas. A contabilização de vacinas excedentes ressalta a falta de apoio à COVAX, já que as doações de países desenvolvidos não foram suficientes para diminuir a desigualdade vacinal.



¹⁰⁰ <https://www.bond.org.uk/news/2021/11/vaccines-and-official-development-assistance-oda-what-dose-sharing-reveals-about-the>; <https://www.devex.com/news/we-will-always-get-the-leftovers-a-year-in-covid-19-vaccine-inequity-102240>;

Países do BRICS esclarecem posição comum sobre a questão da Ucrânia¹⁰¹

Claudia Hoirisch

Dias 12 a 13 de abril de 2022, o coordenador dos BRICS da China e vice-MRE Ma Zhaoxu presidiu a 2ª Reunião de Sherpas 2022, que contou com a presença dos coordenadores de outros países do BRICS.

Na ocasião, os países do BRICS disseram estar preocupados com a situação atual na Ucrânia; expressaram seu apoio ao multilateralismo, a adesão aos propósitos e princípios da Carta da ONU, e apoiam o diálogo contínuo e às conversações entre a Rússia e a Ucrânia para buscar uma solução abrangente para a questão da Ucrânia. Os países do BRICS expressaram preocupação com a situação humanitária dentro e ao redor da Ucrânia e apoiaram todos os esforços de assistência humanitária à Ucrânia, incluindo as contribuições das agências da ONU.

Os países do BRICS estão preocupados com os graves impactos das sanções unilaterais à recuperação econômica mundial, à estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos, à energia e à segurança alimentar, bem como à implementação da Agenda 2030 para o DS, e apelam para uma solução eficaz para as preocupações dos países em desenvolvimento em geral para garantir que suas economias e a subsistência das pessoas não sejam afetadas.

Rússia e Índia continuarão cooperando ativamente em projetos dos BRICS¹⁰²

A Rússia e a Índia continuarão realizando projetos conjuntos na esfera de C&T, tanto bilateralmente quanto no contexto dos BRICS; o programa de parceria dos dois países é determinado pelo Plano de Cooperação (CT&I) entre Rússia e Índia. De acordo com o plano, os países continuarão realizando pesquisas conjuntas em saúde pública e tecnologia médica.

A cooperação entre a Rússia e a Índia no âmbito dos BRICS visa incentivar pesquisas no campo da ciência dos materiais e da nanotecnologia. Para isso, os representantes dos países lideraram a fundação do BRICS Network Center. Em março deste ano, foi iniciada uma seleção para concessão de bolsas de pesquisa no âmbito do Programa-Quadro dos BRICS na área de ciência, tecnologia e inovação.

A seleção ocorre nos tópicos resistência a medicamentos antimicrobianos; inovação e empreendedorismo em metamateriais para solução de problemas nos campos da biomedicina.

Wang Yi: Chegou a hora da Ásia na governança global.

No decorrer deste ano, a China sediará a Cúpula dos BRICS, a Tailândia, a reunião de líderes econômicos da APEC (Cooperação Econômica Asia-Pacífico)¹⁰³ e a Indonésia, a cúpula do G20 demonstrando que chegou a hora da Ásia na governança global (GG). Na corrida pela GG, os países asiáticos estão ansiosos para ver os países emergentes e em desenvolvimento mudando de "seguidores" para "precursores" e até mesmo virarem "referência". Juntos, poderão desempenhar um papel mais ativo, ajudar a tornar a ordem internacional mais justa e equitativa, e promover uma globalização mais aberta, inclusiva, equilibrada e vantajosa para todos.

¹⁰¹ MRE da China

¹⁰² [Rússia e Índia continuarão cooperando ativamente em projetos dos BRICS \(https://infobrics.org\)](https://infobrics.org)

¹⁰³ O valor central da APEC é a promoção da integração econômica regional

Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastian Tobar e Miryam Minayo

Primeira Reunião da Conferência das Partes do Acordo de Escazú (COP1)^{104 105}

A primeira reunião da Conferência das Partes (COP 1) do Acordo Regional de Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe, conhecido como Acordo de Escazú, aconteceu entre os dias 20 e 22 de abril, na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. No total, mais de 780 delegados de países, organizações internacionais e regionais, painelistas e representantes da sociedade civil participaram presencialmente ou virtualmente nos três dias do encontro

A reunião, em que se analisou o avanço na implementação do Acordo e avançou em sua operacionalização, foi oficialmente aberta pelo Presidente do Chile, Gabriel Boric, em uma cerimônia que também contou com a participação de Epsy Campbell Barr, Vice-Presidente da Costa Rica; Cecilia Nicolini, Secretária de Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável e Inovação da Argentina; Andrea Sanhueza e Karetta Crooks-Charles, representantes eleitos do Público; e Mario Cimoli, Secretário Executivo Interino da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão que exerce a Secretaria do Convênio de Escazú.

Gabriel Boric, em seu discurso de abertura, lembrou que o “Acordo de Escazú nasceu como uma resposta às necessidades urgentes que a nossa região vive, que infelizmente se tornou a mais perigosa do mundo para os defensores do meio ambiente. E encarna os anseios profundos dos povos deste canto do Sul Global: anseiam por paz, anseiam por justiça, anseiam por uma ação decisiva diante da crise climática e da degradação do meio ambiente em que vivemos. Nos encontramos com o apelo dos Estados Partes e demais nações que estão em processo de ratificação ou adesão, para que promovam a ação conjunta e o multilateralismo para dar um novo impulso ao primeiro tratado ambiental da região, e assim avançar na proteção do meio ambiente, na inclusão social e no desenvolvimento econômico de todos os seus habitantes.” Em seguida, acrescentou “Ou nos salvamos juntos ou afundamos separadamente. Acredito que o Acordo de Escazú aponta justamente para a ideia de nos salvarmos juntos, de trabalharmos juntos. Estou interessado e reafirmo aqui que o Chile é um país profundamente latino-americano e nos orgulhamos disso e, portanto, com nossos irmãos latino-americanos, vamos trabalhar juntos para enfrentar a crise climática causada pela ação do homem, com critérios também de justiça climática.”

A Secretária de Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável e Inovação da Argentina, Cecilia Nicolini, indicou que o que está consagrado no Acordo sintetiza as ambições, prioridades e particularidades de nossa região. “Da Argentina entendemos Escazú como um compromisso com o multilateralismo. Um compromisso com a cooperação Sul-Sul para fortalecer nossas capacidades institucionais em meio a um contexto global de incertezas e desequilíbrios”.

Os representantes eleitos do Público, Andrea Sanhueza e Karetta Crooks-Charles, enfatizaram a importância do Acordo de Escazú como ferramenta estratégica que os Estados

¹⁰⁴ <https://www.cepal.org/es/comunicados/estados-parte-acuerdo-escazu-llaman-la-accion-conjunta-impulsar-primer-tratado-ambiental>

¹⁰⁵ <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-america-latina-caribe-reafirman-al-acuerdo-escazu-como-herramienta-fundamental>

implementarão para que os povos indígenas, o setor privado e os cidadãos em geral participem da decisão sobre qualquer questão ambiental e sua implementação. Eles também destacaram que o Acordo tem a capacidade de proteger o meio ambiente, proteger os defensores do meio ambiente e salvaguardar um meio ambiente saudável para nossas gerações presentes e futuras.

O Secretário Executivo Interino da CEPAL, Mario Cimoli, recordou que o Acordo de Escazú é o primeiro tratado regional vinculante sobre meio ambiente e inclui a primeira disposição mundial sobre defensores de direitos humanos em questões ambientais. Segundo ele, é um instrumento de transformação social e de aprofundamento da democracia.

Cimoli salientou que “em um momento em que o multilateralismo está sob uma tensão tão grande, onde não encontramos os fios para resolver muitos problemas sérios que temos, onde acontecem muitas coisas que não podemos controlar: guerra, morte, fome, em enfim, uma situação complexa, o fato da América Latina e o Caribe se encontrarem aqui discutindo um Acordo que tem base ambiental e dá direitos e cidadania, deve nos deixar muito orgulhosos”.

O primeiro dia da COP 1 continuou com um painel sobre as ações nacionais realizadas pelos 12 Estados Partes (Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Equador, Guiana, México, Nicarágua, Panamá, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e Uruguai) e outros países, e atividades desenvolvidas pela Secretaria da CEPAL. Da mesma forma, foi realizada uma sessão especial sobre a implementação efetiva do Acordo de Escazú e maior cooperação, na qual representantes de organizações internacionais e intergovernamentais explicaram a relevância do Acordo para a região.

Também foi eleito o Conselho de Administração do Acordo de Escazú, dentre os representantes dos países Partes presentes na reunião, que foi composto pelo Uruguai como presidente, Argentina e Santa Lúcia como vice-presidentes, e como membros por Antígua e Barbuda e México.

Durante os três dias da reunião, os países participantes também trataram sobre as regras de procedimento da COP, incluindo as modalidades de participação significativa do público (artigo 15.4a do Acordo); as provisões financeiras necessárias para a operação e implementação do tratado (artigo 15.4b); e as regras de composição e funcionamento do Comitê de Apoio à Implementação e Compliance (artigo 18.1). Além disso, cerca de 30 eventos paralelos virtuais oficiais foram realizados no âmbito da conferência.

O encontro terminou com a aprovação – pelos doze Estados partes – de uma Declaração Política na qual reafirmam o tratado como instrumento promotor do desenvolvimento sustentável e ferramenta fundamental de governança para o desenvolvimento de melhores políticas públicas na região, com vistas a garantir um ambiente saudável para as presentes e futuras gerações.

Na Declaração Política aprovada ao final do encontro, os delegados presentes reafirmam a importância da cooperação e do multilateralismo para avançar e aprofundar os esforços como região para alcançar o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. Da mesma forma, alertam que as estratégias de recuperação econômica e social das consequências da pandemia de COVID-19 e superação da crise ambiental devem considerar a sustentabilidade como um de seus elementos centrais, e devem ser orientadas por um objetivo de desenvolvimento mais inclusivo, aplicação de medidas de proteção ambiental e maior ação climática.

Eles também destacam o papel dos direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em questões ambientais e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como roteiros fundamentais para alcançar a recuperação transformadora e o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Finalmente, exortaram todos os países que assinaram o Acordo de Escazú e que ainda não o ratificaram a fazê-lo o mais rápido possível, e aquelas que não são signatárias a aderir o mais rápido possível.

Os delegados também aprovaram uma série de decisões sobre várias questões relacionadas ao funcionamento da COP, seu regulamento e o Comitê de Apoio à Aplicação e Cumprimento do Acordo, incluindo uma em que foi acordada a realização de uma reunião extraordinária em abril 2023 na Argentina. Enquanto isso, a segunda reunião ordinária da COP do Acordo de Escazú está prevista para abril de 2024.

O último dia da COP 1 do Acordo de Escazú incluiu um evento de alto nível por ocasião do primeiro aniversário da entrada em vigor do tratado e do Dia Internacional da Mãe Terra, ambos comemorados em 22 de abril, moderados por Mario Cimoli, do qual participaram autoridades de destaque, como Luis Vayas, Vice-Ministro das Relações Exteriores do Equador; Alicia Bárcena, ex-secretária executiva da CEPAL; Patricia Madrigal, ex-Vice-Ministra do Meio Ambiente da Costa Rica; Katta Alonso, porta-voz, Mulheres da Zona de Sacrifício do Chile; Laura Serna, jovem Campeã de Escazú da Colômbia; Nadino Calapucha, da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); María-Noel Vaeza, Diretora Regional para as Américas e Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU-Mulheres); Michelle Bachelet Jeria, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (rota virtual); e Inger Andersen, Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

O vice-ministro das Relações Exteriores do Equador, Luis Vayas, destacou que estamos em um momento fundamental para a humanidade em relação à proteção do meio ambiente. “A governança ambiental internacional deve se concentrar em gerar soluções oportunas, coerentes e participativas que, sem deixar ninguém para trás, nos permitam enfrentar de forma decisiva as crises ambientais que nos afligem”, disse.

Em seu discurso, a ex-secretária executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, destacou que este é um momento extraordinário e parabenizou os países que ratificaram o Acordo de Escazú e propôs que a COP1 fosse dedicada aos povos indígenas, os “guardiões silenciosos da Terra e da biodiversidade”. Segundo Bárcena, o Acordo de Escazú é exemplar por ser um exemplo palpável do compromisso da América Latina e do Caribe com o multilateralismo, mas um multilateralismo diferente, onde os acordos são construídos conjuntamente, governos e sociedade.

Após o evento de alto nível, Mario Cimoli e Jan Jarab, Representante Regional do ACNUDH para a América do Sul – com a presença virtual de Michelle Bachelet – assinaram um acordo de colaboração entre a CEPAL e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), através do qual ambas as instituições se comprometem a promover uma abordagem de direitos humanos na implementação efetiva do Acordo de Escazú, baseando sua cooperação nos quatro pilares do Acordo: acesso à informação, participação, justiça e proteção dos defensores de direitos humanos em questões ambientais.

Todos os documentos referentes ao Acorde de Escazú e à COP1 podem ser encontrados no endereço eletrônico a seguir: <https://acuerdodeescazu.cepal.org/cop1/es/documentos> .

SEGIB: Relatório “Global Latam. Series de Inversión Extranjera” – América Latina posicionada como um ativo para potenciais países receptores de investimentos¹⁰⁶

Durante a apresentação do relatório IV Global Report LATAM 2021¹⁰⁷, liderado pelo [ICEX – Invest in Spain](#) com a colaboração da SEGIG, o Secretário-Geral Ibero-americano, Andrés Allamand, afirmou que após a queda sofrida pela pandemia, confirma-se que a América Latina se posiciona como protagonista ativa e atraente para os potenciais países receptores de investimentos. Nossa obrigação hoje é continuar trabalhando para enfrentar os desafios do cenário global e incentivar investimentos de e para a América Latina.

Com esta quarta edição, a iniciativa Global Latam consolida uma referência quando se trata de analisar a internacionalização de empresas latino-americanas, um ângulo pouco explorado do IDE regional. Em seu discurso, a CEO do ICEX Espanha, María Peña destacou a importância do documento por ser “único que realiza um acompanhamento exaustivo e regular desta importante realidade econômica”, o que ajuda o ICEX a poder “desenhar e implementar iniciativas que nos permitam continuar melhorando a posição da Espanha como destino de capitais latino-americanos”.

Após a análise macroeconômica da região em 2021, o documento convida a um otimismo cauteloso, dado o crescimento da economia regional em 6,3%, impulsionado pelo avanço da vacinação, a melhora do consumo e do investimento - após o fim dos lockdowns e fechamentos de negócios - e preços de commodities. “O ano passado apresentou indicadores promissores na América Latina. Entre eles está a recuperação dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)”, recolhe o estudo – que também alerta para a atual incerteza e contexto complexo determinado pela guerra na Ucrânia.

O estudo indica que o volume de investimento latino-americano na Espanha se recuperou em 2021, com um investimento de 1.044 milhões, após a queda vivida devido à pandemia. Além disso, em termos de projetos greenfield recebidos da região, foi alcançado o maior número da série histórica. A Espanha consolida-se assim como o segundo destino mundial dos investimentos latino-americanos fora da região, atrás apenas dos Estados Unidos, e é a primeira porta de entrada do capital latino-americano no mercado europeu.

Segundo o documento, “o maior apetite pela expansão internacional se refletiu na triplicação do volume total de investimentos das empresas latino-americanas no exterior para 57.043 milhões de dólares, com alcance transversal em países e setores econômicos. Este fenômeno de internacionalização, que já ultrapassa o stock de 771.000 milhões de dólares, é um exemplo de um tecido empresarial altamente capitalizado, competitivo e ambicioso, determinado a escalar as empresas para as transformar em importantes players regionais e globais”.

O relatório deste ano também apresentou, pela primeira vez, um Barômetro para o qual um grande e representativo grupo de empresas latino-americanas foi consultado sobre o

¹⁰⁶ <https://www.segib.org/andres-allamand-latinoamerica-se-posiciona-como-un-activo-para-potenciales-paises-receptores-de-inversion/>

¹⁰⁷ <https://www.segib.org/wp-content/uploads/Global-LATAM-2021.pdf>

impacto da pandemia em sua situação econômica, suas perspectivas de investimento internacional e os obstáculos e desafios que enfrentam face à internacionalização.

ORAS-CONHU: XXXIV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da Área Andina¹⁰⁸

A Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) realizou a XXXIV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA) com o objetivo de abordar temas importantes que permitirão a consolidação dos esforços conjuntos das organizações de saúde e viabilizar projetos regionais.

A sessão virtual, realizada em 22 de abril, foi inaugurada pela Ministra de Saúde Pública do Equador, Ximena Garzón-Villalba, na qualidade de presidente pro tempore da XXXIX REMSAA. A Ministra recordou que a Organização desempenha um papel fundamental no processo de integração dos povos andinos, por meio da coordenação e apoio dos esforços dos Estados membros, individual ou coletivamente.

Igualmente, Ximena Garzón-Villalba referiu-se ao trabalho dos Comitês Andinos, com propostas de planos e projetos que são contribuições valiosas para o desenvolvimento social e o fortalecimento dos sistemas de saúde. Por fim, destacou a importância de continuar trabalhando em conjunto para conter e mitigar a pandemia, continuando a unir forças em ações essenciais de saúde, como promoção e prevenção; e atendimento prioritário aos mais vulneráveis.

Por sua vez, a Secretária Executiva do ORAS-CONHU, Dra. María del Carmen Calle Dávila, destacou a resposta, apoio e confiança das autoridades sanitárias para que a organização sub-regional continue avançando na consecução dos objetivos para enfrentar os desafios da pandemia, proteger a saúde dos migrantes na zona de fronteira, antecipar a cobertura vacinal contra a Covid-19 na zona andina, entre outros.

Entre as importantes resoluções assinadas está a formação do Comitê Andino de Imunização e o estabelecimento da Semana Andina de Vacinação Fronteiriça, uma iniciativa pioneira em nível regional, que contribuirá para que os países alcancem todos os cantos de seus territórios, unindo esforços e otimizar recursos.

Os Ministros resolveram preparar um plano de ação para iniciar negociações de preços e posterior compra conjunta de medicamentos de acordo com as necessidades dos países, imbuídos pela preocupação global com a questão da aquisição de vacinas e outros medicamentos.

Além disso, foi aprovada a Política Andina de Enfrentamento à Pandemia de Sobrepeso e Obesidade, uma valiosa contribuição andina ao mundo que ajudará a formular e estabelecer diretrizes que orientem e fortaleçam planos, projetos e ações baseados em evidências para reduzir, controlar e prevenir obesidade. a prevalência de sobrepeso e obesidade nos países da sub-região andina, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Dentro das resoluções administrativas, os Ministros andinos aprovaram o Plano Operacional e Orçamento Anual 2022, bem como relatórios gerenciais e relatórios financeiros do ORAS-CONHU.

¹⁰⁸

<https://www.orasconhu.org/es/ministros-de-salud-del-area-andina-priorizan-vacunacion-en-fronteras-negociacion-conjunta-para>

Participaram deste importante encontro a Ministra do Poder Popular para a Saúde da Venezuela, advogada Magaly Gutiérrez Viña; que estava acompanhado por Rosalba Lo Bue Antico, Diretora do Escritório de Relações Internacionais, Julio Colmenares Amanda Álvarez; e em nome do Ministério da Saúde e Esportes da Bolívia, Nila Heredia, assessora do Escritório Ministerial, e o chefe da Área de Relações Internacionais, David Ismael Mamani Calderón.

Da mesma forma, estiveram presentes o Ministro da Saúde do Chile, José Luis Durán, do Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais; e em nome do Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia estiveram, Juan Carlos Bernal, Assessor do Gabinete Ministerial e Chefe de Cooperação Internacional e Relações Internacionais; a vice-diretora de Saúde Nutricional, Alimentos e Bebidas, Elisa Cadena; e os assessores de Cooperação, José Noriega e María Alejandra Medina.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO (OEA)

Conselho Permanente aprova resolução para suspender a Rússia como observadora permanente da OEA

No dia 21 de abril, o Conselho Permanente aprovou a resolução “Suspensão da condição de Observador Permanente da Federação Russa da Organização dos Estados Americanos”, com 25 votos a favor, 0 contra, 8 abstenções e 1 ausente (Nicarágua).

Nicarágua expulsa a OEA de Manágua e OEA se manifesta oficialmente

Em 24 de abril, o Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua anunciou a decisão de retirar-se de todos os mecanismos relacionados à Organização dos Estados Americanos e fechar seu escritório em território nicaraguense.¹⁰⁹

A nota com o anúncio da decisão destaca que a Nicarágua não apenas não terá presença na OEA: como “esta organização infame, conseqüentemente, não terá escritórios em nosso país. Sua sede local foi fechada.” Em carta lida através de uma transmissão oficial, o Chanceler Denis Moncada disse que “a partir desta data” a Nicarágua deixa de fazer parte “de todos os mecanismos enganosos desta monstruosidade, chame-o de Conselho Permanente, chame-o de comissões, chame-o de reuniões, chame-o de Cúpula das Américas”.

Há cerca de um mês o ex-embaixador Arturo McFields tomou o microfone em uma sessão da OEA e acusou o Presidente Daniel Ortega de ter estabelecido uma ditadura na Nicarágua. Em sua queixa pública, McFields acusou o governo de ter assassinado mais de 300 pessoas durante os protestos de 2018, que levaram à pior crise política da história recente da Nicarágua, e disse que não poderia continuar representando um regime que mantém mais de 170 “presos políticos” na cadeia.¹¹⁰

A OEA se manifestou duramente diante do anúncio da decisão do governo da Nicarágua alegando que as autoridades nicaraguenses ocuparam ilegalmente os escritórios da Organização dos Estados Americanos, em Manágua. Seguiu afirmando que isso representa uma violação das normas internacionais mais básicas. A Nicarágua é membro fundador da OEA.

¹⁰⁹ <https://elcomercio.pe/mundo/centroamerica/nicaragua-expulsa-a-la-oea-de-managua-y-se-retira-anticipadamente-del-organismo-daniel-ortega-denis-moncada-noticia/>

¹¹⁰ <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2022-04-25/el-gobierno-de-nicaragua-expulsa-a-la-oea>

Embora tenha denunciado sua Carta, esta denúncia só entrará em vigor no final do ano de 2023, desde que até então este país tenha cumprido todas as obrigações que o Sistema Interamericano impõe a todos os seus membros, em o respeito e cumprimento de seus fins e propósitos. Até então, a Nicarágua é membro de pleno direito da Organização e deve cumprir todos os seus compromissos. O artigo 33 da Carta da OEA garante a imunidade de suas atividades nos países membros.

Exigimos que o governo da Nicarágua respeite as obrigações que atualmente regem seu relacionamento com a OEA e com todas as organizações internacionais das quais a Nicarágua faz parte.

Seus escritórios, arquivos e documentos gozam da mais absoluta inviolabilidade. Sua violação pelas autoridades nicaraguenses as torna internacionalmente responsáveis por suas consequências.¹¹¹

¹¹¹ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-023/22

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva,
Tomé Cá e Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

Divulgação do relatório sobre “Igualdade de Género, Empoderamento da Mulher e HIV”

As raparigas e mulheres africanas suportam uma carga global desproporcionada de doença da pandemia do HIV/AIDS. As mulheres representam mais de metade das pessoas que vivem com o HIV (63%) e 60% das novas infeções entre adultos (15 anos ou mais) em África. As mulheres jovens são desproporcionalmente sobrecarregadas, representando mais do dobro do número de pessoas que vivem com HIV (1,9m contra 0,85m) e mais de 70% das novas infeções pelo HIV na sua faixa etária. Isto traduz-se em mais de 4.600 novas infeções pelo HIV por semana entre raparigas adolescentes e mulheres jovens em África. As raparigas adolescentes e as mulheres jovens têm mais do dobro da probabilidade de adquirir o HIV do que os seus pares masculinos. As doenças relacionadas com a AIDS continuam a ser uma das principais causas de morte de mulheres em idade reprodutiva (com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos) em África.

O HIV entre raparigas e mulheres africanas é afetado por múltiplas desigualdades de género que se cruzam aos níveis individual, sociocultural, económico e sistémico. As desigualdades de género, incluindo a violência baseada no género e praticada pelo parceiro íntimo, exacerbam a vulnerabilidade fisiológica das mulheres e raparigas ao HIV, e bloqueiam o seu acesso aos serviços, testes, tratamento e cuidados. Embora o HIV seja impulsionado pela desigualdade de género, ele também deixa as mulheres mais vulneráveis ao seu impacto.

O desequilíbrio de poder entre homens e mulheres significa que muitas mulheres jovens não podem tomar decisões sobre a sua saúde. As referidas desigualdades são mais graves para as mulheres marginalizadas, migrantes e portadoras de deficiência devido ao seu elevado risco de discriminação e violência. Algumas das desigualdades de género que impulsionam a epidemia de HIV são: a violência baseada no género, incluindo o casamento infantil e a mutilação genital feminina, desigualdades no poder e na tomada de decisões, falta de autonomia económica das mulheres, falta de acesso das raparigas à educação, fatores legais e políticos tais como quadros legais discriminatórios, estigma e discriminação, crise humanitária e a Covid-19 como fator transversal.

Este documento de política vem num momento significativo a nível global e continental. O ano 2020 assinala um momento de viragem para o Calendário de Igualdade de Género da União Africana (UA). É o 10º aniversário e o fim da primeira Década da Mulher Africana (DMA) sobre a Abordagem de Base para a Igualdade de Género e o Empoderamento da Mulher 2010-2020. Assinala também as celebrações do 20º aniversário da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 e o 25º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing/Pequim. O ano 2020 assinala também o início da década de ação decisiva dos ODS. Também assinala os primeiros 5 anos desde que a UA adoptou o Quadro Catalisador para acabar com a AIDS, tuberculose e eliminar a malária até 2030, a fim de acompanhar os progressos no sentido de acabar com o HIV/AIDS até 2030.

Este relatório tem como objetivo, primeiro, dar uma perspectiva de como o género e outras desigualdades cruzadas afetam o risco e a vulnerabilidade ao HIV para as mulheres e

raparigas em África. Em segundo lugar, a revisão deve fornecer recomendações-chave à União Africana e aos parceiros sobre a integração da igualdade de género, do empoderamento da mulher e de SSRDR na arquitetura existente da União Africana, através de processos estratégicos, de planeamento, orçamentação e implementação para abordar as barreiras e desafios relacionados com o género na resposta ao HIV. Em terceiro lugar, fornecer evidências que possam servir como uma ferramenta de advocacia para os decisores políticos, órgãos da União Africana, financiadores, sociedade civil e organizações comunitárias na concepção de programas nacionais e continentais.

Como metodologia, uma abordagem com base na igualdade de género, SSRDR (Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Reprodutivos) e direitos humanos foi usada para rever os instrumentos, políticas e quadros da União Africana para identificar lacunas e avançar no sentido de assegurar que a resposta ao HIV em África é transformadora em termos de género e aborda as necessidades múltiplas, cruzadas e variáveis das mulheres e raparigas. Os dados foram recolhidos de fontes secundárias através da análise de documentos realizada por dois consultores internacionais que trabalham sob a orientação da União Africana - Diretoria da Mulher, Género e Juventude da União Africana (WGYD, sigla em inglês), ONUSIDA e ONU Mulheres – de acordo com os princípios do respeito e da proteção dos direitos humanos das mulheres e raparigas - através de uma abordagem baseada em evidências¹¹².

Visita de representantes da Agência para o Desenvolvimento e Cooperação da Suíça

Como parte do apoio do Governo da Suíça à União Africana na implementação do Programa Conjunto UA-ILO-IOM-ECA sobre Governança da Migração Laboral para o Desenvolvimento e Integração em África (JLMP, *Joint Program on Labour Migration Governance for Development and Integration in Africa*), três altos funcionários da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação visitaram a União Africana para discutir a implementação das recentemente lançadas Ações Catalisadoras do Programa Conjunto UA/ILO/IOM/UNECA sobre Governança da Migração Laboral para o Desenvolvimento e Integração em África (JLMP Action).

A “Ação JLMP” complementa as ações prioritárias financiadas pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA, *Swedish International Development Cooperation Agency*) do Programa Conjunto de Migração do Trabalho (2019-2022) e o seu sucessivo projeto que está a ser negociado. O projeto abrange duas Comunidades Económicas Regionais (REC, *Regional Economic Communities*), nomeadamente a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS, *Economic Community of Central African States*) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA, *Common Market for Eastern and Southern Africa*) e cinco Estados-Membros, nomeadamente os Camarões, a Costa do Marfim, a Etiópia, o Malawi e Marrocos. O projeto teve início a 1 de julho de 2021 e decorrerá até 31 de dezembro de 2024.

Durante a reunião, os parceiros JLMP, nomeadamente a AUC, a OIM, a OIT e a GIZ da Alemanha, relataram as realizações iniciais até à data e fizeram um brainstorming sobre formas de melhorar a implementação para obter resultados mais impactantes para os beneficiários. O Chefe do Departamento do Trabalho, Emprego e Migração da União Africana considerou que o projeto produziu orientações políticas e documentos muito importantes para orientar a

¹¹²https://au.int/sites/default/files/documents/41625-doc-AU_GENDER_EQUALITY_WOMENS_EMPOWERMENT_AND_HIV_IN_AFRICA_FULL_REPORT_PORTUGUES_E_FINAL.pdf

governança da migração laboral no continente e estes foram bem recebidos pelos Estados-membros.

Dado o âmbito do projeto, as agências de implementação também discutiram estratégias de coordenação e sinergia de intervenções para assegurar o alinhamento com o Quadro Estratégico do JLMP e outros quadros políticos da União Africana.

A Chefe Adjunta do programa de migração e desenvolvimento da Agência Suíça afirmou que por uma questão de coerência, se deve promover uma abordagem *one-JLMP* no que diz respeito à governança, pessoal, avaliação e relatórios como contributos de diferentes projetos.

Os participantes também discutiram as conclusões da Análise de Género do projeto e exploraram mecanismos para assegurar a resposta de género, incluindo a amplificação das vozes dos homens e mulheres migrantes que são os beneficiários finais do projeto. O projeto irá também desenvolver atividades de capacitação para o pessoal e agências beneficiárias, de acordo com o Plano de Ação de Género¹¹³.

A União Africana anuncia o fundo de apoio à África do Sul

Após inundações devastadoras que assolaram a província de Kwazulu-Natal, a União Africana anunciou uma doação de 150.000 dólares americanos em apoio aos esforços do Governo da África do Sul, tendo o responsável da UA reafirmado o apoio inabalável e a solidariedade com o povo e o Governo sul-africanos durante este período difícil¹¹⁴.

A União Africana congratula-se com o apoio da União Europeia

O Presidente da Comissão da União Africana, congratulou-se com a decisão do Conselho da União Europeia em estabelecer uma Medida de Assistência (*Assistance Measure*) ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (EPF, *European Peace Facility*) em apoio à União Africana, no valor de 600 milhões de euros, para o período 2022-2024. O Presidente elogia o apoio da União Europeia, para os próximos 3 anos, como uma demonstração do compromisso de construir uma parceria mais forte com a União Africana, em conformidade com a Declaração Conjunta da 6ª Cúpula UA-UE, realizada em Bruxelas, em fevereiro de 2022. Além disso, o Presidente sublinhou a importância de um sistema regional e multilateral de cooperação para o fortalecimento das operações de apoio à paz lideradas pela União Africana com vista à construção e consolidação da paz no continente.

Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)

A NEPAD reuniu *think tanks* e organizações de pesquisa africanos para moldar o futuro dos sistemas de desenvolvimento. Uma reunião do Grupo Técnico Consultivo (TAG, *The Technical Advisory Group*), realizada no final de março sob os auspícios do *Policy Brief Tank* da NEPAD, teve como objetivo explorar tomada de decisões orientada pelo conhecimento elaboração de políticas, planeamento de cenários e soluções inovadoras para tratar de questões de desenvolvimento pertinentes nas áreas dos sistemas alimentares, sistemas de saúde, bem como recuperação económica e emprego. Nas palavras do CEO da NEPAD, o *Policy Brief Tank* serve como uma fonte crucial de desenvolvimento de inteligência continental sobre

¹¹³ https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41725-pr-PR-AU_receives_delegates_from_Swiss_Agency_for_Development_and_Cooperation_SDC.pdf

¹¹⁴ https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41729-pr-english_1.pdf

preocupações de desenvolvimento para acelerar o processo de integração regional em direção à África que se quer. A NEPAD estabeleceu o *Policy Bridge Tank* como uma das suas

iniciativas destinadas a envolver os *think tanks* africanos para identificar e tratar desafios regionais do continente através de políticas informadas pelo conhecimento. O seu principal objetivo é ajudar a traduzir os resultados de pesquisa e associar o conhecimento à tomada de decisões e construir uma África forte e interligada baseada na ciência, pesquisa e política espacial (*policy space*).

A fundadora e Diretora Executiva da Organização de Pesquisa Política sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (STIPRO, *Science, Technology and Innovation Policy Research Organization*), uma das áreas-chave prioritárias do foco do *Policy Bridge Tank*, sublinhou que em Ciência, Tecnologia e Inovação há muito pouca pesquisa sobre políticas, sendo necessária estreitar a colaboração entre académicos africanos e fortalecer a pesquisa sobre implementação de políticas para melhorar a aprendizagem. Elizabeth Sideropolous, Chefe Executiva do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA, *The South African Institute of International Affairs*), sublinhou a necessidade de recorrer aos conhecimentos gerados pelos africanos para proporcionar aos decisores locais e regionais conhecimentos independentes e opções informadas para o futuro desenvolvimento da África.

Por sua vez, Jakkie Cilliers, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos de Segurança (ISS, *The Institute for Security Studies*) e Chefe do *The African Futures and Innovation Programme*, realçou a importância dos dados e da modelização prospectiva para apoiar os países a desenvolverem uma visão a longo prazo para o seu processo de desenvolvimento.

Os membros do TAG incluem ainda o Dr. Mavis Owusu-Gyamfi, Vice-Presidente Executivo, *The African Center for Economic Transformation*; Prof. Njuguna Ndung'u, Director Executivo do consórcio *the African Economic Research Consortium* (AERC); e Prof. Neissan Besharati, Director, *Development Advisory Pan-African Investment and Research Services* (PAIRS)¹¹⁵.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Cooperação Portugal-Cabo Verde em assistência hospitalar

De acordo com um relatório sobre os pagamentos assegurados nos 12 meses de 2021 pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – que gere as pensões e as contribuições sociais dos trabalhadores -, o custo global com o transporte e estadia dos doentes entre as ilhas de Cabo Verde e para Portugal ascendeu a quase 7,1 milhões de euros. Apenas com a estadia de doentes enviados para tratamento em Portugal, o INPS gastou de janeiro a dezembro de 2021 quase 4,5 milhões de euros, quando em 2020 essa despesa foi superior a 4,6 milhões de euros. De acordo com os últimos dados do INPS disponíveis, Cabo Verde enviou para tratamento em Portugal, em 2020, em diversas especialidades, 229 doentes, menos cerca de 28% face a 2019, fechando aquele ano com 549 pacientes em tratamento nos hospitais portugueses. De acordo com um relatório anterior, as especialidades “mais solicitadas” para diagnóstico e tratamento em Portugal, ao abrigo dos acordos de cooperação bilateral, foram oncologia (60) e cardiologia (53). O Ministro de Saúde de Cabo Verde, Arlindo do Rosário, reconheceu anteriormente que, apesar do “momento difícil” dos hospitais portugueses durante a pandemia

¹¹⁵ <https://www.nepad.org/file-download/download/public/134219>

de covid-19, Portugal “nunca fechou as portas” aos doentes cabo-verdianos do programa de transferência de doentes.

O Ministro cabo-verdiano reconheceu: “*Mesmo num momento difícil, Portugal nunca fechou as portas e mesmo assim nós continuamos com o programa de transferência de doentes*”, insistindo que é de “*enaltecer o programa de cooperação entre Portugal e Cabo Verde, particularmente no setor da Saúde*”, concretamente em áreas como o envio de doentes ou pelo “*apoio na assistência técnica e formativa*” aos especialistas cabo-verdianos, permitindo que o país “*ganhe progressivamente competências*”. Globalmente, foram realizadas 4.015 deslocações de doentes por Cabo Verde em 2020, incluindo acompanhantes, “com impacto direto no custo dos transportes e estadia”, apesar de em termos globais ter sido registrado um decréscimo de 27,8%. “Os acompanhantes podem ser familiares e técnicos de saúde e representam 28% do total, correspondente a 1.142 beneficiários”. Do total realizado, 3.714 foram deslocações interilhas (65,9%), enquanto 301 (incluindo 72 acompanhantes) foram para o exterior. Em termos líquidos (excluindo acompanhantes), o número de deslocações interilhas foi de 2.644 e para Portugal 229 (319 em 2019 e 410 em 2018), um decréscimo em relação ao período homólogo de 2019 na ordem de 28%¹¹⁶.

II Reunião Extraordinária dos Ministros da Educação

Na Declaração de Luanda, os Ministros aprovaram: (a) o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP 2022-2026, enquanto instrumento estratégico comunitário para a afirmação do papel transversal da educação ao serviço do crescimento económico e desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros; (b) o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP 2022-2024, que consubstancia as diretrizes estabelecidas pelos Ministros da Educação da CPLP para a implementação de ações de cooperação; (c) a participação da Subdiretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para o Setor da Educação e o Diretor do Bureau Internacional da Educação (BIE-UNESCO) na Reunião Ministerial, destacando o alinhamento da cooperação na CPLP para o alcance do ODS 4 da Agenda Global 2030 da Organização das Nações Unidas; (d) mandar a Reunião de Pontos Focais da Educação, em estreita articulação com o Secretariado Executivo, a encetar encontros técnicos com Organismos Internacionais parceiros da CPLP, como a UNESCO e suas Agências, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Cultura e Ciência (OEI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial (BM), a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), tendo em vista a realização do primeiro «Seminário Internacional de Cooperação em Educação com a CPLP», por ocasião da XII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, a realizar-se em Luanda, no primeiro semestre de 2023.¹¹⁷

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AFRICA AUSTRAL (SADC)

Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo

A 12 de abril, decorreu a Cúpula Extraordinária Virtual dos Chefes de Estado e de Governo da Troika do Órgão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) mais

¹¹⁶ <https://healthnews.pt/2022/04/20/evacuacoes-medicas-para-portugal-custaram-45me-a-cabo-verde-em-2021/>

¹¹⁷ https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2f1_CPLP%2fEducacao%2fIIR_Min_Ext-EDUC%2fDeclaracao-Final_II-RExt-MED-CPLP_31marco2022-111192.pdf

os Países Contribuintes com Efetivos (PCC, *Personnel Contributing Countries*) para a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM, SADC Mission in Mozambique) e a República de Moçambique.

A sessão de abertura da Cimeira foi oficialmente dirigida e presidida por Sua Excelência Matamela Cyril Ramaphosa, na sua qualidade de Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC e Presidente da África do Sul. Participaram os Chefes de Estado e de Governo da SADC ou seus representantes: (1) África do Sul; (2) Namíbia; (3) Angola; (4) República Democrática do Congo; (5) Moçambique; (6) Zimbabwe; (7) Reino do Lesoto; (8) Malawi; (9) República Unida da Tanzânia (Ministra da Defesa); (10) Zâmbia (Ministro da Justiça e Ministro Interino da Defesa).

A Cúpula contou ainda com a participação dos membros da Troika do Comité Ministerial do Órgão (CMO), dos Ministros dos Países Contribuintes com Efetivos (PCC) para a SAMIM, do Secretário Executivo da SADC e do Chefe da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM). A Cúpula notou os progressos alcançados pela SAMIM, tal como apresentados pelo Chefe da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) e felicitou a liderança da SAMIM, incluindo homens e mulheres no terreno pelo sacrifício e dedicação à luta contra atos terroristas em algumas zonas da Província de Cabo Delgado. Aprovou a transição da SAMIM, do Cenário 6 (Capacidade de Desdobramento Rápido) para o Cenário 5 (Força Multidimensional), com um mandato robusto. Felicitou os Países Contribuintes com Efetivos para a SAMIM pelo seu apoio contínuo prestado e compromisso assumido em melhorar a eficácia das operações da SAMIM e exortou os Estados-Membros a continuar a apoiar a missão e manifestou o seu apreço à União Africana e aos Parceiros de Cooperação Internacional (ICP, *International Cooperating Partners*) pelo apoio à estabilização da situação de segurança, bem como à recuperação e desenvolvimento socioeconómico da Província de Cabo Delgado. Expressou solidariedade com a República do Botswana, República da África do Sul, Reino do Lesoto e República Unida da Tanzânia pela morte dos soldados ao serviço da Missão e expressou palavras de conforto para os feridos em ação. Felicitou o Zimbabwe e o Malawi pelo espírito de solidariedade expresso através da entrega do donativo prometido de alimentos em apoio da ajuda humanitária à população afetada de Cabo Delgado. Orientou o Chefe de Missão para que, em colaboração com Moçambique, coordene a implementação de um Plano abrangente de Reconstrução e Desenvolvimento Integrado de Cabo Delgado¹¹⁸.

¹¹⁸https://www.sadc.int/files/8716/4976/5201/Communique_of_the_SADC_Organ_Troika_Summit_plus_Mozambique_-_PORTUGUESE.pdf

Enquanto a pandemia arrefece, a guerra endurece na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Domingo 24 de abril registra a vitória de Macron sobre a extrema direita na França e o marco de 2 meses da guerra entre a Rússia e a Otan, sem sinal de arrefecimento. Após quase dois meses de conflito, o presidente ucraniano Volodimir Zelenski [alertou que o país é apenas a primeira etapa da expansão da Rússia para o Leste Europeu](#). Sentindo a pressão, Finlândia e Suécia estudam o abandono de suas posições de neutralidade, aderindo à Otan. Enquanto isso, a indústria bélica se fortalece e se prepara para aumento de demanda.

Nos últimos dias, a Rússia intensificou sua ofensiva no Donbass, região no leste - parcialmente dominada por separatistas pró-Moscou -, e em Mariupol, seu principal alvo no sul do país até agora. Declarações recentes sugerem que a intenção da Rússia seria [conquistar todo o Donbass, conectá-lo com a península já anexada da Crimeia e capturar inteiramente o sul da Ucrânia, até a fronteira com Moldova](#). Um [general russo afirmou que Moscou quer tomar todo o sul e o leste da Ucrânia](#), objetivos de guerra muito mais amplos do que os originalmente anunciados, que não implicavam em conquistas territoriais. "Eles pararam de esconder", declarou o Ministério da Defesa da Ucrânia no Twitter. Segundo o texto, a Rússia "reconheceu que o objetivo da 'segunda fase' da guerra não é uma vitória sobre os míticos nazistas, mas simplesmente a ocupação do leste e do sul da Ucrânia. O imperialismo como ele é".

Mariupol está quase tomada pela Rússia. Na quinta-feira (21), Putin reivindicou a conquista da cidade, apesar do vasto complexo industrial de Azovstal seguir sob controle dos ucranianos. O presidente do Conselho Europeu, [Charles Michel, pediu ao presidente russo, Vladimir Putin, a implementação de corredores humanitários em Mariupol e em outras cidades da Ucrânia, por ocasião da Páscoa ortodoxa](#). A vice-primeira-ministra da Ucrânia, Iryna Vereshchuk, anunciou que um [corredor de evacuação seria montado na cidade de Mariupol](#) após a paralisação do anterior, devido à incerteza sobre os ataques russos nas imediações. De acordo com Vereshchuk, o plano de evacuação tem como foco a retirada de mulheres, crianças e idosos da cidade. Ela fez um alerta aos civis para que estejam atentos e "não sigam nenhum engano ou provocações" dos militares russos, que podem abrir um "corredor paralelo" e levar moradores a territórios controlados pela Rússia.

O alto comissariado da ONU para os direitos humanos [afirmou que há evidências crescentes de crimes de guerra](#) cometidos pela Rússia na Ucrânia, incluindo sinais de bombardeios indiscriminados e execuções sumárias. O comunicado da entidade diz, ainda, que a Ucrânia também parece ter usado armas com efeitos indiscriminados na região controlada por Moscou no leste do país.

A Turquia, que é membro da Otan, compartilha a fronteira marítima do Mar Negro com Ucrânia e Rússia, e tem bons laços com ambos, [tem apoiado a Ucrânia, mas se opôs às sanções contra Moscou](#). No entanto, em um movimento de entrelaçamento de guerras, [fechou seu espaço aéreo a todos os voos russos que tenham a Síria como destino](#). A Rússia é um dos principais aliados do regime sírio desde o início da guerra civil no país em 2011. Acredita-se que a medida possa complicar o encaminhamento da ajuda militar russa ao presidente sírio, Bashar al-Assad.

[Finlândia e Suécia se movimentam para aderir à Otan](#), após pronunciamento de suas primeiras-ministras, segundo o qual a invasão russa à Ucrânia mudou todo o cenário de segurança europeu, mudando radicalmente a mentalidade dos países nórdicos. Apesar das

ameaças de Moscou, a primeira-ministra finlandesa, Sanna Marin, disse que seu país, que compartilha uma fronteira de 1.300 km com a Rússia, vai decidir sobre o ingresso na aliança “bem rápido, em semanas, não em meses”. A primeira-ministra da Suécia, Magdalena Andersson, diz que “Há um antes e um depois de 24 de fevereiro. Este é um momento muito importante da história. O cenário de segurança mudou completamente. Temos que analisar a situação para ver o que é melhor para a segurança da Suécia, para o povo sueco, nesta nova situação”. A Rússia advertiu repetidamente os dois países contra a adesão à Otan, que seria vista como provocação. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que se a Finlândia e a Suécia entrarem na Otan, a Rússia terá que “reequilibrar a situação” com suas próprias medidas.

Ambos os países são oficialmente não alinhados militarmente, mas tornaram-se parceiros da Otan – participando de exercícios e trocando informações – depois de abandonar sua postura anterior de estrita neutralidade quando ingressaram na UE em 1995, após o fim da guerra fria. Finlândia e Suécia receberam garantias públicas do secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, de que seus pedidos seriam bem-vindos, bem como manifestações de apoio de membros como EUA, Reino Unido, Alemanha e França. Qualquer pedido de adesão deve ser aceito por todos os 30 estados da Otan, o que pode levar de quatro meses a um ano.

Com a reeleição, Macron promete enfrentar “dúvidas e divisões” na França, reconhecendo que muitos votaram nele principalmente para frustrar sua adversária de extrema direita. Macron obteve 58,54% dos votos, resultado que dá à extrema direita [sua maior fatia de votação presidencial já registrada](#). Embora a margem de vitória de Macron tenha sido confortável, ficou bem abaixo dos 66,1% que ele conseguiu contra a mesma adversária no segundo turno de 2017, e ainda mais longe dos 82% garantidos pelo conservador Jacques Chirac em 2002, quando a extrema direita chegou pela primeira vez à fase de desempate.

As atenções agora estarão voltadas para a eleição parlamentar de junho, quando se espera tentar garantir uma legislatura que lhe dê a maioria necessária para implementar suas políticas. O candidato presidencial de extrema esquerda Jean-Luc Mélenchon - que ficou em terceiro lugar atrás de Le Pen no primeiro turno – se referiu às eleições parlamentares, como um “terceiro turno” da eleição presidencial. A candidata Marine Le Pen, com um resultado [estimado em 42% dos votos](#), Marine Le Pen classificou o resultado como uma “vitória retumbante” para a extrema direita francesa e convocou os franceses a votarem em deputados da extrema direita nas eleições legislativas.

A reeleição de Macron traz estabilidade à União Europeia e garante a continuidade de tentativa de diálogo com o presidente russo para esfriar a guerra em curso. Nos últimos anos, o presidente francês vinha defendendo a autonomia estratégica europeia no campo militar, assim como em outros. Contudo, como visto com as declarações das primeiras-ministras nórdicas, o cenário de segurança europeu mudou de forma drástica. O que está garantido daqui para a frente, é o lucro da indústria bélica, que vê a ampliação de seus negócios. Já se fala em uma [nova corrida armamentista](#), já em curso, com expectativa de aumento dos gastos militares dos EUA, Alemanha, França e Inglaterra. Os fabricantes europeus, que estavam encontrando cada vez mais dificuldades para financiar suas atividades na área da defesa, estão vendo a situação mudar, com uma [reaproximação das finanças com a indústria de armas](#). A indústria bélica europeia [se prepara para um aumento de pedidos](#) e espera que os orçamentos militares aumentem acentuadamente na Europa. Já se fala em reforço da base industrial tecnológica.

A OMS Europa segue focada no conflito em curso em sua região e a pandemia de Covid-19 segue fora de seus holofotes. As publicações mais recentes da Organização enaltecem a

semana europeia de imunização, iniciada em 25 de abril. [Em discurso alusivo](#), Hans Kluge comemora os progressos alcançados com as campanhas de vacinação, mas reconhece que há potenciais ameaças a essas conquistas, que incluem novos desafios colocados pela pandemia de Covid-19 e pela guerra na Ucrânia. Embora alguns países da Região tenham sofrido interrupções nos serviços de vacinação de rotina no início da pandemia em 2020, a maioria conseguiu compensar o tempo perdido assim que os serviços foram retomados e, por fim, atingiram um alto nível de cobertura. Mas esse número esconde uma realidade de disparidades na adoção de vacinas e, portanto, nas oportunidades de boa saúde e bem-estar.

Kluge comenta que a guerra na Ucrânia forçou 5 milhões de pessoas a fugir dentro ou fora do país ou fora dele, sendo quase metade crianças. Alerta que cada uma delas eventualmente precisará ter acesso à próxima vacinação programada, e muitas perderam vacinas que precisam recuperar. Ele reconhece, que nos próximos meses e anos, os programas de imunização na Região terão que manter uma alta cobertura vacinal em todos os níveis administrativos. Isso significa garantir uma alta adesão aos serviços regulares de imunização, facilitar a vacinação de recuperação para crianças e adultos que perderam doses no passado recente ou distante e integrar nesses serviços todos os recém-chegados, incluindo migrantes e refugiados. A Agenda Europeia de Imunizações 2030 (EIA2030), adotada em setembro de 2021, ajudará a orientar os programas nacionais de imunização.

Também por ocasião da semana europeia de imunização, Kluge fez [pronunciamento conjunto](#) com Afshan Khan, Diretora Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a Europa e Ásia Central. A fala conjunta, exaltou a vacinação contra a Covid-19, que reduziu significativamente o número de indivíduos gravemente doentes e hospitalizados, diminuindo a carga sobre os sistemas de saúde, sem deixar de mencionar a preocupação com os ucranianos que estão com acesso prejudicado aos serviços de saúde, que foram objeto de [estudo conduzido](#) pela OMS Europa.

[Recentemente, a OMS](#), a pedido do Ministério da Saúde da Moldávia, organizou um curso de 3 dias sobre gestão de acidentes em massa (MCM), desenvolvido em colaboração com o Ministério da Saúde e o Karolinska Institutet na Suécia. Um total de 32 cirurgiões, traumatologistas e gerentes de instalações de 13 hospitais foram beneficiados pelo treinamento. A República da Moldávia, vizinha da Ucrânia, já viu 400 000 refugiados atravessarem a sua fronteira em busca de proteção. Este mês, a OMS também começou a lançar o curso na Ucrânia. A OMS contratou médicos de emergência ucranianos para fornecer o treinamento e planeja oferecer mais sessões em todo o país. O treinamento aborda a organização e as ações do pessoal que atua nas unidades de emergência, com foco nos primeiros 30 minutos após o anúncio de um incidente de grande massa. Com uma abordagem prática, o treinamento se concentra na estabilização de pacientes feridos e na realização de triagem, bem como no trabalho em equipe, na aquisição de novas habilidades e na mudança de formas de trabalho.

Em outro movimento, a OMS Europa divulgou [novas orientações sobre como os países anfitriões podem ajustar seus financiamentos da saúde para atender aos refugiados](#). A nova orientação da OMS incentiva os países a remover todas as barreiras administrativas e de comunicação para os refugiados que chegam, reconhecendo que eles precisam de acesso a uma variedade de serviços de saúde e medicamentos. Os centros de acolhimento que oferecem exames de saúde obrigatórios ou voluntários são frequentemente os primeiros lugares onde os recém-chegados podem obter informações sobre os sistemas de saúde locais e garantir o acesso aos serviços de saúde. Muitos países da Região Europeia da OMS, incluindo Áustria, República

Tcheca, Estônia, Finlândia, Hungria, Itália, Lituânia, Noruega, República da Moldávia e Romênia, estão realizando exames de saúde nos centros de recepção. No entanto, como muitos refugiados estão hospedadas em abrigos ou casas particulares, a Organização incentiva os países a criarem linhas para apoiar as pessoas em todos os ambientes possíveis à medida que procuram informações e conselhos sobre saúde.

A OMS Europa também incentiva os países a eliminar ou simplificar as regras administrativas para rápido acesso a serviços de saúde, incluindo medicamentos. A Organização reconhece que a prestação de cuidados de saúde aos refugiados terá um impacto significativo nos orçamentos de saúde dos países anfitriões e sugere a alocação de fundos públicos adicionais para atender às crescentes necessidades de saúde. O aumento do financiamento externo, especialmente para países de renda média e aqueles que abrigam um número maior de refugiados, permitiria que o apoio fosse prestado de forma mais eficaz. Estabelecer rapidamente maneiras de monitorar e relatar os gastos com saúde para pessoas que fogem de conflitos pode ajudar a medir o impacto nos orçamentos de saúde.

Enquanto a pandemia arrefece, a guerra endurece. As intenções de Putin ainda parecem ser desconhecidas, mas sua invasão está movimentando a Otan para uma direção oposta à pretendida por ele. A guerra ameaça chegar à Europa, com consequências ainda mais catastróficas do que as atuais.

Oriente Médio e Ásia Pacífico revisam os ODS para o *High Level Political Forum*

Lúcia Marques

Precisamos do paradigma do multilateralismo com o desenvolvimento sustentável. Isso não é para prever o que vai dar errado, mas para orientar o que precisamos, que é a cooperação para enfrentar desafios comuns. Esse é o sistema multilateral. E precisamos fazer este sistema [Nações Unidas] funcionar para todos os países, não para um país e outro país. [...] Nós estamos juntos. Estamos neste planeta juntos. É um planeta pequeno e é muito frágil agora. Portanto, o desenvolvimento multilateral e sustentável deve ser o nosso guia para o século 21.
Jeffrey Sachs¹¹⁹:

Oriente Médio (OM) e Ásia Pacífico (AP) abrigam países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas. Nas duas regiões, não há como pensar em saúde sem olhar para os determinantes sociais da saúde e para as desigualdades sociais e sanitárias. Mas não são só esses fatores; também é necessário olhar para os contextos culturais, históricos, geográficos, de segurança e paz e econômicos que estressam governos, atraem interesses, geram conflitos, influenciam políticas públicas e desembocam em crises humanitárias.

A convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos são um somatório crítico para os sistemas de saúde e para os sistemas econômicos, aumentando a crise social, a pobreza e a fome – e como já falamos no último informe ([Cadernos CRIS-Fiocruz 2022– Informe 6, p. 133-147](#)), a crise ucraniana aponta para cenários mais críticos. Um efeito cascata que sobrecarrega e desafia governos e contribui para o aumento de refugiados e deslocados, principalmente no Oriente Médio. Às vésperas da COVID-19, a maioria dos países não estava no caminho certo para alcançar os ODS. Ao mesmo tempo, ambas as regiões olharam para as fragilidades que vieram à tona pela pandemia ([Marques, 2020](#)) – sejam tecnológicas ou energéticas, sejam de infraestrutura, sejam de trabalhadores e direitos humanos e das mulheres – e viram o momento como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais e uma recuperação inclusiva e verde¹²⁰. E, inclusive, para frear o retrocesso rumo a Agenda 2030.

Esse cenário de perdas, de esforços e exemplos de abordagens inovadoras, que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro, podem ser vistos nos relatórios finais dos dois fóruns organizados pelas Comissões Econômicas e Sociais da ONU das duas regiões (ESCWA e ESCAP), realizados em março último, para apresentação no [High Level Police Forum](#), que acontecerá na primeira quinzena de julho.

ESCWA E O FÓRUM ÁRABE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (AFSD)

A [ESCWA](#) – Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental – tem como papel promover o desenvolvimento econômico e social da Ásia Ocidental por meio da cooperação e integração regionais e sub-regionais. É composta por 20 estados árabes: Argélia, Bahrain, Egito, Iraque, Kuwait, Jordânia, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Arábia

¹¹⁹ Professor e diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia, em [Relações China-EUA não estão fadadas a piorar - CGTN](#)

¹²⁰ MARQUES, Lúcia. [Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde](#). In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394. (página 390)

Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes e Yemen. Camarões e Djibuti como observadores. Funcionando, principalmente como um *Think Tank*, a ESCWA produz conhecimento para fomentar o consenso regional e fornecer conselhos de políticas transformadoras. Além de uma série de trabalhos e relatórios publicados, a capacitação e formação de quadros estão no escopo. Por exemplo:

- [Plataforma Colaborativa Regional \(RCP\)](#) discute a colaboração em andamento, avalia o progresso e enfrentar situações específicas no país; produz bens públicos regionais e sob a forma de produtos de conhecimento, dados, ferramentas e recomendações políticas, visando as questões mais urgentes da região. A RCP gerencia um centro de dados e de conhecimento online para a região árabe, a MANARA ou “farol” em árabe, para fácil acesso a todos os produtos, [dados](#) e ferramentas para a região.

- [Plataforma e-learn](#), global, fornece treinamento e conhecimento para aumentar capacidades e habilidades em várias áreas, como o [curso com orientações](#) aprofundadas e abrangentes sobre como integrar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em estratégias e políticas nacionais.

- [Publicações](#) fornece um riquíssimo conteúdo para diversos públicos, estudos para políticas públicas, relatórios e material informativo, como o trabalho técnico sobre [Cidades inteligentes e digitais para resiliência urbana na região árabe: Lições da pandemia](#), que foca as quatro principais dimensões da resiliência urbana, que são as econômicas, sociais, ambientais e institucionais, com o objetivo de capturar as melhores práticas. Ou o relatório para analistas e formuladores de políticas públicas [Entendendo as potenciais ligações entre mudanças climáticas e conflitos na região árabe](#), sobre como as mudanças climáticas podem contribuir para a dinâmica atual ou futura de conflitos e como a perda de subsistência, contração econômica, concorrência de recursos, migração, má governança e outros processos sociais (mecanismos) estimulados pelo risco climático podem contribuir para aumentar o risco de conflito quando ocorrem em determinados contextos.

O AFSD

O [Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável \(AFSD\)](#) é o principal mecanismo regional para o acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 na região árabe. Reúne os governos árabes e as partes interessadas do desenvolvimento sustentável para discutir o progresso, revisar as experiências nacionais e regionais e considerar os mais recentes desenvolvimentos e mecanismos de implementação da Agenda 2030 nos níveis nacional e regional. O resultado do AFSD entrega formalmente a voz da região ao ([Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável](#)) (HLPF) global.

O AFSD 2022 foi convocado sob o tema *Recuperação e Resiliência* e teve como objetivo revisar cinco dos **ODS 4** (Educação Inclusiva - <https://www.unescwa.org/publications/sdg-4-background-note>), **ODS 5** (Igualdade de Gênero - [22-00073-BackgroundNote-Sdg5-GenderEquality-E-WEB.pdf](https://www.unescwa.org/publications/sdg-5-gender-equality-e-web.pdf) ([unescwa.org](https://www.unescwa.org))), **ODS 14** (Vida sob a Água/Oceanos - <https://www.unescwa.org/publications/sdg-14-background-note>), **ODS 15** (Vida na Terra/Ecosistemas - <https://www.unescwa.org/publications/sdg-15-background-note>) e **ODS 17** (Financiamento - [BackgroundNote-SDG17-financing-tech-data-E-WEB.pdf](https://www.unescwa.org/publications/sdg-17-financing-tech-data-e-web.pdf) ([unescwa.org](https://www.unescwa.org)))

Durante os dias 15 a 17 de março o AFSD-2022 discutiu as formas para os países melhor se recuperarem da pandemia, alinhando com os ODS e alavancando a cooperação e integração regional. Quase dois anos após a pandemia de COVID-19, os países árabes estão se recuperando, embora em ritmos diferentes. Apesar da diminuição do espaço fiscal e outras restrições, eles

implantaram pacotes de estímulo de tamanhos variados e adotaram medidas de resposta política para salvaguardar os meios de subsistência e revitalizar as economias. Surgiram abordagens inovadoras na região que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro. No entanto, às vésperas da pandemia, os países árabes não estavam no caminho certo para alcançar os ODS, o que os deixou despreparados para enfrentar a crise.

O Fórum AFSD também absorveu vários assuntos discutidos nos eventos paralelos sobre: restauração de ecossistemas; orçamentos mais eficientes e eficazes; violência de gênero; desafios e oportunidades para jovens em transição do aprendizado para o trabalho; riscos climáticos transfronteiriços na região árabe: abordagens e soluções inovadoras; construindo resiliência urbana ao COVID-19 e mudanças climáticas por meio de soluções; avanço da fome zero na região árabe: desafios e caminho a seguir; transformação tecnológica no setor de transportes: desafios e oportunidades; energia renovável sensível à natureza e ecoturismo; o papel da mídia e da publicidade na promoção do empoderamento econômico das mulheres nos países árabes.

Esta *Revisão Anual* dos ODS se concentrou em três prioridades regionais: proteção social, recuperação econômica verde e transformação digital.

Prioridade [Proteção social](#) – link com os ODS 1, 3, 5, 8, 10 e 17

Mostra que melhores soluções devem incluir todos, especialmente aqueles que são os mais invisíveis. A expansão das redes de proteção social em resposta à crise oferece uma chance de construir sistemas de proteção social mais fortes e sensíveis a choques que forneçam cobertura para toda a vida e resiliência contra crises futuras.

- O que os países fizeram: A crise levou os governos a encontrar maneiras de alcançar muitos que haviam sido anteriormente excluídos das redes de segurança social e destacou a necessidade de – bem como a viabilidade – cobertura universal, responsiva a choques, para toda a vida, que não deixa ninguém para trás.
- O que os países podem fazer: Os governos árabes podem aprimorar os sistemas de proteção social racionalizando programas por meio de amplos esforços de coordenação, investindo em melhorias administrativas, como cadastros integrados de beneficiários, e focando na sustentabilidade financeira das redes de segurança.
- Cooperação regional: A ação regional pode ajudar os países árabes a superar desafios de longo prazo relacionados à cobertura de migrantes, financiamento e reforma dos sistemas de proteção social.

Prioridade da [Recuperação econômica verde](#) - link com os ODS 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 17

Mostra que melhor significa mais verde. Os investimentos para tirar as economias árabes da recessão são oportunidades para descarbonizar, diversificar, criar empregos decentes e aumentar a resiliência.

- O que os países fizeram: Há pouca informação sobre as implicações ambientais dos pacotes de estímulo introduzidos pelos governos árabes para revigorar a economia. Evidências sugerem que eles provavelmente serão negativos ou mistos (neutro na melhor das hipóteses).
- O que os países podem fazer: O planejamento econômico deve manter o ímpeto pré-pandemia, buscar aumentar a participação de projetos verdes e embarcar na mudança sistêmica necessária para apoiar uma verdadeira recuperação verde.
- Cooperação regional: Os países árabes promovem a cooperação regional em problemas ambientais transfronteiriços por meio da formulação ou fortalecimento de estruturas normativas

regionais e da identificação e implementação de iniciativas estratégicas sobre prioridades ambientais compartilhadas para construir a resiliência regional.

Prioridade [Transformação digital](#) – link com os ODS 3, 4, 8, 9, 16, 17

Mostra que melhor significa transformar a maneira como as coisas são feitas. A digitalização de negócios, serviços governamentais, educação e saúde em resposta à crise foi rápida, oferecendo grande potencial em termos de inclusão, diversificação econômica e resiliência.

- O que os países fizeram: A região testemunhou um aumento positivo na aceitação e prática de formas digitais de fazer negócios, aprender, buscar ajuda médica e acessar vários serviços governamentais, oferecendo perspectivas para melhorar a resiliência das sociedades árabes.
- O que os países podem fazer: Para capturar todo o valor da transformação digital e impedir o aprofundamento ou a criação de novas divisões, os países árabes precisam abordar as desigualdades pré-existentes, incluindo as desigualdades de gênero.
- Cooperação regional: Os países árabes poderiam estabelecer uma aliança regional para fomentar o desenvolvimento colaborativo de bens públicos digitais.

Relatórios e revisões voluntárias

Um elemento-chave da Agenda 2030 é o acompanhamento e revisão nos níveis nacional, regional e global. As revisões nacionais voluntárias (VNRs) são o principal mecanismo para avaliar esse progresso nacional, que alimenta as plataformas regionais e globais. A maioria dos países árabes realizou VNRs, alguns mais de uma vez. As [revisões](#) mais recentes foram do Egito, Iraque, Tunísia, Qatar, Camarões, Líbia, Marrocos e Síria. Acesse aqui o [Relatório da Situação](#) e o [Relatório completo](#).

Fórum Urbano Nacional Líbano (NUF) – preparação para o *High Level New Urban Agenda*¹²¹

No dia 28 de abril, uma reunião de alto nível ([programa provisório](#)) pretende a avaliar a implementação da [Nova Agenda Urbana](#), estabelecida pela Declaração de Quito sobre cidades e aglomerados urbanos sustentáveis para todos, em 2016. A Nova Agenda Urbana sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) tem como proposta “pôr termo à pobreza e à fome em todas as suas formas e dimensões, a reduzir desigualdades, a promover o crescimento econômico contínuo, inclusivo e sustentável, a alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas com vista a aproveitar completamente o seu contributo vital para o desenvolvimento sustentável, a melhorar a saúde e o bem-estar humanos, bem como a promover a resiliência e proteger o ambiente”.¹²²

As cidades estão enfrentando problemas e desafios demográficos, ambientais, econômicos, sociais e espaciais sem precedentes. [Segundo a ONU](#), seis em cada dez pessoas no mundo residirão em áreas urbanas até 2030, aumentando para quase 68% até 2050. Até 2050, as cidades deverão produzir 84% de toda produção econômica. Na ausência de um planejamento urbano eficaz e sustentável, as consequências do aumento da urbanização podem ser graves. Em muitos lugares do mundo, os efeitos já podem ser sentidos, com falta de moradia adequada e crescimento de favelas, infraestruturas inadequadas e desatualizadas – sejam estradas, transporte público, água, saneamento ou eletricidade – escalada da pobreza e do

¹²¹ As cidades são os espaços onde todos os ODS podem ser integrados para fornecer soluções holísticas para os desafios da pobreza, exclusão, saúde, mudanças climáticas e riscos - *ONU-Habitat*

¹²² Relatórios Nacionais de Progresso [Estados-Membros | Plataforma de Agenda Urbana \(urbanagendaplatform.org\)](#)

desemprego, problemas de segurança e criminalidade, agravamento da poluição do ar, espaços públicos abertos limitados e problemas de saúde, bem como desastres naturais ou causados pelo homem mal administrados e outras catástrofes devido aos efeitos das mudanças climáticas. A pandemia do COVID-19 apenas exacerbou os desafios que as cidades já enfrentavam. **Índia e Líbano** são exemplos negativos nas duas regiões. Os **Territórios Palestinos** vivem crises provocadas pelos conflitos e invasões israelenses, com destruição de infraestruturas, deslocamentos forçados, com transformação da população em nômades. ([Marques, L. 2022, p.136](#) e [Nova Agenda Urbana na Palestina – Situação](#)).

A contribuição das cidades para a realização das metas globais sobre mudanças climáticas é essencial. Embora os impactos climáticos sejam sentidos desproporcionalmente nas comunidades urbanas, a urbanização sustentável pode oferecer uma oportunidade para promover o desenvolvimento resiliente ao clima. Planejadas e reorganizadas e apoiadas por transporte público de alta qualidade, as cidades também podem oferecer a forma mais sustentável de assentamento humano.

Líbano – um dos países mais urbanizados do mundo

O Líbano é um dos países mais urbanizados da região árabe e do mundo. Oitenta e sete por cento da população vive em áreas urbanas e áreas pobres, convivendo com escassez de água limpa e saneamento. A falta de investimentos em agricultura provocou êxodo rural, problemas na cadeia de abastecimento (infraestrutura e transporte), gerando desperdícios de alimentos ([Marques, L. 2022, p.136](#)).



A falta de regulamentações de planejamento e planos diretores intersetoriais dificulta a capacidade de absorção da crescente população urbana e a capacidade de atender às suas necessidades sociais, econômicas, ambientais e demográficas. O [Fórum Urbano do Líbano](#), organizado pela ESCWA, teve como objetivo discutir os crescentes desafios urbanos em meio às múltiplas crises em curso no Líbano.¹²³ A prolongada crise dos refugiados sírios, o agravamento e situação socioeconômica, a crise energética em curso, a COVID-19, instabilidade política e colapso financeiro colocaram uma enorme pressão adicional sobre as cidades, resultando em aumento da pobreza, aumento das desigualdades e tensões sociais intensificadas. A infraestrutura social pública é fraca, a proteção social é fragmentada e os serviços sociais declinaram com as contínuas crises, levantando preocupações, especialmente nas áreas urbanas.

Durante os dois dias (23 e 24 de março) de evento foram apresentados dois relatórios¹²⁴ de diagnósticos situacionais e dois guias políticas de transporte, mobilidade e habitação. Contexto e programa [aqui](#). Os documentos foram base para delinear possíveis soluções imediatas para mitigar as necessidades emergentes até que a formulação de políticas avance. Declaração final [aqui](#)

¹²³ As divisões políticas internas e a má gestão econômica levaram ao país a uma profunda crise econômica e inflacionária: faltam alimentos, remédios, energia, etc. Não é vulnerável às mudanças climáticas, mas vulnerável à instabilidade regional, especialmente às crises Síria e Palestina - o país abriga milhares de refugiados sírios e palestinos (25% da população do país é de refugiados).

¹²⁴ [Relatório](#) do Estado das Cidades Libanesas da ONU e do Estado da ESCWA. [Relatório](#) de Síntese de Políticas Urbanas Nacionais da ONU-Habitat: Intersecção de Habitação e Transporte. [Guia](#) da ONU-Habitat sobre a integração do transporte e da mobilidade na Política Urbana Nacional do Líbano. [Guia](#) da ONU-Habitat sobre a integração da habitação na Política Urbana Nacional do Líbano

ESCAP E O FÓRUM ÁSIA-PACÍFICO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (APFSD)

A ESCAP – Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico - é a plataforma intergovernamental para a região da Ásia-Pacífico e alcança países árabes da Ásia Central e Ocidental. O escritório promove a cooperação entre seus 53 estados membros e 9 membros associados na busca de soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável. Dada a vasta cobertura e diversidade da região da Ásia e do Pacífico, a ESCAP se organiza em cinco sub-regionais para melhor direcionar e entregar programas que abordam prioridades-chaves específicas, incluindo redução da pobreza e desenvolvimento sustentável nas respectivas sub-regiões. [As principais atividades e ações da ESCAP são](#): acompanhamento e revisão da agenda 2030; não deixando ninguém para trás; construindo resiliência aos riscos; recuperação e desenvolvimento econômico verde; financiamento e investimento para desenvolvimento; fortalecimento do comércio, transporte e conectividade digital; dados e estatísticas para formação de políticas.

O programa de atividades sub-regionais oferece assistência técnica mais focada e aprofundada: assessoria, oficinas de treinamento e implementação de projetos. O trabalho analítico e propositivo também se organiza pelas cinco sub-regiões, de acordo com suas realidades e enfrentamentos.

As cinco Sub-regionais

1 - O Escritório para o [Pacífico](#) - anteriormente conhecido como Centro de Operações do Pacífico da ESCAP (EPOC) - combina ações e operações do Escritório de Ligação do Pacífico com sede em Nauru e a Equipe Consultiva de Desenvolvimento, com sede em Fiji, para permitir uma colaboração mais eficaz com parceiros regionais. A missão é apoiar os países em desenvolvimento insulares do Pacífico (SIDS) em seus esforços para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Abrange Austrália, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu, além de Samoa, Ilhas Cook, Polinésia Francesa, Guam, Nova Caledônia, Niue e Ilhas Marianas do Norte como membros associados.

As preocupações prioritárias dos países do Pacífico são emprego, desenvolvimento sustentável, gestão urbana e turismo, inclusão social e igualdade, ação climática e gestão de recursos e dados e estatísticas. [Projeto Mudança Climática no Pacífico e Migrações](#)

2 - Escritório para o [Leste e Nordeste da Ásia](#) (ESCAP-ENEA) é a plataforma sub-regional para construir e fortalecer parcerias multilaterais e cooperação intergovernamental para o desenvolvimento e integração inclusivos e sustentáveis no nordeste da Ásia .

O Escritório da ENEA faz ponte entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos na sub-região e trabalha com seis países membros (China, Coreia do Norte, Japão, Mongólia, Coreia do Sul e Rússia) e dois membros associados (Hong Kong e Macau).

O escritório acaba de divulgar um relatório para os governos locais para a Sustentabilidade e Desenvolvimento Verde Inovador, com foco na redução de carbono, melhores padrões de vida, segurança e resiliência na região: [Leveraging Science, Technology and Innovation for Low Carbon and Resilient Cities](#) Este relatório é um compêndio de ciência, tecnologias e inovações apresenta vários estudos de caso para mostrar algumas das implementações bem-sucedidas em ambientes urbanos e visa fornecer aos planejadores ideias

para projetos que possam ser aplicáveis às suas cidades ou vilas, desde TIC, uso do solo, energia limpa, mobilidade sustentável, gestão de resíduos e eficiência energética.

A Ásia Oriental abriga algumas das cidades mais densamente povoadas e com taxas de urbanização acima da média em comparação com a média mundial. As cidades e os ambientes urbanos serão os principais alvos para reduzir as emissões de carbono e alcançar as metas de neutralidade e, ao mesmo tempo, alcançar impactos positivos nos padrões de vida e na resiliência.

3 - O Escritório para o [Sul e Sudoeste da Ásia](#) (ESCAP-SSWA) busca promover a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável na sub-região. O Escritório liga os países em desenvolvimento e desenvolvidos na sub-região e trabalha com dez países: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Turquia.

Um dos efeitos dramáticos da COVID-19 foi o bloqueio mundial. O colapso de alguns mercados de serviços (os serviços turísticos diminuíram 62,2%) e a interrupção das cadeias de produção por dificuldades de logística causaram um golpe significativo nos países. O foco inicial na resolução dos problemas associados à pandemia, apenas com recursos internos, acabou por não se mostrar eficaz. E isso foi tema do evento paralelo ao Fórum Ásia Pacífico para o Desenvolvimento Sustentável (28 a 31/03): [Cooperação Internacional para alcançar os ODS durante a pandemia COVID-19: Desafios e perspectivas atuais](#).

4 - O escritório sub-regional para a [Ásia do Norte e Central](#), abrange nove membros: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Kazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Todos esses países são economias em transição e sete são sem litoral (LLDCs). O Afeganistão participa dos trabalhos como membro do escritório sub-regional da Ásia Central (SPECA).

O programa foca no trabalho analítico e normativo, serviços de assessoria política, bem como atividades de capacitação, visando contribuir para o fortalecimento da cooperação e integração regional para o desenvolvimento sustentável, de acordo com as prioridades sub-regionais da Ásia do Norte e Central, incluindo conectividade sustentável, transformação econômica, inclusão social e resiliência.

Reunião sobre implementação do Programa de Ação de Viena na Ásia do Norte e Central

O Programa de Ação de Viena para a década 2014-2024 (VPoA) é um plano de desenvolvimento holístico centrado na abordagem dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) por meio da implementação de ações específicas relacionadas a seis áreas prioritárias: (i) questões fundamentais de política de trânsito, (ii) desenvolvimento e manutenção de infraestrutura, (iii) comércio internacional e facilitação do comércio, (iv) integração e cooperação regional, (v) transformação econômica estrutural, (vi) meios de implementação. Uma revisão intermediária em 2019 revelou que, apesar dos inúmeros esforços dos LLDCs, o progresso obtido não foi suficiente para atingir as metas do VPoA.

Nos dias 19 e 20 de abril, especialistas se reuniram ([Reunião do Grupo de Especialistas sobre a implementação do Programa de Ação de Viena na Ásia Central e do Norte | ESCAP \(unescap.org\)](#)) para discutir a implementação do Roteiro VPoA, cujas áreas prioritárias de ação e financiamento contribuirão para acelerar o progresso na consecução dos objetivos do VPoA.

Como exemplo, a construção de um centro de soluções digitais para o desenvolvimento sustentável.

Além dos países membros, participaram instituições e organizações regionais e internacionais, como [Instituto CAREC](#) (braço do [Banco Asiático de Desenvolvimento](#) para os países cáspios); Think Tank internacional para países em desenvolvimento Sem-terra e o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Terra e Pequenos Estados Em Desenvolvimento de Ilhas¹²⁵ ([OHRLS](#)), Banco de Desenvolvimento da Eurásia.

5 - O trabalho do Escritório Sub-regional para o [Sudeste Asiático](#) (SRO SEA) abrange Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã – com exceção do Timor Leste, todos são membros da ASEAN ([Associação das Nações do Sudeste Asiático](#)).

Os onze países formam uma sub-região dinâmica e de rápido crescimento na Ásia-Pacífico. A vasta dotação de recursos naturais, classe média em expansão, população jovem e cada vez mais instruída, economia diversificada e intensas iniciativas de integração regional sustentam a prosperidade e o desenvolvimento socioeconômico da sub-região. Esses atributos impulsionaram os membros da ASEAN a alcançar altos níveis de crescimento econômico e reduzir substancialmente o nível de pobreza ao longo dos anos. No entanto, o progresso ocorreu às custas da saúde, da mão de obra barata dos migrantes, sem proteção social, e dos meios de subsistência das pessoas e do capital natural; que contribuiu para a desigualdade de gênero e renda – grave fragilidade trazida à tona pela pandemia.¹²⁶

O programa apoia as nações do Sudeste Asiático em seus esforços para alcançar o desenvolvimento inclusivo e sustentável e visa contribuir para o fortalecimento da cooperação e integração regional em consonância com as prioridades, como por exemplo, a implementação do [Plano de Ação ASEAN-ONU 2021-2025](#), abrangente, especialmente nas questões de complementaridade de erradicação da pobreza, direitos humanos, paz e segurança, educação e cultura, turismo, energia, sistemas agroalimentares e florestas, integração econômica e propriedade intelectual, infraestrutura e conectividade; ação climática, saúde pública, C,T & I e Resiliência.

O APFSD

O Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável ([APFSD](#)) é o fórum intergovernamental anual para apoiar países, em particular aqueles com necessidades especiais, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, servindo como uma reunião preparatória regional ao HLPLF.

De 28 a 31 de março, aconteceu o 9º APFSD com o tema “Recuperar melhor do COVID-19 enquanto avança na implementação completa da Agenda 2030 na Ásia e no Pacífico”,

¹²⁵ Os **46 países menos desenvolvidos**, **32 países em desenvolvimento sem litoral** e **38 pequenos estados insulares em desenvolvimento** têm seus próprios desafios especiais.

¹²⁶ MARQUES, Lúcia. [A Covid-19 na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: fragilidades reveladas, tensões exacerbadas e reposicionamento de aliados estratégicos](#). In: BUSS, Paulo M.; FONSECA, Luiz Eduardo (org.). *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 263-280. ISBN 978-65-5708-029-0. (Série Informação para Ação na Covid-19).

analisando os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 14 (Vida na Água), 15 (Vida na Terra) e 17 (Parcerias pelos Objetivos).

Por sua abrangência regional, o 9º APFSD absorveu, consolidou e aprofundou as revisões, análises, soluções e aprendizados tratadas nas reuniões preparatórias organizadas pelas cinco sub-regionais:

- [Fórum do Sudeste Asiático, 28 a 30 de setembro de 2021](#)
- [Fórum da Ásia Central e do Norte, 5 a 7 de outubro de 2021](#)
- [Fórum do Nordeste Asiático, 28 a 29 de outubro de 2021](#)
- [Sul e Sudoeste da Ásia, 15 a 16 de novembro de 2021](#)
- [Fórum do Pacífico, 25 a 26 de novembro de 2021](#)

Além da agenda principal, o APFSD contou com eventos paralelos cobrindo as realidades das diferentes sub-regiões: prioridades do Pacífico no desenvolvimento global sustentável de 2023; reconstruindo com mentes jovens; construindo adiante: comunidades afetadas pela escravidão moderna em Ásia; trazendo herança viva para a sala de aula educação transformadora.

A contribuição da ESCAP para a revisão temática do Fórum Político de Alto Nível 2022

A região da Ásia-Pacífico precisa acelerar o progresso para alcançar qualquer um dos dezessete ODS. A região não está no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS. E a pandemia da COVID-19 foi uma grande vilã.

A falta de dados continua sendo um desafio para medir o progresso da implementação da Agenda 2030 e os impactos da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento sustentável. Grandes lacunas de dados incluem aquelas relacionadas à igualdade de gênero (Objetivo 5), vida debaixo d'água (Objetivo 14) e paz, justiça e instituições fortes (Objetivo 16).; a pandemia interrompeu o crescimento econômico e exacerbou as desigualdades e ameaça reverter os ganhos de desenvolvimento dos últimos anos – impactou gravemente o ODS 4. A participação do setor privado, a cooperação e triangulação Sul-Sul e as parcerias público-privadas são áreas que requerem mais ações e melhorias para fortalecer os sistemas.

Enfrentar a desigualdade de gênero é fundamental para alcançar muitos dos ODS e requer políticas ambiciosas em muitas áreas, incluindo educação, saúde, proteção social, crescimento econômico, meio ambiente e além. Se por um lado, a pandemia exacerbou muitas das desigualdades sociais e econômicas enfrentadas por mulheres e meninas, por outro lado, teve um impacto particularmente significativo no emprego para as mulheres, especialmente nos setores de manufatura e serviços de hospitalares. A pandemia também teve impactos significativos na saúde das mulheres e no acesso aos cuidados de saúde, que diminuiu. A violência contra mulheres e meninas, incluindo violência doméstica, casamento infantil e gravidez na adolescência associada, aumentou dramaticamente durante a pandemia.

A COVID-19 também criou uma pequena janela para a recuperação dos estoques de peixes no Pacífico devido à desaceleração global da indústria pesqueira comercial. No entanto, a produção de resíduos perigosos e plásticos - principalmente resíduos médicos - aumentou significativamente durante a pandemia. Grande parte desse plástico de uso único e resíduos perigosos acabou em rios e oceanos. Com a recuperação econômica, a poluição voltou em

muitos casos aos níveis pré-pandêmicos, especialmente pelas emissões de gases de efeito estufa. A região continua fora do caminho para os ODS 14 e 15 e outros ODS relacionados ao meio ambiente. Embora o número e o tamanho das áreas protegidas tenham aumentado, 75% da biodiversidade permanece desprotegida.

Uma cópia completa do Relatório pode ser acessada [aqui](#) e o sumário [aqui](#). E [aqui](#), o documento final para contribuição para o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) global.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA – TENSÕES NOVAS E VELHAS

*“Que haja paz para o Oriente Médio, abalada por anos de conflito e divisão. Neste glorioso Domingo de Páscoa, vamos pedir paz sobre Jerusalém e paz sobre todos aqueles que a amam, cristãos, judeus e muçulmanos. Que israelenses, palestinos e todos que habitam na Cidade Santa, juntamente com os peregrinos, experimentem a beleza da paz, habitem na fraternidade e desfrutem do livre acesso aos Lugares Sagrados em respeito mútuo pelos direitos de cada um”. **Papa Francisco***

O conflito não resolvido entre judeus e árabes explode em nova onda de violência

Em 2021, durante o festival do Ramadã, mês sagrado dos muçulmanos, dedicado às orações e ao jejum, explodiu a quarta guerra entre Israel e Hamas¹²⁷ (o pior confronto desde 2014) que feriu e matou dezenas de pessoas, principalmente palestinos, em Gaza, incluindo crianças em ambos os lados. A animosidade que deflagrou a guerra de um ano atrás se deu pela coincidência das datas, quando dezenas de palestinos se dirigiram à esplanada da Mesquita Al Aqsa, na Jerusalém Velha, para as orações do fim do Ramadã, ao mesmo tempo que israelenses nacionalistas, portando suas bandeiras, tomaram a esplanada. Apesar da anexação da Cisjordânia e parte oriental de Jerusalém não ser reconhecida internacionalmente, a ocupação é comemorada todo ano, com desfile de bandeiras israelenses pelas ruas da Cidade Velha, cuja data, naquele 2021, coincidiu com o festival do fim do Ramadã. A investida da polícia de choque israelense contra cidadãos muçulmanos, na área da mesquita, provocou a imediata resposta do grupo militante Hamas, que governa Gaza, também palestina, que disparou foguetes em direção à Tel Aviv. Conflito instalado.

Este ano, a coincidência de datas também explodiu em novas violências. Desta vez, o Ramadã coincidiu com a Páscoa judaica (Pessach) e com uma grande manifestação (não autorizada pela polícia israelense) da direita nacionalista israelense pela Cidade Antiga. Prato cheio. Desde o início do Ramadã, em 2 de abril, as forças israelenses intensificaram sua presença dentro e ao redor da Cidade Velha de Jerusalém. Desde então uma sequência de atos de violência protagonizados por judeus e palestinos vem ocorrendo. Em meados de abril, as forças israelenses invadiram o Haram Al Sharif/Monte do Templo e usaram a força para evacuar os palestinos. Neste 2022, as autoridades israelenses não concederam permissão ao Ramadã ou à Páscoa para os residentes de Gaza.

Em quase um mês de violência contínua em Israel e na Cisjordânia, 15 palestinos e três israelenses foram mortos e 945 palestinos e 23 israelenses ficaram feridos; várias operações de busca e prisão e confrontos violentos ocorreram e severas restrições de acesso foram

¹²⁷ O Hamas, de orientação sunita é constituído de uma entidade filantrópica (dawa), um braço político e um braço armado. Especialmente ativo em Gaza, é o mais importante movimento islamista da Palestina.

implementadas. No total, as forças israelenses realizaram 109 operações de busca e apreensão e prenderam 108 palestinos. [Este relatório](#) é da OCHAoPT – escritório da ONU para monitoramento da situação dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, sob ocupação israelense, que enfrentam restrições de movimento, divisões políticas palestinas e escaladas recorrentes de hostilidades. Os dados mais atualizados e mais avarias estão disponíveis em ochaopt.org/data.

O coordenador especial da ONU para o Processo de Paz do Oriente Médio, Tor Wennesland, emitiu um [comunicado](#) expressando sua preocupação com a violência e pedindo aos líderes que "reduzam as tensões, criem condições para acalmar e garantir que o status quo nos Locais Sagrados seja protegido".

O porta voz do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, transmitiu a [mensagem](#) do SG: provocações na Esplanada Sagrada de Jerusalém devem parar agora. Na declaração, ele reitera seu apelo para que o status quo nos locais sagrados de Jerusalém seja respeitado e confirma seu compromisso de apoiar palestinos e israelenses para resolver o conflito com base em resoluções relevantes das Nações Unidas, direito internacional e acordos bilaterais.

Jerusalém tem estado no centro da escalada das tensões israelenses-palestinas há anos. É na Cidade Velha que estão os locais mais sagrados das três grandes religiões monoteístas: a Cúpula da Rocha e a Mesquita do Domo Dourado, para muçumanos; o Monte do Templo e o Muro das Lamentações, para os hebreus; e o Santo Sepulcro, dos cristãos. A vizinha Jordânia é a guardiã do local, que fica aberto para turistas em determinados horários, mas só os muçumanos podem orar lá. Essas regras foram estabelecidas em 1967 por Israel, Jordânia e autoridades religiosas muçumanas.

No entanto, Israel vê Jerusalém como sua capital unificada e segue com ações de despejo dezenas de famílias palestinas residentes no entorno da Cidade Velha, Jerusalém Oriental, para construção de novos assentamentos judeus.

Os **Territórios Palestinos** vivem crises provocadas pelos conflitos e invasões israelenses, com destruição de infraestruturas, deslocamentos forçados, com transformação da população em nômades - segundo a FAO para Países Árabes essa situação não permite que o estado da Palestina se desenvolva, estabeleça relações financeiras e comerciais e seja independente. ([Marques, L. 2022, p.136](#) e [Nova Agenda Urbana na Palestina – Situação](#)). Saiba mais no relatório sobre a Palestina no [Relatório da UNSG sobre a ocupação israelense na Palestina e no Golã: Políticas e práticas discriminatórias que violam o direito internacional, impedem o desenvolvimento, infligem crises humanitárias - ESCWA \(unesywa.org\)](#)

EUA e Jordânia condenam as ações israelenses

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, [discutiu](#) a recente violência em Israel e na Cisjordânia com seu homólogo jordaniano e ressaltou a importância de manter o status quo em locais sagrados de Jerusalém. De seu lado, o parlamento jordaniano [concordou](#) em enviar um memorando ao governo exigindo a expulsão do embaixador israelense.

Reunião extraordinária da OIC a pedido da Indonésia

Por solicitação da Indonésia, uma reunião extraordinária do Comitê Executivo da Organização de Cooperação Islâmica (OIC), no nível de Representantes Permanentes aconteceu para discutir a agressão israelense em andamento. Na abertura, o secretário-geral da OIC, Hissein Brahim Taha, reafirmou o total compromisso e apoio da organização ao direito do povo

palestino à soberania sobre suas terras ocupadas, incluindo Jerusalém Oriental como capital do Estado da Palestina .

Ele pediu ação responsável e engajamento com todos os atores e órgãos internacionais relevantes para tomar medidas políticas e legais apropriadas contra Israel. Instou que haja pressão sobre o governo israelense para interromper suas contínuas violações contra o povo palestino e seus locais sagrados. Ele pediu a todos os atores internacionais que assumam suas responsabilidades e se envolvam para patrocinar uma trilha política para acabar com a ocupação israelense e promover o estabelecimento de um estado independente e soberano da Palestina, nas fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital, em acordo com o direito internacional, resoluções relevantes das Nações Unidas e a iniciativa de paz árabe.

Mudança política no Paquistão é uma oportunidade para um novo projeto americano na região. Isso será bom?

Com um governo de coalizão provisório, que destituiu o Primeiro-Ministro, Imran Khan - que criticou publicamente os EUA pela sua retirada catastrófica do Afeganistão -, o Paquistão recebe uma nova atenção do governo Biden. Segundo analistas, o fim do envolvimento americano no Afeganistão e a mudança de liderança no Paquistão apresentam aos EUA uma oportunidade para redefinir sua relação conturbada com o quinto país mais populoso do mundo ([243 milhões de pessoas](#)) e importante país muçulmano com armas nucleares. Até recentemente, a política externa americana estava ligada ao país a questões militares, por suas guerras no Afeganistão, contra Al Qaeda e Talibã. Sem Afeganistão na mira, os EUA podem se relacionar com o governo civil do Paquistão e buscar equilibrar a influência da China, o aliado mais próximo do país, que é o atual presidente do G77 + China.

Desde o ano passado, as lideranças civil e militar do Paquistão vinham promovendo juntos um novo foco na geoeconomia — uma abordagem que enfatiza o comércio regional e a conectividade, e ressalta que o Paquistão está aberto para negócios. O novo foco *geoestratégico* é baseado no crescimento econômico.

O novo primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, [nomeou](#) um governo distribuindo as principais pastas entre os dois principais partidos membros da coalizão que derrubou seu antecessor Imran Khan, graças a uma moção de censura. Respeitando o processo democrático do Paquistão, vários países, incluindo [China](#), Rússia, EUA, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Alemanha e Índia, parabenizaram Sharif por sua nova posição, prometendo trabalhar em conjunto com a nova liderança.

O novo governo tem pela frente [desafios](#) políticos e institucionais por conta de como o processo da derrubada do ex-primeiro-ministro se deu e da perda da confiança nas instituições; econômicos – inflação e déficit financeiro;

Considerações finais

Nas duas regiões (OM e AP), não há como pensar em saúde sem olhar para os determinantes sociais da saúde e para as desigualdades sociais e sanitárias. Mas não são só esses fatores; também é necessário olhar para os contextos culturais, históricos, geográficos, geopolíticos, de segurança e paz e econômicos que estressam governos, atraem interesses, geram conflitos, influenciam políticas públicas e desembocam em crises humanitárias.

As crises econômicas e o retrocesso na implementação da Agenda 2030 se somaram ao crescimento da insegurança alimentar por conta do aumento da pobreza, dos conflitos – antigos e novos – e dos eventos extremos climáticos que, conseqüentemente, contribuíram para o

aumento do número de refugiados e deslocados e para o colapso dos sistemas de saúde, já precários em muitos países, principalmente no Oriente Médio.

Às vésperas da COVID-19, a maioria dos países não estava no caminho certo para alcançar os ODS, o que os deixou despreparados para enfrentar a crise. Ao mesmo tempo, em ambas as regiões, os países olharam para as fragilidades que vieram à tona pela pandemia ([Marques, 2020](#)) e viram o momento como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais e uma recuperação inclusiva e verde¹²⁸. E, inclusive, para frear o retrocesso rumo a Agenda 2030 e buscar a retomada para o desenvolvimento sustentável.

Trabalhar em cooperação para recuperar a economia, olhando para o futuro: investir em tecnologia verde; preservar a biodiversidade; focar no desenvolvimento sustentável; evitar a crise alimentar e tornar o sistema agroalimentar mais sustentável; ampliar e diversificar as redes de suprimentos; investir em tecnologias da 4RI,¹²⁹ capacitar e requalificar de recursos humanos, principalmente mulheres e jovens; amparar trabalhadores migrantes e ampliar os direitos das mulheres. Metas que são ao mesmo tempo desafios e oportunidades. As duas regiões conciliam a recuperação dos efeitos sociais e econômicos da pandemia, com a urgência para minimizar os efeitos das mudanças climáticas para um futuro resiliente. Experiência que está sendo aproveitada para enfrentar a nova crise sobre os sistemas alimentares e energéticos, consequentes da guerra russo-ucraniana.

Esse cenário de perdas, de esforços e exemplos de abordagens inovadoras, que merecem ser institucionalizadas e ampliadas no futuro, podem ser vistos nos relatórios finais dos dois fóruns organizados pelas Comissões Econômicas e Sociais da ONU das duas regiões (ESCWA - países árabes do Oriente Médio e Norte africano - e ESCAP - países da Ásia Pacífico, Central e Ocidental), que serão apresentados no *High Level Police Forum*, que acontecerá na primeira quinzena de julho.

As nações da Ásia-Pacífico vêm discutindo caminhos para alcançar a recuperação da economia e, ao mesmo tempo, proteger a biodiversidade e os direitos humanos, das mulheres e crianças. Também discutindo novas alternativas e melhorias para as cadeias de suprimentos, alimentares e energéticas. Além da proteção social e gestão dos trabalhadores migrantes – uma das maiores fragilidades que a pandemia trouxe à tona. É uma região em expansão econômica e de crescimento em infraestruturas, portanto, está bem-posicionada para capturar oportunidades para o crescimento verde e resiliente.

No OM, os países produtores de petróleo e gás já vinham investindo em novas soluções para substituir os vilões do aquecimento global e em tecnologias de mitigação e adaptação.¹³⁰ Profundos processos de reforma em andamento em várias potências árabes estão enfatizando o desenvolvimento social¹³¹ e econômico e a cooperação regional. Emirados Árabes e Arábia Saudita lideram os avanços tecnológicos para combustível limpo proveniente da energia eólica, geotérmica e uso do hidrogênio, armazenamento de energia, captura de carbono, dessalinização limpa, cidades eficientes, replantio de árvores e recuperação dos ambientes

¹²⁸ MARQUES, Lúcia. [Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde](#). In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394. (página 390)

¹²⁹ Quarta Revolução Industrial: Inteligência Artificial; Robótica; Nuvem; Internet das Coisas.

¹³⁰ Esse processo envolve esforços científicos, tecnológicos e investimentos financeiros. Sob esse prisma, é fácil entender uma certa relutância dos países produtores do Ouro Negro em responder rápido positivamente à solicitação de aumento de produção de petróleo e gás para suprir a falta dos combustíveis russos.

¹³¹ A ausência de políticas sociais e de inclusão tornou a luta contra a pandemia mais difícil em muitos países.

marinhos costeiros. O Irã lidera discussões sobre preservação da região do Mar Cáspio – em risco de secar (Marques, [2021f](#)).

Reformas nas legislações vêm sendo discutidas buscando a inserção da mulher na recuperação econômica de países árabes. Segundo relatório do Banco Mundial Mulheres, Negócios e Leis ([World Bank, 2021b](#)), embora com menor pontuação, a região foi a que mais avançou nos esforços de reforma visando à igualdade de oportunidades ([Marques, 2021a](#): 65-68).

Nas duas regiões, muitos dos esforços vão além de mudanças na legislação; associam educação para promover mudança de mentalidade desde a infância para garantir mudanças profundas. Como sempre enfatiza o secretário-geral da ONU, António Guterres, são desafios que exigem solidariedade e multilateralismo, assim como defender a ciência e o direito à vida, atentar para as habilidades, olhar para os invisíveis – migrantes, refugiados e apátridas – e fazer mais pela redução do carbono para que haja um planeta para as próximas gerações ([UN, 2021](#)).

Astronautas retornam ao mundo pandêmico

André Costa Lobato

Diplomático

O vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, participou da Reunião Extraordinária Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no dia 10 de abril, conhecido como Fórum de Macau. Houve uma cerimônia de inauguração de placa do “Centro de Prevenção Epidêmica da China e Países de Língua Portuguesa”¹³²¹³³¹³⁴

O vice-ministro de relações exteriores da China, Le Yucheng, questionou a ‘armamentização da globalização’: “Usam a globalização como arma. Mesmo as pessoas do esporte, cultura, arte e entretenimento não são poupadas. Gatos e árvores foram sancionados, e cidadãos russos foram privados de bens no exterior sem motivo. As pessoas no Ocidente costumam falar sobre “ciência sem fronteiras”, “despolitização dos esportes”, a santidade da propriedade privada, a liberdade de expressão e o espírito de contrato. Temo que ninguém mais acredite.” O comentário foi publicado no site do MRE chinês e ocorreu durante discurso no 4º Fórum Internacional sobre Estratégia e Segurança organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos e de Segurança da Universidade de Tsinghua.¹³⁵

Sanitário

A estratégia de covid zero diante da onda de Omicron chegou a Beijing. Enquanto Xangai continua parcialmente fechada, com restrições levantadas em quase metade da cidade, Beijing inicia a testagem em massa, a expedição de autorizações sanitárias de transporte – como caminhões que trazem alimentos – e o estabelecimento de áreas de quarentena. PCRs com intervalo de um dia estão sendo realizados. O período de incubação variante Omicron BA.2 é menor. No dia 25, uma série de três rodadas de testes nucleicos em massa foi anunciada para 11 regiões de Pequim.¹³⁶ Segundo a opinião de um especialista mencionado pelo Global Times, a capital está mais bem preparada que Shanghai porque adota a prática das “quatro antecipações”: detecção, reportagem, isolamento e tratamento.^{137 138} Cerca de 50 milhões de pessoas no país estão em ‘gestão estática’, com cancelamento de transporte público, eventos sociais e rodagens de testes em massa¹³⁹.

¹³² <http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0411/c309806-10082117.html>

¹³³ <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/significantnews/202204/20220403305332.shtml>

¹³⁴ <https://www.plataformamedia.com/2022/04/15/forum-de-macau-uma-nova-pagina-na-historia/>

¹³⁵ https://www.mfa.gov.cn/wjbxw_new/202203/t20220319_10653448.shtml

¹³⁶ <https://haokan.baidu.com/v?vid=12541987041541714426&pd=pcshare>

¹³⁷ <https://www.mfa.gov.cn/ce/cevn//eng/xwdt/t1778661.htm>

¹³⁸ <https://www.globaltimes.cn/page/202204/1260305.shtml>

¹³⁹ <https://www-globaltimes-cn.translate.goog/page/202204/1259636.shtml>

Xangai conta 32 mortes por Covid desde início da Pandemia. A grande maioria possuía mais de 60 anos e faleceu durante este último surto, associado a variante Omicron. Todos sofriam de condições preexistentes. Duas pessoas entre as mortas neste último surto haviam sido vacinadas. Quase 40% dos maiores de 60 anos de Xangai não se vacinaram.¹⁴⁰ Dados de Hong Kong indicam que a mortalidade entre vacinados era de 0,74% e entre não vacinados de 2,79%. Em Xangai, a questão da logística de distribuição criou insatisfações. Tanto entre os moradores quanto no comércio globais de bens globais. Locais-chave das cadeias produtivas da cidade continuam adotando medidas de “circuito fechado”.

Com menos vacinados entre maiores de 60 anos que a média nacional, Xangai deve se preocupar ainda mais com as populações mais vulneráveis ao vírus. Diante da paralização, o governo estabelece um pacote de estímulo que, como em 2020, favorece a pequenas e médias empresas.¹⁴¹ Apesar das complicações, a economia da cidade mostrou um resultado favorável neste primeiro quadrimestre. Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma:

O comércio exterior no município de Xangai, no leste da China, atingiu 1,01 trilhão de yuans (cerca de 158 bilhões de dólares americanos) no primeiro trimestre de 2022, segundo a alfândega de Xangai.

O número representa um aumento de 14,6 por cento em relação ao mesmo período do ano passado, acrescentou.

Do volume total de comércio, as exportações aumentaram 23,8% ano a ano, para 413,5 bilhões de yuans, enquanto as importações aumentaram 8,9%, para 594,4 bilhões de yuans.

Os produtos mecânicos e elétricos responderam por 68,7% das exportações da cidade no primeiro trimestre, enquanto as exportações de automóveis, telefones celulares, baterias de íon-lítio e produtos de trabalho intensivo registraram crescimento. Os produtos de alta tecnologia foram os principais produtos importados de Xangai durante o período. O maior parceiro

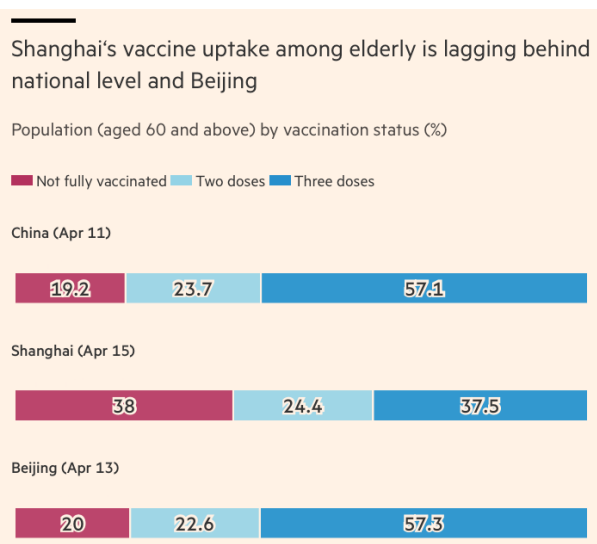


Figura 1- Vacinação de maiores de 60 anos, arte do Financial Times com dados da China <https://www.ft.com/content/729f1dc0-32d1-42c9-bb62-63a41f1e8de2>

¹⁴⁰ <http://www.ecns.cn/news/2022-04-21/detail-ihaxrxye1097071.shtml>

¹⁴¹ <https://www.china-briefing.com/news/what-tax-incentives-can-businesses-enjoy-under-the-shanghai-lockdown>

comercial da cidade no primeiro trimestre foi a União Europeia, com um volume total de comércio de 196,2 bilhões de yuans.

A Paxlovid, antiviral da Pizer foi introduzida em março e já foi distribuída para 22 províncias da China. Segundo o “China News”, o remédio custa cerca de US\$ 530 nos EUA e foi adquirido pela China por US\$ 359¹⁴².

Estudo preliminar publicado no site do CDC China indica maior eficiência na terceira dose de vacinas inativadas no surto de Jilin¹⁴³.

A China começou testes para diminuir o tempo de quarentena para chegados de outros países e para pessoas que tiveram contato com casos positivos de Covid-19, segundo informações da Reuters e do Caixin.¹⁴⁴

Socioeconômico

Apesar dos temores e respostas à onda de Omicron deste ano, a economia da China cresceu 4,8% no primeiro quadrimestre.¹⁴⁵

Voltou para a terra a tripulação chinesa de dois homens e uma mulher que estava em órbita na estação espacial chinesa. Wang foi a primeira chinesa a realizar uma caminhada espacial e esta foi a mais longa missão chinesa até o momento.¹⁴⁶¹⁴⁷ A missão deles, Shenzhou 13 ficou seis meses no espaço. A estação está aberta a colaborações de outros países e 11 já submeteram propostas.

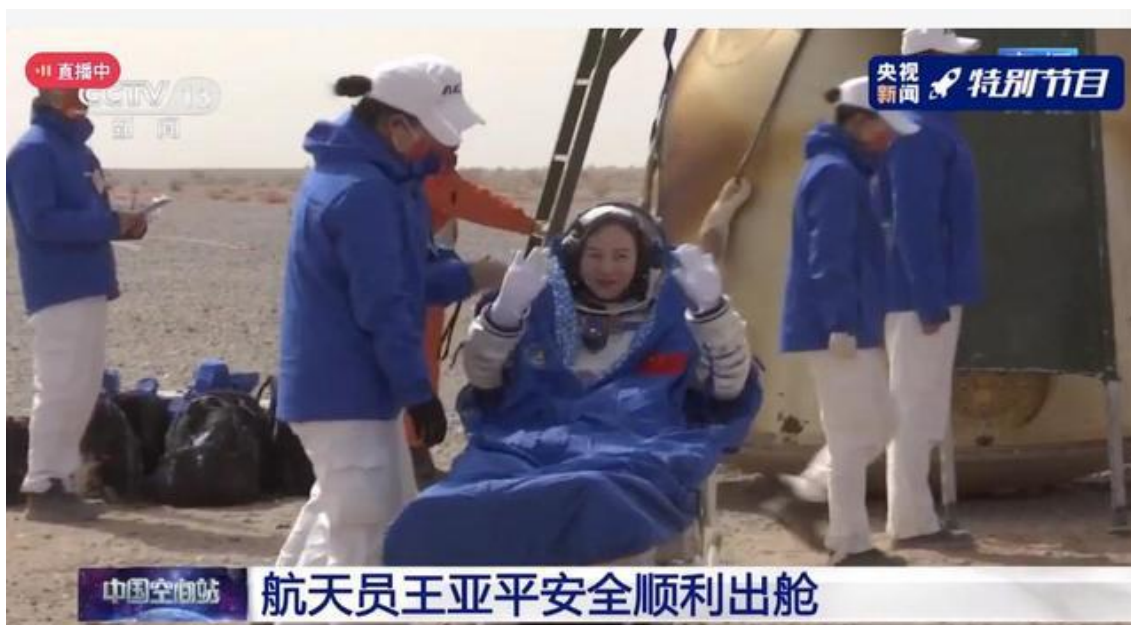


Figure 1 - Wang Yaping, a primeira chinesa a caminhar no espaço retorna a Terra - <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1730247156146592691&wfr=spider&for=pc>

¹⁴² <http://www.ecns.cn/news/2022-04-21/detail-ihaxrxye1097077.shtml>

¹⁴³ <https://weekly.chinacdc.cn/en/article/doi/10.46234/ccdcw2022.081>

¹⁴⁴ <https://www.reuters.com/world/china/china-trying-out-reduced-quarantine-some-groups-eight-cities-media-2022-04-13/>

¹⁴⁵ https://asia.nikkei.com/Economy/China-GDP-expands-by-4.8-in-Q1-but-COVID-hit-looms?del_type=3&pub_date=20220418111500&seq_num=2

¹⁴⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=psuObpIG1t0>

¹⁴⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/Tiangong_space_station

O Conselho de Estado e o Comitê Permanente da 13ª Assembleia Popular Nacional realizaram reuniões nas últimas semanas.

Entre os pontos da reunião da Assembleia Popular: foi ratificado e revisado um acordo antiterrorista regional dialogado com estados membros da Organização de Cooperação de Xangai, a Convenção sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho, 1930, e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957.¹⁴⁸

O Conselho de Estado reforçou a questão da soberania alimentar do país, pedindo que “nenhuma fazenda seja deixada sem cultivo” e anunciando que haverá responsabilização de quem não cumprir as tarefas. Outro ponto foi a segurança energética, com anúncios de aumento de produção nuclear e de carvão.¹⁴⁹

Destaque na reunião do Conselho de Estado, a questão da segurança alimentar está relacionada com as capacidades produtivas agrícolas de um país e a produção de sementes é tema-chave. Segundo matéria do “China Environment News”, a China reduziu em seis mil toneladas a importação de sementes entre 2018 e 2019. Falta ainda, diz a matéria, um maior desenvolvimento da indústria de biotecnologia no país. Um especialista comenta que a China não possui acesso a um dicionário de genes criado pelos EUA e está desenvolvendo seus próprios¹⁵⁰.

¹⁴⁸ https://en.gmw.cn/2022-04/21/content_35675389.htm

¹⁴⁹ http://www.china.org.cn/china/2022-04/21/content_78177243.htm?f=pad&a=true

¹⁵⁰ <https://china-environment-news.com/2022/04/22/agriculture-and-environment-chinas-food-security-depends-on-self-reliance-in-seed-production/>

Notas sobre a estrutura de adaptação à mudança climática no Governo dos EUA

Luiz Augusto Galvão

Introdução

O Presidente Biden, semanas depois de assumir o cargo, solicitou aos Ministérios que preparassem em quatro meses planos de ação frente aos riscos das mudanças climáticas. Em outubro de 2021 vários ministérios tornaram público seus planos de adaptação às mudanças climáticas que contempla uma análise dos riscos para as suas operações e instalações e como planejam lidar com elas.

Segunda [nota oficial da Casa Branca](#) os planos, de agências, incluindo os departamentos de Saúde, Energia, Defesa e Agricultura, vêm vários meses depois que o presidente Joe Biden ordenou uma abordagem de todo o governo para combater as mudanças climáticas.

Essa iniciativa do Governo busca tomar medidas para gerenciar e mitigar os riscos climáticos, minimizando eventuais interrupções nas operações e na criação de melhores condições de trabalho para os funcionários federais.

Os planos incluem temas comuns, como:

- Proteção dos trabalhadores contra eventos de calor extremo
- Criação de cadeias de suprimentos mais resistentes a desastres climáticos extremos
- Avaliar os impactos da má qualidade do ar e do calor em comunidades de baixa renda e comunidades minoritárias
- Adaptar as instalações dos edifícios do governo para a mudança climática.

Segundo a [nota oficial da Casa Blanca](#), esses planos, assim como os planos frente a Covid devem tornar as instituições federais melhor preparadas para enfrentar uma infinidade de riscos causados pelas mudanças climáticas, incluindo os custos para adaptar, manter e reparar danos à infraestrutura pelos eventos climáticos extremos que devem ser mais frequentes e que representam um desafio à saúde e a segurança aos funcionários federais, em particular aqueles que trabalham ao ar livre. Essas medidas também permitirão gerenciar e mitigar os riscos climáticos, minimizando interrupções em operações das agências federais e seus programas e ao mesmo tempo serve de exemplo e alerta aos outros setores na adaptação para um novo regime climático planetário.

Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (USCDC) desenvolveram uma [ferramenta para monitorar informações sobre saúde e calor](#) que permite o acompanhamento local para proteger as pessoas de eventos de calor extremo.

O [Plano de Adaptação do Departamento de Defesa](#) assume que a mudança climática representa uma ameaça às operações militares e poderia criar novas fontes de conflito em todo o mundo, incluindo conflitos sobre possíveis escassez de água. O departamento comprometeu-se a usar a inteligência climática para informar os planejadores militares sobre onde e como as instalações militares estão em risco.

O [Plano de Adaptação do Departamento de Transportes](#) explicita que as mudanças climáticas tornarão a construção e o deslocamento mais difíceis e perigosos e se

comprometeram na promoção da reduções de emissões de gases de efeito estufa no setor, o qual traz co-benefícios à saúde pública.

A Agência de Proteção Ambiental (USEPA) que desenvolveu seu [plano de adaptação](#) tem também a função de coordenar e promover, junto com a Casa Branca a implementação das questões de mudanças climáticas no governo e outros setores da sociedade, incluindo a questão da justiça ambiental a qual tem sido [central ao Plano do DHHS de Adaptação às mudanças climáticas](#) e [às atividades do Departamento de Saúde e Serviços Humanitários \(DHHS\)](#). Esse enfoque à justiça ambiental deve considerar o impacto desproporcional que as mudanças climáticas têm sobre comunidades pobres e minoritárias.

Esse é considerado um passo firme no avanço e implementação da ordem executiva e uma expressão do compromisso do governo Biden-Harris de [reduzir pela metade as emissões domésticas de gases de efeito estufa até 2030](#) e alcançar emissões líquidas zero até meados do século. Os [planos de adaptação climática são parte do Plano Federal de Sustentabilidade e estão disponível no site de sustentabilidade do conselho de qualidade ambiental do governo federal.](#)

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Claudio Meirelles – Pesquisador e Coordenador do CESTEHE, ENSP/Fiocruz

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira – Pesquisadora da ENSP/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio e bacharela em *Ciência Política (UNIRIO)*

Patricia Lewis Carpio - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **50** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **6** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 4 de maio – *Agenda da Saúde Global 2022-2023: A 75ª. Assembleia Mundial da Saúde*

Dia 18 de maio – *Situação demográfica e epidemiológica global e regionais (ALC e África)*

Dia 1º. de junho – *Sistemas de saúde em transformação*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 07/2022

Período de 12 a 25 de abril de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022.

173 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.